

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HOMERO HIGOR LIMA RAMOS

**AS ASSEMBLEIAS DE DEUS E A DITADURA MILITAR (1964-
1985): UMA INVESTIGAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DO JORNAL
*MENSAGEIRO DA PAZ***

VITÓRIA

2022

HOMERO HIGOR LIMA RAMOS

**AS ASSEMBLEIAS DE DEUS E A DITADURA MILITAR (1964-
1985): UMA INVESTIGAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DO JORNAL
*MENSAGEIRO DA PAZ***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

R175a Ramos, Homero Higor Lima, 1996-
As Assembleias de Deus e a Ditadura Militar (1964-1985) :
uma investigação política a partir do jornal Mensageiro da Paz /
Homero Higor Lima Ramos. - 2022.
214 f. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

I. Fagundes, Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 93/99

HOMERO HIGOR LIMA RAMOS

AS ASSEMBLEIAS DE DEUS E A DITADURA MILITAR (1964-1985): UMA INVESTIGAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DO JORNAL *MENSAGEIRO DA PAZ*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em: 18/10/2022

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes

Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira

Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador interno

Prof. Dr. Julio César Bentivoglio

Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador interno

Prof. Dr. Paulo César Gomes Bezerra

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Examinador externo

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar. Ele é a minha fortaleza e a suprema razão de todas as coisas!

Aos meus pais, Kátia e Pedro, que sempre me incentivaram e me facilitaram a vida, para que, na maior parte dela, eu pudesse me concentrar nos estudos.

Minha mãe sempre acreditou, mesmo quando eu nem sonhava; em seus olhos, ainda sou uma criança, tamanho cuidado. Por isso, não posso deixar de homenageá-la. Meu pai nunca mediu esforços para me ajudar. Posso citar as inúmeras vezes em que chegou em casa pela manhã, depois de cansativa noite de trabalho, e foi diretamente me levar para a UFES ou para o trabalho, fazendo do seu sacrifício a minha comodidade. Pai e mãe, eu fui agraciado por tê-los comigo. A vocês todo o meu amor e gratidão.

À minha irmã Amanda, minha Amandica, por nossa amizade, de um modo que vejo pouco entre irmãos, e por suas falas orgulhosas ao meu respeito para as pessoas, que sempre elevam a minha autoestima. Eu também me orgulho muito de você e sinto a sua falta.

À minha família como um todo,

Do lado materno, representado por nossa matriarca, vó Elza, a expressão do amor. Minha tia Gledes, grande incentivadora, além de meus tios e primos, que sempre me apoiaram, celebraram minhas vitórias e compreenderam minhas ausências.

De igual modo, minha família paterna, sempre reunida em torno da minha avó Benedita, minha querida. Além do afeto, por ser composta integralmente de membros da Assembleia de Deus, assim como eu, tive uma fonte de informações privilegiadas.

Kiki e Erivaldo, minha madrastra e meu padrasto, que há muito acompanham minha trajetória. Vocês fazem parte disto!

Minha família querida, eu não tenho palavras para demonstrar o quanto sou grato a vocês, eu lhes amo com o meu coração inteiro!

À minha namorada Eduarda. Minha Duduca, meu amor e minha sorte. Minha vida com você é leve, e sua presença torna tudo melhor. Você faz com que eu me sinta a pessoa mais inteligente do mundo e, até hoje, me desperta novas sensações. Obrigado por seu apoio, paciência e companheirismo. Eu te amo e te aprecio.

Aos meus sogros Cimar e Pedro, que, desde o dia em que cheguei, me receberam em sua família como um filho. Vocês são excelentes!

Ao Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes, que ainda em 2017, me acolheu no Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar, e tem me orientado desde a Iniciação Científica, em 2018, passando pela Monografia e chegando até esta Dissertação de Mestrado. Muito obrigado pela longa parceria e ensinamentos, professor; minha trajetória como pesquisador tem as suas impressões.

A todos os amigos! Nossas risadas, conversas e bons momentos sempre aliviaram a pressão e recarregaram as minhas energias.

Aqui, menção especial a Vinícius de Paula. Quando do meu ingresso na UFES, transferência no segundo período de 2016, apesar de estarmos na mesma turma, fez as vezes de meu veterano (como faz até hoje, toda vez que preciso resolver algo relacionado à Universidade). Nossa parceria em todas as provas, seminários, artigos, estágios, viagem, musculação e outros, não foram menos satisfatórias para mim, do que nossas comemorações e lamentos por causa do Flamengo, os fins de tarde e noite na rua da lama, no Rodapizza, no Rick's e na praça do Carone, de onde surgiu a famigerada "Amizade do Cavaco". Estamos juntos para tudo, meu amigo!

Aos colegas do Laboratório de História do Tempo Presente (LabTempo/UFES) por todas as discussões enriquecedoras, que sempre despertavam reflexões e *insights* para a pesquisa. Meu abraço especial aos caríssimos Davi Rangel, pela solicitude demonstrada em todas as conversas presenciais e por Whatsapp; Ariel Cherxes e Brenda Bernardes, pelas tardes na Sala da Comissão da Verdade, disposição em prestar seu auxílio e incentivo desde a época da graduação.

Aos professores Ueber José de Oliveira e Paulo César Gomes. As considerações feitas quando da qualificação e as sugestões para o prosseguimento da pesquisa, foram de suma importância para lançar novos olhares e questionamentos ao meu objeto, impactando no produto final. Agradeço pelos apontamentos e incentivos dispensados.

Aos colaboradores do CEMP, especialmente na pessoa de Flavianne Vaz, com quem compartilho ofício e crença, e que me recebeu de forma tão solícita na sede CPAD, em 2018. À época, ainda um aluno de graduação e necessitando de fontes para a Iniciação Científica, sua ajuda para o acesso ao *Mensageiro da Paz* foi ímpar.

Aos irmãos assembleianos, Mario Sérgio, da página no Facebook e blog sobre as “Memórias das Assembleias de Deus”, Daladier e o professor Jairo Freitas, com quem travei diálogos pela internet e Whatsapp, e me forneceram obras e informações valiosas para a compreensão do episódio envolvendo a Assembleia de Deus em Pernambuco.

Aos meus nobres colegas da EMEF Divinópolis, colégio em que leciono desde 2021. À gestão, flexível e paciente com meus momentos de aperto, por conta da dissertação, e aos professores, verdadeiros parceiros e incentivadores. Tenho sorte de partilhar 2/3 do meu dia com essa equipe!

Àqueles que por algum motivo não participam mais da minha vida, mas que deixaram a sua contribuição direta ou indireta.

Por fim, à Universidade Federal do Espírito Santo. Instituição compromissada com uma educação pública, gratuita e de qualidade, o centro da intelectualidade capixaba, o local em que passei bons anos da minha vida e guardo com carinho boas recordações, e onde encerro mais um ciclo, sete anos após ter adentrado seus portões pela primeira vez.

Muito obrigado a todos, meus caros!

*Em cada cidade desse nosso céu
Assembleia de Deus já estendeu seu véu
Em cada povoado tem uma igreja
E o inimigo já perdeu essa peleja
Assembleia de Deus no Brasil chegou
Cuidando da doutrina e também dos dons
Porta que abriu, nunca mais fechou
Deus multiplicou o seu rebanho*

(Hino em comemoração ao Centenário
das Assembleias de Deus no Brasil)

A Assembleia de Deus no Brasil é brasileira? Brasileiríssima. Ela pode não ser “a cara” do Brasil, mas é um retrato fiel. É um dos principais. É uma das sínteses mais próximas da realidade brasileira. Como o Brasil, é moderna, mas conservadora; presente, mas invisível; imensa, mas insignificante; única, mas diversificada; plural, mas sectária; rica, mas injusta; passiva, mas festiva; feminina, mas machista; urbana, mas periférica; mística, mas secular; carismática, mas racionalizada; fenomenológica, mas burocrática; comunitária, mas hierarquizada; barulhenta, mas calada; omissa, mas vibrante; sofredora, mas feliz. É brasileira (ALENCAR, 2012, p.15).

RESUMO

Este trabalho pretende analisar as manifestações políticas da Igreja Evangélica Assembleia de Deus durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), tomando como fonte principal o jornal *Mensageiro da Paz*. Motivada por uma concepção de mundo que se amparava num vigoroso sistema religioso de representações, a denominação pentecostal posicionou-se de modo a fazer valer seu ideal de sociedade, com base no discurso de manutenção da ordem e dos bons costumes, ou seja, na defesa de determinados valores morais, articulados em torno do anticomunismo – e este com diversas faces. Além disso, é objetivo fundamental observar a formatação e a consolidação do projeto político das Assembleias de Deus, destacando seus agentes e personagens importantes, e as estratégias utilizadas para alcançar o êxito desejado. Para isso, busca-se compreender a dinâmica interna da Igreja e os fatores externos, presentes naquele contexto, que possibilitaram o desenvolvimento de uma nova etapa política da entidade. Portanto, cumpre-se o propósito de refletir acerca da progressão política assembleiana na referida conjuntura, iniciada em 1964, indo até o encerramento da Ditadura. No bojo desta análise, e adentrando ao ano de 1985, intenta-se investigar o comportamento político das Assembleias de Deus naquele ano, com a instauração da Nova República.

Palavras-chave: Assembleia de Deus; Ditadura Militar; Anticomunismo; Nova República; *Mensageiro da Paz*.

ABSTRACT

This work intends to analyze the political manifestations of the Igreja Evangélica Assembleia de Deus during the period of the Military Dictatorship (1964-1985), taking as its main source the *Mensageiro da Paz* newspaper. Motivated by a conception of the world that is supported by a vigorous religious system of representations, the Pentecostal denomination positioned itself in order to assert its ideal of society, based on the discourse of maintaining the order and good customs, that is, in the defense of certain moral values, articulated around anti-communism (and this one with different faces). In addition, it is a fundamental objective to observe the formatting and consolidation of the political project of the Assemblies of God, highlighting its agents and important characters, and the strategies used to achieve the desired success. For this, we seek to understand the internal dynamics of the Church and the external factors, present in this context, that allow the development of a new political stage of the entity. Therefore, to fulfill the purpose of reflecting on the political proposal of the Assembly in the conjuncture, which began in 1964, going until the end of the Dictatorship. In the midst of this analysis, and entering the year 1985, it is intended to investigate the political behavior of the Assemblies of God in that year, with the establishment of the New Republic.

Keywords: Assembleia de Deus; Military Dictatorship; Anticomunism; New Republic; *Mensageiro da Paz*.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABI – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

AD – ASSEMBLEIA DE DEUS

ADHONEP – ASSOCIAÇÃO DE HOMENS DE NEGÓCIOS DO EVANGELHO
PLENO

AERP – ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS

AGO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

AI – ATO INSTITUCIONAL

ALN – ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL

AP – AÇÃO POPULAR

ARENA – ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

CADEESO – CONVENÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO E OUTROS

CAPED – CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES DA ESCOLA
DOMINICAL

CBA – COMITÊ 1º DE MAIO PELA ANISTIA

CBD – Confederação Brasileira de Desportos

CEADER – CONVENÇÃO EVANGÉLICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OUTROS

CEC – Comissão Executiva Central

CEMP – Centro de Estudos do Movimento Pentecostal

CGADB – Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil

COLINA – Comandos de Libertação Nacional

CNBB – CONFERÊNCIA NACIONAL DE BISPOS DO BRASIL

CPAD – Casa Publicadora das Assembleias de Deus

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

EBD – ESCOLA BÍBLICA DOMINICAL

EUA – Estados Unidos da América

ELAD – ENCONTRO DE LÍDERES DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS

FAETAD – FACULDADE DE EDUCAÇÃO TEOLÓGICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS

FNDTC – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

IBP – INSTITUTO BÍBLICO PENTECOSTAL

IEADPE – IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS EM PERNAMBUCO

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPS – INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA NACIONAL

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MFA – MISSÃO DA FÉ APOSTÓLICA

MFPA – MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MP – Mensageiro da Paz

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCC – PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

PCR – PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO

PDS – PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PIB – Produto Interno Bruto

POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária

SBB – SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL

UEE – União Estadual dos Estudantes

UNAPEN – UNIÃO NACIONAL DE AUTORES PENTECOSTAIS

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VAR-PALMARES – Vanguarda Armada e Revolucionário Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionário

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – *Mensageiro da Paz*, 16 a 30 de setembro de 1968

FIGURA 2 – *Mensageiro da Paz*, 16 a 30 setembro de 1969

FIGURA 3 – *Mensageiro da Paz*, 16 a 31 de março de 1972

FIGURA 4 – *Mensageiro da Paz*, 1 a 15 de agosto de 1973

FIGURA 5 – *Mensageiro da Paz*, janeiro de 1977

FIGURA 6 – *Mensageiro da Paz*, abril de 1979

FIGURA 7 – *Mensageiro da Paz*, março de 1984

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Censo sobre as Assembleias de Deus no Brasil, conforme apresentado no jornal *Mensageiro da Paz*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: ASSEMBLEIA DE DEUS: HISTÓRIA, TEOLOGIA, IMPRENSA E POLÍTICA.....	25
1.1 Breve biografia dos pioneiros da AD pré-missão.....	25
1.2 Periodização das Assembleias de Deus no Brasil	27
1.3 As principais ênfases teológicas das Assembleias de Deus	40
1.3.1 O Pentecostalismo norte-americano.	40
1.3.2 Pneumatologia, Soteriologia e Escatologia	44
1.4 A imprensa assembleiana e a participação política	50
CAPÍTULO 2: O APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES	60
2.1 1968 e as mobilizações da juventude	60
2.2 "Tudo com ordem": 1968 pela ótica das Assembleias de Deus	63
2.3 1969-1974: a transição assembleiana e o apoio explícito ao Governo Médici ...	71
2.4 Governo Médici: a propaganda política que dourou os "anos de chumbo"	78
2.5 O Sesquicentenário da Independência e a reverberação assembleiana	82
CAPÍTULO 3: "QUAL A POSIÇÃO DOS EVANGÉLICOS FRENTE À ATUAL SITUAÇÃO POLÍTICA?"	96
3.1 Ernesto Geisel: cumprimento de profecia?.....	96
3.2 Assembleia de Deus no Governo de João Figueiredo	106
3.3 Dos benefícios recebidos	110
3.4 Um novo passo na politização assembleiana.....	123
3.5 Joanyr de Oliveira e o projeto político das Assembleias de Deus.....	131
3.6 A Lei do Divórcio e o risco da separação.....	137
CAPÍTULO 4: DA DITADURA À NOVA REPÚBLICA	146
4.1 Gogue e seu bando.....	146
4.2 "O Ministro das Assembleias de Deus e a atividade político-partidária	163
4.3 1985: Nova República, novos posicionamentos.....	176
4.4 Nemuel Kessler: o reforço no projeto político assembleiano.....	182
CONCLUSÃO.....	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é, historicamente, influenciada pela religiosidade cristã, logo, a tentativa de investigação da mesma, como um todo ou mesmo em estamentos específicos, passa pela dimensão do sagrado e sua ingerência nas tomadas de decisão. Nesse sentido, a presente dissertação, visando explorar a relação de outros grupos que não os tradicionais – os próprios militares, a classe política, o empresariado, etc –, com a Ditadura Militar, tem na Igreja Evangélica Assembleia de Deus o seu foco principal.

A escolha pelas Assembleias de Deus como objeto de estudo passa por alguns requisitos importantes, dentro os quais pode-se citar, ser a maior denominação evangélica do Brasil no que se refere a número de membros, segundo números oficiais. O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, apurou que dos 22,2% da população brasileira que se declara evangélica, 13,3% se declaram pentecostais, sendo 12.314,410 milhões assembleianos, representando um crescimento de 48% em 10 anos.

Atualmente, a denominação goza de significativo capital político, expressado em seu grande quantitativo fiéis que tendem a votar em bloco, impactando diretamente nas eleições, e nos quadros presentes nas Casas de Lei do Brasil, sejam elas nos âmbitos municipais, estaduais ou federais. A possibilidade de vislumbrar a gênese desse envolvimento público com a política é outro ponto a se ressaltar.

Em se tratando dos anos entre 1964 a 1985, em que viveu-se no Brasil sob o governo da Ditadura Militar, o estudo baseado na atuação das Assembleias de Deus atende às premissas básicas, pois a Igreja possui historicidade suficiente para tal pesquisa, já que participou de praticamente todo o século XX, sendo fundada em 1911, e mantém o jornal *Mensageiro da Paz* desde 1930, fonte da qual pode-se extrair diversas informações.

O *Mensageiro da Paz* é produzido na sede da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), e constitui-se como órgão oficial da entidade religiosa. O complexo da CPAD abriga também o Centro de Estudos do Movimento Pentecostal (CEMP), departamento responsável pela guarda, conservação, organização e catalogação de todo acervo documental desenvolvido pela editora no passado e no presente. As edições antigas do *Mensageiro da Paz* encontram-se exclusivamente nas dependências do CEMP, que abre

suas portas para visita de pesquisadores, mediante agendamento prévio. Como os números pregressos do periódico não foram digitalizados nem microfilmados, me desloquei até Bangu, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro por uma semana, para fotografar as cópias físicas do jornal dos anos de 1962 a 1986, material que configura-se na fonte primária desta dissertação.

Portanto, compreender o comportamento político das Assembleias de Deus no Brasil, no período da Ditadura, configura-se num tema duplamente profícuo, primeiramente por seus termos particulares – historicidade, imprensa própria, relevância numérica no período e na contemporaneidade –, e também por ser um tópico ainda pouco estudado. Embora tenha crescido o número de obras que se debruçam sobre o recorte referido nos últimos anos, ainda não há nenhuma obra consagrada, de referência no assunto, sobretudo se levado em consideração a complexidade da questão e a duração do período. A maior parte dos trabalhos até aqui desenvolvidos concentram-se a partir de 1986, com a inserção na vida político-partidária. Esses fatores demonstram que o campo permanece propenso à exploração e contribuição historiográfica.

Diante das questões expostas, a intenção desta dissertação é conhecer o percurso histórico, compreender a organização institucional interna e externa além de, por meio do jornal *Mensageiro da Paz*, problematizar o que motivou as escolhas e como valores e crenças influenciaram no comportamento político das Assembleias de Deus, a ponto de mudar seu paradigma de atuação – ou não atuação, característica que perdurou até a década de 1960. No bojo dessa perspectiva, entende-se que a Ditadura Militar não se sustentou somente com base em intimidação e coerção, mas obteve apoio de determinados setores por conta de sua agenda e do poder da representação simbólica.

A hipótese a ser averiguada é de que a simpatia e aproximação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus com a Ditadura se converteu em apoio evidente em função de condições favoráveis, tanto no interior da Igreja quanto pelo momento vivido no país, como o crescimento experimentado e o desgaste entre o Regime Militar e o catolicismo.

Num primeiro momento, a visão teológica guiou os assembleianos à rejeição à arena pública, percebida como um espaço pecaminoso e contaminador, logo, a ser rechaçado, contudo, a nova forma de se portar foi possibilitada por conta das peculiaridades daquele período de radicalização ideológica, no qual foram evocados diversos simbolismos religiosos a fim de legitimar posições políticas. Ademais, a religiosidade não informa

apenas sobre questões espirituais, ela impacta na vida social e política, por isso, para além de um plano governamental, de questões socioeconômicas, propagandísticas, que se fazem necessário sopesar, reputo que o mais influente fator de adesão e compromisso das Assembleias de Deus foi o discurso de manutenção da ordem, baseando-se numa moral religiosa e nos bons costumes, que tinha no anticomunismo seu principal ponto de articulação, pois, naquele momento, os militares foram encarados como a resistência ao “perigo vermelho”, que tinha por princípio básico roubar o que a humanidade tinha de mais importante, a fé em Deus.

Entretanto, se é correta a afirmação de que a agenda moral, articulada em torno do anticomunismo, foi um importante mobilizador, é preciso refletir sobre os pactos que a Ditadura Militar fez com grupos e estamentos sociais brasileiros. Em troca do apoio que os militares receberam, muitas ações e políticas governamentais foram efetuadas como contrapartida, a fim de privilegiar sua base aliada. Portanto, é necessário ter em mente que as alianças que o Regime fez com a sociedade, razão que explica os longos 21 anos em que vigorou, favoreciam as duas partes do acordo. Desse modo, cabe pensar de que maneira a aproximação com os militares foi benéfica às Assembleias de Deus.

Outro aspecto a ser explorado é a “dimensão escatológica” do anticomunismo, que julgo ter tido grande reverberação entre os assembleianos, seguidores do dispensacionalismo, uma vertente pré-milenista, que estimula o senso de um iminente fim de mundo, cumprindo-se então as profecias do fim dos tempos, descritas, por exemplo, em passagens bíblicas dos livros dos profetas Daniel e Ezequiel e o Apocalipse do Apóstolo João. A crença era de que o arrebatamento da Igreja poderia ocorrer a qualquer momento, iniciando-se, dessa maneira, a Grande Tribulação, período em que, segundo a crença, ocorrerá uma tentativa de invasão à nação de Israel, efetuada por “Gogue e seu bando”, interpretados como a Rússia e demais países comunistas.

Passando à parte do arcabouço teórico-metodológico, este trabalho pretende seguir as propostas de renovação no estudo do político que marcam a historiografia mundial desde o fim do século passado. A obra *Por Uma História Política*, organizada por René Rémond (1996) é o principal marco da proposição de uma *Nova História Política*, que se justifica pelas críticas às abordagens predominantes nas investigações tradicionais, que tinham por objeto somente grandes personagens e eventos marcantes. Tais críticas estimularam uma reflexão que suscitou a iniciativa de retomar e redescobrir o político, agora sob novos olhares. Além disso, a dinâmica interna da própria pesquisa histórica foi fator de

renovação. Não apenas Rémond, mas outros importantes pesquisadores franceses, como Jean-Pierre Rioux, Serge Berstein e Aline Coutrot, retomaram o político pela via da multidisciplinaridade, estabelecendo contatos com outras áreas do conhecimento, como a Ciência Política, a Sociologia e a Religião.

Assim, novos elementos emergem nas operações históricas: as manifestações populares, o comportamento político, a opinião pública, a mídia, as relações entre Estado e outras dimensões da coletividade ainda pouco exploradas, as culturas políticas e as práticas cotidianas. Segundo Rémond (1996), a *Nova História Política* integra os atores políticos, mesmo os mais modestos, deixando seu anterior caráter elitista e individualista, e optando por conceber o político como a dimensão que articula o social. Seu interesse não se volta mais para a curta duração e os eventos, mas agora conjuga a pluralidade dos ritmos temporais.

No interior desse debate pela renovação dos métodos e objetos analíticos, pesquisadores como Serge Berstein (1998) e Jean-François Sirinelli (1998), na obra *Por Uma História Cultural*, defendem o uso da categoria *culturas políticas* para a compreensão das atitudes políticas. Para Berstein (1998), o conceito significa:

Fator de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte coletivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica do futuro, em normas, crenças, valores que constituem um patrimônio indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isso, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual (BERSTEIN, 1998, p.362-363).

Para este estudo, Rodrigo Motta (2009) oferece grande contribuição, ao esclarecer a importância dos ambientes onde as culturas políticas se formam e se propagam, e seus meios para tal:

Nos casos de famílias e Igrejas, estamos diante de algo que envolve a ligação dos indivíduos a grupos mais abrangentes, que interferem em sua formação para além da dimensão política. A adesão política, nesses casos, decorre, ao menos em parte, da identificação aos valores defendidos pelo grupo, de modo que a escolha política pode revelar, na verdade, a fidelidade aos pais ou à religião. Os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositadamente com tal fim (MOTTA, 2009, p.24).

Assim, as possibilidades de pesquisa se clarificam, já que o objeto a ser trabalhado será a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, que conta com o jornal *Mensageiro da Paz*.

Como apresentado, os símbolos, os signos e as representações orientam as consciências, influenciando nas ações. Para Roger Chartier (2002, p.68), “as práticas e as representações, isto é, o modo de ver e de fazer dos sujeitos permitem que a sociedade em determinado recorte histórico, seja percebida nas perspectiva com que eles representavam naquele exato momento”. Em outras palavras, o autor conta com a necessidade de se compreender o contexto no qual o discurso é produzido, pois, ele traz representações simbólicas multifacetadas que revelam o olhar em relação ao mundo daqueles que as construíram.

Levando essas questões em consideração, a pesquisa se propõe a compreender a dinâmica das ações e relações das Assembleias de Deus com a Ditadura Militar, a partir da cultura política. Para isso, considera-se elementos como os valores, as representações que são traduzidas nos atos, nas práticas, nos símbolos, nos discursos, na linguagem e no vocabulário.

Como fonte primária, será utilizado o jornal *Mensageiro da Paz*, fundado em 1930, pertencente às Assembleias de Deus. Durante os anos da Ditadura, esse periódico costumou divulgar notícias de caráter conservador, com destaque para os temas relacionados à ordem, bons costumes, anticomunismo e em apoio aos militares. Nos números antigos do jornal, os referidos temas podem ser encontrados em diferentes sessões, como os editoriais, que expressam a visão oficial do periódico sobre os temas da vida social, na coluna denominada *Flagrantes Mundiais*, sempre com quatro notícias curtas, muitas vezes reproduzidas de jornais americanos, no caderno *Informação*, que trazia vários excertos sobre assuntos diversificados, do Brasil e do exterior, e em artigos de forma geral. Os editoriais e a coluna *Flagrantes Mundiais*, sobretudo esta última, veicularam demasiados textos com críticas ao comunismo, fazendo inúmeras referências à URSS e à China. A partir de 1979, ano em que o Diretor de Publicações passou a ser Abraão de Almeida, sucessivos editoriais associavam o comunismo a personagens escatológicos, como o *Anticristo*. Para auxiliar na abordagem desse tópico, será analisado o livro de sua autoria, chamado “Israel, Gogue e o Anticristo”, como fonte secundária.

Tania de Luca (2005), fornece diversas lições para o trabalho do historiador que lida com a imprensa; a autora chama a atenção para uma série de aspectos que vão além da análise

do conteúdo. Por exemplo, do risco de desvincular o texto da realidade em que está inserido, não permitindo que ele fale por si, mas selecionando trechos que confirmem justamente aquilo que já se buscava de antemão, da periodicidade de circulação, do número de páginas, do perfil dos articulistas – se profissionais, amadores, militantes –, a diversidade temática, as máquinas disponíveis e as receitas publicitárias. Ou seja, destacasse aspectos que dizem respeito às condições materiais, técnicas e relacionais que envolvem os processos de confecção e distribuição dos impressos. Assim, importa perceber:

(...) a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público que visava atingir, os objetivos propostos (LUCA, 2005, p.138, grifos da autora).

Conforme Luca (2005), o pesquisador dos periódicos lida com o que se tornou notícia, e só esse fato já desencadeia diversas reflexões acerca da intencionalidade, sobre o que foi escolhido, por quê foi escolhido, como e onde o que foi escolhido será transmitido. É preciso notar a decisão de dar publicidade a algo como proposital, imbuído de desejo que pode atender a poderes e interesses variados. Assim como o destaque conferido ao acontecimento, se o assunto volta a ser publicado ou é abandonado na edição posterior, a linguagem adotada para retratá-lo e o local que ocupa no jornal – possuem pesos diferentes os textos publicados na capa, na manchete principal ou nas páginas internas –, devem ser considerados, pois:

(...) os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir (LUCA, 2005, p.140, grifos da autora).

Sendo assim, na leitura da fonte primária é importante ter em mente que “(...) a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2005, p.139), ou seja, é necessário compreender as motivações que levaram à publicação de determinado assunto, ainda mais se tratando do *Mensageiro da Paz*, que no período de maior tiragem, contava com apenas dois números por mês. Isso significa dizer que o que fora veiculado passou por uma

escolha cuidadosa, sendo crucial atentar para o destaque conferido a determinado acontecimento ou notícia e a linguagem utilizada para relatá-lo.

Para o tratamento das fontes, me valerei da análise do discurso, que é “um conjunto de procedimentos *que visam explicar por que certas pessoas interpretam a realidade de uma determinada forma no momento histórico considerado*” (PEREIRA, 2015, p.44, *grifos do autor*). Segundo André Pereira (2015) o que é utilizado na pesquisa histórica como documento, foi originalmente um artefato de comunicação. Mediando a relação entre dois lados, portanto, para a análise do discurso, é importante compreender o momento em que foi veiculado e o público ao qual se destinou, a fim de capturar como esse ato de comunicação se processou à época, atentando para a intenção de convencimento, que geralmente se expressa com um tipo de solução dada, pensando em seus destinatários.

A fim de entender como as concepções políticas e religiosas e os valores transitavam na sociedade e de quais maneiras foram apropriados, estabelecendo a relação entre o discurso dos agentes históricos e a causa que os levaram a determinada posição, André Pereira (2015) propõe a análise seguindo diferentes níveis de temporalidade, separando o plano mais geral, dos planos mais conjunturais ou específicos. Para isso, utiliza três conceitos principais, *concepção de mundo, projeto e propaganda*, definidos assim pelo autor:

O método proposto aqui concebe a longa duração com base no conceito de concepção e mundo, como algo bastante vago, geral, incluindo ideias não sistematizadas, noções e valores estruturados como “quanto mais melhor”, porém sem conteúdo preciso. Já a média e curta duração devem ser consideradas com os conceitos de projeto e propaganda. Projeto é uma leitura estruturada, de grupo ou individual, voltada para o consentimento e para a ação coletiva. Como tal, costuma ser elaborado por pessoas que acreditam sinceramente nos seus desígnios. (...) Para evitar termos pejorativos como manipulação, a proposta aqui é de usar propaganda. Nela se encontram todos os recursos retóricos que os atores consideram válidos para o convencimento, buscando, por seu meio, justamente uma linguagem adequada ao seu público (PEREIRA, 2015, p.63).

Conclui-se que é tarefa do historiador analisar as fontes com diligência, a fim de apreender o que o discurso fala, o que cala e o que deixa implícito, ou seja, sua presença, sua ausência e a intencionalidade, às vezes encoberta. O plano das estruturas, da longa duração, é aquele em que encontram-se as influências dos valores e crenças herdados do passado e que fazem a mediação com o real; para esse nível, usa-se o conceito de

concepção de mundo. Na temporalidade curta e média, dos eventos e das conjunturas, percebe-se como os indivíduos agiram e reagiram, modificando ou não os seus atos; para essa duração, utiliza-se os conceitos de *projeto* e *propaganda*, que, por sua vez, são realizados tendo como referência os valores amplos e generalizados na sociedade como um todo ou em grupos específicos. O êxito no convencimento e no consentimento estão ligados às condições oferecidas pela conjuntura e pelo aproveitamento destas na elaboração da propaganda (PEREIRA, 2015).

Assim, a estrutura da dissertação foi pensada da seguinte forma:

No primeiro capítulo será tratada a história das Assembleias de Deus no Brasil, suas raízes nacionais e internacionais, e suas ênfases teológicas, destacando-se a Pneumatologia pentecostal, a Soteriologia arminiana e a Escatologia seguida pela Igreja, além de seu precoce envolvimento com a imprensa, enfatizando o jornal *Mensageiro da Paz*. Ademais, adentrando ao tema propriamente dito, será analisado de que maneira a Igreja se posicionou diante do golpe de 1964 e nos primeiros anos da Ditadura.

No segundo capítulo, por meio de artigos selecionados do jornal, será realizada uma reflexão acerca da inserção das Assembleias de Deus na vida política do país, a partir do fim da década de 1960, especialmente no Governo Médici. Baseado no anticomunismo da denominação, que resultou numa associação aos militares por conta de valores e pautas comuns, como a ordem e os bons costumes, é nesse período que a Igreja passa a manifestar-se politicamente de maneira mais clara e efetiva.

No terceiro capítulo, será investigada a relação da Igreja com a Ditadura nos governos Geisel e Figueiredo, os benefícios que recebeu da Ditadura e as tensões que ocorreram com esta, por conta da Lei do Divórcio, que levaram a denominação a exercer a acomodação, a fim de congregar seus membros e as decisões governamentais daqueles tempos, tudo isto, visando o avanço do projeto político das Assembleias de Deus.

Por fim, o quarto capítulo terá o propósito de compreender a nova face dada pela denominação ao comunismo: a dimensão escatológica que passou a representar a URSS e o bloco comunista como os invasores da nação de Israel, no fim dos tempos. Ademais, cumpre-se o objetivo de analisar a postura das Assembleias de Deus frente à Nova República. Ou seja, com a redemocratização, período de transição de regimes, da Ditadura Militar, que foi alvo de grande simpatia e esperança dos assembleianos, para o governo civil democrático, de que maneira a Igreja colocou-se politicamente.

1 ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL: HISTÓRIA, TEOLOGIA, IMPRENSA E POLÍTICA

As Assembleias de Deus no Brasil constituem-se numa instituição religiosa complexa, ambígua, multifacetada e com grande vultuosidade dentro do campo evangelical brasileiro, fruto das diversas influências que recebeu do protestantismo sueco e do pentecostalismo norte-americano, e do próprio posicionamento adotado pelos brasileiros, nas primeiras décadas advindos do catolicismo popular, frente às demandas de sua realidade.

1.1. BREVE BIOGRAFIA DOS PIONEIROS DA AD PRÉ-MISSÃO

A Igreja Evangélica Assembleia de Deus, fundada em 1911, em Belém, estado do Pará, é fruto do empreendimento missionário de dois suecos residentes nos EUA, o pastor Gunnar Adolf Vingren e o metalúrgico Gustaf Daniel Högberg, chamado popularmente de Daniel Berg, que se conheceram em Chicago, no ano de 1909, e vieram ao Brasil, em 1910, com a finalidade de evangelizar um novo povo e transmitir a mensagem do “avivamento do Espírito” (CONDE, 2017).

Gunnar Vingren nasceu na cidade de Östra Hüsby, Östergötland, Suécia, em 8 de agosto de 1879, e desde sua infância esteve ligado à educação cristã. De origem Batista, ainda criança frequentava a Escola Dominical na congregação de sua cidade natal, onde seu pai era dirigente. Dos 12 aos 17 anos de idade, Vingren deixou de frequentar reuniões religiosas, quando retornou, em 1896, à sua antiga Igreja em um culto de vigília de ano novo. Batizou-se nas águas numa cerimônia realizada na Igreja Batista em Wraaka, Smaland, Suécia, em 1897, e no mesmo ano tornou-se o sucessor de seu pai na direção da Escola Dominical (VINGREN, 2017).

Nos anos em que esteve na Suécia, Vingren desempenhou diferentes funções, sempre conciliando-as com as atividades religiosas, sobretudo as ligadas ao ensino e à pregação. Seguindo o ofício do pai, iniciou os trabalhos como jardineiro aos 11 anos de idade, além de ter uma rápida passagem – 68 dias – quando convocado para o serviço militar. No entretempo, Gunnar Vingren obteve as primeiras experiências no campo missionário (VINGREN, 2017).

No início do século XX, a Suécia era um país ruralizado. Em 1903, Gunnar Vingren foi atingido pela “febre dos Estados Unidos” e migrou para aquele país, mesmo sem saber falar o idioma. Abrigou-se na casa de seu tio Carl Vingren, em Kansas City, estado do Missouri. Em solo americano, Vingren teve diferentes ocupações, foi foguista, ou seja, cuidava das fornalhas das máquinas a vapor, porteiro e, posteriormente, voltou a trabalhar como jardineiro. Entretanto, a ascensão econômica não foi o alvo principal daquele migrante; nos EUA, Vingren deu prosseguimento aos seus projetos religiosos.

Seguindo a tradição iniciada em seu país natal, ao estabelecer-se nos EUA, Gunnar Vingren tornou-se membro da Igreja Batista Sueca situada na cidade de Kansas, onde ficou até setembro de 1904. A partir de então, mudou-se para Chicago, cidade mais populosa do estado de Illinois, onde ingressou no Seminário Teológico Batista Sueco. Ao longo dos quatro anos de curso, Vingren pregava em igrejas batistas de Illinois e Michigan, neste último estado, inclusive, teve suas vivências iniciais como pastor. Primeiramente na cidade de Mountain, ainda nos últimos estágios de sua formação, posteriormente, após sua diplomação em maio de 1909, assumiu o pastorado da Primeira Igreja Batista em Menominee, atuando de junho de 1909 a fevereiro de 1910 (VINGREN, 2017).

Daniel Berg nasceu no ano de 1884, em Vargön, Suécia. De acordo com seu relato, na cidade em que vivia, havia um respeitado padre, que também desempenhava a função de inspetor escolar e, por isso, exercia forte influência sobre a comunidade. Berg (2017) narrou que o clérigo não o tinha em boa conta, por não ter sido batizado na infância e denunciou que:

Já naquele tempo pude observar a desvantagem e o perigo de o povo ter uma fé dirigida, sem liberdade. A religião que dominava minha cidadezinha e arredores impossibilitava as almas de terem um encontro com o Salvador. O povo só tinha acesso a uma fé morna. Seria sempre escravo da liturgia, sem poder alcançar a experiência dos milagres e da salvação plena do nosso Deus, que transforma as almas de pecadores arrependidos (BERG, 2017, p.15).

Apesar de ter usado o termo “padre”, Berg, em sua reconstrução memorial, referia-se ao sacerdote luterano, ministro da religião que possuía vínculo institucional com o Estado sueco, e que foi criticada *a posteriori* pelo pioneiro pentecostal, por considerá-la excessivamente formalista, restringindo a liberdade de seus membros.

Em 1902, quando tinha 17 anos, Daniel Berg decidiu deixar seu país natal em busca de melhores condições de vida, pois, “Naquela época a Suécia passava por uma tremenda depressão financeira. Como consequência dessa crise, muitas fábricas e casas comerciais faliram” (BERG, 2017, p.17). Desse modo, como vários de seus conterrâneos, Berg rumou aos EUA, onde conseguiu emprego numa fazenda. De acordo com o pioneiro, a princípio, fora contratado para trabalhar com floricultura, entretanto, por seu porte físico avantajado, foi remanejado para lidar com cavalos e carroças. Posteriormente, trabalhou numa empresa de fundição de aço (BERG, 2017).¹

Depois de oito anos vivendo nos EUA, Berg decidiu retornar por uma temporada para seu país natal. De volta à Suécia, percebeu que “Apenas meu melhor amigo e companheiro de infância não morava mais em Vargön. Vivía em uma cidade próxima, onde pregava o Evangelho”. O amigo em questão, tratava-se de Lewi Pethrus, que anos mais tarde viria a se tornar referência mundial dentro do campo pentecostal.

De acordo com seu relato, Berg foi em busca de Pethrus e, passando a conhecer a doutrina do batismo no Espírito Santo, passou por tal experiência mística. Após isso, regressando aos EUA, Daniel Berg participou de uma conferência pentecostal em Chicago, em 1910, quando conheceu Gunnar Vingren. Após o primeiro contato, os laços foram estreitados e, no mesmo ano, Gunnar Vingren e Daniel Berg partiram rumo ao Brasil (BERG, 2017).

1.2 PERIODIZAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL

Gedeon de Alencar (2012) e Maxwell Fajardo (2015) propõem periodizações assemelhadas para o desenvolvimento das Assembleias de Deus no Brasil. Alencar (2012) prioriza as fases e os tipos da estrutura organizacional, dividindo-os em três momentos: o Movimento Pentecostal (1911-1946), a Instituição Pentecostal (1946-1988) e a Corporação Pentecostal (1988-2011). Fajardo (2015), bebendo da fonte de Alencar, concentra sua análise em personagens importantes, dividindo a história em eras: Era Vingren (1911-1932), Era Nyström (1932-1946), Era Canuto/Macalão (1946-1980) e, por fim, Era Wellington (1980 em diante). Portanto, associando as duas propostas de

¹ O trabalho braçal foi um traço importante da trajetória de Daniel Berg, como poderá ser observado ao longo do texto. Segundo suas memórias, desde os tempos da Suécia, foi dessa forma que contribuiu para o serviço religioso, fato que repetiu-se no Brasil. A seguir, trecho que retrata a afirmação: “A pequena igreja onde congregávamos [na Suécia], e para cuja construção todos contribuíram, lá estava no seu lugar. A minha contribuição foi trazer pedras da mata para os alicerces” (BERG, 2017, p.14).

periodização, tem-se num primeiro momento o Movimento Pentecostal, corporificado em Gunnar Vingren e Samuel Nyström, após, a Institucionalização Pentecostal, capitaneada por Cícero Canuto de Lima e Paulo Leivas Macalão e a última fase da divisão, a Corporação Pentecostal, liderada por José Wellington Bezerra da Costa.

A seguir, serão discutidas as duas fases iniciais, “Movimento” e “Instituição” pentecostal, designações que abarcam o recorte temporal da presente pesquisa.

O Movimento Pentecostal:

Berg e Vingren chegaram ao Brasil em novembro de 1910 a bordo do navio *Clement*. Aportar em Belém não foi uma escolha estratégica, mas acabou sendo bem sucedida e de vital importância para a marcha acelerada do pentecostalismo para o restante do país. No início do século passado, a região amazônica despontou como o maior produtor mundial de borracha, já que a matéria-prima extraída de seringais abundava naquela localidade.

A região amazônica atraiu grande contingente de mão-de-obra; deste fluxo, boa parte era composta de migrantes nordestinos. A cidade de Belém já se colocava como um grande centro à época. Moderna, possuía paisagem urbanística inspirada nos moldes europeus, bonde elétrico, água encanada, linhas de telefone e energia elétrica – itens provenientes do capital gerado da exportação do látex –, além de ser rota comercial direta com os EUA, um dos principais consumidores da borracha brasileira (FAJARDO, 2015).

Segundo o relato dos pioneiros, quando chegaram à capital do Pará, por não terem conhecimento da língua e nem quem os recepcionasse, foram instruídos por uma família que tinha viajado na mesma embarcação e falava inglês, a hospedarem-se em um hotel. Lá encontraram outras pessoas que falavam inglês que os direcionaram a Justus Nelson, “pastor americano de uma igreja metodista, que Vingren conhecera na América do Norte” (BERG, 2017, p.48-49). Justus Nelson, missionário responsável por estabelecer a primeira igreja protestante na bacia amazônica, em Belém do Pará (ALENCAR, 2000), encaminhou os dois suecos à Igreja Batista, cujo pastor também falava inglês.

Os missionários estabeleceram moradia no porão do pastor, pagando dois dólares por dia, e passaram a frequentar a Igreja Batista de Belém, onde, rapidamente, Vingren foi convidado a dirigir cultos de oração. Como destacado, o período é marcado pela liderança doutrinária de Vingren, uma vez que este era teólogo formado em curso que durou quatro

anos nos EUA e com experiência pastoral. Berg, por outro lado, anunciou em suas memórias seu desejo de contribuir com sua força física (BERG, 2017).

A seguir, um exemplo da relação firmada entre a dupla, já no início da jornada:

Por não termos dinheiro para pagar as aulas, Daniel procurou emprego e conseguiu uma vaga na fundição. Ali ele passou a trabalhar de dia, enquanto eu estudava o idioma. À noite eu ensinava a ele o que aprendera durante o dia. Foi dessa forma que nós aprendemos o português (VINGREN, 2017, p.39).

Berg declarou: “como fundidor, eu ganhava 12 mil-réis por dia, salário elevado na época. Essa quantia era suficiente para sustentar a ambos, e ainda sobrava para comprar Bíblias e Novos Testamentos dos Estados Unidos” (BERG, 2017, p.51). Este relato ressalta a importância de seu labor para o sustento inicial da dupla missionária e a atividade em que ele se tornou conhecido, a colportagem.

O professor de Vingren era Adriano Nobre, membro da Igreja Presbiteriana da cidade e primo de Raimundo Nobre, com quem houve o desentendimento que tornou-se crucial para o início da Assembleia de Deus. De acordo com Vingren, o primeiro embate se deu com Erik Nilsson, também missionário sueco, mas este enviado pela Igreja Batista dos EUA. O ponto de desacordo em ambos os casos foi a mensagem pentecostal, especialmente o batismo com o Espírito Santo e a cura divina, e a aceitação obtida naquela comunidade religiosa. Raimundo Nobre, evangelista da Igreja Batista de Belém, convocou uma reunião extraordinária com a membresia e pediu que todos os que estavam de acordo com as novas doutrinas se manifestassem. No total, dezoito pessoas se manifestaram e foram sumariamente excluídas da comunhão da igreja (VINGREN, 2017).

A reunião que expulsou o grupo concordante com as doutrinas pentecostais aconteceu numa terça-feira, dia 13 de junho de 1911. Entre os aliados estava Celina de Albuquerque, que de acordo com a literatura e crença assembleiana, é considerada como a primeira pessoa a ser batizada no Espírito Santo em solo brasileiro – evento que ocorrera antes da cisão. Celina de Albuquerque ofereceu sua casa para que os missionários morassem e para a realização dos cultos. Daniel Berg registrou a ocasião da seguinte forma:

É claro que aceitamos aquele oferecimento, e com muita alegria. Naquela noite nós e muitos dos que desejavam receber o batismo com o Espírito Santo naquela casa para a realização do primeiro culto pentecostal no Brasil. Esse primeiro culto foi realizado na rua Siqueira Mendes, 67, na casa da irmã Celina Albuquerque, esposa de um comandante de navio do rio Amazonas, cujo nome era Henrique. Irmã Celina foi a primeira crente batizada com o Espírito Santo no Brasil (BERG, 2017, p.60).

O culto aconteceu no domingo seguinte à exclusão, dia 18 de junho de 1911. Provavelmente aquele não foi o “primeiro culto pentecostal do Brasil”, afinal, a Congregação Cristã no Brasil teve seu início em 1910. Todavia, aquele foi o episódio que marcou o nascimento da Assembleia de Deus. Ou melhor, da “Missão da Fé Apostólica”.

Missão da Fé Apostólica foi o primeiro nome da Assembleia de Deus no Brasil, certamente resultado da influência do movimento pentecostal norte-americano ligado a Charles Fox Parham e, principalmente, a William Seymour.² Com o tempo, ambos nomes passaram a coexistir na identificação da Igreja (CONDE, 2017),³ até a substituição definitiva em 1918:

O ano de 1918 foi de suma importância para a continuação do movimento pentecostal no Brasil. O trabalho já contava alguns anos. Agora chegara o momento de registrar a Igreja para que ela se tornasse pessoa jurídica. Isto aconteceu no dia 11 de janeiro de 1918, quando a Igreja foi registrada oficialmente com o nome de “Assembleia de Deus” (VINGREN, 2017, p.105).

A escolha pelo nome “Assembleia de Deus” também passa por influência estadunidense. Em 1914 surgiu a *Assembly of God* – Assembleia de Deus – nos EUA, como uma associação de igrejas que haviam se tornado pentecostais e não queriam identificação com o movimento pentecostal negro, liderado por Seymour. Gedeon de Alencar (2000, p.59) resume da seguinte forma: “A MFA era a igreja dos negros pentecostais americanos e a AD era a igreja dos pentecostais brancos”. A respeito deste tópico, o autor suscita uma indagação interessante: “Por que os suecos então optam por esta mudança? Suecos pobres e marginais, eles não deveriam ter nenhuma afinidade com o nome *Assembleia de Deus*,

² Mais sobre isso na seção 1.3.

³ Apesar da inspiração nos nomes, a Assembleia de Deus no Brasil nunca guardou relações institucionais com a Assembleia de Deus norte-americana, tampouco com a Missão da Fé Apostólica.

seria mais lógico sua identificação com a *Missão da Fé Apostólica*” (ALENCAR, 2000, p.59).

Não há nenhum registro oficial que explique a mudança de nome, mas, aparentemente, a motivação não foi racial – até porque a Assembleia no Brasil nasceu entre negros e pobres nortistas e nordestinos. De acordo com Gedeon de Alencar (2012), as Assembleias de Deus norte-americanas, apesar do racismo, já haviam se organizado em outros países, como o México, em 1915, e na Guatemala, em 1916, enquanto:

(...) nos EUA, o movimento pentecostal negro estava tão esfacelado que não havia possibilidade de se construir algo em torno dele e Gunnar Vingren (ex-pastor batista), que em 1917 esteve nos EUA, lá deve ter revisto diversos amigos/igrejas que se transformaram em AD, e traz a ideia para o Brasil. Neste período de 1911 a 1918 chegam ao Brasil, Otto Nelson e esposa (1914), Samuel Nyström e esposa (1916), Frida Strandberg (para casar com Gunnar em 1917) e Joel Carlson e John Aenis (1918). Não há registros de suas igrejas de origem (...), mas é muito provável que eles, no mínimo, já conhecessem a AD (ALENCAR, 2000, p.61).

Gedeon de Alencar (2012) oferece pistas sobre a definição do nome e outro aspecto ressaltado desse início de trajetória: a importância dos missionários suecos. A Igreja que começou com reuniões nos lares de seus membros, passou a expandir-se rapidamente, inclusive com a construção de templos. Apesar da colaboração dos pioneiros nos trabalhos, Vingren era o líder da Igreja que estava em Belém, enquanto Berg tinha maior concentração na evangelização dos povoados do interior, assim, era necessário auxílio na administração. Porém, antes de tratar da atuação dos outros missionários, importante notar como se deu esse processo de expansão e a forma de organização adotada.

O crescimento acelerado das Assembleias de Deus no Brasil demonstra um traço característico do pentecostalismo, o aproveitamento da participação voluntariosa – em certa medida até anárquica – de toda e qualquer pessoa, na propagação da mensagem religiosa. De acordo com o “apóstolo das letras” das Assembleias de Deus, Emílio Conde (2017, p.44) “A igreja era como que uma colmeia de atividades evangelizadoras. Cada membro era um evangelista a testificar a parentes, amigos e vizinhos”.

Tradicionalmente, para a realização de missões transculturais são levantados dados da localidade e dos povos que deseja-se evangelizar; fatores como costumes, estilo de vida,

condições climáticas, língua, fonte de renda, etc, são avaliados e os missionários recebem treinamento específico antes de iniciar sua empreitada, além de financiamento oferecido pela organização que os enviou. De igual modo, na dinâmica interna, geralmente, a Igreja é plantada por algum missionário que dentro de certo período, desenvolve um trabalho, capacita membros locais e passa a direção para estes. Como visto, os patronos das Assembleias de Deus vieram por conta própria ao Brasil, desprovidos de recursos financeiros e sem falar português. A mesma dinâmica aplicou-se no processo de expansão interna.

Maxwell Fajardo (2015) atenta-se para essa peculiaridade que tornou-se comum e foi crucial na expansão inicial para outros estados: a criação informal de novos núcleos com base na atuação individualizada de convertidos à nova fé. Segundo o autor, em suma, o migrante que havia chegado à região amazônica para os trabalhos direta ou indiretamente ligados à atividade dos seringais e tinha se tornado assembleiano, com o declínio da produção da borracha, regressava para seu estado de origem e propagava a mensagem pentecostal, formando um novo grupo. “Tais núcleos, organizados pelos próprios migrantes, passavam a se reunir regularmente e assim nascia uma nova congregação. Posteriormente um pastor ou missionário era enviado para dirigir o grupo” (FAJARDO, 2015, p.72).

Um exemplo dessa dinâmica aconteceu no Ceará, em 1914, tendo como precursora Maria Nazaré, conforme a tradição das Assembleias de Deus, a segunda pessoa no Brasil a ser batizada no Espírito Santo (CONDE, 2017). Outro caso, de acordo com Emílio Conde (2017), tratou-se de Clímaco Bueno Aza, que logo ao converter-se, passou também a evangelizar outras pessoas. Posteriormente, tornou-se colportor e foi consagrado como evangelista, abrindo mão de seus negócios particulares para dedicar-se inteiramente ao trabalho evangelístico na Estrada de Ferro Belém-Bragança. “Aza abriu igrejas em Igarapé-Assu, Benevides, Capanema, Timboteua, Peixe-Boi e Bragança. Em seguida, saiu a desbravar novas frentes de evangelização em outros estados” (CONDE, 2017, p.44).

A dinâmica de criação de núcleos assembleianos a partir da ação dos próprios membros, em virtude das migrações relacionadas ao negócio da borracha, ou seja, ocorridos de forma espontânea e aleatória, se repetiu intensamente e fez com que, no período entre 1911-1930, as Assembleias de Deus se espalhassem por todo o país, mas ainda com forte

concentração no Norte e Nordeste do Brasil. Gedeon de Alencar (2000) traz uma lista cronológica dos lugares atingidos:

A AD iniciada em 1911 no Pará, chega em 1914 ao Ceará, em 1915 a Alagoas e em 1916 a Pernambuco e Amapá e, em 1924, alcança o R.G. do Sul. Nos seus vinte anos alcançou todo o país. A disseminação da igreja é desordenada, aleatória, acidental mas persistente. Como ela não tem um órgão administrativo/estratégico para elaborar um plano de ação, e sua liderança no primeiro momento, parece nem ter consciência do que esteja acontecendo, ela vai se alastrando sem nenhuma condição para este crescimento (ALENCAR, 2000, p.63).⁴

Nos primeiros anos, com a amplificação de igrejas e a escassez de missionários, membros com algum destaque dentro desses núcleos eram consagrados ao pastorado a fim de liderá-los. Gedeon de Alencar (2012) observa que, por conta da necessidade, nesse período há um número considerável de pastores que foram consagrados com menos de 30 anos e ainda solteiros, evento raro nas Assembleias de Deus depois de sua institucionalização, ocorrida a partir da década de 1940. A primeira consagração ao pastorado assembleiano no Brasil foi efetuada um ano após o início da Igreja. Tratou-se de Isidoro Filho, pescador da cidade de Soure, na Ilha de Marajó, e o único alfabetizado do grupo. O segundo pastor designado foi Absalão Piano, em 1913, líder do núcleo de Tajapuru, Pará, que antes de tornar-se assembleiano, havia pertencido à Igreja Presbiteriana Independente, portanto, possuía experiência religiosa protestante. O terceiro pastor brasileiro foi Pedro Trajano, também anteriormente presbiteriano (FAJARDO, 2015).

Até 1930 a AD era bastante livre, fluida. Esse cenário começou a mudar a partir da segunda década de existência da Igreja, e os missionários suecos foram determinantes nos novos rumos. Em 1914, Daniel Berg viajou para Suécia e encontrou-se com Lewi Pethrus, mais preponderante liderança pentecostal daquele país, pastor e fundador da Igreja Filadélfia de Estocolmo, e amigo de infância de Berg. Através desse contato, Pethrus incluiu Berg e Vingren na listagem de missionários sustentados financeiramente pela Igreja que dirigia e, a partir de 1916, a Igreja Filadélfia passou a enviar missionários para o Brasil, totalizando um número de 29 até 1930 (FAJARDO, 2015).

⁴ Além do excerto citado, Alencar (2000, p.62-63) monta uma tabela em que consta até 1929, estados não citados aqui, como Amazonas, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

Apesar das óbvias afinidades entre os missionários – todos suecos e pentecostais –, havia um sólido elemento de distinção: o contexto em que viveram as primeiras experiências pentecostais. Gunnar Vingren e Daniel Berg tornaram-se pentecostais nos EUA, país que já encontrava-se em pleno processo de industrialização e urbanização, onde o movimento era forte em grandes centros como Los Angeles e Chicago e o campo religioso bastante plural, prevalecendo o denominacionalismo – diversas igrejas independentes com orientação doutrinária comum. Por outro lado, na Suécia, o pentecostalismo se erigiu em um ambiente ainda ruralizado, num cenário de perseguição religiosa exercida pela Igreja Luterana, religião oficial do Estado, em relação às demais.

As diferentes concepções deram os contornos iniciais à Igreja, inclusive, divergentes com o que acreditava Vingren serem as melhores opções. Essa relação ficou evidente nos embates que o pioneiro teve com o seu mais destacado compatriota: Samuel Nyström.

Samuel Nyström foi o primeiro e principal responsável pela tradicionalização das ADs no Brasil – foi presidente da Convenção e da igreja sede no RJ no mesmo período em que Getúlio governou o país. Chegou ao Brasil com sua esposa Lina Nyström, em 16 de agosto de 1916, enviada pela Missão Sueca. Foi, portanto, o primeiro missionário *enviado oficialmente* pela Igreja Batista Filadélfia. Se Vingren (e Berg) vem sozinho, por conta própria a partir de uma *revelação* divina, Nyström foi enviado oficialmente por uma *instituição*. Isso, definitivamente, vai ser um divisor entre os dois (ALENCAR, 2012, p.121, grifos do autor).

Samuel Nyström foi de grande importância na estruturação das Assembleias de Deus e na construção de seu pensamento teológico e ideológico nas décadas iniciais. Considerado como um erudito dentro da denominação, Nyström era poliglota, dominando, inclusive, hebraico e grego, além de orador eloquente. Para dimensionar sua relevância, seu nome aparece ao lado de Gunnar Vingren e Daniel Berg no estatuto de fundação da Igreja em 1918, foi o sucessor de Vingren na Igreja de Belém, em 1924 e, posteriormente, na de São Cristóvão, em 1932, além de ter sido editor dos jornais *Boa Semente* e *Mensageiro da Paz* e o idealizador das *Lições Bíblicas*, revista para a EBD (FAJARDO, 2015).

Nyström foi uma das grandes forças no processo de burocratização da instituição, tanto é que, excetuando-se o atual presidente da Convenção Geral (CGADB), ele foi o pastor que mais vezes liderou a entidade (em 1933, 1934,

1936, 1938, 1941, 1943, 1946 e 1948), uma delas, quando era pastor em Portugal pela Missão sueca, o que fortalece a tese de sua preponderância sobre os demais líderes da Igreja (FAJARDO, 2015, p.78).

O dissenso entre Vingren e Nyström se deu, especialmente, por conta de um tema: o trabalho feminino na Igreja. Familiarizado com a realidade norte-americana, Gunnar defendia a igualdade de gênero nos assuntos ministeriais, ou seja, em sua concepção, mulheres poderiam desempenhar diversas funções, inclusive de liderança. Frida, sua esposa, por exemplo, tinha seu total apoio e destacava-se em muitas atividades, como compositora de hinos, articulista do jornal *Boa Semente* e redatora do *Mensageiro da Paz*, comentarista das *Lições Bíblicas*, dirigente de cultos, dentre outros. Por conta da debilidade física de Gunnar, em diversos momentos, Frida Vingren exerceu, na prática, a função de pastora nas Assembleias de Deus de Belém e de São Cristóvão.

Samuel Nyström, por outro lado, era favorável à subalternidade feminina no que concernia à condução dos trabalhos e ao peso doutrinário. Sua visão, que já encontrava lugar entre seus pares suecos enviados por Pethrus, oriundos de vivência similar à sua, e das lideranças brasileiras, se sobrepôs ao desejo de Gunnar. A primeira CGADB, realizada em Natal (RN), no ano de 1930, foi composta por quatro tópicos, dentre os quais, esteve o trabalho feminino na Igreja, fortemente motivado pela atuação de Frida.

A Convenção Geral teve relevância tal, que, a convite de Gunnar Vingren, Lewi Pethrus se fez presente, a fim de evitar possíveis rupturas dentro da Igreja. Outro assunto debatido no conclave, foi a autonomia das lideranças brasileiras em relação aos missionários estrangeiros. Ficou decidido que obreiros nordestinos assumiriam as igrejas do Norte e Nordeste, enquanto os suecos se dirigiram para o Sul e Sudeste.

A criação da CGADB em 1930, como órgão de representação coletiva, regulando diversas áreas da estrutura assembleiana, como a atividade feminina, conferindo maiores poderes aos pastores nacionais e unificando os jornais *Boa Semente* e *Som Alegre*, levou ao desenvolvimento de uma nova etapa das Assembleias de Deus no Brasil. A partir de então, Samuel Nyström assumiu, indubitavelmente, a posição de maior autoridade da Igreja, uma vez que Gunnar Vingren retornou à Suécia e faleceu doente em 1932. Com destino assemelhado, Frida Vingren foi impedida pela Missão sueca de retornar ao Brasil, falecendo num hospital psiquiátrico em 1940, e Daniel Berg, o outro pioneiro fundador, faleceu em 1963 sem nunca ter ocupado cargos de chefia na denominação.

A Instituição Pentecostal

Os autores que orientam a periodização aqui seguida, concordam que a fase inicial, compreendida entre 1911 a 1946, ou seja, da fundação da Assembleia de Deus à sua elevação à pessoa jurídica, é o momento de consolidação da Igreja. Neste circuito foram lançadas as bases para a institucionalização, com a criação do *Mensageiro da Paz*, órgão oficial com circulação em todo o território brasileiro, e a fundação da Convenção nacional, CGADB, ambos em 1930. Além disso, pode-se citar a organização de uma editora, a CPAD, a editoração da Harpa Cristã, hinário oficial, e das *Lições Bíblicas*, a revista da escola dominical, produzida com o objetivo de formatar doutrinariamente todas as Assembleias do país, e a transferência do centro de poder do Norte e Nordeste para o Sudeste (FAJARDO, 2015; ALENCAR, 2012).

Como afirmado, é ponto pacífico entre os autores que o início da segunda fase em 1946, com a mudança na Igreja, ganhando personalidade jurídica.⁵ A única variação ocorre na datação do fim desta/início da terceira fase. Maxwell Fajardo (2015) aponta para 1980, já Gedeon de Alencar (2012), amplia o período até 1988. A despeito da diferenciação entre os teóricos das Assembleias de Deus, como mencionado, ambas vertentes contemplam o recorte temporal desta pesquisa, uma vez que tocam a década de 1980, e a análise aqui realizada se estende até o ano de 1985.

Maxwell Fajardo (2015) cita dois personagens importantes das Assembleias de Deus, em que suas biografias e atuações se confundem com a própria história do desenvolvimento da Igreja no período. O autor se refere aos pastores Cícero Canuto de Lima e Paulo Leivas Macalão. Cícero Canuto nasceu em 1893 em Mossoró (RN), mas converteu-se no interior do Pará, no ano de 1918. Tornou-se líder de sua igreja na cidade de Timboteua, após ser consagrado ao pastorado pelo próprio Gunnar Vingren, em Belém (PA), em 1923. No ano seguinte foi enviado para o Nordeste, a fim de pastorear a Assembleia de Deus no município de Parahyba, atual João Pessoa, onde ficou por quinze anos.

No nordeste Canuto esteve diretamente envolvido no processo de fortalecimento dos pastores brasileiros frente à administração sueca. Ele coordenou a reunião que em 1929 articulou a realização de uma Convenção

⁵ Além de tornar-se pessoa jurídica, Fajardo (2015) atribui a datação da segunda fase ser 1946 a outros dois elementos: o encerramento da atuação pastoral de Samuel Nyström, figura relevante na primeira geração, sobretudo depois da partida de Gunnar Vingren, e a posse de Cícero Canuto de Lima na Assembleia de Deus em São Paulo, tornando-se, concomitante a Paulo Leivas Macalão, destaques no processo de formação dos Ministérios.

Geral para o ano seguinte (...). Na realização da Convenção em 1930, Cícero Canuto foi escolhido como presidente da recém-criada entidade. Assim, figurou em posição de destaque neste momento da história da AD, quando os pastores nacionais do Norte e Nordeste desejam tomar as rédeas da instituição (FAJARDO, 2015, p.112).

Ainda na década de 1930, os estados do Sudeste despontavam como o principal polo econômico do país, sobretudo o Rio de Janeiro, a capital federal, e São Paulo, estado que assumiu a vanguarda da industrialização e recebia grande fluxo de migrantes, vindos de todo o território nacional. O centro do poder das Assembleias de Deus também estava no Sudeste, especificamente, no Rio de Janeiro. A Igreja do bairro São Cristóvão, que havia sido liderada pelo casal Gunnar e Frida Vingren até 1932, com seu regresso para Suécia, foi pastoreada, até 1946, por Samuel Nyström, o outro missionário sueco que ocupou, em todos os sentidos, o lugar central de Gunnar.

Desse modo, em 1937, quando já desfrutava de grande destaque no Nordeste, Canuto quis transferir-se para São Paulo, local que alcançava grande relevância no país e não possuía a concorrência de grandes lideranças há muito estabelecidas. Porém, seu projeto foi frustrado, e Canuto aceitou o convite feito por Nyström dois anos depois, para ser co-pastor na Igreja de São Cristóvão, onde permaneceu de 1939 a 1946.

A saída de Cícero Canuto em 1946 está diretamente relacionada a de Samuel Nyström, que ocorreu meses antes. Quem substituiu Nyström, quando este encerrou as atividades pastorais no Brasil, não foi seu experiente pastor auxiliar, e sim outro missionário sueco, Otto Nelson. Assim, Canuto rumou para São Paulo, onde dirigiu por dois meses a igreja de Santos, mas, tornou-se notável como uma das principais lideranças assembleianas no Brasil, nos anos em que esteve à frente da Assembleia de Deus Ministério do Belém, também chamado de “Belenzinho”, que recebe esse nome, por estar situada em bairro homônimo na capital paulistana (FAJARDO, 2015).

O Ministério do Belém é o mais antigo da cidade de São Paulo, e um dos mais conhecidos do Brasil. Além de ser a “origem” de várias Assembleias na capital paulista, expandiu largamente seus trabalhos, contando atualmente com, aproximadamente, 2 mil congregações em todo o estado de São Paulo (FAJARDO, 2015). Além disso, o Ministério possui histórico de lideranças com destaque na CGADB. Cícero Canuto de Lima foi pastor-presidente da Assembleia de Deus do Belém de 1946 a 1980, quando foi jubilado. Antes de assumir o posto, já havia sido presidente da Convenção Geral em duas

oportunidades, na primeira existente, em 1930, posteriormente, em 1945, um ano antes de sua chegada, e, após seu ingresso, em 1948 e no biênio 1956-1957. Após a jubilação de Cícero Canuto, o pastor José Wellington Bezerra da Costa, seu vice, assumiu a presidência.

O pastor José Wellington B. da Costa, atualmente com 87 anos de idade, ainda é o presidente do Ministério do Belém. Entre 1980 e 1981, logo após substituir Canuto, foi vice-presidente da CGADB. Posteriormente, com a morte do pastor Alcebíades Pereira Vasconcelos, tornou-se o presidente da Convenção Geral entre maio de 1988 e outubro de 1989. Desde então, sua família tem dominado a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil.⁶ Bezerra da Costa foi presidente da Convenção nos períodos 1990-1992, depois de 1995 a 2016, com eleições consecutivas. Desde 2017, o presidente da CGADB é o seu filho, pastor José Wellington Costa Júnior, que também preside a Assembleia de Deus Ministério do Belém, Setor 19, em Guarulhos, há 25 anos.⁷

Retornando ao pastor Cícero Canuto de Lima, Fajardo (2015) elucida a razão de tê-lo escolhido como um dos representantes do segundo momento da história das Assembleias de Deus no Brasil:

Desta forma, Cícero Canuto é um personagem cuja trajetória resume as principais fases da AD entre as décadas de 1920 e 1980: acompanhou o início no interior do Pará, o fortalecimento das lideranças no Nordeste, a influência sueca que ainda persistia no Rio de Janeiro mesmo após a criação da CGADB, e por fim o processo de ministerialização da denominação com o consequente fortalecimento da figura dos pastores-presidentes e seus respectivos Ministérios (FAJARDO, 2015, p.113).

O processo de ministerialização citado por Maxwell Fajardo (2015), ocorreu neste período da história assembleiana e teve como importante figura, o pastor Paulo Leivas Macalão. Macalão era gaúcho e de família militar, porém tornou-se assembleiano no Rio de Janeiro, em 1924, no bairro de São Cristóvão. Alguns meses após sua conversão, o casal Vingren assumiu a liderança da igreja daquela localidade.

⁶ A título de curiosidade, o irmão de José Wellington Bezerra da Costa, o pastor Luiz Bezerra da Costa, também presidiu a CGADB, no ano de 1979.

⁷ O Ministério do Belém é tão numeroso, que existem as “igrejas setoriais”. Cada “setor” é uma espécie de sede regional, responsável por administrar as congregações de sua área geográfica. Todas essas igrejas, tanto as congregações gerais, como as igrejas setoriais, que também são congregações, estão submissas à sede geral no bairro do Belém. O termo “setor” é equivalente ao termo “campo” – mais comumente utilizado –, dentro da organização eclesial das Assembleias de Deus.

Macalão passou a atuar ativamente na Assembleia de São Cristóvão, desempenhando a função de secretário e organizando uma banda musical, e destacando-se na evangelização, o que o credenciou a ser consagrado por Gunnar Vingren e Lewi Pethrus como pastor, em 1930. Apesar da titulação, Paulo Leivas Macalão se envolveu em diversos atritos com membros da Igreja de São Cristóvão, incluindo com a liderança sueca, fato que motivou seu trabalho evangelístico, iniciado ainda em 1926, percorrendo diversas áreas periféricas do Rio de Janeiro, como Realengo, Campo Grande, Santa Cruz, Marechal Hermes e Bangú, criando novos núcleos nestes locais. Contudo, o centro mais importante das atividades de Macalão foi o bairro de Madureira, onde o pastor fundou uma igreja em 1929 (FAJARDO, 2015).

A partir da ação de Paulo Leivas Macalão, o Rio de Janeiro contava então com dois grupos de Assembleias de Deus, as igrejas ligadas à Igreja de São Cristóvão, lideradas pelos suecos, que ficaram conhecidas como “Igrejas da Missão” e as associadas à “Igreja de Madureira” (FAJARDO, 2015). Vale salientar que todas essas comunidades de fé assembleianas estavam, na pessoa de suas lideranças, vinculadas à CGADB.

Cria-se aqui o conceito de “Ministério”, sem o qual não é possível entender a configuração atual da AD. O Ministério, no sentido corporativo-institucional, diz respeito aos grupos de igrejas liderados por um mesmo pastor-presidente e que têm autonomia administrativa em relação aos demais Ministérios e que pode manter ou não vínculo com uma convenção de abrangência nacional, como a CGADB (FAJARDO, 2015, p.88).

Em 1938, num movimento semelhante ao que ocorreu em solo carioca, Paulo Leivas Macalão estendeu seus trabalhos – e a dualidade Missão x Madureira – para São Paulo. A cidade já contava com reuniões assembleianas desde 1927, graças à atividade missionária de Daniel Berg, em Vila Carrão e, posteriormente, no bairro do Belém. Após afirmação em São Paulo, as Igrejas de Madureira se espalharam por todo o país, consolidando a dinâmica de Ministérios (FAJARDO, 2015).

Com o tempo, surgiram diversos outros ministérios no interior das Assembleias de Deus, havendo, atualmente, centenas em todo o território nacional, com abrangências diversas, cruzando estados ou se restringindo a apenas bairros. “Cada um destes Ministérios, apesar de preservar uma identidade geral criada pela nomenclatura ‘Assembleia de Deus’ apresenta suas próprias características, e um campo propício para a criação de suas próprias representações sociais” (FAJARDO, 2015, p.89).

Fajardo (2015) define da seguinte maneira o funcionamento dos Ministérios nas Assembleias de Deus:

Desta forma, a partir de Macalão começa a ficar evidente na AD um sistema de governo com “igrejas livres” em que não há uma liderança a nível nacional, mas diversos presidentes de Ministérios independentes, que governam suas redes de igrejas em um sistema de governo episcopal. É um sistema de igrejas livres mesclado a um episcopalismo que dá destaque à figura do pastor-presidente (FAJARDO, 2015, p.89).⁸

Encerro a sessão com última elucidação de Maxwell Fajardo (2015) acerca dos Ministérios corporativos de maior relevância dentro das Assembleias de Deus:

O templo sede normalmente é a igreja mais antiga do Ministério, a qual os obreiros responsáveis pelas demais congregações devem prestar contas. Além da importância histórica, o templo sede é o centro administrativo do Ministério, de onde o pastor-presidente comanda as demais igrejas e aonde são realizadas as periódicas reuniões gerais de obreiros (FAJARDO, 2015, p.161).

1.3 AS PRINCIPAIS ÊNFASES TEOLÓGICAS DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS

1.3.1 O pentecostalismo norte-americano

As Assembleias de Deus são igrejas pentecostais. Como produto do Pentecostalismo, é necessário investigar as origens desse movimento para melhor compreendermos as ideias e doutrinas professadas pela Igreja. Os pentecostalismos, como empreitada de reavivamento religioso marcado por experiências místicas, são vários e ocorreram/ocorrem em diversas partes do mundo, em diferentes períodos, muitas vezes sem qualquer tipo de conexão entre eles. Porém, o movimento aqui evocado, será o historicamente mais conhecido, aquele originado nos Estados Unidos, tendo como principais expoentes Charles Fox Parham, em Topeka, Kansas, 1901, e William Joseph

⁸ Cabe salientar a respeito do excerto supracitado, que no sistema eclesiástico assembleiano, as “igrejas são livres”, ou seja, não há uma liderança nacional, todavia, não se deve fazer confusão com a função da CGADB e Convenções estaduais, por exemplo. As Convenções são entidades jurídicas que são compostas e representam os obreiros da Igreja. Ou seja, as igrejas podem não ser filiadas às Convenções, mas seus líderes, como o próprio pastor-presidente, o são. Aliás, essa estrutura obedece a hierarquias em diferentes esferas, portanto, o pastor de determinada igreja é vinculado à uma Convenção estadual, que possui presidente e mesa diretora, e esta, por sua vez, está abaixo de uma Convenção Nacional, como a CGADB, que segue o mesmo padrão.

Seymour, Los Angeles, Califórnia, 1906, e que influenciou diretamente as Assembleias brasileiras.

Charles Fox Parham (1873-1929) foi figura importante entre os pioneiros do pentecostalismo norte-americano. O primeiro a conceber o batismo no Espírito Santo tendo como sinal a glossolália – falar línguas desconhecidas –, ligando-o ao episódio descrito na narrativa bíblica de Atos dos Apóstolos 2.4. No protestantismo histórico, o batismo “com” ou “no” Espírito era concebido como a própria conversão. De tradição wesleyana – foi pastor durante cinco anos da Igreja Metodista –, Parham via esse batismo como uma experiência posterior. O metodismo wesleyano dividia a caminhada cristã em espécies de etapas, chamadas de “bênçãos”; a conversão era a “primeira benção”, enquanto a santidade era a “segunda benção”. Charles Parham designou o batismo no Espírito Santo como uma “terceira benção” (CAMPOS, 2005).

Parham fundou e dirigiu o Bethel Bible College, na cidade de Topeka, no Kansas, um seminário bíblico de treinamento missionário para jovens e, durante suas aulas e reuniões de oração, incentivava seus alunos a buscarem o batismo no Espírito Santo. No dia 1º de janeiro de 1901, Agnes N. Ozman Laberge, foi a primeira pessoa a experimentar o que o professor ensinava, pois até aquela ocasião, nem mesmo ele o havia experienciado. Nas semanas seguintes, outras pessoas passaram pela mesma experiência, incluindo Parham, o que os animou a divulgar o ocorrido em outras regiões na busca por promovê-lo e compartilhar da experiência. O movimento liderado por Parham era chamado de *The Apostolic Faith* – A Fé Apostólica –, e o pioneiro também circulava suas ideias e acontecimentos em jornal homônimo.

Em 1905, quando já vivia no Texas, Parham fundou uma escola bíblica em Houston, de onde saiu o mais famoso precursor do movimento pentecostal moderno: William Joseph Seymour. Seymour (1870-1922) era negro, pobre, filho de ex-escravos e deficiente físico – cego de um olho. Num período de segregação racial nos EUA, com divisão até mesmo de banheiros para brancos e negros, Parham fez valer a discriminação e não permitiu que aquele único negro ficasse na classe com ele e os demais alunos, assim, William Seymour assistia às aulas sentado em uma cadeira no corredor do lado de fora da sala.

Em 1906, William Seymour mudou-se para Los Angeles e, após fracassar na pregação da mensagem pentecostal em igrejas existentes na cidade, fundou, a despeito da autorização de Parham, a *Apostolic Faith Mission* – Missão da Fé Apostólica –, na Rua Azuza, 312.

As reuniões aconteciam em um prédio abandonado, onde, anteriormente, encontrava-se a Igreja Metodista Episcopal Africana, e eram marcadas por glossolalias, gritos, profecias, relatos de curas, milagres, e pela mistura inter-racial e de gênero, incluindo na liderança. A euforia das reuniões e o rápido crescimento chamou a atenção da imprensa local e, então, de todos o país. Em 18 de abril de 1906, o jornal *Los Angeles Times* mandou repórteres para acompanharem um dos cultos, e publicou uma matéria dizendo que aquele movimento tratava-se uma seita de fanáticos, com uma confusão de línguas, formado por negros e imigrantes pobres (CAMPOS, 2005).

Embora criticado pela mídia e por igrejas e teólogos cristãos, por considerarem o comportamento escandaloso e pouco ortodoxo, o movimento liderado por Seymour obteve repercussão nunca alcançada por Parham, por exemplo.⁹ A explosão foi tamanha que se espalhou por todo o mundo em menos de um século. Sob influência da Missão da Fé Apostólica, originaram-se diversos grupos pentecostais, entre eles, a *North Avenue Mission* – Missão da Avenida Norte –, 1907, liderada por William Howard Durham (1873-1912), pastor batista residente em Chicago.

De acordo com a literatura confessional do pentecostalismo, em 1907, Durham participou de um culto na Rua Azusa, 312, e foi batizado com o Espírito Santo, tornando-se um importante propagador da experiência pentecostal em Chicago, ou seja, no mesmo ano em que ocorrera sua vivência mística, pentecostalizou sua igreja e fundou um movimento.¹⁰ Do círculo de seguidores de William Durham, saíram nomes como o italiano Louis Francescon, fundador da Congregação Cristã do Brasil, 1910, primeira denominação pentecostal do Brasil, e Gunnar Vingren e Daniel Berg, pioneiros fundadores das Assembleias de Deus no Brasil, em 1911.

O pentecostalismo tornou-se o movimento religioso mais importante do século XX, e até hoje atrai milhões de pessoas ao redor mundo, contudo, é importante frisar que as ideias

⁹ Ter obtido maior alcance não foi o único fator que elevou a figura de William J. Seymour em relação à Charles F. Parham. Na historiografia pentecostal, Parham é corriqueiramente “esquecido” e, segundo Leonildo Campos (2005), isso se deve às acusações de homossexualidade que sofreu no fim de sua vida, seu racismo flagrante e simpatia à Ku Klux Klan.

¹⁰ Após se tornar pentecostal, William Durham teve uma desavença com William Seymour ao fazer unificar a primeira e a segunda bênçãos, no caso, conversão e santificação, adaptando a doutrina aos batistas, ressaltando haver apenas duas etapas, conversão-santificação e batismo no Espírito, tendo as línguas como confirmação. Portanto, a ideia que Gunnar Vingren e Daniel Berg trouxeram com maior força para o Brasil foi a de influência de Durham, o batismo com o Espírito Santo, com o sinal da glossolália (CAMPOS, 2005).

religiosas pentecostais – como as de qualquer tipo – não circulam fora de um lugar social. Neste caso, estavam inseridas no contexto estadunidense, por isso, cabe o breve apontamento de algumas características do final do século XIX e início do século XX para a compreensão das bases que possibilitaram o pentecostalismo a surgir e se expandir tão enormemente naquele e partir daquele país.

Do ponto de vista social e econômico, o processo de industrialização ocorrido no período, gerou um significativo crescimento populacional dos centros urbanos, tanto por deslocamentos internos, bem como por uma onda migratória de trabalhadores de outros países, todos em busca de melhores condições de vida. Muitos dos migrantes não lograram o êxito esperado, viviam então em pobreza, marginalizados e desiludidos com a pretensa ascensão econômica. Além das questões de classe, outro traço importante eram os conflitos de raça, causados pelo fim recente da escravidão que deixara raízes profundas na sociedade norte-americana. Na passagem dos séculos aqui demarcados, ainda vivia-se as primeiras décadas pós-abolição, em que havia forte segregação racial. Era um contexto conturbado. Assim como as outras esferas, o campo religioso também estava bastante agitado.

Nessa grande efervescência do campo religioso também refletiam as agitações dos últimos 35 anos do século XIX, que ficaram marcados pelo trauma da Guerra Civil; libertação dos escravos negros; tensões raciais; crise prolongada do mundo da agricultura no sul do país; mobilidade populacional em direção às cidades do norte em processo de industrialização; chegada de milhões de imigrantes brancos, que vinham refazer na América laços rompidos pela pobreza e miséria na Europa de então (CAMPOS, 2005, p.105).

Segundo Leonildo Campos (2005), as denominações de então estavam acomodadas àquela situação, o que abriu espaço para o surgimento de novos grupos religiosos que expressavam a insatisfação e ofereciam respostas e alternativas para os excluídos e marginalizados, rejeitando o formalismo, o intelectualismo e as instituições teológicas que formavam aquele clero, e oferecendo soluções espirituais para os problema da vida cotidiana. O autor elucida que nessa conjuntura surgiram movimentos como o dos Mórmons, das Testemunhas de Jeová, do Espiritismo e do Adventismo do Sétimo Dia, além do *Holiness Movement* – Movimento da Santidade – ligado ao Metodismo Wesleyano que obteve grande proeminência. Assim, se é correta a afirmação de que a semente do *Pentecostal Movement* – Movimento Pentecostal - brotou e deu uma

quantidade de frutos poucas vezes vista por conta de algumas características, como, por exemplo, seu dinamismo, sua adaptabilidade a diferentes cenários, seu anticlericalismo, sua tradição oral e diversidade étnica, social e de gênero, também é verdadeiro que o solo fora preparado por outros movimentos religiosos cristãos.

Vale ressaltar também que tais características o ajudaram na expansão para as outras partes do mundo. É de se esperar que recomposições fossem feitas a partir de novas culturas e atores, mas não se pode desprezar que ter se originado entre negros, imigrantes e desafortunados socialmente lhe moldou de forma a favorecer sua inserção e acomodação nos mais diversos ambientes.

1.3.2 *Pneumatologia, Soteriologia e Escatologia*

Feitas as considerações a respeito do caminho trilhado pelo pentecostalismo norte-americano, abordaremos algumas características e definições do movimento pentecostal, interligando-o às Assembleias de Deus no Brasil.

Em primeiro lugar, é necessário explicar a nomenclatura. *Pentecostes* era o nome dado uma festa que ocorria em Israel anualmente, cinquenta dias após a Páscoa, em comemoração ao início da colheita e à entrega da Lei a Moisés no Monte Sinai. A celebração reunia pessoas de origem judaica de diferentes partes do mundo. Segundo o relato bíblico de Atos dos Apóstolos, durante a comemoração dessa festa, no 50º dia após a crucificação e ressurreição de Jesus Cristo, cento e vinte pessoas, incluindo seus discípulos, tiveram experiências místicas profundas e passaram a falar em línguas diferentes. O teor da mensagem era de exaltação à figura de Cristo e na pregação, enquanto os judeus de Israel falavam naturalmente, miraculosamente, os estrangeiros ouviam a mensagem no idioma de seus países. Os acontecimentos da festa no Dia de Pentecostes são a inspiração do movimento moderno, que, por isso, recebeu a nomenclatura *Pentecostalismo*.

Pode-se afirmar que o pentecostalismo é oriundo do protestantismo. Subscrive os principais dogmas da Reforma Protestante, dentre eles, a exclusividade autoritativa da Bíblia – ou como é costume dizer no meio pentecostal, “a Bíblia é a única regra de fé e prática” –, a salvação pela graça e não por obras e o sacerdócio universal de todos os crentes, que no pentecostalismo é interpretado e exercido como liberdade e intrepidez na

relação com o sagrado. Aliás, essas são características comuns aos pentecostais, palmas, pulos, choro, mãos e vozes erguidas e outras expressões emotivas no momento de culto são frequentes nas reuniões assembleianas.

Contudo, o pentecostalismo, na condição de um movimento religioso localizável temporal e geograficamente, trata-se de um filho tardio, nascido quase quatrocentos anos após o marco da Reforma iniciada por Martinho Lutero. Por diferentes fatores, incluindo sua datação, os pentecostais se distinguem dos demais ramos protestantes e evangélicos por pregarem a atualidade dos dons espirituais e uma diferente interpretação a respeito do batismo no – ou com o – Espírito Santo, baseando-se para isso, nos relatos dos livros bíblicos neotestamentários, especialmente Atos dos Apóstolos e a primeira epístola de S. Paulo aos Coríntios.

Robert Menzies (2016), um dos principais teólogos pentecostais de vertente assembleiana da atualidade, define o que é ser pentecostal da seguinte forma:

Pentecostal: Cristão que crê que o livro de Atos fornece um modelo para a igreja contemporânea e, nesta base, incentiva todos os crentes a experimentar o batismo no Espírito (At. 2.4), entendido como capacitação para a missão, distinto da regeneração, que é marcado por falar em línguas, e afirma que “sinais e maravilhas”, inclusive todos os dons mencionados em Coríntios 12.8-10 devem caracterizar a vida da igreja hoje (MENZIES, 2016, p.16, grifos do autor).

Portanto, para as Assembleias de Deus, manifestações como profecias, visões, revelações sobrenaturais, curas e, principalmente, línguas estranhas,¹¹ todas entendidas como provenientes da ação divina, são imprescindíveis para uma vida espiritual plena e o cumprimento satisfatório da missão da Igreja em fazer novos convertidos – “ganhar almas para Jesus”. No mesmo sentido, a Declaração de Fé das Assembleias de Deus no Brasil (2017) traz um capítulo específico sobre o batismo no Espírito Santo, caracterizando-o assim:

Trata-se de uma experiência física que ocorre após ou junto à regeneração, sendo acompanhada da evidência física do falar em outras línguas: *“E todos foram cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas,*

¹¹ As populares línguas estranhas são diferenciadas teologicamente em *xenolália*, definida como a capacidade sobrenatural de o indivíduo falar idiomas humanos sem conhecimento prévio, ou seja, línguas existentes, mas desconhecidas para o falante, e *glossolália*, a forma mais comum entre os pentecostais e que trata-se do ato de falar em línguas desconhecidas e inexistentes, dito de outro modo, fonética sem referência com qualquer outro idioma.

conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem (At.2.4) (CGADB, 2017, grifos do autor).

Sintetizando, como marca latente do pentecostalismo de viés assembleiano, pode-se ressaltar o batismo no Espírito Santo como uma experiência diferente da conversão e que tem a evidência física da *glossolália*¹² ou no falar “línguas estranhas”, além da atual vigência dos demais dons espirituais.

Três pontos teológicos destacam-se na tessitura assembleiana: a *Pneumatologia*, visão acerca do Espírito Santo, terceira pessoa da Trindade e sua atuação; a *Soteriologia*, doutrina que explica a abrangência e o processo de salvação do indivíduo; e a *Escatologia*, entendimento sobre as *últimas coisas/últimos dias*, como serão os acontecimentos derradeiros, sinais e fatos antecedentes ao fim do mundo terreno e o novo mundo eterno e celestial.

A *pneumatologia* foi abordada até aqui. No aspecto *soteriológico*, as Assembleias se identificam com o pensamento arminiano. *Arminianismo* é o nome dado a uma linha de interpretação teológica protestante, concernente à doutrina da salvação, baseada nos ensinamentos de Jacó Armínio (1650-1609), pastor, professor e teólogo nascido nos Países Baixos, e sistematizado pelos Remonstrantes, grupo de pastores e professores da mesma região, que defenderam seu posicionamento no Sínodo de Dort, ocorrido entre 1618 e 1619. O Arminianismo é geralmente resumido em cinco pontos, dispostos no acrônimo inglês *FACTS*, que em português é desmembrado como: 1) Depravação Total; 2) Expição Ilimitada; 3) Eleição Condicional; 4) Graça Resistível e 5) Segurança em Cristo (MARIANO, 2015).

O arminianismo coloca-se como um contraponto ao calvinismo, sistema teológico oficial de muitas denominações históricas, como a Igreja Presbiteriana e parte das Batistas. A diferenciação se dá, sobretudo, na eleição do crente, que no arminianismo está

¹² Charles Fox Parham e William Seymour concordavam sobre o conceito de batismo no Espírito Santo, contudo, houve uma divergência sobre o papel da *glossolália*. Parham defendia as línguas como um sinal confirmatório do batismo, Seymour, num primeiro momento possuía entendimento semelhante, todavia, numa segunda fase, passou a defender que a evidência inicial poderia ser qualquer um dos dons. O debate sobre as línguas como evidência física inicial presente desde o início do movimento pentecostal atesta que essa doutrina não define o pentecostalismo, o ponto comum entre as diversas vertentes é o batismo no Espírito Santo em si, além da contemporaneidade dos dons e o senso escatológico. As Assembleias de Deus, tanto no Brasil como nos EUA, apesar de não terem vínculos oficiais, são as maiores denominações pentecostais de seus respectivos países e defendem as línguas como a evidência inicial, essa é a principal razão de a doutrina possuir grande popularidade.

condicionada à fé e, especialmente, na expiação, que é ilimitada, ou seja, toda e qualquer pessoa tem a possibilidade de ser salva.

Na vertente escatológica, o *Dispensacionalismo* é a posição adotada oficialmente pelas Assembleias de Deus no Brasil. Segundo Sérgio da Matta (2020), o dispensacionalismo realiza uma teologia da história, ou seja, enxerga todo o processo humano e cosmológico ao longo dos tempos pelos óculos da religião e divide a história universal em sete eras, chamadas de “dispensações”, sendo elas: Inocência, Consciência, Governo Humano, Promessa, Lei, Graça e Reino.

Da Matta (2020) lista também três traços fundamentais dessa doutrina:

- a) Rigorismo na interpretação dos textos bíblicos. Não há ambivalência ou contradições possíveis, e toda fuga momentânea para as regiões da alegoria ou da metáfora, de dar-lhes um sentido que não o imediatamente aparente, implica em crime de hermenêutica; b) Há um nexos claro, mas não identidade, entre Israel e a Igreja. A verdadeira Igreja, como comunidade de fé, é “invisível”; ao passo que Israel, comunidade étnico-político-religiosa, é a realidade histórica concreta; c) Crença no retorno iminente de Cristo, no arrebatamento e no milênio (DA MATTA, 2020, p.62).

De acordo com essa interpretação, todos os eventos descritos na Bíblia são literais e a nação de Israel desempenha papel central no plano divino, é uma espécie de “relógio de Deus”, frase popular entre os assembleianos, ou seja, um tipo de marcador no que se refere ao fim dos tempos. Para os assembleianos do passado e do presente, o mundo está chegando a seu termo, pois vive-se a dispensação da “Graça”, o último estágio, o período que precede a volta de Cristo para arrebatá-la Igreja, inaugurando sete anos depois a dispensação do “Reino”. Nessa fase, acredita-se, a humanidade enfrentará diversas calamidades, sejam elas naturais, como doenças, maremotos, tsunamis, terremotos e afins, ou através de ações humanas, como aumento da violência e das guerras, chamadas comumente de “sinais dos tempos” e “princípios das dores”.

O termo “princípio das dores” está contido na Bíblia e é associado ao momento imediatamente anterior à “Grande Tribulação”. A “Grande Tribulação” é relatada como o período mais terrível da história da humanidade. Com duração de sete anos, Satanás, seus demônios e seus agentes humanos, como o Anticristo e o Falso Profeta, terão total liberdade para perseguir e afligir com violência, tortura, morte e toda sorte de

malevolências a todas as pessoas que ainda estiverem no mundo, isto porque, essa tribulação jamais vista só terá início quando a Igreja for arrebatada.

Outra marca importante do Dispensacionalismo é o entendimento a respeito do “Milênio”. Essa corrente ensina que Cristo retornará novamente,¹³ quando, pessoalmente, habitando na Terra, governará o mundo por mil anos, a partir de Israel. O milênio é entendido como um tempo em que a igualdade, a felicidade e a justiça serão restauradas. Não só as pessoas, mas a própria natureza viverá também em harmonia, numa espécie de retorno ao paraíso perdido. Osiel Carvalho (2017, p.13) elenca as características do milenismo assembleiano brasileiro a partir das categorias “coletiva, terrena, iminente, total e miraculosa”.

“Coletiva”, pelo senso de comunitarismo, união de diferentes pessoas, que viveram em diferentes épocas e lugares, que desfrutarão dos benefícios do milênio. “Terrena”, pois esse período de maravilhas será vivido no planeta Terra e não no “céu”, com sentido de dimensão celestial. “Iminente”, já que, como visto, os assembleianos aguardavam/aguardam o retorno de Cristo a qualquer instante. “Total”, porque todas as coisas serão restauradas a um plano de perfeição, desde o ecossistema, a ordem cósmica, a relação entre os humanos, todas as esferas da vida estarão em num estado sublime. E, por fim, “miraculoso”, uma vez que o reino milenial não será implantado por meio de ação humana. Não se tratará de um processo revolucionário que levará a esse estado, mas uma intervenção divina na história humana, uma força sobrenatural que instaurará o milênio (CARVALHO, 2017).

Portanto, em termos escatológicos, as Assembleias de Deus são pré-tribulacionistas, Cristo arrebatará a Igreja antes da grande tribulação, e pré-milenistas, pois os mil anos de felicidade serão antecidos pela retorno de Jesus. “Estes dois complexos de eventos míticos povoam fortemente o imaginário evangélico” (DA MATTA, 2020, p.61), logo, impactam no modo como os assembleianos se relacionam com o mundo. Por várias décadas, essa crença guiou os fiéis a uma vida ascética, com postura isolacionista em relação à cultura e à política, por exemplo, mas engajados na propagação da mensagem

¹³ No dispensacionalismo, a *parousia*, ou segunda vinda de Cristo, é dividida em duas fases: na primeira, Jesus aparecerá nas nuvens e somente os cristãos fiéis o verão e serão arrebatados. Após o arrebatamento, a Igreja estará na dimensão celestial, enquanto os que ficarem na Terra enfrentarão a grande tribulação. Passados os sete anos da tribulação, ocorrerá a segunda fase da segunda vinda, quando Cristo descerá ao mundo e será visto por todas as pessoas. Neste momento, Jesus, acompanhado da Igreja, irá empreender uma guerra aos seus inimigos, o Diabo e seus aliados, derrotando-os e encetando então o reino milenial.

religiosa. Ao dissertar sobre o pré-milenismo, Daniel Rocha (2011, p.126) analisa a conduta de seus adeptos, afirmando que o entendimento corrente era que “ao crente só cabe aguardar, em pureza moral e espiritual, o retorno do seu Senhor e comunicar a mensagem do evangelho na tentativa de ‘ganhar mais almas para Jesus’”.

Observando os principais pontos teológicos das Assembleias de Deus – pentecostalismo, arminianismo e dispensacionalismo –, desperta a atenção a ênfase prestada à conjunção coletiva e, parece tratar-se de uma relação intrincada entre o natural e o “sobrenatural” que busca na religião um novo horizonte. O pentecostalismo, desde sua gênese, é um movimento que abrange a todos e todas, no arminianismo todas as pessoas têm direito à salvação. E por falar em salvação, o dispensacionalismo ensina que o traslado para as dimensões celestiais, onde “não haverá mais morte, choro ou tristeza”, poderá ser a qualquer momento.

A respeito das ênfases teológicas das Assembleias de Deus no Brasil, cabe uma última palavra: a Igreja não têm por hábito nomear as linhas teológicas que segue, apesar de esposar o conjunto de ideias defendidas. Isso ocorre com o Arminianismo e o Dispensacionalismo, por exemplo, e a única exceção nesse sentido, é o Pentecostalismo. Até meados da década passada, o termo “arminianismo”, era totalmente desconhecido ou mal interpretado, inclusive pelas lideranças da denominação, possivelmente por influência da abundante produção teológica calvinista.

O pastor Antônio Gilberto (1927-2018), quiçá o maior expoente da teologia assembleiana brasileira, foi o editor-geral da obra *Teologia Sistemática Pentecostal* (2003), uma produção da CPAD, que compilou escritos dos mais renomados pastores assembleianos ligados à CGADB e distribuiu-os em diferentes capítulos. Gilberto ficou a cargo do capítulo sobre *Soteriologia*, a doutrina da salvação, e escreveu em tom crítico que “os arminianistas extremistas rejeitam a predestinação” (2016, p.369). Atualmente, os concordantes com as doutrinas de Armínio são chamados *arminianos*, enquanto Gilberto os chama *arminianistas*, assim como os seguidores de Calvino são chamados *calvinistas*. Há ainda outro caso que reforça a tese. O pastor Claudionor de Andrade, uma das principais referências assembleianas em se tratando de Teologia, em evento da FAETAD (Faculdade de Educação Teológica das Assembleias de Deus) ocorrido em 2016, deu a seguinte declaração: “alguém certa vez perguntou-me, o senhor é arminiano ou calvinista? Eu disse, eu sou bíblico”.

Este panorama passou a se modificar a partir da segunda metade da década de 2010, quando o debate calvinismo *versus* arminianismo efervescia, sobretudo na internet, e havia diversos relatos do crescimento de jovens assembleianos que faziam cursos teológicos em instituições confessionalmente calvinistas e migravam para igrejas de mesma linha ou buscavam “calvinizar” as igrejas as quais faziam parte. Houve um esforço editorial por parte da CPAD em demarcar sua posição.

Diversos títulos foram lançados com o objetivo de reforçar o entendimento assembleiano sobre a questão, como, por exemplo, as “Obras de Armínio” (2015), tradução em três tomos de seus escritos originais, a “Declaração de Fé das Assembleias de Deus” (2016), documento que foi um marco na teologia assembleiana brasileira e que no capítulo X, intitulado “Sobre a Salvação”, mesmo sem relatar o nome, disserta sobre as ideias de Jacó Armínio, os livros “Arminianismo: a mecânica da Salvação” (2016), “Arminianismo Puro e Simples” (2018) e a “Lições Bíblicas”, revista da Escola Bíblica Dominical (EBD), que no 4º trimestre de 2017, trouxe para o público adulto o tema “A Obra da Salvação – Jesus Cristo é o caminho, a verdade e a vida”, em que reafirmou suas crenças e na lição de número oito “Salvação e Livre-Arbitrio” fez comentários sobre a biografia de Jacó Armínio.

Além da produção literária, as Assembleias de Deus investiram em palestras em suas igrejas e eventos teológicos. Pastores pertencentes à própria denominação e também a outras foram convidados a expor sobre o tema. Até mesmo Claudionor de Andrade mudou seu discurso. Palestrando acerca das raízes teológicas da denominação, afirmou que a Assembleia “é uma igreja arminiana, por aceitar os postulados e as conclusões a que chegou o nosso irmão Armínio quanto à soteriologia bíblica”.¹⁴

1.4 A IMPRENSA ASSEMBLEIANA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O rápido desenvolvimento e as ênfases teológicas das Assembleias de Deus influenciaram na liturgia do culto, no modo de expressão dos fiéis e no despertar para a evangelização, porém, estavam em desacordo com igrejas protestantes já estabelecidas no Brasil e, ainda mais, com a Igreja Católica, o que gerou perseguições aos pentecostais, em especial na expansão para o sudeste. Desse modo, era preciso criar mecanismos que

¹⁴ Para acessar: <<https://www.facebook.com/watch/?v=931937856971703>>.

visassem a consolidação da doutrina e a homogeneidade do grupo. Assim surgiram os periódicos assembleianos.

O envolvimento das Assembleias de Deus com a imprensa vem de longa data, a Igreja já contou com quatro jornais – atualmente mantém o *Mensageiro da Paz* –, além de revistas. O primeiro deles foi *A Voz da Verdade*, criado pelos pastores Almeida Sobrinho e João Trigueiro em novembro de 1917, que não pertencia à Assembleia, mas trazia notícias sobre sua atuação em Belém. Entretanto, o impresso circulou somente até janeiro de 1918 por falta de recursos financeiros. Um ano depois, em janeiro de 1919, Gunnar Vingren, então pastor da Igreja em Belém, criou o jornal *Boa Semente*, que era editado na própria cidade e circulou durante dez anos. Seu intuito era difundir ensinamentos e informar sobre as demais Assembleias espalhadas pelo Brasil.

Com a mudança para o Rio de Janeiro em 1924, Vingren fundou outro jornal, dessa vez em terras cariocas. O periódico *Som Alegre* passou a circular em 1º de janeiro de 1929 e coexistiu com o *Boa Semente* durante algum tempo, entretanto, na primeira Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) em Natal, Rio Grande do Norte, no ano de 1930, decidiu-se que deveria haver apenas um impresso que respondesse legitimamente pelas Assembleias de Deus em todo o território nacional. Dessa forma, *Boa Semente* e *Som Alegre* foram dissolvidos, e em seus lugares surgiu o *Mensageiro da Paz*, editado no Rio de Janeiro, com alcunha de órgão oficial.

O *Mensageiro da Paz* circulou quinzenalmente até o fim da década de 1970, passando posteriormente a tiragens mensais. Sua distribuição era feita por assinaturas individuais, colportores e igrejas que compravam seus números na CPAD. Inicialmente, o jornal contava com folhas de grandes medidas, porém, poucas páginas, que variaram entre seis, e doze. As ilustrações eram parquíssimas, o logotipo de seu nome, um pergaminho e um minúsculo mapa do Brasil na coluna sobre os trabalhos das Assembleias de Deus nos diversos entes federados. O periódico era mantido por sua própria venda e por oferta de fiéis assembleianos, não recebia financiamento ou patrocínio de nenhuma empresa, pessoa jurídica ou governo, por isso, tampouco havia publicidade comercial em suas edições; é possível afirmar que as matérias veiculadas não atendiam a nenhum interesse econômico explícito. As fotografias, no entanto, eram abundantes. Muitas fotos das cerimônias religiosas acompanhavam as notícias sobre suas realizações, mas até 1972, todo o jornal era em preto e branco. A partir de então, a CPAD passou por diversas alterações, o que levou, também a modificações no jornal. Na década de 1980, por

exemplo, contava com 24 páginas, folha de melhor qualidade, design mais moderno, com cores e letras especiais.

Em se tratando de um periódico religioso, a maior parte de suas publicações tinha essa natureza. Dentre o conteúdo que foi noticiado, destacam-se os temas teológicos, subsídios para a Escola Bíblica Dominical e instruções de como estudar a Bíblia, informações e convites sobre missões evangelizadoras pentecostais ao redor do mundo, detalhamento da expansão das Assembleias de Deus no Brasil, retratando templos inaugurados, aniversário de igrejas locais, quantidade de convertidos, batismos em águas, “batismos no Espírito Santo” e festividades. Uma marca das notícias sobre as celebrações assembleianas, era a ênfase conferida à presença de autoridades políticas e militares, salientando a importância que a denominação conquistava. Havia também páginas destinadas exclusivamente para testemunhos de curas, necrológios e informações gerais, como recados e avisos de eventos.

Muitos dos artigos se preocupavam com orientações morais e apelavam para um comportamento altamente regrado: se opunham a bebidas alcoólicas, cigarros, cinema, televisão, uso de determinadas roupas e cortes de cabelo, prática de futebol, a chamada música “profana”, “secular” ou “mundana”, etc. Também advogavam contra o aborto e o divórcio, recorrendo a mandamentos bíblicos como “não matarás” e contra a “destruição da instituição familiar”.

A maior parte dos escritos era produzida por homens, mas também havia espaço para as mulheres, que, com frequência, publicavam no *Mensageiro da Paz*. Entre os articulistas, encontravam-se muitos pastores das Assembleias de Deus, obreiros¹⁵ da denominação e dirigentes de pequenas congregações recém-iniciadas, que informavam como se desenvolviam os trabalhos ou abordavam algum tema genérico da fé cristã. Portanto, o jornal dava grande margem para divulgação da expansão das Assembleias de Deus e da doutrina pentecostal, contudo, os artigos sobre ensinamentos e dogmas e os de cunho político, sempre eram escritos pelos principais líderes das Assembleias de Deus – pastores com prestígio nacional – ou membros da denominação que eram mais formalizados, geralmente homens com graduação em letras, jornalismo ou direito.

¹⁵ A categoria *obreiro* abarca todos os homens que possuem cargos eclesiásticos dentro das Assembleias de Deus, sendo estes: auxiliares de trabalho, diáconos, presbíteros, evangelistas e pastores.

Desde a primeira edição, o *Mensageiro da Paz* afirmou que seu objetivo era divulgar a doutrina pentecostal e potencializar a evangelização, na medida em que o jornal poderia chegar a diversos locais, por mais distantes que fossem e com relativa rapidez. Além disso, fez uma distinção entre si e os jornais seculares, abrindo espaço para a inferência de que sua preocupação se daria exclusivamente com as questões relacionadas à espiritualidade, deixando de fora, por exemplo, a política institucional. Acerca dessa questão, do envolvimento ou não na política, as obras que se esmeraram em analisar o mencionado jornal derrubaram essa tese: o *Mensageiro da Paz*, maior divulgador dos ideais assembleianos, se imbuíu de viés político em suas páginas. Todavia, existe uma divergência quanto à datação deste fato.

Da fundação das Assembleias de Deus à virada década de 1970 para 1980, de modo geral, houve forte rejeição à participação formal na arena pública, uma vez que, a “visão premilenarista contribuiu para que os pentecostais não se envolvessem com as questões políticas e sociais, pois o fim do mundo era uma realidade próxima” (CARVALHO, 2014 p.141), e, além disso, Geremias do Couto (2016) assevera que:

Uma dessas resistências está no fato de o evangelho ter sido plantado no Brasil através de missionários estrangeiros, os quais não podiam, por força da lei, se envolver nos assuntos políticos do país. Eles tinham imenso cuidado para não serem confundidos em sua missão, tendo em vista as restrições que a igreja evangélica sofria pelo vínculo do Estado com a Igreja Católica (COUTO, 2016, p.15).

Seguindo as determinações da Igreja em rechaçar qualquer envolvimento oficial com a política partidária, o *Mensageiro da Paz* começou a divulgar notícias com esse fundo somente nos fins da década de 1970, período em que as Assembleias de Deus passaram a incentivar a candidatura de seus membros, sendo, inclusive, bem-sucedida, já que 13 deputados da denominação se elegeram para o Congresso Nacional em 1986. Essa é a argumentação básica da maioria dos autores listados a seguir:

Edson d’Avila (2006, p.99), informa que “desde sua fundação em 1930, até recentemente, o *Mensageiro da Paz* pautou-se quase que exclusivamente em estudos bíblicos, decisões oficiais da denominação e ‘mensagens de Salvação’” e “até 1986, uma das marcas características da AD, no campo político nacional, é a falta de interesse por questões políticas”.

Segundo André Fonseca (2014):

A primeira mudança no MP nos anos 1980 ocorreu com a inclusão de notícias sobre o contexto político do país e, consequentemente, uma maior incidência de termos que antes raramente apareciam nas páginas do jornal. (...) Com essas reformulações, o MP passou a ser porta-voz da AD em assuntos referentes à política, expressando os descontentamentos e as preocupações da liderança dessa Igreja diante do novo contexto social e político que se desenhava no início dos anos 1980 (FONSECA, 2014, p. 283).

Daniel Rocha (2011) nos informa que:

A Assembleia de Deus apresentou uma postura politicamente apática e isolacionista até meados dos anos 1980. Entretanto, a partir, aproximadamente, dos preparativos para a eleição do Congresso Constituinte de 1986, tomou uma posição de participar ativamente da política eleitoral brasileira através da eleição de vários deputados ligados à igreja. Estabeleceu, assim, uma nova forma de atuar politicamente e uma nova interpretação de qual deve ser o “papel do crente na política” (ROCHA, 2011, p.260).

Para Elba Mota (2015, p.66), “ainda no que se refere à sua linha editorial, notamos uma mudança significativa ao longo da década de 1980, (...) a partir deste período, surge a preocupação com a política nas páginas do *Mensageiro da Paz*”.

De acordo com Osiel Carvalho (2014):

No início dos anos 80 ainda havia consideráveis restrições à participação de pastores das Assembleias de Deus na política partidária. Em maio de 1981, o jornal *Mensageiro da Paz* relatava que os pastores não poderiam ser candidatos, exceto se pedissem licença dos trabalhos pastorais. Também era recomendado que os membros não participassem de sindicatos e de outros movimentos sociais. Entretanto, isso começou a mudar a partir das eleições de 1986, quando os pastores das Assembleias de Deus resolveram investir na eleição de candidatos (CARVALHO, 2014, p.143).

Geremias Couto (2016), pastor da Assembleia de Deus, que na década de 1990 foi Diretor do Departamento de Publicações do *Mensageiro da Paz*, escreveu em seu livro *Política*, que “sempre tivemos pouca participação na vida política, quadro que começou a mudar a partir da Constituinte eleita em 1986, que promulgou a Constituição de 1988” (COUTO, 2016, p.23).

Como pode ser observado, todos os autores citados concordam que a Igreja foi avessa à política até 1980. Ou seja, a tese dos trabalhos supracitados é de que as Assembleias de Deus partiram de um suposto apoliticismo em suas primeiras décadas de existência para a participação formal na arena pública, indo de um extremo – negação – a outro –

participação formal. Isso ocorre porque os mencionados pesquisadores levam em conta somente a esfera institucional/partidária da política, neste caso, com a ocorrência de novas eleições, um ano após o fim da Ditadura Militar, a candidatura a cargos no poder público. No entanto, avaliando política como ação na sociedade que têm como referência a coletividade, pode-se perceber que houve, antes mesmo do período da redemocratização, ação política nas páginas do *Mensagem da Paz* (ALMEIDA, 2016).

É inegável que as Assembleias de Deus transitaram entre os polos da negação e da atuação formalizada, entretanto, defende-se aqui, a tese de que esse movimento não aconteceu de forma abrupta ou repentina, antes, houve uma passagem, uma transição. Foi no período histórico compreendido pela Ditadura Militar, que se deu essa gradual e nuançada, porém significativa, mudança de paradigma.

Como observou Adroaldo Almeida (2016), a postura do *Mensagem da Paz* em relação à deposição do presidente João Goulart foi de completo silêncio. Contudo, esse silêncio não se deu por puro desinteresse em relação à vida pública, antes, caracterizou-se como uma escolha política, tendo em vista que era comum a divulgação da presença de autoridades políticas em eventos da Igreja e, além disso, na edição da primeira quinzena de março de 1964, portanto, antes do golpe, houve uma notícia em que foi retratada a situação política de Vargem Grande, cidade localizada a 200 km de São Luis.¹⁶ Ora, seria importante relatar o fim do cangaceirismo em uma cidade do interior do Maranhão, mas não seria informar acerca da retirada do legítimo presidente da nação? É bem verdade que as matérias divulgadas no jornal eram produzidas com antecedência, porém, não é comum que um evento dessa magnitude fosse completamente ignorado. Elba Mota (2015, p.67) também encara “estes silêncios enquanto enquadramento dos fiéis e, especialmente, direcionamento quanto ao apoio ao governo”.

Rodrigo Motta (2002) afirma que no Brasil, nação profundamente cristã, consolidou-se uma tradição anticomunista que tinha alta influência política, uma vez que essa ideologia era apontada como a corporificação do mal e inimiga irreconciliável do cristianismo. As Assembleias de Deus fizeram parte dessa tradição. A partir da leitura do *Mensagem da Paz*, é possível perceber o combate ao comunismo como conteúdo sistemático, estando presente em suas páginas desde a década de 1960, inclusive antes do golpe de 1964, até

¹⁶ SANTOS, Antonio de Sousa. Vargem Grande-Ma. *Mensagem da Paz*, Ano 34, n.5, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de março de 1964, p.5.

a década de 1980, quando a temática já não estava mais em voga em outros meios de comunicação.

Essa visão negativa das Assembleias de Deus em relação ao comunismo se deu, em grande parte, pela influência de seus pioneiros e missionários, que, em boa parte, vieram ao Brasil depois de anos vivendo nos EUA, nação que tradicionalmente se posicionou de forma antagônica àquela ideologia, ademais, é necessário recuar até as primeiras décadas do século XX e perceber o contato entre a filosofia decorrida do pensamento marxista e a Igreja Católica, pois, a despeito das discordâncias com o movimento evangélico, ambas as tradições partilhavam de valores comuns.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2002):

A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questiona os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringia a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários. (MOTTA, 2002, p.38/39).

Motta (2002, p.281) elucida essa aproximação ao afirmar que na década de 1960, “a ortodoxia católica foi substituída por uma espécie de ecumenismo anticomunista”, englobando as igrejas evangélicas nesse movimento. Prova disso foram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que contaram com apoio massivo dos protestantes.

Como dito, foram diversos os artigos de tom anticomunista e várias as ligações realizadas com elementos malévolos. Em um texto publicado no *Mensageiro da Paz* em fevereiro de 1962, a China comunista é retratada com características negativas: “interesseira”, pois “está de olho” nas riquezas minerais e agrícolas de outros países, para sustentar a si própria; “violenta”, tendo prazer no conflito bélico e usando desse meio para alcançar seus objetivos e “embusteira”, porque mesmo nas mortes de seus habitantes e soldados, via vantagens:

A agressão da China deverá continuar, pois o governo comunista, tendo que enfrentar o problema de alimentar 650 milhões de habitantes (...) está de olho nos campos de arroz da Birmânia, Tailândia, Indochina, na borracha e nos minerais das Malaías e da Indonésia e riqueza não explorada das Filipinas. (...) A felicidade da China assenta-se na guerra e não na paz. Com a guerra, milhões de chineses morreram ao lado de seus adversários. Disso advém três vantagens: é diminuído o quociente humano; há menor consumo de alimentos; e há sempre probabilidade de vitória sobre o adversário, devido o fator numérico dos contingentes chineses, com o conseqüente domínio das possessões ligantes.¹⁷

O escrito acima, publicado antes da instauração da Ditadura Militar, já sinalizava a posição das Assembleias de Deus em relação ao comunismo. Todavia, em setembro e outubro de 1964, foi publicado um artigo, dividido em duas partes, intitulado “O cristão e as falsas ideologias”, de autoria de Athayde Magalhães, que demarcaria claramente a posição assembleiana. Os excertos selecionados se alinham com as clássicas representações discutidas por Patto Sá Motta (2002) e Carla Rodeghero (1998). Na primeira parte é dito:

Por que devemos combater o Comunismo? Quais os danos, os processos que ele adota para infiltrar-se nos organismos sócio-econômicos político e educacionais? (...) Ora, para nós, os cristãos, que temos em Cristo a solução para todos os nossos problemas, e de Deus recebemos desde a existência (vida), até as mínimas coisas indispensáveis às nossas necessidades, não devemos, portanto, dar tréguas a um inimigo que sub-repticiamente se introduz no seio das massas humanas para delas retirar – o que o homem possui de mais sagrado: a fé em Deus.¹⁸

Desde o título do artigo tem-se a visão do autor sobre o comunismo; está englobado dentro das “falsas ideologias” existentes, sendo assim, os cristãos devem “combatê-lo” sem “dar tréguas”, conforme a pergunta retórica contida na primeira frase e a parte final do texto. O escrito descreve também a natureza do comunismo, seu objetivo e sua estratégia para alcançá-lo: ele é posto na posição de “inimigo”, portanto, mal; como adversário dos cristãos, o fim a que se dedica só poderia ser igualmente maligno, “retirar a fé em Deus”

¹⁷ DAVANZO, Américo. Sinais dos Tempos. *Mensageiro da Paz*, Ano 32, n.3, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de fevereiro de 1962, p.3.

¹⁸ MAGALHÃES, Athayde. O cristão e as falsas ideologias. *Mensageiro da Paz*, Ano 34, n.18, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de setembro de 1964, p.2.

e o método utilizado consistia em “infiltrar-se nos organismos” das sociedades, porém, não abertamente, mas que” sub-repticiamente se introduz”.

Os termos “infiltrar-se” e o modo clandestino com o qual “introduz”, fazem analogia a como as doenças adentram ao organismo humano, levando-o a óbito. De acordo com Rodrigo Motta (2002, p.80) a “representação do comunismo como enfermidade remete ao tema correlato da ‘infiltração’. Tal qual uma doença, os comunistas foram denunciados como um grupo dedicado a infiltrar-se nos organismos sociais, debilitando-os internamente”. Logo, o paralelo traçado afirma que assim como doenças perigosas contaminam o corpo, matando-o, de igual forma o comunismo se processa nos países que permitem sua entrada, mata “o que há de mais sagrado, a fé em Deus”, o que significa ser condenado ao inferno, à morte eterna.

A conclusão do artigo na edição seguinte também fornece bons exemplos:

O comunismo é análogo a determinados casos patológicos. Assim como um organismo fraco, depauperado não resiste às investidas patogênicas dos vírus, contraindo moléstias que seriam evitados se se cuidasse do corpo no sentido de se preservar a saúde, assim também o comunismo é resultante de certos estados de depauperamento social. (...) Assim, também, o comunismo é um produto oriundo de um misto de miséria e injustiça social. Acredito mesmo que o comunismo seja uma espécie de salário para aqueles que, por egoísmo, e avareza retêm o essencial aos seus semelhantes, contrariando as Leis de Deus.

A Revolução, que em boa hora veio para desarticular o comunismo, a subversão e a corrupção, certamente há de voltar a sua atenção para os conteúdos dos livros didáticos. (...) o Cristianismo prega a resignação, a submissão às autoridades e o amor ao próximo, enquanto o comunismo advoga a luta de classes e o confisco da propriedade. Para êle (sic) não existe uma moral absoluta ou seja, princípios morais válidos para todas as épocas. (...) Êle considera moral tudo aquilo que favorece a vitória do partido: - A violência, a calúnia, a mentira, a traição são moralmente bons, desde que sirvam ao fim que almejam: a conquista do poder.¹⁹

Seguindo a mesma linha, a continuação do artigo associou o comunismo às doenças, mas, dessa vez, ainda mais abertamente. Expressões que não foram empregadas na primeira parte, como “casos patológicos” e “vírus”, apareceram de maneira assertiva. Outra face

¹⁹ MAGALHÃES, Athayde. O cristão e as falsas ideologias (parte 2). *Mensageiro da Paz*, Ano 34, n.19, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de outubro de 1964, p.2.

explorada, foi a origem do comunismo, pois, segundo Magalhães, era um “produto oriundo de um misto de miséria e injustiça social”. Seguindo esse princípio, era natural descrevê-lo como imoral, ou seja, que não obedece às regras de conduta que organizam a sociedade, e até mesmo amoral, no sentido de que nada é proibido ou abominável, pelo contrário, se possuir serventia a seus propósitos escusos, mesmo que seja a “violência”, a “calúnia”, e a “mentira”, são “moralmente bons”. O conjunto de valores do comunismo, portanto, era contrário aos preceitos defendidos pelo cristianismo, que baseava-se em “sujeição às autoridades e amor ao próximo”. Levando em consideração tal panorama, o autor exalta a atuação golpista dos militares, reverberando o discurso de que a Ditadura se impôs para desarticular o comunismo, a subversão e a corrupção.

Como destacado por Motta (2002), manteve-se um padrão de associações ao comunismo que giravam em torno de demonização, ateísmo, agentes patológicos, ameaça estrangeira e desafio à moral. O referido artigo, dividido em suas duas partes, contemplou alguns destes elementos, ateísmo, imoralidade e agentes patológicos, além de outras características malsãs. Por fim, ainda demonstrou seu contentamento ao golpe imposto a João Goulart.

Já fora explicitado que no conjunto dos textos publicados durante o período ditatorial, abundaram aqueles de verniz anticomunismo, porém, até 1967, toda a temática relacionada a assuntos políticos foi suprimida, com exceção do artigo acima mencionado. Analisando o referido artigo de 1964 e o silêncio em relação ao Golpe, é perceptível que, mesmo exprimindo timidamente, as Assembleias de Deus simpatizavam com a Ditadura Militar. A partir de 1968, o jornal voltou a envolver-se com as pautas políticas, dessa vez para além da crítica ao comunismo, aprofundando seu posicionamento gradualmente, até o ponto de expressá-lo com nitidez. Caberá no próximo capítulo analisar os porquês dessa mudança, como ela se processou e o que pôde revelar.

2. O APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES

2.1. 1968 E AS MOBILIZAÇÕES DA JUVENTUDE

O ano de 1968 é, sem dúvidas, emblemático. Marcante na história do século XX, mas não restrito ao passado, ainda hoje ecoam os diversos acontecimentos políticos, sociais e culturais do período. Os eventos e processos bastante conhecidos, como agitações, greves, passeatas, atos, revoltas e protestos em diferentes lugares, expressaram a efervescência de um movimento global poucas vezes experimentado. 1968 é símbolo e inspiração da cultura de contestação das massas. Nas palavras de Angélica Müller (2018):

Num mundo dominado pela Guerra Fria, a contestação como ideia tornou-se global, estendendo-se desde a radicalidade dos movimentos anarquistas e comunistas do Zangakuren japonês, e passando pelos movimentos de libertação nacional da Argélia, pelo longo '68 *studentesco* italiano, pela contracultura e os movimentos sociais que surgiram nos Estados Unidos, pela barbárie do Massacre de Tlatelolco, no México, até chegar ao *Cordobazo* argentino (MÜLLER, 2018, p.8).

Se é correto ressaltar a contestação e o anseio por transformações estruturais nas mais diferentes sociedades como marca do período, este, igualmente, notabilizou-se por repressão, violência e mortes. O Brasil está bem inserido nesse contexto. Provou tanto de formas concretas de questionamento da ordem social, quanto de refreamento e coibição ferozes destes, ao ponto de ocorrerem prisões e assassinatos. Assim, por diferentes razões, 1968 permanece na dimensão política do país.

As análises sobre o ano de 1968 não podem ignorar o protagonismo da juventude. Entre os importantes grupos que fizeram sua presença ser sentida naquele momento, colocando-se como questionadores da ordem vigente, estavam os estudantes e trabalhadores jovens, representados pelo Movimento Estudantil e pelo Movimento Operário.

Desde meados de 1964, alguns meses após o golpe, o Movimento Estudantil, composto por universitários e secundaristas, se destacou no cenário nacional por fazer oposição ao regime recém-implantado. Liderado pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e pelas uniões estaduais (UEEs), o organismo denunciava as ações e intenções autoritárias do governo dos militares e, por isso, foi severamente reprimido. As tendências políticas de esquerda foi outro fator que contribuiu para a perseguição ao Movimento Estudantil. Os principais quadros que exerciam influência dentro da UNE eram ligados à AP (Ação

Popular), movimento da esquerda radical católica, à Polop (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária) e indivíduos dissidentes do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Medidas como a Lei Suplicy, que visava substituir as organizações de representação estudantil por outras que seriam diretamente controladas pelo governo, somadas à decretação do AI-2, em outubro de 1965, que estipulava eleição indireta para a presidência da República e outras determinações que atentavam contra a democracia, geraram grande insatisfação entre os estudantes organizados, que já em 1966 saíram às ruas em protesto, em diferentes partes do país, com destaque para o Rio de Janeiro (MARTINS FILHO, 2018).

A Ditadura enxergava essas mobilizações como um perigo à Segurança Nacional, por isso, soldados e policiais reprimiam as manifestações de maneira brutal. O enfrentamento se deu com aparatos de guerra; para além de cassetetes e cavalaria, as forças militares lançaram mão de bombas, metralhadoras, carros blindados e tanques, deixando um saldo de centenas de estudantes presos e feridos. O clima combativo seguiu em 1967, quando o país se encontrava sob o governo do marechal Artur da Costa e Silva. No meio estudantil houve diversas greves, assembleias gerais e encontros para discutir a política educacional da Ditadura (MARTINS FILHO, 2018).

Todo esse enredo levou a um maior recrudesimento das tensões, que tiveram sua eclosão em 1968. Um momento marcante, com eventos igualmente notáveis que se seguiram a esse, foi a morte do secundarista Edson Luís. O jovem havia migrado de Belém do Pará para o Rio de Janeiro a fim de completar seus estudos e trabalhava no restaurante Calabouço, frequentado por estudantes de baixa renda. No dia 28 de março, houve uma manifestação estudantil em frente ao estabelecimento que foi reprimida pela Polícia Militar com tiros, um destes alvejando o jovem, que caiu morto. O trágico episódio gerou enorme comoção social, cerca de 50 mil pessoas acompanharam velório, cortejo fúnebre e sepultamento (MARTINS FILHO, 2018).

O assassinato de Edson Luís de Lima Souto provocou uma grande onda de protestos liderada pelo Movimento Estudantil. Nesse momento, jornais, sindicatos e lideranças religiosas se manifestaram contra a violência. Durante toda a semana seguinte, sucederam-se grandes protestos e passeatas em diversas capitais do país que terminaram

sempre em confronto com as tropas militares e com centenas de estudantes presos e feridos.

Ao mesmo tempo que os protestos se proliferavam no Brasil, outro movimento, este na Europa, ganhava destaque nas mídias do mundo inteiro: tratava-se do “maio francês” ou “maio parisiense”. Os acontecimentos de maio e junho de 1968 na França, foram o fato social mais importante de todo o século passado naquele país e, guardadas as devidas proporções, partilhou aspectos comuns com as manifestações brasileiras e de outros países, revelando a onda global de contestação ocorrida naquele ano. Os protestos no Brasil e na França foram liderados por jovens estudantes descontentes com as intervenções governamentais nas universidades, mas que não se resumiam a esse fator, pelo contrário, apresentaram questões políticas, sociais e culturais, o que levou ao endosso de outros grupos e segmentos da sociedade.

No Brasil, a oposição à Ditadura ganhava cada vez mais força. Os estudantes, apoiados por diversos artistas e intelectuais, formavam uma frente considerável de resistência aos desmandos dos militares no governo. Concomitante, a vigilância do Estado tomava robustez e atuava por todo país e mesmo fora dele.²⁰

No mês de junho o Movimento Estudantil de 1968 obteve o seu apogeu: a Passeata dos Cem Mil. Foi organizada uma manifestação pacífica que contou com a presença de muitos grupos, como servidores públicos, artistas, intelectuais, membros do clero católico, parte das classes médias e políticos, dentre outros. Cidadãos comuns e indivíduos engajados desde há muito na luta política unidos em protesto à violência da Ditadura.

Assim como o Movimento Estudantil, o Movimento dos Trabalhadores, ou Movimento Operário, também foi proeminente em suas críticas à Ditadura. Em 1968 houve ligeira aproximação entre os dois movimentos, inclusive, foi no mesmo contexto das agitações provocadas pelos estudantes que eclodiram as greves operárias (CORRÊA; FONTES, 2018).

Essa proximidade entre os movimentos ocorreu em via de mão dupla: houve aumento no número de trabalhadores que estudava em cursos técnicos noturnos e o número de estudantes que adentrou ao mundo do trabalho, sobretudo em fábricas. A simbiose

²⁰ A preocupação com a vigilância a opositores não esteve restrita ao território nacional, alcançou também estudantes universitários brasileiros que residiam na França, por exemplo. Para ver mais: MULLER, Angélica (2018).

operário-estudante, precedida pela reestruturação do Movimento Sindical e nutrida pelas insatisfações advindas desde 1964, propiciou uma das ações mais expressivas de contraposição à Ditadura; em 1968 explodiram, também, as greves proletárias.

2.2 “TUDO COM ORDEM”: O 1968 PELA ÓTICA DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS

1968 também foi memorável para as Assembleias de Deus no Brasil. Comemorava-se um importante marco do movimento pentecostal brasileiro: igrejas de diversos estados da federação celebravam o seu “Jubileu de Ouro”, ou seja, os 50 anos de fundação. As festividades foram anunciadas durante todo o ano nas páginas do *Mensageiro da Paz*, antes e depois de realizadas, inclusive, seguindo o costume do periódico. Historicamente, a maior parte dos textos publicados possuíam teor religioso, fosse tratando de algum tópico bíblico, estudo teológico ou noticiando os eventos da denominação. Porém, não faltou espaço para abordar os temas que atravessavam a vida social, como as mobilizações da juventude.

As Assembleias de Deus sempre julgaram como negativas as manifestações públicas contra a ordem vigente. Por se tratar de uma instituição conservadora em seus costumes, vestuário e tradições, agitações por motivações políticas não eram vistas com bons olhos, sobretudo, entre os mais jovens. Pelo contrário, havia a concepção de que devia-se investir tempo e energia com a evangelização e a difusão do pentecostalismo, pois a função da Igreja era ser um elemento pacificador e auxiliador dos problemas verdadeiros, aqueles de natureza espiritual.

Prova do valor conferido à lei e à ordem, é que ao longo dos anos, vários artigos foram publicados elevando sua importância para o funcionamento correto da sociedade. Tomando alguns exemplos, pode-se citar o escrito intitulado “Tudo com Ordem”, em que é feita uma apologia, elevando sua indispensabilidade:

Eis um conselho bíblico que, se obedecido na íntegra, evitaria muitas coisas desagradáveis. **Tudo com ordem.** (...) “Tudo com ordem”, são as sábias e orientadoras palavras do apóstolo das gentes. Fora dessa orientação cristã, as coisas poderão tomar rumo desastroso. (...) Se desejamos prosperar na vida espiritual, temos de, humildemente, voltar o nosso olhar para as páginas sagradas e aprender a não ir além do que está escrita, isto é, ter cuidado para

não alterar a boa ordem. Ora, se nas coisas materiais a boa ordem é indispensável, o que se dirá, tratando-se de responsabilidades de ordem espiritual?²¹ (grifos do autor).

Em março de 1973, depois de citar Romanos 13:1, texto bíblico que se refere à submissão governamental, Adalberto Arraes recorreu à dimensão do sagrado a fim de destacar a imprescindibilidade do Governo para manter a boa ordem, pois, “o que o apóstolo exaltava, e se explica ainda hoje, era o **governo e ordem** de modo geral, para opor-se à sedição e à desordem” (grifos do autor).²² No artigo “Cosmos e caos”, a ordem é posta como essencial à vida, por outro lado, a desordem assume posição da mais rebaixada, associada ao pecado.

Uma das coisas primordiais que surgem ao entendimento é a necessidade de ordem em tudo o que existe. É um princípio fundamental, sendo um dos primeiros pensamentos lógicos que se nos deparam à razão, sem o que, igualmente, será impossível a nossa existência no mundo. (...) O caos, porém, é a desordem. O pecado, tantas vezes mencionado nas Escrituras Sagradas, tem etimologicamente o significado literal de desordem, desobediência, transgressão, dívida, queda, derrota, erro, impiedade, etc.²³

Em muitos casos, o paradigma era o mundo transcendental, a importância da ordem para a espiritualidade, mas, como salienta Aline Coutrot (1996, p.334), “as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem, (...) pregam uma moral individual e coletiva a ser aplicada”, ou seja, ainda que o discurso seja primeiramente direcionado para a vida religiosa, ocorrem reverberações que transbordam para as demais esferas da vida e da sociedade, ainda mais no contexto referido, em que houve diversos tipos de manifestações, como as greves organizadas pelos movimentos estudantil e operário, e tantas outras expressões de descontentamento com a ordem estabelecida, a ordem repressiva liderada pelos militares.

Nesse sentido, as Assembleias de Deus se posicionaram contrariamente às manifestações da juventude ocorridas ao longo do ano, no Brasil e no mundo. Porém, a pauta ganhou tanta relevância, que a edição da segunda quinzena de setembro de 1968 foi inteiramente

²¹ SANTANA, Rodrigo Silva. Tudo com Ordem. *Mensagem da Paz*, Ano 50, n.1117, Rio de Janeiro, maio de 1980, p.2.

²² ARRAES, Adalberto. Sujeição às autoridades. *Mensagem da Paz*, Ano 43, n.6, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de março de 1973, p.4.

²³ E.S.C. Cosmos e caos. *Mensagem da Paz*, Ano 43, n.7, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de abril de 1973, p.2.

dedicada para a mocidade assembleiana. Alguns dos pastores mais renomados da denominação, como Alcebíades Pereira Vasconcelos e Estêvam Angêlo de Souza, foram convidados a dissertar sobre as questões que geravam preocupação à Igreja, dialogando diretamente com o momento histórico vivido.

De acordo com o artigo “Mocidade privilegiada”, veiculado na primeira página, portanto, merecedor de grande destaque, as mobilizações se tratavam de “uma onda de semi-loucura que se manifestam especialmente entre a mocidade desprevenida, com resultados que vão desde o simples protesto à agressão, à rapina e ao homicídio”,²⁴ um “vendaval de loucura que envolveu a juventude em todo o mundo”,²⁵ pois o que se vê entre as nações “são greves e desordens para as quais não há explicação”.²⁶

Se na ótica dos articulistas do *Mensageiro da Paz*, as mobilizações da juventude não passavam de devaneios, ainda assim era necessário estar atento, uma vez que “essas manifestações sem propósito da mocidade sem Cristo e sem Deus, influenciam em parte a mocidade das igrejas cristãs”.²⁷ Logo, a diretiva foi bastante clara: “a mocidade cristã não tem o direito de pensar, falar e agir como a mocidade fracassada e inebriada pela anarquia que passa pelo mundo na atualidade”.²⁸

Como visto, o argumento do texto consistia em caracterizar pejorativamente quem participava de tais movimentos. A justificativa que orientava a crítica era bastante apelativa; chamava os apoiadores de “loucos” e “fracassados”, todavia, ultrapassava essa dimensão, evocando um elemento religioso. Definia-os como jovens que não possuíam conhecimento e nem relacionamento com Deus. Assim, os assembleianos deveriam proceder de maneira oposta, afinal, “a mocidade cristã tem privilégios de ordem moral e espiritual que faltam à juventude sem rumo e sem Deus”.²⁹

Há um trecho que sintetiza a questão: “A mocidade cristã, essa mocidade que agora inicia a escalada da vida, bem fará acautelando-se, com a influência da onda de anarquia que

²⁴ Mocidade privilegiada. *Mensageiro da Paz*, Ano 38, n.18, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de outubro de 1968, p.1.

²⁵ Mocidade privilegiada. *Mensageiro da Paz*, Ano 38, n.18, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de outubro de 1968, p.1.

²⁶ Ibid.

²⁷ Ibid.

²⁸ Ibid.

²⁹ Ibid.

domina o espírito da mocidade sem Cristo e sem Deus, movimento que instiga ódio e violência”.³⁰

O cartão de visitas é suficientemente esclarecedor quanto à posição das Assembleias de Deus em relação aos protestos organizados pelos jovens dos movimentos estudantil e operário, contudo, o periódico assembleiano não se deteve apenas ao artigo trazido em sua capa, aprofundou-se na discussão nas demais páginas. O editorial – chamado nesse momento de “Nosso Comentário” –, teve como título “A Crise Juvenil e suas soluções”.

O texto foi escrito por Geziel Gomes, redator do jornal, e seguiu na mesma direção do artigo da primeira página: caracterizou as manifestações negativamente, todavia, interpretando-as como uma evidência de que o fim do mundo terreno estava próximo – “A crise juvenil é um sinal dos tempos”³¹ –, externou a influência que elas exerceram sobre a juventude da Igreja, porque, segundo o pastor e redator, “milhares de jovens crentes se perguntam, agora: devemos (ou podemos) aderir a êsse movimento de classe, a êsse ‘nôvo estilo’?”³², e respondeu à indagação lançando uma nova interrogação e reafirmando o quão perdidos estavam os jovens do “mundo” – “Por que manchar os teus vestidos no lamaçal que enche as ruas de Sodoma, do egito, de corinto e babilônia espirituais? Mais um pouco e tudo que está invertido, controvertido, subvertido, será definitivamente entregue a Satanás”.³³

Alguns dos artifícios do autor para transmitir sua visão foi conectar os acontecimentos com localidades que são retratadas negativamente na Bíblia e representam pecados como a imoralidade sexual e a idolatria. Além de recorrer novamente ao sentido escatológico da história, quando tudo que está contaminado pelo pecado, “será definitivamente entregue a Satanás”.

Segue a definição de Geziel Gomes a respeito das manifestações globais da juventude e a orientação para a mocidade cristã:

(...) Uma rebelião generalizada se alastra por todo o mundo. Na Alemanha, na França, na Espanha, no México, na Suíça, em Cuba, nos Estados Unidos, na Guatemala, na Índia, enfim, no mundo todo, um movimento juvenil se estabelece e o mundo inteiro, estarecido, toma consciência desta reviravolta.

³⁰ Ibid.

³¹ EDITORIAL. A Crise Juvenil e suas soluções. *Mensageiro da Paz*, Ano 38, n.18, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de setembro de 1968, p.5.

³² Ibid.

³³ Ibid.

O ímpeto que a envolve, a simultaneidade que a caracteriza e o impacto que promove tornam-no um movimento singular, ímpar na História. (...) Um dos meios que poderão conduzir à solução da crise juvenil – no mundo – não é a tua adesão, mas a tua corajosa oposição. Ao invés de te deixares sublevar nas universidades, prega a Palavra. Ao invés de co-redigires manifestos, prega a Palavra. “Não te intrometas em negócios alheios”. Prega a Palavra. Evita as greves e passeatas. Prega a Palavra. Que proveito tirarás da companhia com os escarnecedores? Prega a Palavra.³⁴

Compilando trechos de outros artigos publicados na mesma edição do *Mensageiro da Paz*, pode-se afirmar que, de acordo com a perspectiva assembleiana, “(...) a hora presente em que o materialismo dialético e político se tornou uma religião, desafia o jovem cristão a provar os frutos positivos de seu cristianismo”.³⁵ Por isso, a Igreja deveria empregar esforços para “evitar que a nossa juventude não seja a última da propalada ‘evolução cultural’, baseada em filosofia ateia e materialista, conforme está acontecendo em muitas partes do mundo”.³⁶

(...) o que se pode admitir, é que nunca houve época que exigisse mais de um jovem cristão do que atual. Os dias que atravessamos em matéria de corrupção moral e indiferentismo espiritual, constituem um desafio veemente à ação dos jovens cristãos, que pela graça de Deus, pelo Poder do Alto, vivem livre do materialismo estéril e das paixões viciadas, que desgraçadamente têm afastado o caráter de muitos jovens.³⁷

A intenção era transmitir o entendimento de que “a vocação celestial da Igreja reclama dos jovens vidas consagradas”³⁸ e a mensagem endereçada era clara: “Este é o exato momento em que o bom-senso, a honestidade de propósitos, a santificação de vidas, a pureza interior, o equilíbrio, o auto-contrôle, o fervor espiritual devem ser o apanágio de tua vida, jovem”.³⁹ Objetivando a tomada de responsabilidade por parte da mocidade, foi acrescentado que “(...) não há limite para as possibilidades de Deus, o que Deus pode fazer por intermédio do jovem cristão, depende exclusivamente dêste. Depende

³⁴ Ibid.

³⁵ VANCONCELOS, A.P. O Jovem Cristão e o Desafio da Hora Presente. *Mensageiro da Paz*, Ano 38, n.18, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de setembro de 1968, p.7.

³⁶ APOLÔNIO, José. O Jovem Cristão e Sua Formação Espiritual. *Mensageiro da Paz*, Ano 38, n.17, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de setembro de 1968, p.6.

³⁷ Ibid.

³⁸ EDITORIAL. A Crise Juvenil e suas soluções. *Mensageiro da Paz*, Ano 38, n.18, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de setembro de 1968, p.5.

³⁹ Ibid.

unicamente da habilidade, prontidão e da capacidade espiritual do jovem cristão”.⁴⁰ Portanto, ao invés de envolver-se em movimentos de contestação pecaminosos, que nada tinham de proveito para o país, era imperativo optar por “atividades lícitas e úteis que o jovem cristão pode se dedicar, de modo a ser um elemento digno e útil a Deus, à família, à Pátria e à humanidade em geral”.⁴¹

É possível assegurar que existiu um claro consenso na interpretação dos principais líderes assembleianos de que a realidade vivida era complexa, sobretudo para os jovens, e pedia uma resposta, um posicionamento claro, tanto por parte da Igreja, quanto da própria juventude pentecostal. As manifestações populares foram duramente criticadas e atreladas ao comunismo, o mesmo perigo combatido pelos militares em 1964, que buscava destruir as bases de uma sociedade ordeira e cristã, o que configurava-se também em um indício da volta de Cristo.

À Igreja cabia aconselhar os jovens a lerem a Bíblia, fazerem orações, evangelizar e se colocarem à disposição para trabalhar no campo missionário. Estimulava-se os jovens a seguirem o exemplo de personagens bíblicos que tiveram posturas adequadas quando daquela faixa etária, como o caso de José, Samuel, Daniel e Timóteo. O incentivo era para a juventude influenciar, não ser influenciada, ser “sal da terra” e “luz do mundo”; a incumbência dos jovens era ter uma vida “separada”, deixar de lado as más práticas, rejeitar as agitações e questionamentos, focando em seu desenvolvimento espiritual.

O posicionamento deveria ser externado em ações observáveis, mas era fruto de questões de cunho espiritual, segundo a interpretação da Igreja. Logo, a moralidade não dizia respeito apenas a regras de civilidade, transmissão de uma imagem positiva e afins, expressava a condição de fé e obediência a Deus. Em virtude disso, a instituição defendia rigorosas regras de comportamento e valores que aproximavam-se do que a Ditadura disseminava. “Deus, Pátria e Família” – condensados no anticomunismo –, eram mais do que aforismos.

1968 se encerrou e deixou grandes marcas na história. Da juventude empenhada em lutar por transformações sociais e políticas, da violência e ocorrência de eventos trágicos, das expectativas frustradas, do reforço do autoritarismo, da incerta perspectiva de futuro de

⁴⁰ SOUZA, Estevam Ângelo de. O que Deus pode fazer pelo Jovem Cristão. *Mensageiro da Paz*, Ano 38, n.18, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de setembro de 1968, p.8.

⁴¹ Ibid.

um lado; de outro, o novo fôlego da Ditadura, a expansão do aparelho repressivo do Estado e a confirmação de seu poder. Nessa disputa, emergiu um novo componente, as Assembleias de Deus, que passaram a fazer publicações em seu jornal de críticas às manifestações dos jovens, sinalizando o caminho que tendiam a percorrer.



Figura 1: *Mensagem da Paz*, 16 a 30 de setembro de 1968. Na edição voltada para a juventude, o artigo "Mocidade privilegiada" ganhou destaque de capa nessa edição. Na imagem é possível notar algumas características que o jornal possuía à época, como as cores (preto e branco), o tipo de letra e a diagramação.

2.3 1969-1974: A TRANSIÇÃO ASSEMBLEIANA E O APOIO EXPLÍCITO AO GOVERNO MÉDICI

Em 1969, o *Mensagem da Paz* passou por uma mudança significativa: o Diretor-chefe de Publicações passou a ser Alcebíades Pereira Vasconcelos, substituindo Emílio Conde, que permaneceu por mais de duas décadas no cargo e se aposentou por conta de seu “estado de saúde seriamente abalado”.⁴² Quando do convite, Alcebíades P. Vasconcelos fazia parte do Conselho da CPAD, era articulista do jornal e pastoreava a Assembleia de Deus em Belém (PA), a “igreja-mãe” das Assembleias de Deus no Brasil. Para assumir a nova função, Vasconcelos, que àquela altura já possuía renome e 30 anos de ministério eclesiástico na denominação, precisou abrir mão do pastorado dessa importante igreja e se mudar do Pará para a capital do antigo estado da Guanabara, o que denota a significação do jornal assembleiano para os membros da Igreja.

O periódico estava sob nova direção, todavia, continuou tratando de assuntos tradicionais, como os usos e costumes das igrejas Assembleia. Foi noticiada na segunda edição do mês de janeiro de 1969,⁴³ as deliberações da XIX CGADB, ocorrida em novembro de 1968, no estado do Ceará. Na ocasião, a Convenção manifestou-se oficialmente contrária ao uso de anticoncepcionais, condenou o uso de minissaias para mulheres e cabelos e barbas compridos para os homens, além de ter reafirmado a posição de não batizar pessoas que viviam juntas mas não eram legalmente casadas. Outra proibição se deu à televisão; os pastores e evangelistas não deviam usá-la e quem já possuísse, teria de desfazer-se até a Convenção Geral seguinte. As mesmas orientações deveriam ser transmitidas às igrejas que os convencionais lideravam, caso contrário, os membros deveriam ser suspensos.

O debate em torno da televisão se seguiu em 1969. Vários artigos e entrevistas com pastores defendiam a proibição do aparelho nos lares do fiéis, por conta de seus efeitos danosos para a família evangélica; o discurso majoritário era de que os programas televisivos reproduziam práticas pecaminosas, contaminadoras, que em nada edificavam a vida do cristão, logo, o correto era não adquiri-la. Não obstante a visão geral e a decisão oficial da XIX CGADB, o *Mensagem da Paz* abrigou olhares específicos sobre a temática. João Trigueiro, um dos criadores do *Voz da Verdade*, primeiro jornal

⁴² “Mensagem da Paz” tem novo Comando. *Mensagem da Paz*, Ano 39, n.2, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de janeiro de 1969, p.1.

⁴³ Todas as notícias eram publicadas com atraso de alguns meses em relação à ocorrência do fato. Nunca houve explicação por parte do jornal sobre tal situação. Uma hipótese seja o tempo de trânsito das correspondências enviadas dos diversos estados para o Rio de Janeiro, onde o jornal era editado.

pentecostal do Brasil, externou posição diversa, afirmando que a TV, como todo o fruto do avanço tecnológico, não era problemática em si, a reflexão deveria residir sobre o uso que se faz desta, traçando um paralelo com o rádio, que também foi proibido no início, mas naquela época, era popular entre os assembleianos, que podiam acompanhar tanto o noticiário quanto programações e estações evangélicas.

Os exemplos aqui mencionados ilustram a postura altamente conservadora, beirando o ascetismo, das Assembleias de Deus. Proibições de usar determinados estilos de roupas e cortes de cabelo, prática de esportes e gêneros musicais, como a *Jovem Guarda*, foram comuns e perduraram por vários anos. As questões que envolviam a juventude também permaneceram em voga ao longo de 1969.

No mês seguinte à sua posse, na primeira edição de fevereiro, Alcebíades Vasconcelos redigiu o editorial “Que dias são êsses?”, em que percebia as manifestações da juventude como componente de um plano maior: era a derrocada que o mundo passava antes do fim dos tempos. Chama a atenção que dentro deste mesmo plano de pecados que sinalizavam os “princípios das dores”, encontrava-se o “descontentamento contra os governos constituídos”. Em suas palavras:

Que significa essa agitação universal? Êsse descontentamento universal, essa corrupção sem paralelo, também de caráter universal? (...) Na Bíblia, as nações simbolizadas pelo mar e as ondas são símbolos da opinião desconcertada ou descontrolada. Aí está, portanto, a agitação prevista por Cristo para os nossos dias, que são caracterizados como sendo dias de “princípios das dores”. O descontentamento entre os povos, os levantes da juventude, o descontentamento contra os governos constituídos, nada mais são do que ondas do mar agitadas, nêsse tempo do fim da dispensação cristã.

(...) Aqui está prevista a multiplicação do pecado, e é isto o que estamos testemunhando nêsses dias que correm: tremenda onda de crimes quase inigualável, corrupção de costumes entre a juventude e até por parte das Autoridades, que já permitem algures os casamentos agrupados, a legalização do homossexualismo pelo casamento (sic), a fraude, o roubo, a simonia e tudo o mais que causa horror à mente cristã!...⁴⁴

Na segunda edição do mês de fevereiro, o editorial seguiu na mesma direção: entendia o momento vivido como crítico, externa e internamente, o que impelia os assembleianos a

⁴⁴ EDITORIAL. Que dias são êsses? *Mensageiro da Paz*, Ano 39, n.3, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de fevereiro de 1969, p.3.

buscarem uma solução espiritual para os problemas sociais enfrentados, nesse caso, por meio da oração. Mais uma vez os atos juvenis foram vistos como equivocados, uma “perturbação”, e o governo julgado positivamente, sendo até injustiçado em muitas situações.

O momento atual é de tal significação que nos chama à oração mais do que nunca antes. As nações não se entendem entre si. No âmbito interno, elas têm perturbações. Os governos constituídos de homens abalizados, cultos e de sãos propósitos, além de não serem compreendidos por seus governados, em muitos casos se vêem incapazes para solucionar os agudos problemas internos de suas nações. (...) Devemos orar mais do que nunca o fizemos antes. Oremos por nosso país. Oremos por nosso Govêrno. (...) Oremos pela juventude, para que Deus a salve dos êrros que assolam o mundo hodierno, e possa ser uma bênção ao invés de uma perturbação.⁴⁵

Durante todo o ano foram publicados vários artigos voltados para os jovens, tanto acusando a situação degradante em que a juventude não cristã se encontrava, quanto oferecendo conselhos aos leitores do jornal; foram noticiados congressos de mocidade nas Assembleias de Deus espalhadas pelo Brasil com abundância, sempre acompanhados de fotos. Criou-se a coluna “Missões & Mocidade”, a “Página da Mocidade” e diversas estratégias para alcançar esse público. Recorro a um último exemplo desse ano com o objetivo de perceber alguns dos métodos e técnicas utilizados. Trata-se do texto “Mocidade Transviada”, de Fernando Martinez, que circulou em setembro de 1969.

Segundo o escrito, os estudantes em protesto estavam envolvidos em vícios e em toda sorte de práticas ruins, isto é, escravizados pelo pecado. Dentre os graves erros que esses jovens de várias parte do mundo cometiam, inclusive do Brasil, e que era digno de nota, estava a falta de fé em Deus e a oposição à Igreja, a crítica à família tradicional, pois eram contra o casamento, e às autoridades constituídas, no caso brasileiro, os militares.

Diariamente os meios de informação divulgam notícias concernentes às manifestações juvenis em quase todos os países. São estudantes que marcham aos milhares, pelas ruas e praças das cidades para protestarem contra as deficiências de um ensino anacrônico ou ocupam liceus e faculdades de forma a tentarem impor os seus pontos de vista muitas vezes absurdos e despropositados. (...) Apregoam o amor livre e a vide isenta de convencionalismos sociais, o nilismo (sic), afinal, mas paradoxalmente

⁴⁵ EDITORIAL. Chamada à oração. *Mensageiro da Paz*, Ano 39, n.4, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de fevereiro de 1969, p.3.

tornam-se escravos dos estupefacientes, do álcool, do cigarro e do meretrício, do pecado. Descrêm em Deus, combatem a Igreja, negam a Pátria, condenam o Matrimônio, desrespeitam as Autoridades constituídas.⁴⁶

Na concepção da matéria, na defesa das causas em que acreditavam, os jovens descrentes procediam com grande ímpeto, porém, de maneira equivocada e prejudicial à organização social, o que resultava em insucesso ao seu empreendimento. Enquanto isso, os jovens cristãos tinham o comportamento inverso, eram tementes a Deus e colaboravam com o país; conseqüentemente, eram quem verdadeiramente poderia influenciar na melhoria do mundo.

(...) jovens que temem a Deus, colaboram com e na igreja, servem a Pátria, respeitam as Autoridades; jovens que cantam, testificam e se esforçam por viver o Evangelho; jovens que têm uma experiência para contar, a mensagem para transmitir e uma vida para gastar no serviço do Senhor e do próximo. Jovens assim podem revolucionar espiritualmente o mundo incrédulo, desorientado, perdido.⁴⁷

Além do texto escrito, o *Mensageiro da Paz* se valia também de outras estratégias para transmitir sua mensagem. O fato de se direcionar para os membros das Assembleias de Deus, ou seja, pessoas que, pressupunha-se, estavam em acordo com o que era publicado ou que esperavam ser convencidas, não impediu o jornal de, dentro de suas possibilidades, investir no campo visual para causar maior impacto nos leitores. Como recurso imagético, diversas fotos eram publicadas, além da diagramação dos artigos. O texto disposto acima foi utilizado desse modo.

Como poderá ser observado, o artigo “Mocidade Transviada” foi publicado na primeira página e o título recebeu letras especiais, o que aponta o destaque conferido. Já fora citado que o texto caracterizou a juventude envolvida nas manifestações como autoritária e desequilibrada, já que tentava “impor os seus pontos de vistas absurdos e despropositados”. Era egoísta e não possuía senso de responsabilidade, além de viver dissolutamente, consumindo drogas e praticando sexo de modo desenfreado. Para completar o estado de depravação, esses jovens iam contra Deus e o governo.

⁴⁶ MARTINEZ, Fernando. Mocidade Transviada. *Mensageiro da Paz*, Ano 39, n.18, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de setembro de 1969, p.1.

⁴⁷ Ibid.

Ao lado desse, foi publicado outro artigo de cunho diametralmente oposto, usando o artifício da comparação. Dando uma espécie de sequência ao fim do artigo anterior que retratava o jovem ideal, a publicação seguinte noticiou a ação da juventude assembleiana em Manaus. Segundo a reportagem, houve “curas divinas”, “batismos com o Espírito Santo” e distribuição de literatura, que consistia em folhetos, porções da Bíblia e números do *Mensageiro da Paz*.

Esse efeito “lado a lado” permite traçar alguns paralelos, por exemplo: enquanto a juventude do mundo todo vai às ruas para manifestações radicais e despropositadas, a mocidade assembleiana se apresenta nas vias públicas para levar a palavra de Deus; a juventude mobilizada se comporta destrutivamente, possui práticas e valores nocivos a outros e a si próprios, mas os jovens das Assembleias de Deus se alegram quando estão reunidos cultuando a Deus na igreja.

Em síntese, traçou-se um paralelo a fim de construir a identidade de cada grupo: a “juventude sem Deus” é retratada com características depreciativas, como a devassidão e o declínio moral. Em contrapartida, a mocidade das Assembleias de Deus é exaltada por suas práticas saudáveis e seu compromisso com Deus e a sociedade, numa clara elaboração favorável da autoimagem.



FIGURA 2: *Mensagem da Paz*, 16 a 30 setembro de 1969, p.1. A capa desta edição traz um efeito comparativo: de um lado, texto que descreve a juventude “do mundo” negativamente, de outro, artigo com foto que exalta as ações da juventude assembleiana de Manaus. A foto retrata um culto da Assembleia de Deus que contou com grande quantidade de pessoas, entusiasmadas e com as mãos erguidas.

Comandado por Alcebíades Vasconcelos, o *Mensageiro da Paz* publicou textos e artigos a respeito de temas clássicos na tradição jornalística assembleiana em 1969, porém, não se resumiu a isso (ALMEIDA, 2016). A partir desse ano, o diretor deu novos ares ao impresso, que abordou pautas políticas, reverberando valores como crença em Deus, serviço à Pátria, respeito às autoridades constituídas, zelo pela ordem e bons costumes e até um chamado aos assembleianos para orarem pelo governo que contava com homens cultos, abalizados e de intenções genuínas – indícios consideráveis de simpatia à Ditadura.

O novo teor das publicações refletia uma mudança no comportamento da Igreja, que passou então a expressar mais claramente o seu posicionamento político. Desde 1964, quando circulou o artigo já verificado “O cristão e as falsas ideologias”, não havia uma fala aberta em apoio aos militares, o que ocorreu na edição de setembro, que comemorava a Independência do Brasil:

Sentimos ser obrigação primária dos crentes em Cristo orar pelos destinos da Pátria, pelas autoridades que a governam, para que o façam sob inspiração divina. Devemos igualmente ser gratos a Deus pelo clima de liberdade que respiramos no Brasil. E o testemunho de nossa gratidão a Deus pode e deve estar associado a manifestações prudentes de apoio aos que detém o comando, o govêrno da Nação. (...) Não podemos compactuar com o surgimento de filosofias que ousem negar a existência de Deus. Não temos braços para empenhá-los em situações que suscitem oposição sistemática à manutenção daqueles que, por permissão de Deus, têm às mãos o leme nacional⁴⁸.

Este excerto exemplifica sobre quais bases o discurso político assembleiano foi construído e o que legitimou. Por se tratar de uma Igreja cristã pentecostal, em primeiro lugar, evocou um sentido espiritual: orar pelo país e por seus governantes, para que atuassem “sob inspiração divina”. Após isso, ressaltou a “liberdade” existente no Brasil, que se devia ao contexto da Ditadura Militar. Mas que liberdade seria essa? E por que ser grato à Ditadura? A resposta veio na sequência, ao posicionar-se contrariamente a “filosofias que ousem negar a existência de Deus”, ou seja, a liberdade referida, é o direito ao culto, a liberdade religiosa garantida pelos militares desde 1964, por seu combate ao comunismo ateu e perseguidor das religiões. Já que ocupavam o posto “por permissão de

⁴⁸ EDITORIAL. INDEPENDÊNCIA OU MORTE. *Mensageiro da Paz*, Ano 39, n.17, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de setembro de 1969, p.1/8.

Deus”, o Governo merecia o “apoio” dos evangélicos, que deveria vir de “manifestações prudentes”, logo, ordeiras.

Nos anos seguintes, manifestações desse tipo se multiplicaram, reforçando os argumentos supracitados e apresentando novas razões para o elogio à Ditadura. Para melhor compreensão da narrativa criada e posição firmada pelas Assembleias de Deus na transição de 1968 para 1969, é necessário ambientar o momento histórico e político tanto do país, quanto da denominação. Por isso, o recorte escolhido serão os anos do Governo Médici (1969-1974).

2.4 GOVERNO MÉDICI: A PROPAGANDA POLÍTICA QUE DOUROU OS ANOS DE CHUMBO

A Ditadura Militar, especialmente no período em que Médici foi presidente, foi marcada por grande repressão, violência e censura, em que centenas de pessoas foram mortas e milhares foram perseguidas e torturadas. Ao mesmo tempo, nessa fase, o Brasil passou por um crescimento econômico notório, patrocinado pelo governo que, por sua vez, contou com a colaboração de quadros que eram simpáticos ao regime. Tradicionalmente, caracteriza-se esse período sob a dualidade “anos de ouro x anos de chumbo”, já que as duas realidades coexistiram.

Ao assumir a presidência do Brasil, Emílio Garrastazu Médici deu prosseguimento ao projeto de desenvolvimento econômico centralizado num Estado autoritário. No período de seu governo, entre 1969 e 1974, verificou-se no país elevados índices de crescimento. Ajudado pelo contexto internacional favorável à exportação e pelos empréstimos milionários realizados juntos aos EUA, as indústrias de ponta se fortaleceram, em especial os setores automobilístico, elétrico e mecânico, obtendo margem de acréscimo que superou 12%. A indústria civil, a construção rodoviária e a de pavimentação também gozaram de alargamento. Dessa forma, os empregos e os mercados se expandiram; o comércio exterior cresceu de 7,2% para 27,7% entre 1965-1974. O PIB se dilatou de maneira acelerada, chegando a 10,1%, além do controle inflacionário. No plano institucional também houve modificações. Foram criadas diversas organizações como o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e o Programa de Metas e Bases para Ação do Governo, que comandava um grande número de projetos ligados à política desenvolvimentista.

Institucionalizou-se o Projeto Rondon e o Plano de Integração Nacional, que fomentou a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Manaus-Porto Velho, e a hidrelétrica de Itaipu (DINIZ, 1994). Vivia-se então o “milagre econômico”.

Porém, ao lado do desenvolvimento econômico, se deu o recrudescimento da repressão política, da censura aos meios de comunicação e dos atos de violência contra os “inimigos da Pátria”. Foi a partir de 1969 que se intensificaram as guerrilhas, tanto rurais, quanto as urbanas (RIDENTI, 2014). Não obstante, a perseguição violenta liberada aos cidadãos brasileiros, o exílio forçado de artistas e intelectuais, o controle sobre periódicos, músicas, dramaturgia e afins, não foram capazes de transmitir um efeito inconveniente para a sociedade de maneira geral, pois, o desenvolvimento econômico do período, materializados nas obras faraônicas, solaparam os abusos dos militares (DINIZ, 1994).

O governo Médici conseguiu projetar uma imagem favorável de si para a nação. A propaganda oficial do Estado se valeu de técnicas de comunicação para transmitir o sentimento de que o país encontrava-se em absoluta expansão, igualando-se aos países desenvolvidos. O governo militar resgatou e deu nova popularidade, por meio da mídia, à noção de que o Brasil era “grande por vocação”, “predestinado ao sucesso”. O órgão de maior relevância nesse sentido, foi a AERP.

A Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), era encarregada pela propaganda governamental na Ditadura. O objetivo da AERP era comunicar temas e valores caros à Ditadura para a sociedade brasileira, como o “fortalecimento do caráter nacional”, o “amor à pátria”, a “coesão familiar”, a “dedicação ao trabalho” e a “dignificação do homem” (FICO, 1997, p.45). A estratégia era estimular o sentimento cívico, criando a ideia de que todos os brasileiros podiam e deveriam oferecer sua cota de contribuição para o desenvolvimento nacional.

Segundo Carlos Fico (1997), no governo Médici, a propaganda produzida pela AERP reforçava a ideia de que o Brasil vivia um capítulo especial de sua história, por isso, era recorrente a exaltação à grande mudança experimentada. De acordo com o autor, o discurso do período era que o país havia passado por um definhamento ético e econômico em seu passado recente, porém, os novos tempos de reconstrução haviam chegado, tempos de fartura e felicidade, que seriam concretizados, caso o povo brasileiro permanecesse unido em torno do mesmo ideal.

A conjuntura vivida no período ajudou a conformar essa ideia. A vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970 e o “milagre econômico” pareciam ratificar a tese do avanço brasileiro. Estes e outros tópicos que ressaltavam a grandeza da nação, foram estrategicamente abordados pela AERP, com o intuito de disseminar o sentimento de otimismo no país.

Os tópicos do otimismo – a exuberância natural, a democracia racial, o conagração social, a harmônica integração nacional, o passado incruento, a alegria, a cordialidade e a festividade do brasileiro entre outros – foram ressignificados pela propaganda militar tendo em vista a nova configuração socioeconômica que se pretendia inaugurar” (FICO, 1997, p.147).

A AERP foi bem-sucedida em espalhar o mencionado “otimismo” entre as diversas camadas da sociedade brasileira. O arcabouço propagandístico que envolviam também os famosos slogans da Ditadura: “Ninguém segura este país”, “Pra frente Brasil”, “Brasil, conte comigo”, “Você constrói o Brasil”, e canções de enaltecimento da pátria, contribuíram para formar um imaginário coletivo positivo e, até mesmo, ufanista.

A sensação de otimismo era caracterizada pelo uso de um imaginário social ressignificados, através da utilização do mito político, da identidade coletiva, do convencimento quanto às potencialidades brasileiras, que essas levariam o Brasil ao patamar de desenvolvimento. Para isso, seria necessária, além do otimismo, uma forma de conduta (OLIVEIRA, 2014, p.28).

No embalo de toda a euforia vivenciada, o Governo Médici preparou um importante ciclo celebratório em virtude de uma grande efeméride: o “Sesquicentenário da Independência do Brasil”. Era a confirmação cabal de que “o eterno país do futuro se transformou, afinal, no país do presente”, como afirmou Médici em sua mensagem de Ano Novo endereçada à nação pelas redes de rádio e televisão, em 1º de janeiro de 1972.⁴⁹ O ano que se iniciava, nas palavras do presidente-ditador, marcava a concretização das antigas aspirações e expectativas sobre o Brasil, era necessário, pois, organizar um festejo que expressasse o sentimento experienciado.

O “milagre brasileiro”, manifestado nas obras realizadas pelo poder estatal, como a rodovia Transamazônica e a Usina Hidrelétrica de Itaipu, e na propaganda a respeito desses projetos, foi corroborado, por exemplo, pelas diversas celebrações que

⁴⁹ Presidente Emílio Garrastazu Médici. *Nosso caminho*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

mobilizaram o país ao longo do ano de 1972, naquela que foi a maior festa cívica nacional realizada pela Ditadura. Como discutido por Janaína Cordeiro (2012), para melhor compreensão do período, é necessário ampliar o entendimento acerca do “milagre”, não somente sua parte econômica, mas os sentimentos que gerou em grande parte da população.

Para além dos ganhos materiais – importantes para ajudar a conformar e racionalizar melhor o convívio com o regime – acredito que o essencial seja compreender estes anos tendo em vista as expectativas construtivas, patrióticas, nacionalistas que o *Milagre* foi capaz de sintetizar (CORDEIRO, 2012, p.25).

O calendário dos eventos relacionados ao Sesquicentenário foi extenso e envolveu atividades que interagiam com diversas áreas de interesse. Entre as iniciativas estavam exposições, saraus, concurso de monografias, congressos de história da Independência, produção de músicas, filmes e documentários, elaboração de uma coleção de livros, que foi chamada de “Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil”, paradas e desfiles militares, além de competições esportivas, como as Olimpíadas do Exército e a Taça da Independência, que contou com 20 seleções que representavam países da América, África e Europa (SOSNOSKI, 2013). O objetivo era alcançar diferentes setores sociais e aglutinar um grande público, seguindo os princípios de integração nacional e revalorização dos marcos cívicos.

Para tal empreendimento, era necessário evocar grandes personagens do passado brasileiro que encarnassem os valores pretendidos pela Ditadura. Logo, o Sesquicentenário passou uma seleção deliberada de “heróis”, datas históricas e a construção de uma narrativa em torno destes vultos. Assim, as comemorações tiveram seu início oficial em 21 de abril, importante feriado nacional, o dia de Tiradentes, e encerraram-se em 7 de setembro, data exata do 150º aniversário da Independência, proclamada por D. Pedro I.

Não resta dúvidas que as comemorações organizadas pela Ditadura, no contexto do milagre econômico, foram um sucesso do início ao fim. Êxito tamanho que, inclusive, pode ser colocado como o ponto alto do regime em relação à popularidade. Desde os Encontros Cívicos Nacionais, em que todo o país se unia para, no mesmo horário, participar dos atos de ouvir o discurso de Emílio Médici, hastear a Bandeira e entoar o Hino Nacional, passando pela grande comoção para visitar os despojos de D. Pedro I e a

conquista da Taça Independência, reafirmavam o orgulho brasileiro. Uma prova verificável disso se deu pelos aplausos e ovações de um Maracanã repleto na final da competição futebolística, direcionados ao presidente Médici.

Janaína Cordeiro (2012) conclui:

Sob este aspecto, as comemorações do Sesquicentenário sintetizam de forma expressiva o consenso que o governo Médici logrou construir ao longo dos primeiros anos da década de 1970. A ditadura soube canalizar as profundas aspirações e tendências, fazendo convergir distintas aspirações, numa festa que ela organizou, imprimindo nela seu selo, o do progresso com ordem, na modernização sem sobressaltos, o todo sintonizado com os valores da civilização cristã e democrática (CORDEIRO, 2012. p.304).

2.5 O SESQUICENTENÁRIO DA INDENPENDÊNCIA E A REVERBERAÇÃO ASSEMBLEIANA

Como mencionado, 1968 e 1969 foram anos transicionais, em que as Assembleias de Deus, por meio do *Mensageiro da Paz*, passaram a se posicionar mais assertivamente em relação a questões políticas. Tendo como pano de fundo o contexto nacional de 1970 até 1974, foram selecionados alguns dos textos publicados, com o propósito de perceber em que consistiu o apoio da instituição religiosa à Ditadura Militar. Entre os escritos elencados, deu-se vazão aos editoriais, pois expressam a visão oficial – apesar de não exclusiva – do jornal a respeito de determinado assunto e indicam o papel desempenhado por Alcebíades Vasconcelos na reorientação do periódico.

O primeiro dos editoriais escolhidos foi publicado em março de 1970 e levou o título “Censura às Publicações Obscenas”. Nele foram feitos elogios ao governo pelo Decreto-Lei nº1.077, de 21 de janeiro de 1970, que dava novo fôlego à censura. O jornal não fez nenhuma ponderação sobre o risco de dano ao direito da livre expressão e opinião, o que importava era impedir a circulação de conteúdos que, segundo o texto, atacavam os padrões cristãos de bons costumes.

Tornamos pública, aqui, nossa simpatia e profunda apreciação pelo decreto recentemente assinado pelos exmos. srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, que estabelece censura prévia às publicações nacionais, numa tentativa de escoimar nossa imprensa dos abusos do erotismo, da licenciosidade e da ausência do pudor. Esta simpatia é também a de milhões de criaturas

alfabetizadas que desejam ler o melhor, o que constrói, o que edifica. É a simpatia de milhares de mães que não desejam ver seus filhos levados à degradação moral, envenenados por uma literatura atentatória aos bons costumes e contrários aos padrões de uma civilização dita cristã.⁵⁰

De acordo com Alcebíades Vasconcelos, os indivíduos que se opunham ao decreto eram aqueles que lucravam com a “exploração da inocência juvenil”, ou seja, não foi sequer ventilada a opção de ser alguém com opinião divergente, que sentia-se lesado; os críticos da medida eram as pessoas desleais que almejavam corromper as crianças e os jovens. Mas, se os corruptores faziam levantes, os brasileiros honrados aplaudiam o Governo e esperavam que não se voltasse atrás na posição tomada.

Não faltam aqueles que se opõem terminantemente à medida governamental, posto que aprenderam a viver da exploração da inocência juvenil e de repente se vêem impedidos de continuar a sementeira da cicuta. Os brasileiros responsáveis pela dignificação integral de nossa Pátria, reconhecendo a capital influência da imprensa, aplaudem ao Govêrno pela medida e esperam não haja retrocesso.⁵¹

É curioso perceber como a noção de “liberdade” foi concebida no *Mensagem da Paz*. Enquanto o conceito foi relativizado, sendo sua ausência, em função da censura, motivo de elogio à Ditadura, a mesma falta de liberdade também foi utilizada como justificativa para atacar o comunismo, como pode ser analisado no editorial “Atrás da cortina do ateísmo”, de fevereiro de 1971:

Oficialmente, há as “igrejas” e “pastôres” **licenciados** que, nada mais são do que **fantoches** do regime **policia**l, **materialista** e **comunista**. É notória a necessidade que têm os ditadores comunistas, de fazerem conhecido no mundo ocidental, haver ali uma **fachada** de liberdade religiosa, que lhes facilite a penetração e torne a sua propaganda mais aceitável aos **incautos** e aos **chamados “inocentes úteis”**. (...) **Nas muitíssimas prisões comunistas, nos campos de concentrações com trabalhos forçados (...) não há qualquer liberdade. O que há para ela ali [a igreja evangélica nos países comunistas] é a prisão, o espancamento, os cães policiais que lhe dão caçadas e, por fim, a morte pela fome e pela tortura desumana.** (...) Ciente disto, meu caro irmão leitor, o que você vai fazer? Você que neste maravilhoso país que se

⁵⁰ EDITORIAL. Censura às Publicações Obscenas. *Mensagem da Paz*, Ano 40, n. 5, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de março de 1970, p.3.

⁵¹ Ibid.

chama BRASIL goza da mais completa liberdade de consciência e de culto; sim, que vai fazer?⁵² (grifos do autor).

Novamente, a liberdade valorizada é a “liberdade de consciência e de culto”, presentes no Brasil, justamente porque o país não aderiu à filosofia comunista. Aliás, textos de viés anticomunista foram sistematicamente veiculados no *Mensagem da Paz* durante os anos de vigência da Ditadura Militar, reverberando, em muitas vezes, as clássicas representações do imaginário anticomunista, como discutido por Rodrigo Motta (2002) e Carla Rodeghero (1998).

De acordo com o trecho em destaque, os países que adotaram o comunismo como sistema de governo eram ditatoriais, logo, com severas restrições à liberdade, porém, como falsos e enganadores, os governos comunistas usavam do engodo para propagandear uma realidade inexistente e, assim, confundir e seduzir os tolos. A vida nesses países seria bem diferente da divulgada, em vez das benesses prometidas, o cotidiano era de tortura e outros tipos de violência empregados em perseguição religiosa. O escrito termina com uma indagação que faz clara referência à Ditadura: a forma de se referir ao país e a grafia de seu nome com letras em caixa alta remetem ao espírito eufórico disseminado pela propaganda do governo.

Recorrendo rapidamente a outro exemplo de representação do comunismo, foi realizada uma comparação entre o Brasil e outros países ditatoriais, como a Rússia comunista, ignorando a tortura, o exílio, os desaparecimentos e as execuções realizados pelo Regime Militar, pois exaltava a “magnanimidade do povo e das autoridades brasileiros” por punir os crimes com a pena prisional, enquanto criticava a pena de morte existente na Rússia.

Aqui em nosso maravilhoso país, onde a magnanimidade do povo e das autoridades é simplesmente notável, emprega-se o sistema de correção penitenciário apenas, mas não se dá o mesmo num país ditatorial como a Espanha e noutro igualmente ditatorial porém socialista, como é a Rússia. Naqueles países os tribunais condenam à morte os indiciados nos crimes aludidos.⁵³

⁵² EDITORIAL. Atrás da cortina do ateísmo. *Mensagem da Paz*, Ano 41, n.3, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de fevereiro de 1971, p.3.

⁵³ EDITORIAL. Inquietude. *Mensagem da Paz*, Ano 40, n.4, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de fevereiro de 1970, p.3.

Todo o ufanismo que se apresentava em relação ao Brasil, todo o sentimento e imaginário de sucesso, a revitalização do patriotismo e o crescimento econômico, elementos que formataram o “Milagre brasileiro”, foram sobressaltados pelas grandes comemorações de 1972. As Assembleias de Deus também entraram no embalo desse otimismo e participaram das festividades do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Por duas vezes o *Mensageiro da Paz* noticiou a participação dos assembleianos nos festejos. Em uma delas, na data de início das celebrações nacionais, dia 21 de abril, dia de Tiradentes, na cidade de Catolé do Rocha, estado da Paraíba:

A Igreja Evangélica Assembléia de Deus que está na cidade paraibana de Catolé do Rocha não se omitiu às solenes comemorações que durante o ano de 1972 foram realizadas em todo o Brasil, a propósito do Sesquicentenário da Independência de nossa estremecida Pátria. Pelo contrário. A Igreja elaborou um programa especial que levou a efeito no dia 21 de abril, sob a presidência do Pastor local, irmão Ponciano Alves Cardoso. (...) A Igreja de Cristo reconhece a necessidade de demonstrar o civismo de seus membros, ao mesmo tempo que prossegue orando pela paz da Pátria, pela prosperidade dos governantes e pela manutenção de nossas liberdades.⁵⁴

O segundo artigo trouxe informações a respeito da comemoração organizada pela Assembleia de Deus localizada no Belenzinho, bairro de São Paulo. Conforme o texto, a comemoração do Sesquicentenário foi uma “demonstração de civismo e amor pátrio”. O cortejo contou com a presença de grande número de pessoas que carregavam faixas e cartazes pelas ruas, e por um carro enfeitado com as bandeiras do Brasil e de São Paulo. Além disso, compareceram alguns militares, entre eles, o então Comandante do 22º Batalhão Policial, Coronel Francisco Torres de Araújo. O orador oficial da solenidade foi o pastor João Pereira de Andrade e Silva. O artigo relatou:

Moços, velhos e crianças, aquecidos pelo fervor cívico-religioso e contagiados pelo entusiasmo de participar dos festejos do Sesquicentenário da Independência, num clima de ordem e liberdade, onde o espírito de amor e compreensão está em evidência. (...) Discursando de improviso, o professor João Pereira, referindo-se à Sua Exa. General Emílio Garrastazu Médici, inicialmente disse: “O Presidente Médici é o legítimo Comandante de todos os brasileiros,” e sublinhou – “Comandante dum País livre e independente”; e

⁵⁴ VIEIRA, Maria Jarina. SESQUICENTENÁRIO comemorado. *Mensageiro da Paz*, Ano 43, n.10, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de maio de 1973, p.6.

acrescentando, acentuou – “Ele também é um dos Comandantes da Revolução Democrática, vitoriosa em 31 de março de 1964!”.

E continuando, salientou: “E o importante é, que este País que está comemorando o Sesquicentenário de sua Independência, também está comemorando a sua Independência econômica!”.⁵⁵

De acordo com a matéria, a manifestação foi um sucesso, pois contou com ampla aceitação: participaram pessoas de todas as faixas etárias, todos num “clima de ordem e liberdade, em espírito de amor e compreensão”. Esses eram valores caros e repetidamente citados pelos assembleianos, que conferiram ao evento um caráter misto, uma simbiose entre política e religião, por isso, chamado de cívico-religioso.

João Pereira, responsável por discursar ao público, na ocasião, era pastor auxiliar da Assembleia de Deus Ministério do Belém. O pastor posicionou-se favoravelmente ao Presidente Médici, a quem chamou de legítimo Comandante de todos os brasileiros, não obstante a Ditadura ter se instalado por meio de um golpe de Estado. Golpe este, denominado “Revolução Democrática” pelo expositor. Sua fala incorporou o discurso de emancipação econômica e patriotismo do regime, oriundos do milagre brasileiro, e celebrava não só o passado, mas o presente e o próprio regime que tornava o Brasil um país livre e independente.

Prosseguindo no relato:

E em seguida, em termos sensatos aduziu: “Há que se considerar: se a Pátria são todos, logo os crentes, os evangélicos, as “Assembleias de Deus” são pátria, também; e como parcela legítima, que se impõe pelo que há de mais puro e transcendente na vida do País, por representar justamente o fator espiritual, que plasma almas e modela caracteres”, e adiantou – “O Evangelismo Nacional e, particularmente, as Assembléias de Deus filiadas ao ministério da Igreja do bairro do Belém, em São Paulo, expressam hoje, nesta concentração cívico-religiosa, o seu apoio incondicional ao Presidente Médici, ao Governador Lauro Natel, e as demais autoridades constituídas.”⁵⁶

A conclusão da narrativa também contou com elementos interessantes: além de oferecer apoio incondicional ao presidente, é apresentada uma nova perspectiva acerca dos assembleianos. Não mais à parte do mundo, pelo contrário, fazendo sua presença ser

⁵⁵ FILHO, Manoel Carlos. A Assembléia de Deus em São Paulo e o Sesquicentenário. *Mensagem da Paz*, Ano 43, n.3, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de fevereiro de 1973, p.12.

⁵⁶ Ibid.

socialmente sentida como uma parcela legítima da pátria e, mais do que isso, possuindo um alto grau de importância, já que representava o fator espiritual. Em outras palavras, João Pereira defendeu a posição de que os assembleianos estavam inseridos na vida social brasileira e poderiam prestar sua contribuição à nação.

Essa contribuição “transcendente/espiritual”, concretamente vista em apoio político e social, arrogada pelos assembleianos, pode ter sido motivada pelo distanciamento de importantes setores da Igreja Católica à ditadura que outrora apoiou. De acordo com Thomas Skidmore (1988), especialmente no período Médici, ou seja, após dezembro de 1968, com a decretação do AI-5 e o aumento da repressão, a Igreja Romana se tornou um dos principais focos de oposição e a única instituição capaz de enfrentar o Governo e sobreviver.

Conforme Skidmore (1988), a Igreja Católica sobreviveu, mas não sem marcas. O brasilianista informa que os militares perseguiram ferozmente os clérigos que criticavam a Ditadura, denunciando seus abusos, sua violência e cerceamento das liberdades. Uma das principais lideranças católicas na luta contra o autoritarismo governamental foi Dom Helder Câmara, famoso bispo de Olinda e Recife; Câmara, sentiu de perto o terror ditatorial: em 1969, o padre Pereira Neto, jovem sacerdote ligado a Dom Helder, foi linchado em Recife, como forma de retaliação (SKIDMORE, 1988). Assim como o jovem sacerdote, os demais membros da classe eclesiástica católica acusados de graves ações criminosas à época, como ajudar os revolucionários armados, distribuir literatura subversiva e denegrir a honra dos oficiais das Forças Armadas, foram penalizados de diversas maneiras:

(...) a polícia fazia batidas regularmente em conventos e escolas. Uma prisão de 40 suspeitos incluiu a madre superiora de um convento. Em meados de novembro o arcebispo de Ribeirão Preto no estado de São Paulo excomungou o chefe de polícia local e seu substituto imediato por terem maltratado alguns religiosos. Em meados de dezembro o bispo de Volta Redonda (no estado do Rio de Janeiro) e 16 outros padres foram denunciados sob a acusação de distribuírem literatura subversiva. Um dia depois mais 21 suspeitos foram presos, inclusive nove frades dominicanos. O Cardeal Rossi e outros 18 membros dos 32 que compõem a Comissão Central da CNBB hipotecaram vigorosa apoio ao bispo acusado. Violentos choques prosseguiram ao longo de 1970. Prisões periódicas de padres alternavam-se com denúncias dos bispos progressistas sobre atos de tortura praticados pelo governo. Aqueles geralmente associavam as suas declarações antigovernamentais com denúncias

de terrorismo, qualquer que fosse a fonte, esperando assim manter a credibilidade (SKIDMORE, 1988, p.220-221).

As Assembleias, como era de se esperar, criticaram a postura dos católicos, porém, sem citá-los nominalmente. A divergência teológica entre os dois segmentos cristãos, evidente desde há muito, foi acrescida de um fator político. Assim, o *Mensageiro da Paz* construiu uma narrativa, ainda que incipiente, na qual as Assembleias de Deus se habilitavam como uma opção para preencher o “vácuo religioso” aberto pela Igreja Católica. Se a liderança católica estava dividida e, segundo Skidmore (1988), com maioria aplicando sua força contra o governo, os pastores assembleianos, por sua vez, ofereciam um apoio coeso e irrestrito:

A nação brasileira, atualmente, deve orgulhar-se do governo que tem; governo que merece o integral apoio da parte de todos os brasileiros de boa conduta e de moral comprovada. É fato lamentável, porém, alguns elementos de projeção eclesiástica se prestarem a fazer insinuações administrativas, como se o nosso governo não tivesse capacidade para desempenhar por si mesmo a sua missão. Pior ainda quando tais elementos criticam acerbamente o governo, sem fundamento para isto! Reconhecemos não ser esta a missão eclesiástica e sim outra – a de orar pelo governo e deixar que ele trabalhe livre e desembaraçadamente. Assim fazendo, jamais o governo se verá forçado a agir punitivamente em contrário à sua formação, contra elementos eclesiásticos que se insurgem e dão guarida à rebeldia contra o governo.

(...) No entanto, mesmo a despeito da obra gigantesca que o governo está exercendo na Amazônia, a dinâmica e elogiável integração nacional que se processa, a erradicação das favelas porque o governo está dando de si o melhor, ainda se levantam vozes eclesiásticas insatisfeitas, criticando tudo, e até fazendo declarações desprestigosas à administração pública, atraindo assim conseqüências negativas a si próprios. (...) A nós, porém, que respeitamos o governo e com ele cooperamos no que diz respeito, para que ele exerça a sua atividade com proveito geral da nação, convém deixá-lo livre.⁵⁷

Ademais das conhecidas menções honrosas ao Governo, o artigo marca posição e demonstra a diferença entre a Igreja Católica e a Assembleia de Deus. Enquanto aquela possui vozes eclesiásticas insatisfeitas, que fazem declarações desprestigosas à administração pública e, por isso, atraindo as conseqüências negativas para si – prisões e

⁵⁷ SOUZA, Eliseu Queiroz de. O Governo, a Igreja e a Bíblia. *Mensageiro da Paz*, Ano 42, n.15, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de agosto de 1972, p.3-4.

torturas de clérigos? -, nós – os assembleianos – respeitamos o governo e com ele cooperamos. A diferenciação entre os dois grupos era amplamente fomentada no *Mensageiro da Paz*, que ao longo dos anos divulgou uma enorme quantidade de matérias contra o ecumenismo, ou seja, contra a unidade de todas as tradições cristãs. Outra forma de distinguir as duas igrejas, que acabava por servir aos interesses políticos, era a associação sincrética entre catolicismo e comunismo:

Os acôrdos políticos que se processam entre o Vaticano e os países da órbita socialista (comunista), o reatamento diplomático atualmente em andamento entre as duas forças aludidas, é algo daquilo que é possível se verificar em futuro ainda incerto (...). Mas, que no momento tais forças antagônicas em fins e propósito como são catolicismo romano e comunismo, se entrelacem em relações diplomáticas e os seus líderes principais se visitem reciprocamente e que os religiosos que há pouco tempo condenavam veementemente o sistemas e as atividades dos comunistas, agora se prestem a reconhecê-los como autênticos representantes dos povos a que oprimem, o que equivale dar-lhes razão à existências, é algo que decididamente não compreendemos!⁵⁸

Obviamente, há de se ponderar a força que cada instituição religiosa desfrutava, sobretudo naquele momento. O quantitativo de assembleianos no Brasil, se comparado ao número de católicos, ainda era diminuto, no entanto, isso não impediu de as Assembleias de Deus se verem como capazes de ocupar esse lugar, uma vez que já eram a denominação evangélica com a maior quantidade de membros, passavam por um crescimento vertiginoso, compartilhavam dos mesmos valores defendidos pela Ditadura e, como uma religião que enxergava a realidade por esse prisma, acreditavam ter a mensagem correta para transformação e avanço espiritual da nação.

Entre o início de 1972 e o início de 1973, o *Mensageiro da Paz* passou por novidades. Em março de 1972 chegou ao assinante 2 mil e a CPAD adquiriu uma nova máquina para impressão do jornal. A partir de então, o número de laudas aumentou para 12, as páginas passaram a ter cores e os textos estavam melhor diagramados. No mês de setembro, Alcebíades Vasconcelos deixou a direção do periódico e retornou ao exercício ministerial, se tornando o presidente da Convenção das Assembleias de Deus do estado de Manaus. Em seu lugar, assumiu interinamente o pastor Paulo Leivas Macalão, figura importante nas Assembleias de Deus e responsável pela separação interna que levou ao nascimento

⁵⁸ EDITORIAL. “Que fareis no fim disto?...”. *Mensageiro da Paz*. Ano 41, n.8, Rio de Janeiro, 2º quinzena de abril de 1971, p.3.

da Assembleia de Deus Ministério de Madureira. Macalão deixou o posto em 3 de abril de 1973, quando João Pereira de Andrade e Silva, o pastor discursante nas comemorações do Sesquicentenário da Assembleia de Deus em São Paulo, ocupou o cargo definitivamente.



FIGURA 3: Mensageiro da Paz, 16 a 31 de março de 1972. A capa dessa edição destaca o primeiro jornal impresso com a máquina "Goss". Na imagem, vê-se as melhorias no periódico propiciadas pelo avanço técnico.

João Pereira era reconhecido como um intelectual dentro da denominação. Professor secundarista, graduado em letras aos 21 anos de idade, o pastor também desempenhou outras funções: elegeu-se como vereador no município de Itajubá-MG, no mandato de 1951-1954 e, nesse ínterim, em 1952, no alto de seus 34 anos de vida, foi escolhido para o cargo de gerente da CPAD (FONSECA, 2017).⁵⁹ Sob seu comando, em termos de agenda política, a linha editorial do *Mensageiro da Paz* permaneceu inalterada. Prova disso foi o texto escrito pelo novo diretor que nomeou de “revolução” o golpe de 1964, exaltando os rumos que o Brasil tomou sob a Ditadura.

Felizmente, no Brasil, a “REVOLUÇÃO” foi a solução melhor. Solução mais consentânea com os interesses de nosso povo. A “REVOLUÇÃO” reconduziu o país à estrada certa do seu destino, evitando que prosseguisse a caminhada para o caos que se esboçava na desordem planejada, que objetivava conduzi-lo “ao pior”, a fim de que, perfeitamente, os mentores da baderna, acolitados por tantos irresponsáveis e inocentes úteis, tirassem “das águas turvas” – o melhor... para eles, deixando o Brasil, com “pior”. Mas veio a “REVOLUÇÃO”, e com ela “o basta” para uma situação já insuportável. Não foi uma “quartelada”, porém a eclosão do sentimento de brio da nacionalidade ofendida. Talvez não vivamos uma democracia plena, mas temos o Regime que mais convém ao Brasil e aos brasileiros.⁶⁰

Encerrando a sessão, apresento o último artigo, escrito em abril de 1972 por Altomires Sotero da Cunha, Diretor Geral da CPAD, a editora da Assembleia de Deus e responsável por seus periódicos, a fim de demonstrar que o apoio à Ditadura e seus líderes não foi individualizada. Apesar do estímulo ao posicionamento público a partir da atuação de Alcebíades Vasconcelos, é fácil perceber que a visão positiva sobre a Ditadura era ponto comum entre os articulistas do *Mensageiro da Paz* e a alta cúpula da denominação, pois mesmo nos momentos em que os elogios eram suprimidos, tampouco circulavam críticas ao Regime.

PRIVILEGIADOS. Temos no momento atual o grande privilégio de desfrutar de uma tranquilidade no nosso querido Brasil, pois quando se aproximavam dias tão tenebrosos, Deus estendeu sua poderosa mão, ouvindo as nossas

⁵⁹ Para mais dados biográficos de João Pereira de Andrade e Silva ver: FONSECA, André (2017).

⁶⁰ EDITORIAL. Jeú, o Revolucionário. *Mensageiro da Paz*, Ano 43, n.12, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de junho de 1973, p.5.

orações, porque a Igreja do Senhor levantou-se em oração naqueles dias idos de 1964, e afastou o nosso querido Brasil do iminente e desastroso perigo, dando-nos a grande oportunidade de falar a nossa gente e a outros povos que Deus quer salvar os perdidos. Que Deus abençoe nosso querido Brasil, dando-nos sempre governos como temos no presente, para podermos trabalhar mais um pouco pela nossa gente, pela humanidade que muito precisa de Deus de amor e de paz.⁶¹

Os motivos da adesão e apoio à Ditadura Militar estão evidenciados nos textos publicados, mas resta a última pergunta: por que nesse momento e não antes? O que houve de especial nessa conjuntura que impulsionou as Assembleias de Deus a defenderem e elogiarem a Ditadura, através do *Mensageiro da Paz*?

Os anos da Ditadura Militar, 1964 a 1985, coincidem com o período do crescimento exponencial das Assembleias de Deus no Brasil. O país passou por importantes transformações a partir da segunda metade do século passado, decorrentes do vigoroso processo de industrialização e urbanização empregado. As mudanças provocaram alta migração do campo para as cidades, sobretudo para as metrópoles, que contavam com os parques industriais mais desenvolvidos. O deslocamento de mão-de-obra de várias partes do território nacional encontrou na região Sudeste o seu destino. A cidade de São Paulo, por exemplo, tornou-se o maior centro urbano da América Latina (FAJARDO, 2015).

As Assembleias acompanharam esse processo. Sua expansão para o Sudeste teve início ainda em meados na década de 1920, quando o pioneiro Gunnar Vingren se mudou para o Rio de Janeiro, e alcançou números expressivos no contexto do processo assinalado, chegando até a década de 1990. De acordo com as estatísticas de Maxwell Fajardo (2015):

(...) no período entre 1949 e 1960, (...) as ADs assumem a liderança numérica entre os pentecostais e alcançam um crescimento de 240%. Na década de 1960 o salto de crescimento é menor, mas ainda assim com uma considerável taxa de 85%. Já nas décadas de 1970-1990, (...) as ADs crescem 224% em duas décadas, ou seja, conseguem dobrar de tamanho duas vezes em um intervalo de 20 anos (FAJARDO, 2015, p.157).

Portanto, no período Médici, 1969-1974, as Assembleias de Deus estavam em franca expansão, mas já gozavam de considerável contingente de fiéis em todo o território

⁶¹ CUNHA, A.S. O que será? Quem será? Como será? *Mensageiro da Paz*, Ano 43, n.8, Rio de Janeiro, 2º quinzena de abril de 1973, p.5.

nacional e passavam dos 50 anos de vida. Nesse momento histórico, a Ditadura Militar também dispunha de grande prestígio junto à sociedade. Com efeito, 1968 foi um ano conturbado, em que o Regime se viu abalado, contudo, a decretação do AI-5 e as ações autoritárias que se seguiram, aliadas ao “milagre brasileiro”, que envolveu o fator econômico e o sentimental, criando uma onda de otimismo na sociedade, fizeram-no alcançar o mais alto nível de popularidade. O panorama de alta adesão social, tanto da Ditadura quanto das Assembleias, cada uma em sua proporção, não era o único ponto de contato entre ambas, os valores defendidos também estavam bem alinhados.

Essa proximidade de ideias e valores foi mais politizada a partir do momento em que Alcebíades Pereira Vasconcelos assumiu a direção do *Mensageiro da Paz*, pois o respeitado pastor era um simpatizante da Ditadura, como pôde ser visto por meio dos textos que redigiu. No entanto, o movimento iniciado por Vasconcelos não deve ser particularizado, levando em conta que conceitos como “Deus, Pátria e Família” e o combate ao comunismo ateu, eram partilhados pelas lideranças das Assembleias de Deus, incluindo João Pereira de Andrade e Silva, o Diretor de Publicações que sucedeu Vasconcelos.

Outro componente da rede fatores que conduziram ao momento de apoio explícito, foi a percepção de que o cenário político-religioso havia se tornado favorável a um posicionamento aberto pela Assembleia, uma vez que passou a existir forte tensão entre a Igreja Católica e a Ditadura Militar. Segundo Thomas Skidmore (1988), a Igreja Católica estava dividida em três alas: progressistas, bispos que assumiam posição política de ataques radicais à violência e injustiça social produzidos pelo governo; conservadores, clérigos apoiadores irrestritos do Regime e que denunciavam os subversivos às forças militares; e “moderados”, bispos que evitavam se posicionar publicamente sobre pautas políticas, por receio do embate entre Igreja e Estado, mas que tendiam a apoiar o grupo progressista quando o clero era vítima de violência física e simbólica, formando maioria contra a Ditadura.

Conforme Skidmore (1988, p.221), em março de 1973, os bispos se manifestaram abertamente contra a falta de liberdade e nos “anos de Médici a Igreja continuou a ser uma espinha na garganta do regime militar”:

Como resultado, a Igreja tornou-se o mais conspícuo opositor do estado autoritário brasileiro. Não era apenas a CNBB procurando agressivamente defender sacerdotes e leigos contra a tortura (muitas vezes sem êxito). Eram

também os ativistas católicos que mobilizavam seus contatos no exterior – no Vaticano, no seio do clero e do laicato da Europa e dos Estados Unidos, e de outros ativistas dos direitos humanos, gerando protestos na imprensa estrangeira. A crítica dos meios católicos estrangeiros inquietava especialmente os militares brasileiros.

Em síntese, como busquei demonstrar, as Assembleias de Deus, por meio do *Mensageiro da Paz*, ofereceram seu apoio à Ditadura e incentivavam que seus fiéis fizessem o mesmo. A adesão externada no periódico não se restringiu a determinados indivíduos, pois diversos articulistas e os dois editores efetivos do jornal, Alcebíades Pereira Vasconcelos e João Pereira de Andrade e Silva, procederam da mesma forma. A simpatia ao Regime ficou clara e manifesta num momento histórico em que havia condições favoráveis ao posicionamento político, e ocorreu pelo compartilhamento de valores comuns, como estima à religião, à ordem e aos bons costumes, conceitos que foram bem articulados em torno do anticomunismo.

No próximo capítulo, será analisado como as Assembleias de Deus se comportaram politicamente nos governos Geisel e Figueiredo, além de como reagiu à instauração da Nova República e às eleições de 1986. De igual forma, examinarei as manifestações anticomunistas propagadas pelo *Mensageiro da Paz*, que seguiu as representações tradicionais, mas ofereceu uma nova faceta, a dimensão escatológica do comunismo.

3. “QUAL A POSIÇÃO DOS EVANGÉLICOS FRENTE À ATUAL SITUAÇÃO POLÍTICA?”

3.1 ERNESTO GEISEL: CUMPRIMENTO DE PROFECIA DIVINA?

Em 15 de março de 1974, quando o general do Exército Ernesto Beckmann Geisel assumiu a presidência da República, as Assembleias de Deus já corroboravam explicitamente com a Ditadura, prova disso, eram as publicações de seu jornal, o *Mensageiro da Paz*. O processo que vinha ocorrendo de maneira crescente há uma década, se manteve pujante, ganhando, inclusive, um novo ingrediente: a crença religiosa de Geisel. O novo chefe de Estado era evangélico, de confissão luterana, e este fato animou os assembleianos, que sentiam-se então, ainda mais contemplados pelo Regime Militar. Vejamos a seguir, o que foi relatado no editorial publicado em agosto de 1973:

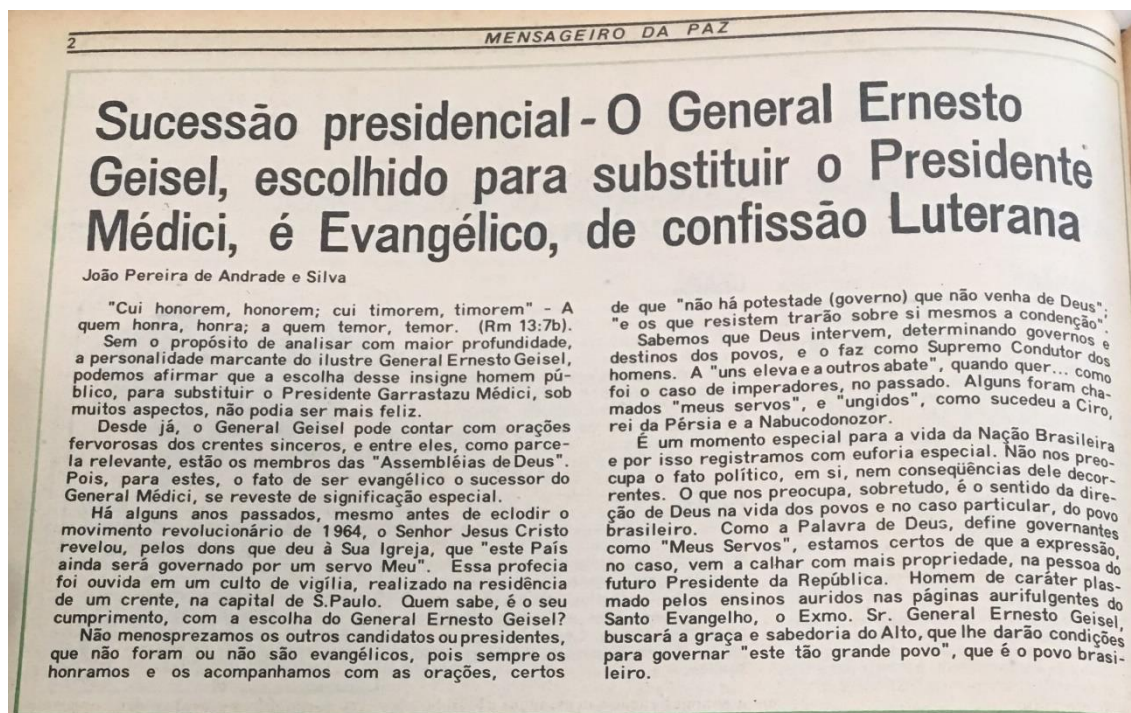


FIGURA 4: *Mensageiro da Paz*, 1 a 15 de agosto de 1973. No editorial assinado por João Pereira de Andrade e Silva, é celebrado o anúncio do novo presidente. O fato do general Ernesto Geisel ser evangélico foi motivo de grande euforia entre os assembleianos.

O texto expressa que a escolha pelo “ilustre” e “insigne homem público (...) não podia ser mais feliz”, isto porque, “o fato de ser evangélico o sucessor do General Médici, se reveste de significação especial”, configurando-se num “momento especial para a vida da Nação Brasileira e por isso registramos com euforia especial”. O entusiasmo foi tão grande, que além da repetição incomum do termo “especial” – três vezes apenas nos

trechos aqui citados –, criou-se a expectativa de que a decisão por Geisel fosse o cumprimento de uma “profecia”, ou seja, no entendimento assembleiano, a concretização de uma palavra dada diretamente por Deus. Os elogios recebidos em função de credo religioso do presidente-ditador foram acompanhados de promessas de apoio imediato através de “orações fervorosas dos crentes sinceros, e entre eles, como parcela relevante, estão os membros das “Assembléias de Deus”. Junto da cooperação, destaca-se aqui também a afirmação de sua importância numérica – “parcela relevante” –, ideia bastante explorada pelos assembleianos nesse momento histórico. Por fim, como em outras ocasiões, o Diretor de Publicações chama o golpe de 64 de “movimento revolucionário”.

O tom comemorativo e elogioso das palavras dirigidas a Geisel no escrito de João Pereira, revelam com clareza o contentamento por sua ascensão ao poder e foram um prenúncio do parecer das Assembleias de Deus nos anos de seu mandato. Além disso, a data em que a sucessão presidencial foi noticiada é outro aspecto merecedor de atenção particular. Tamanha antecedência – quase um ano antes da posse – também demonstra a expectativa gerada em torno de Geisel, pois, ter um presidente que partilhava da mesma fé, poderia ser indício de disposição favorável às denominações evangélicas, sobretudo, num cenário de afastamento entre a Ditadura e importantes setores da Igreja Católica.⁶²

Assim, no intento de projetar-se politicamente, era indispensável às Assembleias de Deus transmitirem uma imagem de si próprias que expressasse grandeza e imponência, apresentarem-se como influentes e mobilizadoras, ou seja, colocarem-se como um parceiro importante, uma instituição em que há benefícios tê-la como aliada para a manutenção do poder. A estratégia utilizada para esse fim já era há muito conhecida, demonstrar o quanto a Igreja crescia e era atuante. Para isso, havia no *Mensageiro da Paz*, divulgação de festividades, eventos religiosos, convenções, inauguração de novos templos – exaltando sua arquitetura, quantidade de assentos etc –, menção da denominação e/ou de seu jornal em ambientes governamentais do país e, como novidade, censos e notícias que davam conta da quantidade de fiéis assembleianos, destacando a Igreja como a principal dentro do campo evangélico.

Não obstante a empolgação assembleiana, o general Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República em um cenário adverso. Segundo Pedro Ernesto Fagundes (2019, p.106), a

⁶² As AD enviaram, inclusive, um representante para a posse de Geisel (FONSECA, 2017).

Ditadura implantada há quase dez anos, apresentava “os primeiros sinais de esgotamento”, sendo o período marcado por diversas crises políticas e econômicas.

Entre esses episódios podemos citar: o resultado das eleições de 1974 – amplamente favorável para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); o fim do chamado “Milagre Brasileiro” e consequentes desdobramentos no âmbito econômico, como o crescimento da inflação; as constantes denúncias de casos de tortura, morte e desaparecimento – com destaque para o caso do jornalista Vladimir Herzog (FAGUNDES, 2019, p.106).

Sob o governo Geisel, a Ditadura que iniciou o processo de “abertura lenta, gradual e segura”, articulando-se para conduzir e controlar a distensão política, enfrentou dois focos de resistência, as forças civis do MDB e a chamada “linha-dura” das Forças Armadas. Foi nesse período também que a campanha pela Anistia ganhou maior visibilidade, contando com a atuação de grupos como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), o “Comitê 1º de maio pela Anistia”, entidades estudantis e o Comitê Brasileira da Anistia (CBA) (FAGUNDES, 2019).

Geisel tomou medidas antidemocráticas no enfrentamento da oposição e do desgaste sofridos, como a “Lei Falcão”, que limitava o acesso à propaganda eleitoral gratuita nos meios de comunicação, visando conter o crescimento do MDB, e o “Pacote de Abril”, reformas políticas e judiciárias que foram efetivadas quando o general-ditador colocou o Congresso Nacional em recesso.⁶³ Apesar do êxito alcançado por suas medidas no Parlamento, outros setores da oposição, como os militantes estudantis, permaneceram manifestando suas críticas ao Regime. Pelo exposto até aqui, depreende-se que a Ditadura necessitava de respaldo social. Respaldo este que as Assembleias de Deus já disponibilizavam abertamente e prosseguiram em fazê-lo.

Entre 1974 e 1979, no *Mensageiro da Paz*, foram proferidas diversas menções favoráveis ao presidente da República, divulgando informações e exaltando medidas governamentais, incentivando apoio contínuo dos assembleianos e até mesmo amenizando a responsabilidade do governo militar em relação à crise econômica atravessada. Dentre algumas das citações positivas, pode-se ressaltar o artigo “Nem tudo está perdido (I)”, do pastor Manoel Ferreira de Almeida, na primeira edição de 1976.

⁶³ A Lei nº 63339/76, conhecida como “Lei Falcão”, recebeu esse nome em alusão ao então Ministro da Justiça, Armando Falcão. Já o “Pacote de Abril”, apresentado em 1977, foi um conjunto de atos constitucionais e decretos-leis baixados quando vigorava o Ato Complementar nº 102, que determinou o recesso do Congresso em 1º de abril do mesmo ano.

(...) Se olharmos para o sistema político-mundial, verificamos que os chefes de Estado, os homens de governo, não estão seguros, vivem em suspense, sujeitos a cada momento um “revanche” pelos insubordinados, aqueles que nunca estão satisfeitos e vivem em constante desacordo com as leis do País.

(...) Se olharmos para o sistema monetário, este também não está firme no seu setor de atividades, em razão da queda das moedas de maior valor cambial. Estas coisas têm trazido dificuldades em todos os países, principalmente entre aqueles que estão sujeitos às reviravoltas do câmbio universal.

(...) Todas estas coisas estamos contemplando ao vivo (...).⁶⁴

O articulista elencou problemas em diversas áreas e, apesar de trazer um sentido genérico do “sistema político-mundial”, particularizou a questão ao dizer que “todas estas coisas estamos contemplando ao vivo”, além de posicionar-se em uma conjuntura de crise econômica e oposições político-sociais no país. No primeiro trecho, a crítica foi política; basicamente, foi dito que os líderes eram impedidos de exercer seu poder tranquilamente, sendo sujeitados a comentários negativos, manifestações de protestos e “riscos” constantes. A segunda parte abordou a economia; atribuiu ao “sistema monetário” internacional os impactos sentidos “em todos países”, especialmente naqueles mais suscetíveis a variações, como era o caso do Brasil. A mensagem defendia que as dificuldades enfrentadas pelo Brasil, não se deviam a má gestão dos militares, mas sim por fatores externos que interferiam na condução do país. Politicamente, porque não havia tranquilidade para as lideranças, e economicamente, porque as questões dessa ordem não dependiam só do Governo para serem resolvidas. Em suma, o Regime Militar e Geisel não eram culpados pela crise.

Citando outros exemplos, houve elogios a respeito de ações no campo da educação, afirmando que “(...) o Governo tem criado facilidades, podendo-se dizer que hoje não estuda quem não quer”.⁶⁵ No mesmo sentido, matéria que registrou o empossamento de Antonio Alves Teixeira como presidente da Assembleia Legislativa do Pará. O deputado pertencia à Assembleia de Deus em Belém e dispunha de protagonismo político naquela localidade, pois, antes da presidência, segundo o texto, havia exercido vários cargos importantes, como “Líder do Governo e Líder da ARENA”. O discurso de posse transcrito

⁶⁴ FERREIRA, Manoel. Nem tudo está perdido (I). *Mensagem da Paz*, Ano 46, n.1, Rio de Janeiro, janeiro de 1976, p.6.

⁶⁵ DOURADO, Adauto Edson. Fontes Superiores e Fontes Inferiores. *Mensagem da Paz*, Ano 4, n.11, Rio de Janeiro, novembro de 1976, p.3.

encerrava-se da seguinte maneira: “(...) nossas ferventes e contínuas orações, em favor da nossa estremecida Pátria, em favor de nosso Estado, em favor de nosso preclaro Governador, e em favor de nosso eminente Presidente, General Ernesto Geisel”.⁶⁶ A tônica do texto é aparente, um assembleiano de destaque, uma figura importante, que está ao lado do presidente.

No caderno *Informação*, foram noticiadas várias decisões governamentais, como, por exemplo, a divisão do Mato Grosso em dois territórios e a promoção de funcionários públicos:

O presidente Ernesto Geisel assinou, recentemente, a Lei Complementar que oficializa a divisão do Mato Grosso em dois Estados, os quais passarão a chamar-se Mato Grosso do Norte e Mato Grosso do Sul. Segundo o Governo, esta divisão proporcionará melhores perspectivas no aspecto econômico, resultante de uma boa infra-estrutura a ser implantada em ambas unidades da Federação.⁶⁷

Outra informação dentro da mesma seção:

Setenta e seis mil funcionários públicos incluídos no Plano de Classificação de Cargos (PCC) serão promovidos por merecimento ainda este ano, segundo decreto assinado pelo Presidente Geisel, o que representa um acréscimo de 5 por cento no salário-base do servidor. A seleção dos funcionários para a promoção será tarefa exclusiva do chefe imediato.⁶⁸

As duas deliberações noticiadas tinham utilidade no favorecimento da imagem da Ditadura; a primeira repercutiu a ideia de que a separação territorial resultaria em crescimento econômico e investimento em infraestrutura naqueles estados. A segunda apontou para um decreto assinado por Geisel que geraria um incremento salarial de 5% para empregados do funcionalismo público. Em síntese, a ideia passada era a de que o Governo agia em prol do bem nacional, visando aplicação de recursos nos estados, geração de crescimento econômico e benefícios aos trabalhadores.

⁶⁶ Pentecostal assume a presidência da Assembléia Legislativa-Pará. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.7, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de julho de 1977, p.3.

⁶⁷ INFORMAÇÃO. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.16, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de novembro de 1977, p.9.

⁶⁸ Ibid.

Para concluir os exemplos trazidos em *Informação*, apresento outras duas notícias, uma que informava acerca da condição de liberdade de países da América e outra a respeito de financiamento feito pelo Governo.

Brasil, Bolívia, México, Paraguai, Equador, El Salvador, Honduras, Guiana, Nicarágua e Peru são países “medianamente livres”, segundo um informe do Freedom House, organização independente de Nova Iorque, em seu estudo anual sobre o estado das liberdades do mundo. O informe aborda “uma ligeira melhoria” na situação dos Direitos Humanos em todo o mundo, reduzindo a 35 por cento da população mundial os países em que se pode considerar um regime de liberdade. Nos casos do Brasil, Peru e Equador, a Freedom House observou “sinais atentadores” nesse sentido.⁶⁹

Na mesma edição, a segunda notícia:

O presidente Ernesto Geisel autorizou o financiamento, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), de 27 novos projetos de pesquisas, que corresponderão a comprometimentos da ordem de Cr\$3,8 bilhões, em desembolsos previstos de Cr\$1,4 bilhão durante este ano.⁷⁰

A respeito da pesquisa realizada pela organização norte-americana, pode ser notado o elogio feito ao Brasil, por, segundo o texto, dar indícios de que naquele momento, sob a gestão de Geisel, caminhava para a liberdade. O curioso é que se àquela altura o país se direcionava à liberdade, não teve o Regime enorme responsabilidade para que naquele recorte temporal não fosse uma nação livre? Não foram as ações repressivas, antidemocráticas e criminosas dos militares que conduziram o país a um plano ditatorial? E as Assembleias de Deus, como diversos setores civis, não estavam em concordância com o Regime, sem nunca terem criticado a falta de liberdade ou a violação dos direitos humanos efetuados por órgãos do Estado, para então repercutirem de maneira positiva uma matéria que falava sobre liberdade? Essa reflexão não foi feita, apenas reproduziu-se de modo conveniente tal reportagem.

Seguindo a trilha de exaltar feitos da Ditadura, foi noticiada uma quantidade elevada de projetos – 27 – que foram autorizados por Geisel a receber investimentos públicos. Sem detalhar a natureza destes, somente informou-se que seriam financiados pelo FNDCT e

⁶⁹ INFORMAÇÃO. *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.1104, Rio de Janeiro, março de 1979, p.3.

⁷⁰ Ibid.

que os recursos chegassem à casa dos bilhões de cruzeiros. É possível inferir que a intenção era elevar a reputação do Regime, difundindo a visão de progresso, de que havia preocupações com o futuro, com os rumos da país, por isso, a aplicação dos valores para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Houve ainda, o caso do comunicado feito pela CEADER que reflete como as Assembleias estavam alinhadas com a Ditadura. Conforme nota oficial, foi deliberado que os obreiros candidatos ao ministério pastoral, teriam de apresentar “atestado de ideologia política” à mencionada Convenção.⁷¹ Não foi exposto textualmente quais teses deveriam ser seguidas, mas, levando em conta toda a construção feita ao longo dos anos de Ditadura, torna-se evidente a qual ideologia política as Assembleias de Deus do estado do Rio de Janeiro se referiam.

Por fim, encerro as publicações do período Geisel reportando o editorial de fevereiro de 1977. Na ocasião, conteúdo, linguagem e recursos gráficos foram empregados para o sucesso do convencimento do público alvo. Em relação aos dois primeiros aspectos, João Pereira de Andrade e Silva lançou mão de uma estrutura argumentativa que agregava elementos religiosos e políticos, a fim de legitimar Ernesto Geisel. O texto intitulado “Amai a fraternidade, temei a Deus, honrai o rei” – o que o autor chamou de “três colunas mestras” –, evocou o respaldo bíblico para colocar em um mesmo patamar a comunhão entre os irmãos de fé, o temor a Deus e a obediência ao governo. Em outras palavras, para ser um cristão autêntico, não bastava apenas cumprir com os compromissos religiosos, como participar dos trabalhos da Igreja, era necessário também estar ao lado do Governo e dignificá-lo.

Além de citar São Pedro no título, outro apóstolo é trazido à baila ao longo do texto; São Paulo e a tradicional passagem de Romanos 13:

(...) os verdadeiros cristãos devem “honrar” aqueles que governam, investidos de poder, porque S. Paulo diz: “a quem honra, honra; a quem tributo, tributo.” Este ensino de S. Paulo pode aparecer desarrazoado, ou um adesismo, ou acomodação interesseiras. A verdade porém, é que acima das opiniões pessoais, o cristão deve-se conservar dentro dos conceitos expressos pela Palavra de Deus, a Bíblia Sagrada, porque o mesmo S. Paulo, as sua epístola aos Romanos, ensina: Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores;

⁷¹ CEADER realizou reunião semestral na Assembléia de Deus em São Cristóvão. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.5, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de março de 1977, p.16.

porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades (governos) que há, foram ordenados pro Deus. Por isso, quem resiste à potestade, resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação (...).⁷²

A estratégia de mencionar a Bíblia servia ao propósito de revestir a opinião de uma “aura sagrada”, pois a autoridade gerada a partir disso, validava toda a construção narrativa. Ademais, com o uso desse excerto, o autor buscou colocar-se como imparcial, afirmando que independente de quem fosse, se alguém estivesse no governo, havia sido designado por Deus para isto, logo, deveria ser honrado, respeitado e obter colaboração, incluindo espiritual, por meio de orações.

Essa tese é reiterada no parágrafo seguinte:

Repetimos que o cristão cujo caráter espiritual está plasmado nos princípios cristalinos, exarados nas esplendorosas páginas das santas Escrituras, não deve obstacular de nenhuma forma, as diretrizes daqueles que exercem o poder. E mesmo contrariando o “velho eu”, deve apoiar as autoridades constituídas, com suas orações, conforme o ensino que citamos.⁷³

Depois deste preâmbulo, Andrade e Silva direcionou-se especificamente a Ernesto Geisel. O método consistiu em, primeiramente, abordar de maneira genérica e pretensamente neutra o dever do cristão em relação às autoridades e, depois, aplicar o entendimento ao governo da época. Assim, “honrar o rei”, traduzia-se em honrar a Geisel, presidente da Ditadura em vigência.

No trecho final do artigo, o autor externou seus elogios ao discurso feito por Geisel, à sua pessoa e equipe administrativa, e otimismo na superação da crise econômica. Além disso, novamente, as Assembleias de Deus foram erigidas ao posto de importantes apoiadoras da Ditadura:

Ouvimos e lemos o discurso do eminente Presidente da República. Sua Excia. não divagou nem fez literatura – embora o discurso seja peça excelente.

O Sr. Presidente Geisel foi direto ao assunto, num chamamento de atenção, um comando, para que o povo brasileiro ouvisse sua palavra sincera, clara, sensata.

⁷² EDITORIAL. “Amai a fraternidade, temei a Deus, honrai o rei”. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.2, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de janeiro de 1977, p.2.

⁷³ Ibid.

(...) O Brasil possui possibilidades para vencer a crise porque, além da probidade do Sr. Presidente da República e da capacidade da maioria dos seus colaboradores, pode contar com as orações do povo de Deus. Dos cristãos que, de fato, sabem “honrar o rei”. E na linha de vanguarda se coloca o povo pentecostal liderado pelas “Assembleias de Deus”.

Como antecipado, a parte visual também foi pensada no editorial aqui analisado. O título apareceu com grande destaque, formatado em negrito, com todas as letras em caixa alta e com um tamanho desproporcionalmente maior em relação ao corpo do texto. Há um subtítulo na terceira coluna, aquela direcionada ao presidente, que seguiu a mesma ordem do título principal, com a diferença de que as letras, mesmo em destaque, não aparecem tão maximizadas. A frase é **“O BRASIL PODE VENCER TODAS AS DIFICULDADES”**. Para além dos títulos, há uma fotografia de Ernesto Geisel em tamanho expandido. Nela, Geisel aparece com ar de seriedade, como se estivesse em uma reunião, usando terno e gravata, óculos e dedos das mãos entrecruzados sobre a mesa.

De todo o visto acerca do posicionamento das Assembleias de Deus no período, pode ser percebido que o apoio depositado, antes mesmo da posse de Geisel como presidente da República, manteve-se firme e constante até o fim de seu mandato, ignorando as críticas e o desgaste que o Regime em si, vinha enfrentando junto à sociedade. No caso em tela, acreditava-se ainda mais que o Governo havia sido determinado por Deus. Primeiramente pelo próprio Regime Militar e a representação feita deste, além disso, particularmente pela liderança de Ernesto Geisel, pois, como vimos na primeira publicação da seção, ser evangélico acrescentava motivos para estar ao seu lado, criando, inclusive, a expectativa de sua nomeação ser cumprimento de uma profecia, ou seja, a concretização de um plano divino predito/antecipado de modo sobrenatural.

2 mensageiro da paz



João Pereira de Andrade e Silva

"AMAI A FRATERNIDADE, TEMEI A DEUS, HONRAI O REI"

A recomendação do Apóstolo está firmada em três colunas mestras: Amai a fraternidade, temei a Deus e honrai o rei. Em primeiro lugar, e que constituiria a quarta coluna - é o dever de honrar a todos. O verdadeiro cristão, como testemunho da sua vida, não deve apenas manter uma "entente cordiale" com os outros homens, mas honrá-los, a fim de que possa manter a paz com todos. Não significa, todavia, uma mistura ou participação nos pecados, ou *modus vivendi* particular de cada um.

A recomendação que citamos como sendo a primeira coluna, - é amar a fraternidade. Isto é, aos membros da igreja, aqueles que vivem sob a mesma égide, que participam do mesmo sentimento e até do mesmo cálice. São Pedro tinha razão, porque não se pode conceber que irmãos se digladiem, se devorem, se traiam, se neguem. Pois o que deve existir é aquela permuta de abnegação, motivada pela compreensão que perdão, que suporta, que transige para o bem de todos.

A terceira recomendação é mais importante porque determina o temor de Deus. S. Pedro sentiu no seu tempo, como nós, em nossos, a falta de temor de Deus. Os homens continuavam em brutalidade. Não há temor de Deus, porque o Salmista, no seu tempo, já clamava: "Desviaram-se todos, e juntamente se fizeram imundos; não há quem faça o bem, não há sequer um." Sl 53.3.

A falta de temor de Deus tem trazido ao homem, individualmente, e à sociedade, tantas desgraças. Na família, desajustes e até querelas intermináveis; na coletividade, tantos crimes e injustiças. Por falta de temor de Deus a humanidade vive no caos das desavenças que a conduziu para abismo imprevisível.

Os dirigentes das chamadas superpotências ignoram a suprema interferência de Deus nos procênios da história. Uns, por espousarem filosofias atêias, procuram banir Deus, da direção individual e coletiva; outros, embora se dizendo cristãos e defensores da "civilização cristã", não temem a Deus nem dão lugar à operação do Seu Espírito nas decisões que, muitas vezes, modificam o curso da história dos povos. São dirigentes, que se dizendo cristãos, mas não passam de expoentes de um materialismo pedante e corrupto. São homens que se transformaram em "obreiros da iniquidade", ignorando que o temor do Senhor é uma fonte de vida, para preservar dos laços da morte." (Pv 14.27). Portanto, São Pedro tinha razão ao aconselhar: "temei a Deus".

HONRAI O REI

O ex-pescador do mar de Tiberíades, agora Pescador de homens, conclui sua exortação à cristandade, dizendo: "Honrai o rei".

Expressão em desuso em nossos tempos, quando os reis são tão poucos. E a maioria deles reina mas não governa. Neste particular, temos como exemplo a rainha daquela nação que foi até o início da segunda guerra mundial o maior império dos últimos séculos - a "orgulhosa Albion". Por isso, nesta geração, poucos entendem o sentido das palavras de S. Pedro.

Mas sua recomendação se reveste de grande importância, porque todos

os verdadeiros cristãos devem "honrar" aqueles que governam, investidos de poder, porque S. Paulo diz: "a quem honra, honra; a quem tributo, tributo." Este ensino de S. Paulo pode parecer desarmado, ou um adesismo, ou acomodações interesseiras. A verdade, porém, é que acima das opiniões pessoais, o cristão deve-se conservar dentro dos conceitos expressos pela Palavra de Deus, a Bíblia Sagrada, porque o mesmo S. Paulo, na sua epístola aos Romanos, ensina: "Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestades que não venham de Deus; e as potestades (governos) que há foram ordenadas por Deus. Por isso, quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus, e os que resistem trairão sobre si mesmos a condenação. Porque ela (o governo constituído) é ministro de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz debalde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o mal".

Repetimos que o cristão cujo caráter espiritual é plasmado nos princípios cristalinis, exarados nas esplendorosas páginas das santas Escrituras, não deve obstaculizar de nenhuma forma, as diretrizes daqueles que exercem o poder. E mesmo contrariando o "velho eu", deve apoiar as autoridades constituídas, com suas orações, conforme o ensino que citamos.

São Pedro, por isso, tinha (e tem) razão, ao afirmar: "honrai o rei".

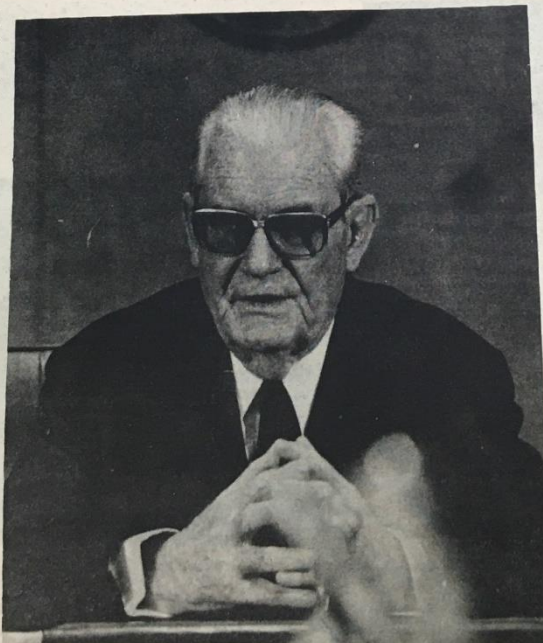
O BRASIL PODE VENCER TODAS DIFICULDADES

Ouvimos e lemos o discurso do eminente Presidente da República. Sua Excia. não divagou nem fez literatura - embora o discurso seja peça excelente.

O Sr. Presidente Geisel foi direto ao assunto, num chamamento de atenção, um comando, para que o povo brasileiro ouvisse sua palavra: sincera, clara, sensata. - Um aviso à Nação. Não negou a gravidade do momento, porém não exagerou, trazendo o pessimismo, porque o País possui condições para vencer esta, e outras etapas deste ciclo de nação em desenvolvimento.

O Brasil possui possibilidades para vencer a crise porque, além da probabilidade do Sr. Presidente da República e da capacidade da maioria dos seus colaboradores, pode contar com as orações do povo de Deus. Dos cristãos que, de fato, sabem "honrar o rei". E na linha de vanguarda se coloca o povo pentecostal liderado pelas "Assembleias de Deus". Não importa se elas são "vistas", distinguidas ou consideradas. O que interessa no caso, é que elas - "Assembleias de Deus" - são conhecidas de Deus, que ouve as orações deste povo humilde. Orações e intercessões, que sobem ao Trono da Graça, qual incenso singular.

Oremos pelo Governo e pelo povo brasileiro.



PRESIDENTE ERNESTO GEISEL.

COLUNA DO DIRETOR

Caro irmão em

Cristo, saudações como Paz do Senhor. Eis-nos de volta à Casa. Física.

mente. Porque

de la nunca saímos, nestes

vinte anos. Encontramo-nos

diferente: uma sólida empre

em que se tem condições de

zar relevante trabalho, na

jornalística e editorial. E

gradável e feliz coincidência

rá mesmo coincidência? Pa

quis, antes, que o Senhor

quis, pois Ele penetra em

corações e alcança-os em

aspirações mais recônditas,

vamente ao lado do prof. João

reira de Andrade e Silva.

1956, o signatário desta nota

quase menino, um novo con

do expulso do lar pelo pai vis

realmente inimigo do Evan

e o autor de Convém que o

seja casado o Diretor, então

nominado Gerente. Acolheu-o

ternalmente e lhe estendeu m

amiga e protetora. Confiou a

pazinho a Secretária de "A S

ra", revista ansiosamente agu

dada pelas Assembleias de

no Brasil e que surgiu com

tiragem assombrosa, batendo

dos os recôrdes no meio evan

lico de nosso País.

Voltamos para, com a gra

de Deus, fazer do MENSAGEIRO

DA PAZ o grande jornal que

nossa denominação merece.

Começamos a reformulá-lo

número. Com Geziel Gomes,

tônio Gilberto, Edgar Sotero

Cunha, Kézia Sotero Pinhe

Sônia Fonseca, Rui Berg

Ronaldo Antunes e outros que

unirão a nós, com o apoio

prescindível do Diretor Exec

vo, prof. Pastor João Pereira

Andrade e Silva. Esperamos

a curto prazo, sejam super

todos os obstáculos.

Pretendemos, também, que

matérias enviadas não sejam

publicadas com atraso. Para

pedimos que as notícias e rep

tagens focalizem com objetiv

de os acontecimentos. Nos

próximos números daremos

orientações a fim de que

saibam redigir para jornal

fim de que fique bem claro

é notícia e o que o não é. V

lutar contra os aluviões de

vras que apenas enchem

Vamos declarar guerra aos

ativos gratuitos.

Escreva-nos, extern

suas impressões sobre o

Fale francamente. Critique

reservas, se nele algo lhe

grada. Dialoguemos com

gos. Dialoguemos, sobretudo,

mo irmãos em Cristo.

Cordialmente, o

João Pereira de Andrade e Silva

Dire

Figura 5: Mensageiro da Paz, janeiro de 1977. Geisel em destaque.

3.2 ASSEMBLEIA DE DEUS NO GOVERNO DE JOÃO FIGUEIREDO

O general João Baptista Figueiredo, indicado por Ernesto Geisel para a linha sucessória, foi o último presidente da Ditadura Militar brasileira. Dando prosseguimento à política de abertura iniciada por seu antecessor, o mandato de Figueiredo, periodizado entre 1979 e 1985, é lembrado pela Lei da Anistia, o fim do bipartidarismo e a transição para um governo civil, quando Tancredo Neves foi eleito indiretamente. Como costumeiro, as Assembleias de Deus posicionaram-se ao lado da Ditadura e de seu governante, repercutindo em seu periódico de maior expressão suas opiniões, entretanto, esse processo ocorreu de maneira menos efusiva do que fora nos períodos Médici e Geisel.

A posse de Figueiredo foi digna de nota no *Mensageiro da Paz*, que republicou fotografia do jornal *O Globo*, e destacou trechos de seu discurso, porém, diferentemente da euforia pela nomeação de Geisel, o texto apareceu no fim da página, mais como um informativo do que com protagonismo:

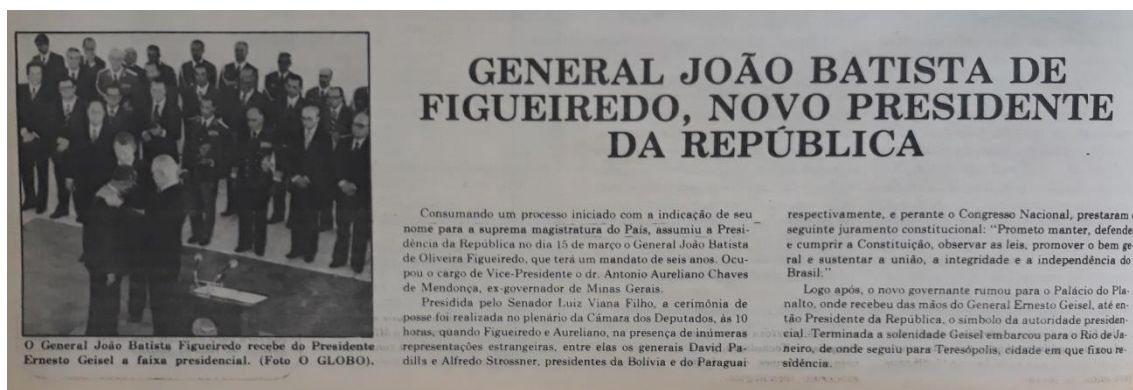


Figura 6: *Mensageiro da Paz*, abril de 1979.

O novo presidente também disse em seu discurso de posse que faria “deste país uma democracia”. A frase bastante conhecida foi suprimida do texto, mas a ideia foi reverberada posteriormente no jornal. Por exemplo, no caderno *Informação*, na seção sobre política, foi noticiado:

Política: “Fiz da construção democrática do Brasil o cerne do programa político do meu Governo. Não serão percalços de natureza econômica que irão interrompê-lo”. A afirmação é do presidente João Figueiredo, durante seu discurso no banquete do Itamaraty, ao homenagear o presidente colombiano,

Júlio César Turbay Ayala, em visita oficial de seis dias ao Brasil, no início de setembro.⁷⁴

Quando o vice Aureliano Chaves assumiu provisoriamente a presidência, em decorrência de problemas de saúde de Figueiredo, recebeu destaque de capa uma fala no mesmo sentido:

O Vice-Presidente Aureliano Chaves, ao entrar no exercício formal da Presidência da República em decorrência do infarto sofrido pelo Presidente João Figueiredo, se referiu em seu discurso ao caráter uno e indivisível do comando governamental no sistema presidencialista.

A observação do Sr. Aureliano Chaves reflete sua preocupação em manter as forças do atual Governo coesas para a continuidade da promessa feita pelo Presidente Figueiredo, de fazer do Brasil uma democracia.

Ao cumprir-se a Constituição na ascensão do Vice-Presidente ao cargo do Chefe do Governo vê-se que, aos poucos, o país volta à sua normalidade democrática. Qual a posição dos evangélicos frente à atual situação política? Cabe a todos nós continuar orando a Deus pelo pleno restabelecimento da saúde do Presidente e por um futuro promissor de nossa Pátria.⁷⁵

Como em outros momentos, ignorando o fato de as Assembleias de Deus nunca terem criticado a Ditadura Militar como forma de governo, usou-se expressões como “fazer do Brasil uma democracia” e “o país volta à sua normalidade democrática”. Não há indicativos de uma preocupação legítima por parte da Igreja com o tipo de governo que se seguiria, se ditatorial ou democrático, ou uma reflexão sobre qual desses seria melhor para o Brasil, a questão central era: “Qual a posição dos evangélicos frente à atual situação política?”. A resposta dada foi “continuar orando a Deus pelo pleno restabelecimento da saúde do Presidente e por um futuro promissor de nossa Pátria”.

Ao que parece, naquele contexto, as Assembleias de Deus passaram a cuidar de equilibrar suas forças a fim de não desgastarem-se com nenhum agente político, o que poderia levar a um isolamento da denominação religiosa. Nesse sentido, a oração ressaltada no texto, se torna bastante oportuna, pois, orar pela melhora e consequente retorno de Figueiredo, assumia a forma de apoiar a Ditadura, enquanto, fazer preces pelo “futuro promissor” do país, seria um tipo de sinalização para as virtuais lideranças civis. Ou seja, longe de

⁷⁴ INFORMAÇÃO. *Mensagem da Paz*, Ano 51, n.1135, Rio de Janeiro, novembro de 1981, p.13.

⁷⁵ Realidade Democrática. *Mensagem da Paz*, Ano 51, n.1135, Rio de Janeiro, novembro de 1981, p.1.

afastarem-se da Ditadura, as Assembleias de Deus buscaram abrir novos diálogos, garantindo uma posição tanto se se confirmasse a mudança de regime, quanto se, por alguma circunstância, os militares prosseguissem no poder.

Continuando com as publicações favoráveis a Figueiredo, o jornal trouxe notícias que davam conta de sua popularidade pessoal e de seu governo junto ao povo:

O Presidente João Figueiredo foi considerado “autêntico em suas afirmações” por 87,5 por cento de cariocas entrevistados por uma pesquisa do IBOPE, divulgada pela Secretaria de Comunicação SXOCIAT LADCIO do Planalto. Depois de 100 dias de presidência, 71 por cento da amostra de 200 pessoas opinaram que Figueiredo fara um Governo de ótimo e bom. Entre os homens e mulheres acima de 18 anos, 87,5 por cento acham que o Presidente da República.⁷⁶

Como também elogios por sua contrariedade aos cassinos e aos jogos de azar:

(...) é lamentável que, quanto aos cassinos, ao que consta, tem o apoio da maioria dos parlamentares. Mas o Presidente da República tem-se mantido inflexível em sua oposição a isso. Sobre a liberação dos cassinos, Figueiredo foi enfático e decisivo: “Sou contra, porque nasci contra, continuo e vou morrer contra”.⁷⁷

Como última demonstração de apoio à Ditadura de maneira mais ampla e ao seu líder, reporto uma publicação datada de julho de 1982. Foi veiculada na *Mensageiro da Paz*, uma carta endereçada ao João Figueiredo, que, dentre seus parágrafos, dizia:

(...) Essas criaturas, que querem danificar este País, com suas idéias subversivas, carecem dos atributos que elevam e valorizam o indivíduo, e, nesse procedimento torpe, envilecem seus próprios corpos e suas personalidades, não respeitam a Nação, o Governo, os compatriotas, a sociedade, as famílias e a religião.

E como as autoridades não devem ficar impassíveis ante tão grave situação, que, felizmente, tem despertado nosso Presidente e seu governo, o senhor deve colocar todas as armas necessárias, e a seu alcance, em alerta e em ação, doa a quem doer.

⁷⁶ INFORMAÇÃO. *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.1109, Rio de Janeiro, setembro de 1979, p.13.

⁷⁷ OLIVEIRA, Joanyr de. Presidente é contrário à jogatina. *Mensageiro da Paz*, Ano 53, n. 1154, Rio de Janeiro, junho de 1983, p.15.

Abusos como tais, que são abusos de liberdade, são ofensas à integridade moral da Pátria, àqueles que dirigem a Nação; à democracia, aos bons costumes e a tudo que se diz instituição que prima pela decência e pela preservação de todos os atributos que edificam o homem e sua alma.

(...) Como será governado um país no futuro, se seus habitantes e suas gerações caminham à decomposição moral ou forem afetados pela referida enfermidade?

Este mal pode, ainda, ser cortado pela raiz, a tempo, se o senhor quiser. Basta que sejam aplicados os dispositivos legais em vigor, como a Lei de Censura e o Código Penal; até com a força, se for preciso.

(...) Os bons brasileiros que o cercam, de perto e de longe, hão de ajuda-lo na sua árdua tarefa de promover a louvável limpeza que se faz urgente e inadiável.⁷⁸

Em linhas gerais, a carta seguiu um viés moralizante, condenando o que seu autor percebia como indivíduos, ações e concepções que prejudicavam o presente do Brasil e colocavam seu futuro em risco. Embora não tenha citado nominalmente os “comunistas” – leia-se todos os que discordavam da Ditadura Militar –, os termos empregados sugerem isso, pois muitos desses eram os usualmente direcionados aos “inimigos vermelhos”. No primeiro parágrafo, por exemplo, foram utilizadas expressões tradicionais (MOTTA, 2002), como “idéias subversivas”, “danificar o País” e “não respeitam a Nação, o Governo, os compatriotas, a sociedade, as famílias e a religião”.

Os parágrafos seguintes se propunham como um despertamento para João Figueiredo, a fim de que estivesse atento à “tão grave situação”. O momento crítico exigia uma resposta à altura, assim, valendo-se de uma linguagem bélica, o recado fora dado: “colocar todas as armas necessárias, (...) doa a quem doer”. Em seguida, novos termos usualmente empregados aos comunistas, como “abusos de liberdade”, “ofensas à integridade moral da Pátria”, “aos bons costumes”, dentre outros.

O quarto parágrafo lançou a preocupação com o futuro e, novamente, utilizou duas expressões geralmente associadas ao comunismo: “decomposição moral” e “enfermidade” (MOTTA, 2002). O projeto dos comunistas consistia na destruição do

⁷⁸ SILVA, Anelito Vieira da. Uma carta ao Presidente. *Mensageiro da Paz*, Ano 52, n.1143, Rio de Janeiro, julho de 1982, p.4.

sistema de valores ético-morais, para isso, a ideologia atacava como uma doença, daí a questão da “enfermidade”. Apesar do enredo ditatorial, a palavra “democracia” foi evocada, salientando que a ação das tais “criaturas” ofendiam o sistema democrático. Inconsistente ou não com o que pode ser chamado de princípio democrático – apesar de constitucional no período –, o autor da carta afirma que o “mal pode, ainda, ser cortado pela raiz”, aplicando para esse fim, “a Lei de Censura e o Código Penal; até com força, se for preciso”. Por último, foi dito que os “bons brasileiros”, apoiariam a “limpeza” necessária. A expressão indica como os adversários eram representados, como algo sujo, proveniente da podridão, por isso, o combate era visto como a promoção de uma limpeza (MOTTA, 2002).

Não foi a intenção ser exaustivo, trazendo uma lista extensa de referências, contudo, as datas dos escritos aqui expostos, demonstram que houve apoio por parte das Assembleias de Deus até o fim da Ditadura. Em relação à carta circulada no *Mensageiro da Paz* de em julho de 1982, o nível de comprometimento da denominação com o Regime Militar fica clarificado, chegando ao ponto de sugerir a utilização de todo o aparato repressivo num período em que acostumou-se a chamar de pacífico, já que inscrito há pouco mais de dois anos para a distensão, na reta final da transição lenta e gradual para a democracia.

3.3 DOS BENEFÍCIOS RECEBIDOS

Conforme discorrido até aqui, a Ditadura soube impulsionar ideias-força que tiveram grande apelo popular. Defesa de determinados valores ético-morais relacionados à ordem e costumes e, sobretudo, o combate ao comunismo – ou o que se representava deste –, eram aspectos especialmente mobilizadores e que resultaram em apoio de grupos e instituições, tais como as Assembleias de Deus. No caso assembleiano, cabe a ressalva de que a formação militar de diversas lideranças é outro fator de aproximação entre Igreja e Regime.

Se o alinhamento das Assembleias com a Ditadura era evidente, respaldando os militares ao longo dos anos, resta-nos a pergunta se houve, de fato, alguma correspondência por parte do governo, se ocorreu algum tipo de contrapartida que beneficiou a instituição religiosa ou se a legitimação se deu baseada somente no fator ideológico. Vale salientar que a partir de dado momento, as Assembleias de Deus postularam-se à posição de “braço religioso” do Estado, uma vez que fragmentos consideráveis da Igreja Católica não apenas

distanciavam-se, mas combatiam a Ditadura, logo, abrindo espaço para a inferência de que a denominação pentecostal esperava retorno, pois o Governo apresentava razões para isto.

A Ditadura Militar brasileira utilizou diversos mecanismos na busca por consensos junto à sociedade, visando assim, validar sua dominação. Mesmo sendo responsável por uma série de atos repressivos, valendo-se de dispositivos jurídicos implementados com o propósito de institucionalizar a perseguição política e o ataque aos direitos humanos, suprimindo liberdades individuais, censurando ideias e comportamentos, forçando o exílio de cidadãos brasileiros, prendendo, torturando e executando diversos de seus contestadores, enfim, adotando a violência como política de Estado, foi capaz de manter-se no poder por 21 anos e deixá-lo de forma negociada, com poucos prejuízos, do ponto de vista legal, aos diretamente envolvidos.

Disto pode-se depreender que a Ditadura Militar não esteve baseada somente nos aspectos intimidatório/coercitivo e/ou manipulatório, logo, faz-se necessário superar as dicotomias “bem x mal”, “opressores x oprimidos”, “resistentes x colaboradores”, e buscar mais a fundo como se deram as relações entre governo e sociedade (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2011). Além da sensibilização em torno do sistema de valores já mencionados, o governo militar lançou mão de outros instrumentos para formar alianças sociais, dentre os quais, é possível elencar a manutenção de calendário eleitoral, plano de ação de partidos políticos e de uma vida partidária – mesmo que enquadrada na camisa de força do bipartidarismo na maior parte do tempo –, o funcionamento da imprensa, ainda que censurada, além de elementos do campo intelectual, educacional, privilégios ao empresariado e às instituições religiosas, etc. Curiosamente, interessou à Ditadura Militar não parecer um regime ditatorial.

Na esteira de tais medidas, vieram também as ações em favor das Assembleias de Deus, atingindo diferentes gradações, desde sinalizações, até formas concretas de beneficiamento. No nível de aceno da Ditadura às Assembleias de Deus, está o comparecimento de autoridades militares a eventos da denominação. Estes foram altamente frequentes e ocorreram ao longo de todos os anos, desde o início do Regime, em diversos estados da federação. Além de visitas de figuras importantes às programações de maior vultuosidade havia também mensagens, até mesmo do gabinete presidencial, como foi o caso da comemoração do Cinquentenário da Assembleia de Deus Ministério de Madureira, pastoreada por Paulo Leivas Macalão: “Vários telegramas de

congratulações foram lidos à igreja, enviados pela Presidência da República, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Convenções Estaduais e Regionais das Assembléias de Deus e outras entidades”.⁷⁹

Na mesma linha, está a visita de Geisel, quando presidente, acompanhado de outras autoridades, à Assembleia de Deus em Porto Trombetas, cidade interiorana do estado do Pará, aproveitando o ensejo de vistoria a uma empresa. A visita foi registrada com fotografias do general ao lado do pastor local, juntamente do relato escrito:

Em plena selva amazônica, na região de Porto Trombetas, PA, onde a Mineração do Rio do Norte desenvolve um projeto de extração de bauxita, a AD pastoreada pelo irmão Mario Nilo O. Bentes vem realizando um trabalho notável, evangelizando pessoas oriundas de diversos estados do Brasil e do exterior. A igreja, com mais de 200 membros, recebeu recentemente visita do então Presidente da República, General Ernesto Geisel, quando este foi conhecer as instalações daquela Empresa. Participavam da comitiva presidencial o Governador do Estado, Alacid Nunes, e outras autoridades.⁸⁰

O estreitamento das relações entre as Assembleias de Deus e a Ditadura ocorreu de maneira progressiva, logo, o que eram presença de autoridades a eventos, recados ou visita fortuita, se tornaram em encontros marcados. Em julho de 1978, por exemplo, o *Mensageiro da Paz* informou acerca de uma audiência significativa:

Dentre as medidas, estabelece uma Comissão Especial formada pelos pastores Túlio Barros Ferreira, Alípio da Silva, Luiz Bezerra da Costa, Joanyr de Oliveira e Geziel Gomes, para em audiência com os srs. Presidente Ernesto Geisel e Gen. João Batista Figueiredo, tratar de assuntos relevantes ligados às Assembléias de Deus, principalmente de interesse da Obra Missionária.⁸¹

Não foi possível verificar com maior profundidade nas páginas do *Mensageiro da Paz* os desdobramentos do que foi discutido nessa reunião. As informações disponíveis são as presentes na citação, contudo, percebe-se que o episódio teve peso considerável e expõe a proximidade entre os grupos. Formou-se uma comissão com os pastores de maior

⁷⁹ “Sê fiel até a morte”: tema do Cinquentenário de Madureira. *Mensageiro da Paz*, Ano 50, n.1115, Rio de Janeiro, março de 1980, p.7.

⁸⁰ PRESIDENTE VISITA AD DE PORTO TROMBETA. *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.1107, Rio de Janeiro, julho de 1979, p.6.

⁸¹ Reúne-se o CONCAP e toma várias decisões: Resoluções do Conselho Administrativo da CPAD. *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.1096, Rio de Janeiro, 2º quinzena de outubro de 1978, p.5.

relevância nas Assembleias de Deus e estes se reuniram com o presidente da época e seu sucessor, para tratarem de assuntos que interessavam à Igreja.

Houve ainda, o registro de outros três encontros entre representantes das Assembleias de Deus, os pastores Nemuel Kessler, João Pimentel de Carvalho e Acácio Soares Martins, e o presidente da República. Nestes casos, o governante em exercício era João Figueiredo, que estava ladeado de outros evangélicos. Em uma oportunidade, para a inauguração de obras da Prefeitura de Niterói (RJ), e nas outras, recebendo uma Bíblia e se pronunciando contra a pornografia, em Brasília (DF). Embora não tenham sido visitas exclusivas, como a reunião com Geisel, as Assembleias de Deus estiveram presentes e os episódios foram noticiados com importância, afinal, o episódio de Niterói e uma das audiências em Brasília, trataram-se de dois encontros com o presidente, em duas localidades diferentes, num espaço de quatro dias. Novamente foi ressaltada a posição especial das Assembleias de Deus no apoio entre os evangélicos:

Pastores de diversas denominações evangélicas, entre os quais, o Presidente da Convenção Geral no Brasil, José Pimentel de Carvalho, visitaram, no dia 19 de abril, o Presidente João Figueiredo, em Brasília. Na ocasião, foi-lhe oferecida uma Bíblia, da edição especial do tricentenário da tradução de João Ferreira de Almeida. Emocionado com a presença dos pastores o presidente acentuou: “Enquanto pela porta deste gabinete sempre entram pessoas para pedir alguma coisa, os senhores ministros nada pedem, senão vêm trazer algo”.

No dia 15, em Niterói, RJ, o presidente já tivera um encontro com evangélicos. A convite do prefeito Moreira Franco, o pastor Nemuel Kessler, Secretário-Adjunto da Convenção Geral, juntamente com outros convidados formara o grupo de recepção ao presidente, no Fonseca Atlético Clube, momentos antes da inauguração das obras realizadas pela Prefeitura de Niterói. O irmão Nemuel disse ao Presidente que os crentes, especialmente os da Assembléia de Deus, se propõem a fazer intercessão contínua a Deus, por sua administração à frente do governo brasileiro.⁸²

Os encontros pessoais exprimem a que ponto chegou o vínculo entre a Igreja e o Governo, todavia, não resumem a relação construída. Para além dos contatos amistosos, houve tanto políticas no plano legal implementadas no Congresso, quanto iniciativas governamentais em favor das igrejas evangélicas e, particularmente, das Assembleias de Deus, que

⁸² Pastores dão a Bíblia ao presidente Figueiredo. *Mensageiro da Paz*, Ano 52, n. 1143, Rio de Janeiro, julho de 1982, p.4.

consolidaram a coalizão. No *Mensageiro da Paz*, foram veiculados vários exemplos disto, contudo, em primeiro lugar, destaco um episódio que não circulou jornal.

A Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Vianópolis Goiás Vêm por meio desta comunicar a V. Escelência que estamos preparando para uma grande confraternização da mocidade do Centro Oeste Goiano; onde iremos recepcionar mais de 40 igrejas nós dias 11/12/13 de Janeiro.

É por não termos condições financeiras, e nem ajuda municipal Estadual e Federal nós viemos dirigir à V. Escelência um pedido de 10 Vacas para nos ajudar na manutenção, do mesmo desde já agradecemos e que “Deus” lhe-dê em dobro tudo o quanto nos desejar, é um Governo muito abençoado por DEUS.

E ficaremos honorificados com a sua presença, subscrevemos com elevada estima e consideração.

Em dezembro de 1984, portanto, às vésperas do fim da Ditadura Militar, a Assembleia de Deus localizada em Vianópolis, Goiás, mandou um total de três correspondências inusitadas ao presidente João Figueiredo: pediam dez vacas para custear os gastos com a festividade da juventude e o convidavam para o evento que ocorreria dos dias 11 a 13 de janeiro de 1985.⁸³

Há alguns elementos presentes na situação, que podem ser destacados a fim de formular uma reflexão, tais como, o contato feito diretamente com a presidência da República, a natureza do pedido, o envio da conta bancária já no fim da primeira correspondência, o convite para comparecimento na festividade e a data em que ocorreu.

Não foi relatado se a solicitação foi atendida, porém, independente disto, resta pensar o que motivou a Igreja a fazer esse pedido. Há duas opções viáveis para justificá-lo: ou correspondeu a uma tentativa de golpe de sorte improvável, apelando até para o presidente, ou havia relacionamento tal, entre Igreja e Governo, que o pedido não pareceu tão absurdo. Ao que tudo indica, tratou-se do segundo caso.

Diversas ações do Governo que contemplavam as Assembleias de Deus se tornaram notícias no jornal assembleiano. Em 25 de novembro de 1976, Golbery do Couto e Silva, general e ministro chefe da Casa Civil, enviou um telegrama em que autorizava a dispensa do ponto de trabalho para os funcionários públicos federais da Administração Direta e

⁸³ Imagem na sessão dos Anexos.

das Autarquias que comparecessem à Convenção Geral das Assembleias de Deus que ocorreria em Recife, PE, dos dias 16 a 21 de janeiro de 1977.

Joanyr de Oliveira, à época 1º Secretário da Convenção Regional das Assembleias de Deus no Distrito Federal, informou: “tomei providências, ao lado do Pastor dr. MANOEL FERREIRA, junto à Presidência da República, no sentido da liberação do ponto aos funcionários públicos que participarem da 23a. Convenção Regional das Assembléias de Deus, em Recife”.⁸⁴ Ou seja, duas figuras das Assembleias de Deus articularam-se para receber benefício do Governo, e foram atendidas em sua solicitação, mostrando o trânsito aberto da denominação com os militares.

Outra ação vinda diretamente do gabinete presidencial e que atendeu a uma demanda das Assembleias de Deus, foi o decreto assinado por Figueiredo que viabilizou a concessão de uma estação de rádio no município de Corumbá (MS) que ficou sob a responsabilidade da Igreja:

O Presidente da República, João Figueiredo, pelo decreto 85 004, de 6 de agosto, outorgou à Sociedade Rádio Evangélica Ltda. uma concessão para estabelecer uma estação de rádio, em onda tropical, na cidade de Corumbá, MS. A Sociedade pertencente à Assembléia de Deus pretende desenvolver novos empreendimentos até que a emissora que agora alcança Mato Grosso, Bolívia, Paraguai e parte do Paraná e São Paulo atinja a todo o continente sul-americano.⁸⁵

A página seis trouxe maiores informações e apontou a atuação determinante do presidente-ditador, favorecendo diretamente a Assembleia de Deus daquela localidade, inclusive, na disputa pela estação:

(...) Depois de diversas viagens dos irmãos a Brasília e contatos, inclusive com o Ministro das Comunicações (por ocasião de sua visita a Cuiabá), o processo da Rádio Evangélica foi tramitado por todos os departamentos especializados do Ministério das Comunicações até chegar às mãos do presidente da República. Ali recebeu o despacho final favorável. Havia duas empresas concorrendo ao canal de onda tropical.⁸⁶

⁸⁴ 23a. CONVENÇÃO GERAL: DISPENSA DE PONTO AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS. *Mensagem da Paz*, Ano 47, n.1, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de janeiro de 1977, p.4.

⁸⁵ Rádio evangélica funcionará em Mato Grosso do Sul. *Mensagem da Paz*, Ano 50, n.1123, Rio de Janeiro, novembro de 1980, p.1/6.

⁸⁶ *Ibid.*

Como visto, as pastas ligadas ao Governo atuaram em proveito das Assembleias de Deus, como a Casa Civil e o Ministério das Comunicações. De igual modo, a página *Informação* enfatizou um estudo do Ministério da Previdência e Assistência Social que estava em andamento:

O Ministro Nascimento e Silva informou que estão em fase de conclusão os trabalhos da comissão constituída no Ministério da Previdência e Assistência Social, que estuda a viabilidade de tornar obrigatória a filiação à Previdência Social, como autônomos, dos ministros ou membros de congregação religiosa.⁸⁷

A medida abrangeria a todas as denominações, pois fala genericamente de “congregação religiosa”. Segundo o texto, averiguava-se a possibilidade de a Previdência Social filiar indivíduos na condição de autônomos, simplesmente por integrarem um grupo religioso. Estava sendo debatido se as benesses de estar assegurado pela Previdência poderiam alcançar a todo e qualquer membro de igrejas, por exemplo, ou se seriam voltadas para os “ministros”. Nas Assembleias de Deus, todos os pastores e evangelistas são “ministros”, mas, neste caso, o projeto, provavelmente, fora direcionado para o responsável por uma comunidade de fé. Nas igrejas-sede, o líder é, obrigatoriamente, o pastor-presidente; já nas congregações subordinadas à sede, o dirigente pode ser qualquer obreiro – a escolha é feita com base nas possibilidades; a preferência é sempre por ministros, mas, na falta destes, pode-se nomear até mesmo um diácono para a direção do trabalho.

No contexto referido, a medida do Ministério da Previdência e Assistência Social poderia gerar, de fato, um grande impacto na vida dos sacerdotes, sobretudo dos pastores-presidentes, pois muitos destes viviam exclusivamente do ofício religioso, retirando daí o seu sustento, porém sem vínculo empregatício formal com as igrejas, que arcavam com suas despesas. Assinatura da Carteira de Trabalho, por exemplo, nunca existiu e a contribuição aos programas de seguridade social, como a própria Previdência, era reservada às igrejas mais abastadas, o que representava uma parcela pequena de pastores beneficiados, se comparada ao quantitativo existente no país – salientando ainda que não havia obrigatoriedade em fazê-lo, uma vez que o pastor não era considerado um

⁸⁷ INFORMAÇÃO. *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.1098, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de novembro de 1978, p.13.

funcionário da instituição e, tampouco, recebia um “salário”, mas sim uma “ajuda de custos”, a “prebenda pastoral”.

Por essa razão, era comum a prática da “jubilação”, uma espécie de aposentadoria ou pensão paga pela última igreja dirigida por um pastor, a ele ou à sua esposa, quando este encerrava definitivamente seu ofício, via de regra, por motivo de doença, idade avançada ou morte.⁸⁸ O pastor jubilado, ou sua esposa, recebia o valor correspondente a 50% de sua remuneração durante o exercício da atividade pastoral.

A Igreja Evangélica Assembleia de Deus, liderada a nível nacional pela CGADB, é formada por Assembleias de Deus de diversos Ministérios, unidas em convenções estaduais. Essa pluralidade numérica, por consequência, reflete a situação econômica das igrejas. Não é raro o relato de pastores antigos em que descrevem as extremas dificuldades financeiras enfrentadas. Igrejas com poucos recursos, muitas vezes não conseguiam arcar com os valores combinados, assim, para dar algum tipo de suporte ao pastor e/ou à sua família, a congregação por ele presidida provia cestas básicas e, quando não possuía nem mesmo essa condição, era o favor individual dos membros que satisfaziam as necessidades básicas.

Ao que pôde ser analisado, a ação da Ditadura, em relação ao projeto aqui discutido, tinha por propósito assegurar melhores condições de vida às lideranças eclesiais e ao seu núcleo parental, pois, garantiria amparo legal através da contribuição previdenciária, resultando em assistência social de um órgão governamental.

Além das ações advindas do Poder Executivo, o Congresso Nacional foi palco de propostas de interesse dos evangélicos. Constou em *Informação*: “Um projeto apresentado na Câmara Federal pelo Deputado evangélico Daso Coimbra, da ARENA fluminense, isenta de contribuição previdenciária a mão de obra gratuita para construção

⁸⁸ O valor é subsidiado pela última igreja dirigida, pois era comum a rotatividade dos pastores assembleianos. Apesar de, geralmente, os pastores permanecerem por vários anos na liderança de uma mesma comunidade, ao longo de suas vidas, mudavam-se para outras, de diferentes localidades. Trazendo um exemplo prático, relato uma realidade da minha vivência: meu avô paterno, Homero Pereira Ramos, foi pastor das Assembleias de Deus no estado do Espírito Santo por pouco mais de três décadas e dirigente de congregações por quase quatro. Esteve à frente da igreja do município de Iúna por 12 anos, da AD da cidade de Alegre por 10 anos e na Assembleia de Deus em Fundão por 17 anos, de 1980 a 1997, quando veio a falecer. Em decorrência de seu óbito, houve uma espécie de “jubilação compulsória”, assim, minha avó paterna, Benedita de Abreu Ramos, sua esposa, tornou-se beneficiária, tendo seus rendimentos custeados pela AD em Fundão, ES.

de templos e sedes de instituições religiosas”,⁸⁹ e outra proposta que regulava os anúncios e propagandas de cigarro, celebrada no jornal.⁹⁰

Encerrando os episódios de intervenção benevolente por parte do Governo, pode-se mencionar um caso icônico envolvendo a Assembleia de Deus da cidade de Recife. A igreja daquela localidade era a mais numerosa do Brasil e, por isso, buscava um terreno de dimensões substanciais e em posição geográfica privilegiada, a fim de construir um templo maior, que comportasse sua membra. Em 1967, José Amaro, o pastor-presidente, interessou-se por um grande lote de terra que na maior parte do tempo ficava ocioso, sendo utilizado apenas quando circos se instalavam na região. Mesmo sem dispor, inicialmente, dos recursos financeiros necessários, naquele ano, José Amaro adquiriu, em nome da igreja, o terreno que estava situado na Avenida Cruz Cabugá, nº 29, bairro Santo Amaro, nas imediações do centro da capital pernambucana (SOUZA; SANTOS, 2018).

O pastor organizou uma campanha de arrecadação entre os membros e congregados da igreja-sede e de suas congregações e, por meio das doações dos fiéis, efetuou o pagamento de entrada e, ao longo do ano, das demais prestações (SOUZA; SANTOS, 2018). Entretanto, quando já havia liquidado as prestações da propriedade, um fato inesperado ocorreu:

(...) na manhã do dia 26 de janeiro de 1968, sexta-feira, uma notícia publicada no Diário Oficial do Estado fez a aflição se abater sobre a Igreja: mediante o Decreto Estadual nº 1484, de 25 de janeiro, o então Governador do Estado, Nilo Coelho, desapropriava o terreno da Cruz Cabugá, declarando-o de utilidade pública, para fins de construção de um colégio (SOUZA; SANTOS, 2018, p.149).

O governo estadual ofereceu como compensação, um terreno localizado entre Recife e Olinda, porém, o pastor José Amaro rejeitou a proposta e a igreja buscou instruir-se acerca de caminhos legais para recorrer da decisão. Segundo a História Oficial da IEADPE, “pela via jurídica, a única alternativa era a indenização, sendo impossível à Igreja reaver o imóvel” (SOUZA; SANTOS, 2018, p.150). A obra que narra a trajetória centenária da Assembleia de Deus em Pernambuco, atribui à campanha de oração feita pela igreja e à

⁸⁹ INFORMAÇÃO. *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n. 1096, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de outubro de 1978, p.13.

⁹⁰ COLUNA DO DIRETOR. Deputados evangélicos combatem o uso do fumo. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.5, Rio de Janeiro, mês de 1977, p. 2-3.

interferência divina a resolução do problema, todavia, reconhece também a importância da atuação do deputado federal Aurino Valois em favor da instituição:

Nesse sentido, o Pastor José Amaro pediu os préstimos ao Deputado Federal, Aurino Valois, um crente congregacional que tinha muito apreço pelo Pastor e pela Igreja. Este comprometeu-se a acionar as autoridades em Brasília, procurando um deslinde para a questão (SOUZA; SILVA, 2018, p.152).

Aurino Valois era um personagem de destaque no cenário político pernambucano. Com diversos mandatos legislativos, tanto na esfera estadual quanto na federal, o deputado filiado à ARENA, partido de sustentação política da Ditadura no Congresso Nacional, era evangélico e teve uma carreira de militância na causa dos irmãos de fé.⁹¹ O imbróglio entre a Assembleia de Deus e o estado de Pernambuco se estendeu até meados de 1968, e a Igreja viu um final feliz para a causa que considerava “impossível” de ser resolvida por si:

Finalmente, no dia 12 de julho de 1968, quase seis meses após a publicação do decreto de desapropriação, novo ato é publicado: mediante o Decreto nº 1541, de 11 de julho de 1968, o Governador do Estado revoga o Decreto 1484, devolvendo assim o terreno à Igreja (SOUZA; SANTOS, 2018, p.152).

As informações levantadas por Joarib Souza e Josafá Santos (2018) já dão conta do favorecimento do Regime Militar à Assembleia de Deus da capital de Pernambuco, pois, apontam como o desfecho positivo à igreja passou pela influência do deputado Aurino Valois. À narrativa mencionada, acrescenta-se o relato de Joanyr de Oliveira, no *Mensageiro da Paz*, em publicação acerca da 23ª Convenção Geral sucedida em Recife, em 1977, quando o novo templo estava sendo construído no terreno reempossado:

O grande templo em construção, de arquitetura a um só tempo imponente e sóbria, no centro de Recife, tem uma longa história. Longa e comovente. A começar pelo terreno, comprado sem que a Tesouraria da Igreja dispusesse do dinheiro suficiente, e que foi desapropriado por um prefeito insensível e só recuperado depois de renhida luta, muitas orações e lágrimas, e a interferência de altas autoridades militares.⁹²

⁹¹ Aurino do Nascimento Valois, foi um político pernambucano. De acordo com informações do CPDOC, “defendeu ainda em sua vida pública os postulados da Igreja Protestante no Brasil e de suas organizações sociais”. De acordo com Jairo Freitas (2020), Valois foi, inclusive, homenageado na abertura da comemoração do cinquentenário da AD em Recife.

⁹² OLIVEIRA, Joanyr de. Recife: a maior convenção de todos os tempos. *Mensageiros da Paz*, Ano 47, n.2 (suplemento à edição), Rio de Janeiro, 2ª quinzena de janeiro de 1977, p.1.

Os textos de Joanyr no jornal assembleiano e Joarib Souza e Josafá Santos (2018) complementam-se e corroboram o entendimento de que o Governo Militar teve atuação proeminente na resolução do caso, afinal, um deputado federal da ARENA, partido ligado ao Regime, “comprometeu-se a acionar as autoridades em Brasília” (SOUZA; SANTOS, 2018, p.150) e obteve sucesso, tendo em vista que o terreno foi devolvido graças à “interferência de altas autoridades militares”. De acordo com Jairo Freitas (2020), autor da obra “*100 anos da Assembleia de Deus em Pernambuco: a história completa*”, a Igreja contou com o apoio do IV Exército, atual Comando Militar do Nordeste, sediado na capital pernambucana, tendo como principal interlocutor entre as duas instituições, o coronel do Exército, Vilarinho Neto,⁹³ que teve a oportunidade de discursar na comemoração do lançamento da pedra fundamental do futuro templo, na propriedade readquirida, que coincidiu com a festividade que celebrava o cinquentenário daquela Igreja.⁹⁴

A seguir, trechos do pronunciamento de Vilarinho Neto, segundo transcrição de Jairo Freitas (2020):

“Excelentíssimo Sr. Governador, Excelentíssimo Sr. Comandante do 4º Exército, Excelentíssimas autoridades da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, minhas Senhoras, meus Senhores. Com a graça de Deus estamos comemorando dois acontecimentos da mais alta significação: o cinquentenário do trabalho pentecostal em Pernambuco, implantado pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus, e o lançamento da pedra fundamental do novo templo.

(...) Meditando profundamente sobre a obra meritória do vosso construtivo trabalho, cheguei às seguintes conclusões: expressa a base filosófica-religiosa da Constituição do Brasil; realça a concordância do Brasil com a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; exprime o conceito do brasileiro sobre o homem – espírito e matéria – na conjuntura mundial e

⁹³ Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto, é um Coronel do Exército reformado. Vilarinho Neto ingressou no Exército em 1946 e teve atuação destacada nos de vigência da Ditadura Militar, ocupando diversos cargos importantes no campo político, administrativo e militar, incluindo o Comando da Polícia Militar de Pernambuco. Em 2010, foi homenageado, sob protesto, com o Título de Cidadão de Pernambuco pela Assembleia Legislativa daquele estado. O ex-militar passou por inquérito da Comissão Nacional da Verdade em 2014, que investigava a morte do preso político Manoel Lisboa de Moura, membro do Partido Comunista Revolucionário (PCR), porém, negou qualquer tipo de envolvimento.

⁹⁴ Jairo Rodrigues Freitas é Tenente-Coronel da Polícia Militar de Pernambuco, professor universitário e membro da Assembleia de Deus em Recife. Em contato com o autor, responsável por obra não oficial que trata do centenário da Assembleia de Deus em Recife, o mesmo elucidou que o apoio do IV Exército à igreja só chegou ao seu conhecimento depois da publicação de seu livro, por essa razão, a informação não consta em suas páginas. Entretanto, a ação do coronel Vilarinho Neto já era sabida, tanto que Freitas traz o discurso do militar na íntegra.

nacional da bipolarização ideológica; fornece as bases para a educação, concordes com a realidade brasileira e, portanto, com os valores culturais tradicionais que a caracterizam; fortalece os valores espirituais e morais do povo brasileiro, os quais por si poderão opor-se e resistir à propaganda ideologia materialista;

(...) reforça as Instituições Pátrias, sobretudo as religiosas: a família, a escola, a justiça e as Forças Armadas, através de linhas de ação no campo psíquico-social, para oposição à ideologia materialista, fazendo frente à insurreição materialista internacional;

(...) facilita o exercício da vida democrática brasileira pela maior compreensão dos deveres de cada um, calcados nos referidos valores do homem e na moral cristã, vivida pela quase totalidade dos brasileiros. Isso importará em menor ação policial por parte do governo, em contraposição à característica dos Estados Comunistas, nos quais uma forte ação da polícia se impõe para garantir os direitos do homem materialista, sem a luz de Deus e sem a consciência espiritual. Espero em Deus que todos os vossos objetivos sejam atingidos” (FREITAS, 2020, p.115-117).

O discurso do militar, que consistiu em homenagear a Assembleia de Deus de diversas maneiras, reforça o entendimento de que, do ponto de vista ideológico, os motivos que selaram a aliança entre o Regime e a Igreja, baseava-se no aspecto moral, especialmente da religiosidade cristã, tudo isto em franca oposição ao comunismo. Vilarinho Neto fez menção de termos como “família”, “escola”, “valores culturais, tradicionais e espirituais” para expressar a proximidade entre as Forças Armadas e a Igreja, além de tecer críticas direcionadas à “ideologia materialista”. O caso evidencia como ocorria a relação na prática; o compartilhamento de determinada concepção de mundo, guiava as ações e resultava em beneficiamento concreto.

Após a devolução do terreno, a Assembleia de Deus iniciou a construção do que foi chamado “Templo Central”. A pedra fundamental do novo templo foi lançada no dia 24 de outubro de 1968, quando a Igreja comemorava o seu Jubileu de Ouro, ou seja, cinquenta anos de fundação. A finalização da obra demorou exatos nove anos, então, no mesmo dia e mês de 1977, houve a inauguração com grande festejo, do templo que comportava 5 mil pessoas, possuía pátio interno para estacionamento, jardins suspensos e áreas para refeitório, livrarias e outras atividades.

A festividade que celebrava mais um aniversário da Igreja, o 59º, e a inauguração do templo imponente, foi marcada também pelo comparecimento de personagens

importantes, tanto da esfera eclesiástica, quanto da político-militar. Pode-se destacar, por exemplo, a presença do pastor Karl Eric Heinerborg, líder da Igreja Filadélfia, a mesma outrora pastoreada por Lewi Pethrus e que manteve fortes laços com as Assembleias de Deus no Brasil, incluindo ajuda financeira e envio de missionários. O pastor sueco foi o responsável por cortar a fita simbólica e por ministrar na festividade, tendo como intérprete Ivar Vingren, filho do fundador das Assembleias de Deus no Brasil, Gunnar Vingren, e que atuava como missionário na Argentina e no Uruguai. Entre os pastores presentes na inauguração, o *Mensageiro da Paz* informou:

Dentre inúmeros outros Ministros, a reportagem destacou os missionários Nils Taranger (Porto Alegre, RS), N. Lawrence Olson (Rio de Janeiro, RJ), Ivar Vingren (Argentina) filho do pioneiro Gunnar Vingren, Gustavo Arne Johanson (Teresina, PI), Valdemar Rirsch (Porto Alegre, RS), os pastores Túlio Barros Ferreira (São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ), João Pereira de Andrade e Silva (Diretor Executivo da CPAD), Acácio Soares Martins (Brasília, DF, representando os pastores Paulo Leivas Macalão e Manoel Ferreira), João Batista da Silva (Natal, RN), Estevâm Ângelo de Souza (S. Luis, MA), José Wellington (Belém, SP, representando o pr. Cícero Canuto de Lima), Rodrigo Santana (Salvador, BA), Antônio Fernandes das Chagas (João Pessoa, PB) e presbítero Ingvar Guldstrand (Estocolmo, Suécia).⁹⁵

Além disso, referindo-se às autoridades governamentais:

Algumas autoridades prestigiaram o acontecimento com as suas presenças. Entre elas estavam os coronéis Vilarinho Neto e Felix Ventura da Silva, o major Walter da Rocha, os vereadores Augusto Lucena, Gideão dos Santos e o dr. Antônio Pessoa Leite, Juiz de Direito.⁹⁶

O caso envolvendo a Igreja de Recife, é um exemplo inequívoco de intervenção direta e favorecimento do Regime Militar às Assembleias de Deus. A resolução do caso contou com ação de diferentes figuras ligadas à Ditadura, civis como o deputado da ARENA, Aurino Valois, e militares, como o Coronel do Exército, Vilarinho Neto. Não causa estranhamento a presença de tantas autoridades de ordem política e militar na inauguração do Templo Central, muito mais do que ser visto por um grande público, em diversos casos, era mais um dos fatores de solidificação das relações. Nitidamente, o envolvimento entre as Assembleias e a Ditadura superou episódios isolados, como encontros em

⁹⁵ COSTA, Samuel Vânio da. Recife inaugura novo templo. *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.1063, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de janeiro de 1978, p.3.

⁹⁶ Ibid.

solenidades e afins, tratando-se de uma aliança bem estabelecida, que contou com políticas no plano legal e ingerências no transcurso de situações.

3.4 UM NOVO PASSO NA POLITIZAÇÃO ASSEMBLEIANA

As Assembleias de Deus pactuaram com a Ditadura Militar e, por isso, foram alvo de ações governamentais que lhes trouxeram vantagens. Os motivos que justificaram a opção da Igreja pelos militares também já foram discutidos, restando agora compreender por que o Regime Militar preocupou-se em estabelecer aliança com as Assembleias de Deus e retribuir o apoio recebido da instituição religiosa.

Já fora apontado que as Assembleias de Deus possuíam soma elevada de fiéis, logo, manter vínculos com ela, resultava em capital social. Contudo, a mera existência dos assembleianos não desvela toda a questão. Para exemplificar a afirmação, desde a década de 1960, as Assembleias lideravam os evangélicos em quantidade de membros, todavia, somente a partir das eleições de 1986 passou a ter uma quantidade mais representativa no Congresso Nacional. Ou seja, contar com números expressivos, não é, necessariamente, o mesmo que possuir preponderância política. Desse modo, importa compreender como esse quantitativo foi utilizado de modo a valorizar a Igreja, ou ainda, como o seu contínuo crescimento foi politizado.

Nesse sentido, houve um personagem de importância singular na articulação política das Assembleias de Deus. Trata-se do jornalista, escritor, poeta, advogado e pastor Joanyr de Oliveira. A própria formação de Joanyr aponta para uma figura que fugia ao padrão dos líderes das Assembleias de Deus de seu período de atuação – segunda metade do século passado –, e explica sua vanguarda em determinados temas, como o ensino teológico e a política, e as críticas recebidas em decorrência de sua postura dianteira.

Joanyr de Oliveira destacou-se como um profícuo escritor, tanto entre os evangélicos, como de maneira geral, sendo laureado com diversos títulos e prêmios ao longo de sua vida. Oliveira recebeu a condecoração de “Cidadão do Rio de Janeiro” e foi membro de diversas academias e outras entidades culturais, como a Academia de Letras de Brasília e a Academia Evangélica de Letras. Além disso, foi o primeiro presidente da União Nacional de Autores Pentecostais (Unapen), vice-presidente da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) e fundador de importantes periódicos assembleianos, como a revista

teológica *O Obreiro*, a revista *Jovem Cristão*, além da célebre *A Seara*, esta, em cooperação com João Pereira de Andrade e Silva.

A notável trajetória de Joanyr de Oliveira com os escritos se iniciou bem cedo, durante sua adolescência. Natural de Minas Gerais, seu primeiro poema foi publicado em 1946 no *Jornal do Povo*, de Belo Horizonte, quando ele tinha apenas 13 anos. O conteúdo do texto já demonstrava a veia política do adolescente, que versou contra o presidente Eurico Gaspar Dutra. No ano seguinte, mudou-se com sua família para o Espírito Santo e, vivendo em Vitória (ES), iniciou seus trabalhos na imprensa, prestando serviços na *Folha Capixaba*⁹⁷ e escrevendo alguns artigos para o jornal *A Gazeta* (FONSECA, 2017).

Seguindo a trilha de seu pai, ferroviário militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), durante a adolescência e juventude, Joanyr de Oliveira, compartilhando de tal ideologia, chegou a compor a direção da juventude comunista do Espírito Santo. Foi nesse período também, que o jovem Joanyr se desiluiu com o comunismo, abandonando a militância, e se converteu ao pentecostalismo assembleiano, o que ocasionou graves desentendimentos com seu pai, discordante da opção do filho (FONSECA, 2017).

Neste contexto, Joanyr de Oliveira ingressou no serviço militar, porém, por seu passado de envolvimento com o comunismo, expresso em seus escritos politizados nos jornais em que trabalhou, foi perseguido por seus superiores. Joanyr, acusado de ser um comunista infiltrado no Exército, passou por prisão militar e intensas sessões de tortura, sendo, posteriormente, expulso das Forças Armadas. Em 1953, ao regressar para casa e persistirem as dificuldades de relacionamento com o pai por conta de sua religião, recebeu um ultimato e optou por deixar sua família e mudar-se para o Rio de Janeiro (FONSECA, 2017).

Ao chegar na então capital federal, em 1954, Joanyr buscou vaga de emprego na CPAD, informando acerca de sua experiência jornalística em terras capixabas e mostrando sua carta de recomendação assinada por Waldomiro Martins Ferreira, pastor presidente da CADEESO e membro do Conselho Administrativo da Casa Publicadora das Assembleias de Deus, porém, não obteve sucesso. Assim, migrou para São Paulo e passou a trabalhar, primeiramente, como corresponde comercial e, mais tarde, como secretário no jornal paulista *A Tribuna Popular* (FONSECA, 2017).

⁹⁷ O jornal *Folha Capixaba* era controlado pelo PCB (ES).

Apesar da negativa da CPAD em 1954, no ano seguinte, a convite de João Pereira de Andrade e Silva, Gerente da editora assembleiana, Joanyr de Oliveira foi contratado. Ainda em 1955, começou o projeto de criação de um novo periódico para as Assembleias de Deus que abordasse temas pouco frequentes no *Mensageiro da Paz*, órgão oficial e mais destacado da CGADB. Desse modo, em 1956, em trabalho conjunto entre João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira, que àquela altura tinha apenas 23 anos, foi fundada a revista *A Seara* (FONSECA, 2017).

Nas palavras de André Fonseca (2017):

Joanyr de Oliveira e João Pereira de Andrade e Silva chegaram à CPAD por caminhos distintos, não eram antigos companheiros, aliás esses nem sequer se conheciam antes do contato na editora. Mas o encontro desses dois personagens, fundamentais na história de nossa revista, de desdobrou em uma forte amizade baseada na convergência de pontos de vista muito incomuns nos círculos assembleianos da década de 1950. Ambos cultivavam apreço pelo conhecimento formal e compartilhavam trajetórias políticas, ainda que em diferentes frentes de atuação, e *A Seara* foi o canal encontrado para dar vazão a uma série de reflexões que haveriam de atualizar o pentecostalismo praticado pela AD naqueles anos, incluindo-se aí, como não poderia deixar de ser, o debate sobre a relação da igreja com a esfera pública (FONSECA, 2017, p.60).

A Seara, graças à ação particularizada de seus idealizadores, foi uma espécie de primeira tentativa de discutir temas políticos nos periódicos assembleianos. Conhecer a gênese da revista, contribui também para a compreensão da trajetória de João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira, dois dos personagens de maior relevância na mudança de paradigma das Assembleias de Deus em relação à política, e de seus posicionamentos no *Mensageiro da Paz*.

Ainda sobre a atuação dos fundadores na revista, André Fonseca (2017) afirma que:

Deve-se ressaltar que Joanyr foi o nome mais importante de *A Seara* nos seus primeiros anos de circulação, mais importante, até mesmo, que o de João Pereira de Andrade e Silva, porque se a este se liga toda a engenharia que permitiu a fundação da revista, àquele deve-se a execução propriamente dita do que estava no projeto. O resultado final da revista, tanto em termos de conteúdo, como nos aspectos de composição, dependia das decisões do jovem Joanyr de Oliveira (FONSECA, 2017, p.59).

Apesar dos esforços de Joanyr de Oliveira e João Pereira, a revista *A Seara* sofreu intensas e constantes críticas e perseguições de diversos leitores do público assembleiano, de alguns autores que tinham espaço de publicação no periódico e, até mesmo, de figuras de grande renome na Igreja, como Emílio Conde, que rejeitavam a abordagem de temas políticos. Assim, em novembro de 1957, poucos meses após a revista completar um ano de existência, João Pereira de Andrade e Silva deixou o cargo de Diretor da CPAD. O substituto de Andrade e Silva foi o pastor Túlio de Barros Ferreira, reconhecido nacionalmente pelo trabalho missionários no interior do Acre. A partir da atuação de Túlio Ferreira, houve gradual mudança na linha editorial de *A Seara*, o que desagradava a Joanyr de Oliveira, que se via, então, sem um Diretor que lhe garantisse a mesma liberdade para tratar de diversos temas. Contrariado com as novas diretrizes da revista, em junho de 1958, o jovem Joanyr de Oliveira também deixou o periódico que ajudou a fundar e de que era o principal colaborador (FONSECA, 2017).

Em janeiro de 1974, portanto, pouco mais de dezessete anos após sua saída, João Pereira de Andrade e Silva retornou à CPAD, desta vez ocupando o cargo recém-criado de Diretor de Publicações. Andrade e Silva permaneceu na função por três anos. Em 1977, o *Mensageiro da Paz* passou por novas modificações, entre elas, em sua direção. João Pereira de Andrade e Silva, passou de Diretor de Publicações, para Diretor Executivo da CPAD, retomando o controle da empresa. Tão pronto isso ocorreu, Andrade e Silva convidou o antigo parceiro a também retornar à Casa Publicadora das Assembleias Deus. Assim, para a sua antiga função, assumiu Joanyr de Oliveira, tornando-se o Diretor de Publicações, significando estar à frente do conteúdo que circulava em diversos periódicos, incluindo a revista *A Seara* e o jornal *Mensageiro da Paz*.

No comando do jornal assembleiano, Joanyr operou mudanças na diagramação de suas páginas, em questões editoriais e de conteúdo, como, por exemplo, criando, dentro do caderno *Informação*, a sessão “Parlamento: Deputados Evangélicos”, em que eram expostos projetos, partes de discursos e ações destes. O nome mais recorrente era o de Daso Coimbra (ARENA-RJ), deputado federal, pertencente à Igreja Congregacional, que por diversas vezes fazia menções positivas às Assembleias de Deus, ao jornal *Mensageiro da Paz*, e ao próprio Joanyr de Oliveira no plenário da Câmara.

As alterações empreendidas por Joanyr de Oliveira faziam parte de um projeto amplo que visava estabelecer as Assembleias de Deus no campo institucional da política brasileira. De acordo com Adroaldo Almeida (2016) o despertar para a questão se deu com a

entrevista de Lewi Pethrus ao jornal assembleiano, publicada em julho 1968. O pastor sueco, que era um expoente mundial do pentecostalismo e possuía vínculo histórico com as Assembleias de Deus no Brasil, incentivou a presença de evangélicos na política partidária, e informou que em seu país havia um partido cristão, denominado União Cristã Democrática, que contava com 300 vereadores e três deputados federais.

Segundo Adroaldo Almeida (2016), firmados na declaração de Pethrus:

Em uma só tacada, os editores de o *Mensageiro da Paz* explicitaram, utilizando-se de uma das mais importantes lideranças do pentecostalismo mundial, a necessidade de mudança de comportamento das Assembleias de Deus no Brasil: a) aproximar-se das classes humildes e lidera-las; b) envolver-se de forma prática com a política partidária; c) preocupar-se com todos os problemas humanos, e não apenas os espirituais (ALMEIDA, 2016, p.112).

A partir desse momento, assuntos mais abertamente relacionados à política partidária, introduziram-se no cotidiano do jornal. Apesar de não ser inédito, especialmente no período da Ditadura Militar, presença em eventos, discursos e mensagens de diversos políticos profissionais direcionados à Igreja foram repercutidos no *Mensageiro da Paz*, como formas incipientes de familiarizar os assembleianos àquela ideia. A criação de um espaço no periódico oficial para tratar especificamente da atuação de parlamentares evangélicos, era mais um elemento utilizado para amoldar os fiéis ao novo estágio da denominação.

Outro exemplo de mudança trazida pelo novo Diretor de Publicações, foi o enfoque especial dado ao crescimento das Assembleias de Deus. Ainda que alvo da reflexão de alguns articulistas, Joanyr de Oliveira foi a figura que mais se debruçou sobre o tema. Para enfatizar o crescimento experimentado, o assunto era abordado de diversas maneiras. Por exemplo, foi noticiada a visita de Loren Triplett à CPAD, com destaque para sua fala sobre a Igreja. Na ocasião, o pastor norte-americano, figura presente nas Convenções Gerais brasileiras, foi recepcionado por Antônio Gilberto (diretor do CAPED), José Pimentel (pastor da AD em Curitiba, PR, e membro do Conselho Administrativo da editora), o pastor Bernhard Johnson (Missionário norte-americano radicado no Brasil e diretor da Cruzada Boas Novas, um empreendimento evangelístico que percorria o território nacional) e Joanyr de Oliveira (Diretor de Publicações da CPAD). Triplett era Secretário de Missões da *Assembly of God*, e responsável pelas atividades de 300 missionários que atuavam em 25 países da América Latina e Caribe e, segundo a

reportagem, afirmou que “a AD brasileira é a que registra maior crescimento em toda a América”.⁹⁸

Outra matéria de cunho internacional, esta assinada por Joanyr de Oliveira, teve destaque de capa e continuação na página seguinte, na “Coluna do Diretor”. Nos textos, foi exposto:

Pesquisa sobre o “pentecostalismo” realizada pelo dr. René Ribeiro, “Master of Arts” em Antropologia pela Northwestern University, EUA, mostra um crescimento surpreendente dos evangélicos pentecostais no Brasil: de 9,5% em 1930, eles passaram para 76,2% em 1974! E neste movimento de restauração e renovação espiritual dos últimos dias, as Assembléias de Deus ocupam lugar de destaque, levando líderes religiosos a buscarem a chave do “enigma” e sociólogos, impressionados com as multidões que se reúnem em convenções e com o grande número de templos espalhados por todo o País, a elaborarem levantamentos e somarem as informações.⁹⁹

A chamada da capa é detalhada na página dois:

Pela graça de Deus, constituímos hoje a maior denominação evangélica da América, exequatadas as mais importantes dos Estados Unidos, e somos a maior comunidade pentecostal de todos os tempos e de todo o mundo.¹⁰⁰

O trecho final, ainda repercutindo dados da pesquisa acima citada, compara a queda das demais denominações evangélicas, em contraposição à ascensão assembleiana:

Revela-nos, por exemplo, em trabalho publicado em 1969, que em 1939 havia no Brasil 30% de Batistas, 24% de Presbiterianos, 5% de Adventistas, 9,5% de Pentecostais – e para 1974 a estimativa era de 7,5% de Batistas, 4,1 de Presbiterianos, 1,8% de Adventistas e 76,2% de Pentecostais!¹⁰¹

O teor das publicações é nítido, declarava por diversas fontes, a dimensão que as Assembleias de Deus alcançavam. Para isso, recorreu-se aos âmbitos religioso e acadêmico, trazendo pronunciamentos tanto de um pastor norte-americano, quanto de um antropólogo titulado. As fontes citadas foram utilizadas no intuito de gerar credibilidade,

⁹⁸ Secretário de Missões dos EUA visita CPAD. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.13, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de outubro de 1977, p.3.

⁹⁹ COLUNA DO DIRETOR. As Assembléias, ontem e hoje. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.16, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de novembro de 1977, p.1/2.

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ Ibid.

pois, além da própria natureza destas – pertenciam a esferas distintas –, possuíam respaldo internacional. Em resumo, buscavam demonstrar que era irrefutável a grandeza das Assembleias de Deus, ao ponto de estudos de fora do Brasil atestarem isto.

Ademais do conteúdo em si, que reportava o crescimento exponencial dos pentecostais no Brasil, ultrapassando os 75%, conferia lugar especial para as Assembleias neste grupo e mencionava multidões em convenções e grande quantidade templos, foram empregadas frases de efeito, como “somos a maior comunidade pentecostal de todos os tempos e do mundo”.

Na mesma direção do Diretor de Publicações, Nicodemos Loureiro, ao discutir sobre os riscos do que chamou de falsos ensinamentos e falsos mestres declarou: “Tenho visto e ouvido como se fazem planos para derrubar de sua posição espiritual a Assembléia de Deus no Brasil, posicionada em primeiro lugar em número e em progresso espiritual no cenário mundial, segundo muitas e valiosas opiniões”.¹⁰²

Em sua coluna mensal, Joanyr de Oliveira voltou a arvorar-se nos dados demográficos das Assembleias de Deus, repetiu seu orgulho em frase com pitadas de ufanismo, porém, acrescentou o peso político que a Igreja possuía:

(...) Hoje, os evangélicos representam quase 10% da população brasileira. Os membros e congregados das Assembléias de Deus correspondem a 50% desse número e estão presentes em todas as unidades da Federação. As doutrinas bíblicas em que se fundamenta a maior comunidade pentecostal de todo o mundo e de todos os tempos são pontos-de-referência que se salientam aos olhos inclusive de pessoas eminentes, que não podem ignorar-nos, ou melhor, ignorar o que o Senhor tem feito em nós e por nós nestes últimos 67 anos.¹⁰³

O diretor buscou equilíbrio em suas palavras, não arrogou agressivamente um lugar destacado, contudo, demarcou claramente que o percentual de assembleianos espalhados por todo o Brasil, atribuía à Igreja um status diferenciado – ou uma “presença marcante”, reverberando o título do texto –, por isso, deveria receber atenção especial das autoridades. É o que se evidencia quando é afirmado que “a maior comunidade

¹⁰² LOUREIRO, Nicodemos José. Cuidado com os falsos mestres. *Mensageiro da Paz*, Ano 55, n.1174, Rio de Janeiro, março de 1985, p.5.

¹⁰³ COLUNA DO DIRETOR. Presença marcante. *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.1094, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de setembro de 1978, p.2.

pentecostal de todo o mundo e de todos os tempos (...) se salientam aos olhos inclusive de pessoas eminentes, que não podem ignorar-nos”.

Corroborando com essa linha, Israel de Araújo apontou para uma pesquisa realizada pela CGADB, que levantou dados mais completos acerca das Assembleias de Deus. Os números aparentam ser mais aproximados do que plenamente precisos, pois se apresentam em valores fechados, entretanto, fornecem boa estimativa sobre a questão. A seguir, reproduzo trecho do texto e tabela informados por Araújo:¹⁰⁴

“Mediante criterioso censo realizado pela Junta da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil em 1979, obtivemos os seguintes dados:”

TABELA 1 – CENSO DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS

Assembléias de Deus autônomas no país	22.000
Templos	36.000
Obreiros (de pastor a auxiliar de trabalho)	55.000
Congregados (não batizados e crianças).....	2.500.000
Escolas Dominicais	14.000
Alunos da Escola Dominical	900.000
Professores da ED e alunos associados a ela	45.000
Missionários nos campos do exterior	78
Total de fiéis das Assembléias de Deus	5.600.000

O crescimento e desenvolvimento da Igreja foram embasados e divulgados, por diversas fontes e sob diversas formas. Notícias, textos, pesquisas, senso e tabelas são exemplos concretos. A fim de demonstrar sua imponência no Brasil, era frequente a divulgação, com fotos abundantes, de templos grandiosos que eram reformados ou construídos, ressaltando a arquitetura moderna e a capacidade de acomodação de grandes públicos.

Além disso, houve outras estratégias, como publicação de uma série de artigos a respeito da participação das Assembleias de Deus no Brasil na Conferência Mundial Pentecostal, nas edições da Coreia do Sul e do Canadá, informando acerca da grande comitiva de representantes brasileiros e a excursão por vários países, e até continentes, nas duas ocasiões; e boletim de trabalhos missionários em países como Moçambique, Madagascar,

¹⁰⁴ ARAÚJO, Israel de. 70 Anos das Assembléias de Deus no Brasil. *Mensageiro da Paz*, Ano 50, n.1118, Rio de Janeiro, junho de 1980, p.6.

Portugal, Espanha, EUA, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Chile, Argentina, Venezuela, Peru, Guiana Francesa e Guatemala, todos sustentados pelas Assembleias brasileiras, denotando ser uma igreja de influência internacional.

Assim, por influência direta de Joanyr de Oliveira, repetidas vezes e sob formas variadas, dados e notícias a respeito do crescimento das Assembleias de Deus foram divulgados e politizados no *Mensageiro da Paz*, de modo a ressaltar a importância daquela Igreja no cenário religioso e político do Brasil. A propaganda feita pelo novo Diretor de Publicações seguia dois vetores, um interno e outro externo. O interno, comunicava aos membros das Assembleias de Deus a dimensão que a Igreja possuía, com o propósito de conscientizar os irmãos de fé de sua relevância; o externo, era direcionado às autoridades governamentais do país, e apontava os rumos desejados para a denominação.

3.5 – JOANYR DE OLIVEIRA E O PROJETO POLÍTICO DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS

A ênfase que Joanyr de Oliveira dava à política, já era conhecida do público assembleiano há bastante tempo. Além da passagem na revista *A Seara*, nos idos da década de 1950, em 1968, quase uma década antes de assumir o cargo de Diretor de Publicações da CPAD e, assim, comandar o *Mensageiro da Paz*, Oliveira já havia debatido a questão: “A política sem grandeza (pois há a Política, com P maiúsculo, necessária, imprescindível), a politicalha vem procurando envolver a santa Igreja em suas teias – mas, ante isso, ela mantém-se alerta, limpa, incontaminável”.¹⁰⁵ O autor teceu críticas ao que chamou de “politicalha”, porém, acautelou a respeito da relevância e do mérito da “Política com P maiúsculo”. Quando tornou-se o principal responsável pelo conteúdo que circulava no jornal das Assembleias de Deus, Joanyr não se furtou ao tema, pelo contrário, deu nova vitalidade ao assunto, inserindo cada vez mais a Igreja no cenário político brasileiro.

De acordo com André Pereira (2015, p.63), “Projeto é uma leitura estruturada, de grupo ou individual, voltada para o consentimento e para a ação coletiva. Como tal, costuma ser elaborado por pessoas que acreditam sinceramente nos seus desígnios”. No caso das Assembleias de Deus, o projeto fora idealizado pela cúpula da denominação, que desde o direcionamento de Lewi Pethrus, movia-se em diferentes frentes, sobretudo, apoiando

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Joanyr de. Música profana: parabéns. *Mensageiro da Paz*, Ano 38, nº12, Rio de Janeiro, 16 de junho de 1968, p.5.

expressamente o Regime Militar e mantendo vínculos cordiais com autoridades civis. Entretanto, a liderança de Joanyr de Oliveira ao empreendimento é indubitável, devendo-se reconhecer, sobremaneira, a importância que possuiu.

Desse modo, assim como fora no passado, Joanyr imbuíu-se do compromisso de disseminar a importância da política para a Igreja. Que as Assembleias de Deus já vinham posicionando-se politicamente nos últimos anos é evidente, e tal realidade é comprovada por seu periódico oficial mais destacado. Além de discutir e dar seu parecer a respeito de diversos temas que circundavam a sociedade, as lideranças das Assembleias de Deus sempre se colocaram ao lado da Ditadura, respaldadas por sua membresia. Assim, a ação de Joanyr de Oliveira se dava no sentido de convencer a comunidade de fiéis assembleianos de que, muito mais que “honrar as autoridades constituídas”, havia a necessidade de estar totalmente integrada ao mundo político, e tal integração, passava, obrigatoriamente, por apoiar candidaturas de políticos evangélicos.

No texto intitulado “Nós, a Política e o Parlamento”, publicado em janeiro de 1978, o autor expôs a ideia:

A Câmara Federal assistiu, na noite de 1º de dezembro de 1977, a um acontecimento inédito: oradores ocuparam a tribuna, como também os microfones de apartes, não para divergirem sobre quaisquer matérias, não para a defesa de teses conflitantes sobre economia, direitos humanos, administração pública, política nacional ou internacional. O tema não foi o AI-5, sucessão presidencial, escolha de novos Governadores. Falou-se unicamente da Palavra de Deus, exaltando-se o nome de Cristo.

(...) Diante do que assisti, voltou-se meu pensamento para as cartas, recebidas na redação, com expressões de despreço aos políticos. Elas são até muito poucas, mas não ignoramos que considerável parcela da comunidade evangélica é hostil aos que se dedicam a esse tipo de atividade. Sim há velhos e generalizados preconceitos contra eles. Nenhuma outra classe é tão agredida pela injustiça e tão ofendida pela maledicência.

(...) Ademais, há a considerar que os evangélicos autênticos estão no parlamento como intérpretes de nossos pontos-de-vista, de nossas preocupações. Quando eles combatem o jogo, dizem lá o que diríamos se dispuséssemos de uma tribuna. Quando condenam o alcoolismo, expressam nossa opinião, que não pode ecoar no plenário das Casas do Parlamento.

(...) Este é o momento oportuno para enfatizar o alto sentido da participação evangélica na atividade parlamentar. É óbvio que não advogamos o

envolvimento da igreja na política, porque isto é extremamente perigoso. Temos dito que pode o crente entrar na política, mas não se deve admitir, em hipótese alguma, que a política entre no crente. Porque devemos buscar, primeiramente, “o reino de Deus e Sua justiça”.¹⁰⁶

Desde o início de seu escrito, Joanyr de Oliveira procurou combater a concepção popular de que o meio político é, inexoravelmente, corrupto e corruptor. O autor mencionou cartas enviadas por assembleianos – infere-se isto por serem direcionadas à redação da CPAD – com críticas aos políticos profissionais, e afirmou que estes eram alvo de falas ofensivas, preconceituosas e injustas. Para endossar sua contraposição a essa mentalidade, já no primeiro parágrafo, Joanyr citou sessão da Câmara Federal, ocorrida em 1º de dezembro de 1977, em que, segundo seu relato, “falou-se unicamente da Palavra de Deus, exaltando-se o nome de Cristo”. A mensagem buscava persuadir os fiéis, demonstrando que o Congresso Nacional não era um mero local de práticas desonestas, pelo contrário, poderia ser um ambiente de adoração a Deus, como o fora no episódio informado. É nesta linha que Oliveira estimulou a presença de deputados evangélicos, pois, se com número reduzido, como era à época, o espaço foi palco de manifestações de devoção a Cristo, presume-se que se as bancadas parlamentares estivessem repletas de irmãos de fé, esse cenário se potencializaria.

Mais do que lotar fileiras, como seriam as leis que regem o Brasil se políticos evangélicos as formulassem? Por essa razão era necessário ter representantes no Parlamento, para que os valores defendidos pela Igreja fossem difundidos, para que as opiniões dos evangélicos fossem repercutidas, como nos exemplos citados a respeito dos jogos de azar, das bebidas alcoólicas e outros, em que “evangélicos autênticos” barravam ideias contrárias ao que pregavam as denominações cristãs. Era esse tipo de reflexão que Joanyr objetivava suscitar, a fim de propagandar seu projeto e despertar os assembleianos para as questões eleitorais, dando um sentido religioso para a política, pois era uma esfera que deveria ser permeada pelos evangélicos, no intuito de propagar sua visão de mundo e sociedade pautada pela Bíblia, bem como um viés político para a religião, já que, para alcançar o sucesso, as denominações, de modo geral, mas, especialmente, as Assembleias de Deus, deveriam “ênfatizar o alto sentido da participação evangélica na atividade parlamentar”,

¹⁰⁶ COLUNA DO DIRETOR. Nós, a Política e o Parlamento. *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.1083, Rio de Janeiro, janeiro de 1978, p.2.

isto é, expressar seu peso votando em bloco, conjuntamente, nos candidatos que compartilhassem do mesmo credo.

No parágrafo final, o autor falou em “momento oportuno” pois em novembro daquele mesmo ano ocorreriam eleições gerais no país, assim, era importante começar a campanha cedo, e fez um alerta: “não advogamos o envolvimento da igreja na política” e “o crente pode entrar na política, mas não se deve admitir, em hipótese alguma, que a política entre no crente”. Depois de todo o enredo analisado, a afirmação soa um pouco inusitada, mas era uma forma cuidadosa de distinguir a Igreja como organismo, dos fiéis que a integram. Na prática, tal diferenciação é impossível de se realizar, pois a Igreja, como instituição, é percebida concretamente por meio dos indivíduos que a compõem e a lideram. É provável que a ressalva fosse composta por dois fatores, tanto uma preocupação sincera com os riscos de envolvimento com práticas imorais, quanto um artifício para alcançar os assembleianos ainda reticentes sobre a candidatura de membros da Igreja. Portanto, pode-se afirmar que Joanyr de Oliveira buscou a acomodação como forma de lidar a situação.

Rodrigo Patto Sá Motta (2018), ao tratar sobre o conceito de *acomodação*, afirma que a “acomodação (...) envolve dois campos, ou dois lados, em um jogo de concessões mútuas” (MOTTA, 2018, p.120) e que “a estratégia da acomodação tem servido principalmente para preservar a ordem e evitar rupturas” (MOTTA, 2018, p.122). A força das Assembleias de Deus residia em sua unidade, logo, era necessário manter o grupo coeso para alcançar o sucesso. Nesse sentido, era preciso costurar um acordo, acomodar as visões antagônicas. Assim, ao mesmo tempo em que Joanyr de Oliveira defendia uma postura mais participativa em relação à política, dizia, em outras palavras, que isso não faria da Igreja um partido político, nem os membros que se candidatassem, como os parlamentares comuns, que a política não entraria na Igreja de modo a contaminá-la, pelo contrário, que a Igreja poderia conservar a sociedade, por meio, também, da política institucional.

Com a aproximação do pleito eleitoral, na edição da segunda quinzena de julho, Joanyr de Oliveira pronunciou-se novamente a respeito do voto dos evangélicos.

(...) A esta altura, cumpre-nos esclarecer que não chegamos ao extremo de advogar para o crente em Jesus a triste e melancólica posição de alienado. Ninguém deve ser indiferente aos problemas de seu tempo, ignorante do que acontece à sua volta na comunidade a que pertence.

(...) O cristão – sem afastar-se da prudência, do dever de obediência à autoridade constituída, de submissão às leis dos homens que não pretendam anular a Lei de Deus – deve ser um participante. Não nos podemos acovardar diante das lideranças seculares que Deus coloca em nossas mãos.

Portanto, a igreja não deve atuar politicamente; todavia o cristão, como cidadão, não estará incorrendo em nenhum ato ilícito se o fizer.¹⁰⁷

Na primeira parte do artigo, o Diretor de Publicações confrontou uma característica antiga, inserida na longa duração do assembleianismo brasileiro: o afastamento das questões políticas. Embora as Assembleias de Deus tivessem despendido esforços para colocarem-se ativamente no cenário político ao longo dos anos, extratos de sua membresia permaneciam resistentes ao tema, interpretando-o como prejudicial à Igreja.¹⁰⁸ Àqueles cuja ideia preservava a dicotomia “sagrado x profano” em relação à política, afirmando que se deveria gastar tempo e força com a evangelização, desprendendo-se das “coisas deste mundo”, e focalizando no porvir sobrenatural, na eternidade, Joanyr respondeu diretamente: “ninguém deve ser indiferente aos problemas de seu tempo, ignorante do que acontece à sua volta na comunidade a que pertence”, e mais, indiretamente, diz que tais pessoas encontravam-se na “triste e melancólica posição de alienado[s]”.

Além de se opor a esse tipo de absenteísmo político, Oliveira afirmou que “não nos podemos acovardar diante das lideranças seculares que Deus coloca em nossas mãos”, ou seja, reafirmou que o cristão não somente poderia, como deveria participar ativamente dos rumos do país no que diz respeito ao aspecto político-eleitoral, pois essa responsabilidade fora entregue pelo próprio Deus. Por fim, outra vez separou “Igreja” e “indivíduo”, contudo, salientando que não havia nada que desabonasse candidaturas de religiosos a cargos eletivos. Como em texto antecedido, o Diretor de Publicações ensejava conduzir o processo de aprofundamento político acomodando as diferentes opiniões a respeito do tema.

Na segunda parte, Joanyr tratou das eleições e do voto evangélico de modo mais particularizado:

¹⁰⁷ COLUNA DO DIRETOR. EM QUEM VOTAREMOS? *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.1095, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de outubro de 1978, p.2.

¹⁰⁸ Como afirmado no capítulo um, trato de Política aqui no plano eleitoral, não de forma ampla, como todo tipo de ação e intervenção na sociedade.

A 15 de novembro, todos os brasileiros seremos convocados às urnas para a escolha daqueles que serão nossos legisladores no próximo quadriênio. Em quem votaremos? Até onde deve ir nossa participação, como evangélicos, na conscientização das pessoas, com vistas ao pleito?

Não podemos dar nosso voto sem pesar a importância desse ato. Ao votar, tanto poderemos estar ajudando a obra de Deus como poderemos estar oferecendo armas a mãos inimigas. Sem envolver a Igreja em militância política, como brasileiros, cidadãos responsáveis e cristãos convictos, será imperdoável se nos mantivermos à margem, como meros espectadores. Precisamos saber em quem iremos votar e em quem não devemos votar.¹⁰⁹

André V. Pereira (2015), afirma que, para o sucesso de um projeto, é vital a articulação eficiente de sua *propaganda*. Segundo o autor, “Nela [propaganda] se encontram todos os recursos retóricos que os atores consideram válidos para o convencimento, buscando, por seu meio, justamente uma linguagem adequada ao seu público” (PEREIRA, 2015, p.63). Na estratégia de persuadir seu público alvo, o Diretor elevou a importância do voto ao mais alto nível, conferindo-lhe um sentido espiritual. Através do voto poderiam “estar ajudando a obra de Deus como estar oferecendo armas a mãos inimigas”. Por isso, era necessário escolher corretamente, logo, além de incentivar, Joanyr buscou orientar o voto dos assembleianos, dizendo em quem se deveria ou não votar.

No prosseguimento do texto, o autor citou quatro classes de políticos que disputavam os votos, sendo eles “os inimigos dos evangélicos”, “os indiferentes”, “os católicos, espíritas e ateístas”, e “os evangélicos e outros”. Logicamente, a escolha deveria ser nos candidatos listados na categoria final. Entretanto, Oliveira formulou outras subdivisões, primeiramente dizendo haver evangélicos de fato, candidatos de origem evangélica e os pseudo evangélicos. Dentre os evangélicos autênticos, era necessário, ainda, ponderar entre evangélicos intelectualmente despreparados e aqueles que estavam à altura da função. Apesar das ramificações, estava bastante claro o direcionamento político.

Pode-se dizer que o projeto encabeçado por Joanyr de Oliveira de consolidar as Assembleias de Deus como um agente ativo no cenário político nacional, inclusive, no campo institucional, obteve êxito. O labor para convencer os irmãos de fé ainda reticentes, a expansão de temas, encontros e ações políticas na Igreja, resultaram, já nas primeiras eleições pós Ditadura, na formação da primeira “bancada evangélica” do Congresso

¹⁰⁹ Ibid.

Nacional em 1986, composta por 13 deputados assembleianos, número expressivo, já que inédito. Não obstante, o caminho trilhado contou com alguns percalços, dentre os quais, o apoliticismo já referido e persistente. Na contramão do propagado por Joanyr, Antenor Coelho da Silva escreveu na edição do *Mensageiro da Paz* de fevereiro de 1979:

Não é de nossa alçada quaisquer pretensões de caráter político visando “benefícios” às denominações evangélicas, pois ecoa em nossos ouvidos a pergunta feita ao profeta Isaías: “A quem enviarei, e quem há de ir por nós?”.

A Igreja não tem fins políticos, comerciais ou publicitários, mas congrega pessoa que desejam viver uma vida pacata e sossegada, servindo ao próximo e aproximando outros das bênçãos divinas. (...) Não foi aos reis e presidentes que foi legado o direito de representar os céus, mas aos pecadores redimidos pelo Sangue de Jesus, que se constituíram propriedade de Deus e integrantes da Igreja Universal.

Cada país tem a sua própria constituição; da mesma forma a Igreja constituída e fundamentada em Cristo. Ela não combate aos governos, mas o pecado.¹¹⁰

A posição divergente, que era compartilhada por outros, além do articulista mencionado, foi acomodada, e as Assembleias de Deus adentraram cada vez mais no mundo do político. Contudo, publicações como a anteriormente vista, demonstram que o processo ocorreu com ritmos e escalas variados, agregando assembleianos que defendiam e estimulavam a plena participação política, e outros que advogavam o distanciamento de tais questões. Apesar das diferentes visões, graças a recursos e estratégias utilizados, não formou-se uma oposição ferrenha ou polarização entre os membros das Assembleias de Deus que chegasse ao ponto de impedir seu desenvolvimento político. Desse modo, a Igreja progrediu politicamente, especialmente a partir das ações de Joanyr de Oliveira. Fazendo sua presença ser mais sentida, passou a receber maiores benefícios da Ditadura, que pôde avistar uma denominação grande, numerosa, com crescimento contínuo, interessada no plano político institucional e que oferecia apoio irrestrito aos militares.

3.6 – A LEI DO DIVÓRCIO E O RISCO DA SEPARAÇÃO

¹¹⁰ SILVA, Antenor Coelho da. A função da igreja na Terra. *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.1102, Rio de Janeiro, fevereiro de 1979, p.6.

As Assembleias de Deus de Deus e a Ditadura Militar construíram uma relação baseada em ajuda mútua. Firmada em valores comuns, como a defesa da família tradicional, a aproximação foi vantajosa para ambas partes. De um lado, a Igreja recebeu benefícios, concessões e intervenções a seu favor, de outro, o Regime foi contemplado com forte apoio social e religioso. A aliança estava bem consolidada, até que um fato novo melindrou a união: a Lei do Divórcio, aprovada em 1977, no Congresso Nacional.

Até aquele ano, o casamento era indissolúvel no Brasil, ou seja, a Constituição não previa a extinção do vínculo matrimonial. Quando casados decidiam-se pelo rompimento definitivo, havia apenas o desquite, que encerrava a relação conjugal com a separação de corpos, permanecendo, porém, legalmente unidos. Desse modo, pessoas desquitadas não tinham o direito jurídico de casarem-se novamente no civil, sendo, inclusive, os filhos da nova união, considerados ilegítimos, como fruto de casos extraconjugais.

A situação se modificou com a Proposta de Emenda Constitucional Nº9, elaborada pelos senadores Nelson Carneiro (MDB-RJ), que militava na causa há mais de duas décadas, e Acioly Filho (ARENA-PR). Na sessão do Congresso de 15 e 16 de junho de 1977, deputados e senadores optaram, em sua maioria, por aprovar a Lei 6.515/1977, também conhecida como Lei do Divórcio. Assim, o Brasil deixou de estar na curta relação de países filiados à ONU que ainda eram antdivorcistas – restavam apenas quatro, naquele momento.

Diversos grupos que compunham a vida nacional, como setores conservadores da Igreja Católica, posicionaram-se contra o divórcio, exercendo grande pressão. Os antdivorcistas afirmavam que a dissolução desestruturaria a instituição familiar, colocando em risco a própria sociedade brasileira, que perderia um de seus principais pilares, pois haveria incentivo às separações, ao amor livre e ao aborto.¹¹¹ O tema do divórcio também repercutiu enormemente nas Assembleias de Deus. Diversos pastores colocaram-se contra a Lei 6.515 de 1977, e a forma incisiva com que rejeitavam o rompimento conjugal, gerou uma série de debates e medidas internos acerca da questão ao longo daquele ano.

A pauta se tornou notícia pela primeira vez na edição de número sete do *Mensageiro da Paz*, que corresponde à primeira quinzena de julho de 1977. O texto publicado na última

¹¹¹ Parte das informações foram retiradas da Agência do Senado. <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil#:~:text=No%20dia%2028%2C%20estava%20promulgada,por%20mais%20de%20tr%C3%AAs%20anos%E2%80%9D>. Acessado em: 28 de jun 2022.

página, foi salientado nas letras do título – DIVÓRCIO – e na cor de fundo – verde –, e tratou de expor nominalmente o voto de todos os parlamentares evangélicos, sobressaltando aqueles que estiveram a favor da medida.

(...) A medida, que deverá repercutir intensamente nos meios religiosos, sobretudo nas Assembléias de Deus (a maioria dos pastores, ao que consta, opõe-se ao divórcio) e, provavelmente, será examinada na próxima Convenção Geral, dadas as grandes implicações que suscita, foi apoiada pelos parlamentares evangélicos Antunes de Oliveira (Batista-AM), Joel Ferreira (Batista-AM), Daniel Silva (Batista-RJ), Daso Coimbra (Congregacional-RJ), Erasmo Martins Pedro (Presbiteriano-RJ), Edgar Martins (Batista-SP), Gióia Júnior (Batista-SP) e Aldo Fagundes (Metodista-RS). Os deputados de origem evangélica Ademar Santilo (Metodista-GO), Augusto Galvão (filho do pr. Clímaco Bueno Aza, fundador da AD de Belo Horizonte) também disseram “sim”. O único voto contrário foi dado pelo adventista Igo Losso, do Paraná.¹¹²

Como antecipado pelo texto, o tópico reverberou no seio assembleiano, ao ponto de causar preocupações sobre os rumos da união da Igreja com o Governo ditatorial e virar ponto de pauta na Convenção Geral, que reunia-se bienalmente. Como a Convenção seguinte ocorreria somente em 1979, o Conselho Administrativo da CPAD criou uma “Comissão Especial” para assuntos relacionados ao divórcio, como noticiado na capa da edição nove do *Mensageiro da Paz*.

Segundo o boletim:

A Comissão Especial terá a incumbência de atender consultas dos Ministros da Igreja, propor soluções ou desaconselhar iniciativas, colher subsídios e apresentar a proposta à próxima Convenção Geral visando à fixação de normas a serem obedecidas nas Assembléias de Deus.

Pastores da mais alta importância formavam essa comissão, entre eles: Túlio Barros Ferreira, Alípio da Silva, Paulo Leivas Macalão, Alcebíades Pereira Vasconcelos, Joanyr de Oliveira, José Wellington Bezerra da Costa, dentre alguns outros.¹¹³

Tamanha a pertinência do assunto para a Igreja, a comissão foi formada pelas principais lideranças das Assembleias de Deus no Brasil e, entre as atribuições da pasta, chama a atenção uma expressão específica: “desaconselhar iniciativas”. Possivelmente, prevendo

¹¹² DIVÓRCIO. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.7, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de julho de 1977, p.12.

¹¹³ Comissão especial para assuntos relacionados com o divórcio. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.9, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de agosto de 1977, p.1.

as críticas e os conflitos que viriam à tona, o órgão buscou antecipar-se a fim de aplacar os ânimos do desacordo. Mas por que acalmar os brios mais exaltados, se, de modo geral, os membros da comissão também reprovavam a Lei do Divórcio? Simples. As lideranças temiam que uma discordância exacerbada dos pastores nacionais e dos membros de suas congregações de fé fomentasse uma mobilização contra a lei aprovada, resultando no rompimento com o Governo.

É o que depreende-se da coluna de Joanyr de Oliveira, que circulou a na mesma edição do excerto anterior:

Em sua reunião do dia 12, o Conselho Administrativo da Casa Publicadora das Assembléias de Deus, por iniciativa de seu presidente, pr. Alípio da Silva, tratou da repercussão que a Emenda Constitucional nº9 vem tendo entre nós. Os Conselheiros, em sua totalidade, como também o sr. Presidente da Junta Executiva das Deliberações da Convenção Geral, pr. Túlio Barros Ferreira, presente a duas reuniões do colegiado, entenderam que os dois órgãos mais importantes das Assembléias de Deus (depois da Convenção Geral) não poderiam ficar indiferentes a essa problemática. E resolveram pedir muita cautela a todos, a fim de não se “prejudicar o bom relacionamento que sempre houve entre as Assembleias de Deus e as autoridades constituídas”, para “que seja conservado, entre nós, o princípio de respeito às instituições do País”. Referidas autoridades da Igreja, ao se deterem na análise da questão, mostraram-se à altura do mandato que as Assembléias de Deus lhes confiaram, para que zelem pela unidade doutrinária e por todos os altos interesses da denominação”.¹¹⁴

Diante da repercussão negativa, os dirigentes da CGADB se viram obrigados a tratar abertamente do caso. Novamente usou-se a estratégia da acomodação, e Joanyr de Oliveira foi um dos personagens principais. A própria criação da Comissão teve por intuito contornar a situação e apaziguar a tensão existente. Não podia-se desprezar ou mesmo ignorar a insatisfação dos assembleianos com a Lei do Divórcio, tampouco seria prudente permitir que se manifestassem livremente. Assim, antes mesmo de qualquer decisão da Comissão Especial ou da própria CGADB, “resolveram pedir muita cautela a todos”. O cuidado com a questão tinha uma finalidade bem clara: “não se ‘prejudicar o bom relacionamento que sempre houve entre as Assembléias de Deus e as autoridades

¹¹⁴ COLUNA DO DIRETOR. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.9, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de agosto de 1977, p.2.

constituídas’, para ‘que seja conservado, entre nós, o princípio de respeito às instituições do País’”.

A situação era delicada e, um passo mal dado, poderia colocar em risco o bom trânsito que a Igreja tinha com as autoridades governamentais. A negação ao conflito, traço marcante da conciliação, mais do que nunca, fazia-se imprescindível para determinar os rumos do vínculo da entidade religiosa com os poderes nacionais. A saída para o embate fora preanunciada na parte final do texto de Joanyr de Oliveira: “zelar pela unidade doutrinária e por todos os altos interesses da denominação”. Em síntese, acomodar pastores e membresia que rejeitavam energeticamente o divórcio e manter a proximidade com o Governo, a despeito da circunstância controversa, era o desafio do momento.

A *Coluna do Diretor* foi o principal ambiente de discussão acerca do divórcio no *Mensageiro da Paz* durante aquele período. O tema avançou até o ano seguinte, 1978, expressando a gravidade que alcançou para os fiéis das Assembleias de Deus. Joanyr de Oliveira prosseguiu com suas intervenções, reiterando a diligência com que o tópico deveria ser tratado e as possíveis implicações políticas.

(...) É, portanto, fato consumado. Em face dele, as Assembléias de Deus, através de sua Convenção Geral, deverão pronunciar-se oficialmente. E impõem-se, a esta altura, algumas perguntas: os membros da igreja, que não estão sujeitos à punição quando se desquitam, serão alvo de medidas disciplinares ao se divorciarem? Isto não seria incoerente? Poderão contrair novas núpcias após a separação? A lei diz sim – e agora? Iremos nós insurgir contra a Constituição de nosso País? Mas isto é crime! Os chamados Testemunhas de Jeová assumem posição desta natureza e perdem seus direitos políticos, deixam de ser cidadãos brasileiros. O problema é muito complexo. (...) E aqui, que solução irão encontrar as lideranças da igreja? Que tenham aos pés do Senhor, como sempre, a inspiração para bem decidir, e, sem precipitações, sem embaraços maiores, sem imprudências inadmissíveis a uma instituição profundamente legalista e ao mesmo tempo profundamente voltada para os ensinamentos bíblicos, seja encontrado o caminho.¹¹⁵

Joanyr lançou indagações sobre como a Igreja se portaria frente à nova realidade, especialmente quando casos práticos ocorressem. Muito mais do que perguntas retóricas, o Diretor de Publicações pareceu ecoar os questionamentos que, provavelmente, os

¹¹⁵ COLUNA DO DIRETOR. *Mensageiro da Paz*, Ano 47, n.8, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de julho de 1977, p.2.

assembleianos se faziam. Sem respondê-los objetivamente, Oliveira indicou a sua opinião: “Iremos nós insurgir contra a Constituição de nosso País? Mas isto é crime!”. A fim de dar cores vivas à sua reflexão, o autor apresentou o caso do grupo religioso “Testemunhas de Jeová”, cujos direitos políticos foram perdidos por não seguirem a rigor a Carta Magna do país. No encerramento de suas considerações, Joanyr de Oliveira recomendou que as lideranças da CGADB agissem “sem precipitações, sem embaraços maiores, sem imprudências inadmissíveis a uma instituição profundamente legalista e ao mesmo tempo profundamente voltada para os ensinamentos bíblicos”.

Joanyr de Oliveira novamente procedeu com os jogos de acomodação. Escapando a posições extremadas, tentou conciliar o cumprimento da Lei – aceitar o divórcio – com a interpretação da Igreja a respeito da doutrina bíblica do casamento – a indissolubilidade matrimonial. Portanto, ao mesmo tempo em que dialogava com a membresia religiosa, considerando a questão e reforçando o compromisso com as Escrituras, voltava-se para as autoridades governamentais, na medida em que definiu as Assembleias de Deus como uma “instituição profundamente legalista”.

Embora as altas lideranças das Assembleias de Deus, representando órgãos ligados à CGADB, tenham se empenhado em conduzir a situação brandamente, os alertas e direcionamentos expressos pelos membros da Comissão Especial de assuntos sobre o divórcio não surtiram o efeito desejado:

(...) Basta dizer que ouvimos, certo domingo, a voz do passionalismo ecoar de um dos púlpitos mais antigos e respeitáveis das Assembléias de Deus, a combater o novo dispositivo de modo frontal, como se, em absoluto, não devêssemos obediência às leis do País. (Não podemos agredi-las, a menos que preferamos viver à margem, como cidadãos destituídos dos direitos políticos, à guisa das chamadas Testemunhas de Jeová e quejandos).

(...) O realismo, que é quase sempre sinônimo de maturidade e sensatez, não teria como tentar ocultar a nova situação, quando o Brasil se inclui no longo rol dos países divorcistas. Por isso, dada a responsabilidade que temos, perante o rebanho do Senhor e perante as instituições do País, cumpre-nos examinar o quadro que se nos apresenta, mesmo que o desaprovemos. Com seriedade, extremo cuidado, muita oração – sobretudo muita oração – urge buscar a saída, porque seria inadmissível e cruel a indiferença ante o que acontece, ante o drama de muitos irmãos, seria rematada irresponsabilidade usar de altivas inflexibilidades e de apressados julgamentos capazes de perturbar muitas vidas

e de empurrar as Assembléias de Deus para os abismos da ilegalidade, do criminoso combate às instituições.¹¹⁶

A crítica e recusa veementes por parte de pastores foi confrontada, mais uma vez, com o exemplo das Testemunhas de Jeová; caso prosseguissem com aquela postura, as Assembleias de Deus seriam postas na marginalidade da Lei, perdendo a posição política que lutaram para alcançar. Além disso, o princípio já discutido do texto bíblico de Romanos 13, que se refere à submissão às autoridades, aparece tacitamente: “como se, em absoluto, não devêssemos obediência às leis do País”. A ressalva “em absoluto”, tem razão de ser; quando Igreja e Estado estão aparelhados em opiniões, os versículos da passagem bíblica supracitada são mencionados, entretanto, quando existe discordância severa, há um trecho registrado no livro de Atos dos Apóstolos, capítulo cinco e verso 29, que embasa o discurso contrário: “Mais importa obedecer a Deus do que aos homens”.

Na sequência, Joanyr de Oliveira, como de costume, optou pela acomodação para manter a ordem e evitar cisões; desse modo, o autor ressaltou a “responsabilidade que temos, perante o rebanho do Senhor e perante as instituições do País”. A acomodação implica em concessões às partes envolvidas, e Oliveira lidou de forma pragmática com a situação. Mesmo afirmando que a Igreja desaprovava, era necessário encarar os fatos. Dirigindo-se ao seu público alvo, além de expressar a referida reprovação, salientou a importância de três elementos: “seriedade, extremo cuidado e muita oração”. Contudo, não se mostrou intransigente; pois, se antes era ponto pacífico a oposição à divisão conjugal, agora, com a Lei aprovada, apelou para a empatia com o “drama de muitos irmãos”, e de “altivas inflexibilidades e de apressados julgamentos capazes de perturbar muitas vidas”. Não se tratava, em última instância, de concordar inteiramente com o divórcio, mas se acomodar diante daquela realidade, para evitar que as Assembleias de Deus caíssem nos “abismos da ilegalidade, do criminoso combate às instituições”.

Em janeiro de 1978, a CGADB, enfim, publicou a posição oficial das Assembleias de Deus em relação ao divórcio. Depois dos debates, embates e riscos ao pacto com o Governo, foi decidido que:

1º - AS ASSEMBLÉIAS DE DEUS NO BRASIL admitirão o Divórcio nos casos de:

¹¹⁶ COLUNA DO DIRETOR. A Igreja e o Divórcio. *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.1086, Rio de Janeiro, 1ª quinzena de março de 1978, p.2.

- a) Infidelidade conjugal;
- b) Acometimento de enfermidades expressamente referidas em lei como motivadoras de separação ou de dissolução do casamento.

Entende-se por infidelidade conjugal a prática do adultério e de anormalidades sexuais (Rm 1.27 e Lv 18.23; Dt 27.21), e o abandono do cônjuge sem justa razão.

2º AS ASSEMBLÉIAS DE DEUS NO BRASIL somente admitirão o Divórcio, conforme a lei, nos casos de Ministros (Pastores e Evangelistas) e Oficiais (Presbíteros e Diáconos) da Igreja, quando se tratar de infidelidade conjugal comprovada ou evidenciada em atos públicos e notórios.

O Ministro ou Oficial divorciado, caso venha a contrair novas núpcias, enquanto viver o ex-cônjuge perderá sua condição ministerial.

Não se admitirá, em hipótese alguma, a celebração de casamento religioso de divorciados, mesmo que apenas um deles esteja nessa condição.

O Pastor que acolher Obreiro divorciado ou se recusar a cumprir estas determinações, perderá o reconhecimento da Convenção Geral e, assim, de todas as Assembléias de Deus no Brasil.

Recomenda-se às igrejas, para que se resguardem no futuro, que colham dos que nela ingressarem, e se possível de todos os seus membros e congregados, o formal compromisso por escrito, de que aceitam todas as normas e doutrinas adotadas pela igreja, especialmente no que respeita ao Divórcio, e de que jamais tomarão iniciativa de mover ações judiciais contra decisões eclesiais.¹¹⁷

O comunicado é suficientemente explicativo a respeito das circunstâncias que justificariam o divórcio e as situações previstas caso ocorressem, cabendo acrescentar apenas algumas considerações. Em relação ao primeiro ponto, as “anormalidades sexuais”, de acordo com a interpretação assembleiana das referências bíblicas, tratam-se de homossexualidade, zoofilia/bestialismo e incesto. No segundo ponto, destacam-se o rigor diferenciado com que os Ministros e Oficiais eram tratados, as sanções à liderança eclesial que se opusesse à decisão oficial e, temendo possíveis consequências danosas à Igreja, a recomendação de respaldar-se juridicamente, colhendo a assinatura de membros e congregados com os novos termos.

¹¹⁷ Divórcio: Comissão faz pronunciamento. *Mensageiro da Paz*, Ano 48, n.1086, Rio de Janeiro, 2ª quinzena de fevereiro de 1978, p.11.

O documento é a expressão final de como as Assembleias de Deus adaptaram-se ao cenário político e buscaram acomodar-se àquela realidade para manterem-se como um agente relevante. Mesmo sendo contra o divórcio em seus princípios, a Igreja buscou uma maneira de evitar radicalizações e garantir a ordem. Neste caso, a alternativa foi respeitar as decisões governamentais, mas, internamente, tratar do divórcio com alguma diferenciação. Acomodação não é o mesmo que adesão, portanto, continuaram havendo manifestações de rejeição à participação política mais efetiva e ao divórcio, mas as situações foram contornadas, evitando tensões e congregando as diferentes visões. Joanyr de Oliveira, o Diretor de Publicações da CPAD, foi um personagem de grande destaque nessa conjuntura, encabeçando o projeto de ascensão política das Assembleias de Deus.

4. DA DITADURA MILITAR À NOVA REPÚBLICA

4.1 GOGUE E SEU BANDO

No início de 1979, a CPAD e, por extensão, o *Mensageiro da Paz*, passaram por grande reformulação em seu corpo editorial. Em março daquele ano, Abraão de Almeida, presbítero e jornalista por formação, que já contribuía com artigos e livros publicados pela editora das Assembleias de Deus, assumiu a função de Diretor de Publicações do jornal.¹¹⁸

Abraão de Almeida possuía um perfil um pouco diferente dos diretores que o antecederam, especialmente Alcebíades Pereira Vasconcelos, João Pereira de Andrade e Silva e Joanyr de Oliveira. Cada um destes, a seu modo, se debruçou sobre questões particularmente políticas, sempre tendo a religião em perspectiva. Ao fim e ao cabo, Almeida não fugiu a esse padrão, porém, inverteu a lógica, abordando preferencialmente temas de cunho religioso, mas que tinham alto impacto político.

De modo geral, Abraão de Almeida pareceu menos preocupado em tratar precisa e sistematicamente do apoio à Ditadura ou do voto evangélico, por exemplo. Isso, entretanto, não significa que fosse alheio à relação da Igreja com o Estado, pelo contrário, vários de seus posicionamentos acabavam por corroborar com os valores do Regime Militar. Para exemplificar:

Jesus teve todas as oportunidades para promover levante armado contra os dominadores do povo. Ele, porém, jamais pregou a sublevação política, a revolução, a luta armada. Pregou, ao contrário, o perdão incondicional, o amor ao próximo, seja quem for, e a certeza de que o verdadeiro destino do homem não é medido numa vida curta e desigual, mas sim num reflexo de suas obras em direção à eternidade.

A Palavra de Deus ensina dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, Mc 12.17. Isso significa que o Estado existe dentro da vontade de Deus e ao Estado todos nós devemos obediência enquanto ele não se opuser à nossa fé. A Bíblia ensina que devemos estar sujeitos às autoridades superiores “porque não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas”, e a orarmos por elas (...).

¹¹⁸ Abraão de Almeida foi consagrado ao pastorado em 1979 pelas Assembleias de Deus no Brasil. Em 1984, o pastor mudou-se para os EUA, onde vive até os dias de hoje. Almeida desligou-se das Assembleias de Deus, fundando igrejas evangélicas na América do Norte.

(...) E por ocasião da greve dos metalúrgicos do ABC, em São Paulo, a atuação política de alguns clérigos chegou mesmo a pregar às massas a mudança do regime político vigente em nosso País. Saliente-se que esse tipo insidioso de pregação vem ocupando também alguns púlpitos protestantes em detrimento da sã doutrina da Palavra de Deus.

A História, todavia, tem muitas e sábias lições a dar aos teólogos contemporâneos, engajados em movimentos revolucionários. É impossível furtar-se às funestas conseqüências de uma transformação social que não seja a operada pelo genuíno Evangelho de Cristo, poder de Deus e sabedoria de Deus. Fora desta sólida e infalível base, as revoluções fracassam, porque os homens que as fazem não estão regenerados, não são novas criaturas.¹¹⁹

Como visto, Almeida defendeu a obediência e sujeição ao Estado, no caso, à Ditadura Militar, criticando também os que propunham “a sublevação política, a revolução, a revolta armada”, inclusive sacerdotes, especialmente os católicos, mas também fragmentos evangélicos, que ensinavam ou contribuía com esse tipo de visão. Ao afirmar que Jesus Cristo, embora tivesse oportunidade para organizar um levante contestatório ao regime político de sua época, nunca o tenha feito, antes, tivesse pregado sobre “o perdão incondicional, o amor ao próximo, seja quem for, e a certeza de que o verdadeiro destino do homem não é medido numa vida curta e desigual, mas sim num reflexo de suas obras em direção à eternidade”, o Diretor ofereceu uma alternativa religiosa a um problema político-social, buscando o exemplo do comportamento de Cristo, para direcionar a ação dos assembleianos naquele momento histórico, além de expor a ideia de que o valor real não estava na “vida terrena”, mas sim na “eternidade”, na “vida após a morte”.

Abraão de Almeida também fez diversas publicações de cunho moralista, com críticas ao aborto, tanto de próprio punho, quanto repercutindo escritos de outros autores, à pornografia, ao “homossexualismo”, ao carnaval, à luxúria e, até mesmo, defendendo as Assembleias de Deus do ponto de vista social:

Não poucas vezes temos sido acusados na imprensa secular de não nos importarmos com a questão social. Tais referências, partidas tanto de profissionais honestos, porém desinformados, como de alguns protestantes divorciados da finalidade do Evangelho de Cristo, são todos infundados.

¹¹⁹ EDITORIAL. Igreja e Política. *Mensageiro da Paz*, Ano 50, n.1119, Rio de Janeiro, julho de 1980, p.4.

(...) Talvez mais do que qualquer outra instituição religiosa, o movimento pentecostal sempre encarou de frente o problema social brasileiro. No caso específico das Assembléias de Deus, em todos os seus quase 30 mil templos espalhados por todo o Brasil existem atuantes serviços de assistência e promoção social extensivos aos indiferentes à fé evangélica. Até mesmo nos locais mais carentes, irmãos pobres contribuem para que outros, mais pobres, não padeçam necessidade. E isso é feito sem qualquer alarde, pois a motivação está no amor.

Todo esse esforço constante, voluntário e anônimo em prol de tantos desamparados não pode ser medido nesta vida. Não fosse ele, talvez este país já tivesse sido banhado de sangue em alguma insurreição violenta das vítimas da ganância e da corrupção nesta terra rica, mas de poucos ricos e de muitos pobres.

Enquanto alguns recomendam a luta de classes e outros recursos incompatíveis com o Evangelho para a solução do problema da injustiça social, os crentes sinceros não apenas denunciam a verdadeira causa dessa injustiças – o pecado – mas procuram corrigi-las na prática da maior de todas as virtudes do cristianismo: o amor, que jamais acabará.¹²⁰

Como afirmado, Abraão de Almeida não esteve indiferente ao cenário político institucional, todavia, seu foco residia em questões escatológicas, logo, religiosas, mas com reverberação política. Já fora discutido no primeiro capítulo, a importância da escatologia para os assembleianos, que seguem a vertente denominada *Dispensacionalismo*. Não cabe repetir, de modo aprofundado, a discussão sobre a referida linha teológica, apenas salientar alguns traços importantes, como o *futurismo* e a literalidade das profecias bíblicas sobre o fim dos tempos, ou seja, toda a narrativa de viés apocalíptico, como as descritas nos livros veterotestamentários dos profetas Daniel, Ezequiel, Zacarias, etc, e neotestamentários, como o Apocalipse de São João, o Apóstolo, se cumprirão na íntegra e em eventos históricos verificáveis, durante a Grande Tribulação – os sete anos que se seguirão ao arrebatamento repentino da Igreja e precederão o Milênio e o Juízo Final. Outra marca essencial do Dispensacionalismo é a centralidade da nação de Israel no plano divino e nos acontecimentos futuros.

O Diretor de Publicações voltou seus esforços para falar sobre os temas aludidos, mas, há uma característica interessante nos textos de sua autoria que vale a pena ressaltar: o forte

¹²⁰ EDITORIAL. Os crentes e a questão social. *Mensageiro da Paz*, Ano 52, n.1138, Rio de Janeiro, fevereiro de 1982, p.3.

teor anticomunista. Em suma, no mais de seus textos, Almeida criou uma articulação entre os países comunistas e sua ideologia, especialmente Rússia, mas também China e Irã, a nação de Israel e os eventos últimos.

As Assembleias de Deus podem ser inseridas, historicamente, nos grupos anticomunistas do Brasil. A sociedade brasileira possui uma forte tradição de rejeição ao comunismo, representando-o como um perigo real aos valores éticos-morais e religiosos, entre eles a crença em Deus e no modelo patriarcal de família (MOTTA, 2002). Assim, não causa surpresa que uma Igreja conservadora, como as Assembleias de Deus, seja contada nessa relação. As raízes do anticomunismo assembleiano são nacionais e internacionais, pois, além do desenvolvimento próprio, foram influenciados, em grande medida, pelos missionários estrangeiros que aqui se estabeleceram, especialmente os chegados até 1950.

Lindolfo Martelli (2010) investigou a aglutinação entre escatologia e anticomunismo, operada pelas Assembleias de Deus durante a primeira metade do século XX, tomando como fonte os periódicos *Boa Semente*, *Som Alegre* e *Mensageiro da Paz*, e afirmou:

(...) o anticomunismo nas Assembléias de Deus obedeceu a uma dinâmica própria. Os vínculos da igreja com o movimento pentecostal na Suécia e com o protestantismo estadunidense afetaram significativamente as formas como ela se posicionou em relação ao comunismo. Esse era um dos principais motivos pelo qual não existiu um ajuste sincrônico entre o anticomunismo assembleiano e os demais anticomunismos no Brasil (MARTELLI, 2010, p.97).

De acordo com o autor, foram divulgadas diversas publicações de cunho escatológico traduzidas de jornais norte-americanos, que davam mais conta daquele contexto do que o do Brasil, embora não fossem completamente alheias à vida nacional. Desse modo, as imagens desqualificadoras do comunismo, enfatizaram também as concepções populares de ateísmo, doença, ameaça estrangeira e ação diabólica, mas, diferentemente do que era comum no imaginário anticomunista brasileiro, identificaram-no como o sistema de governo representante do “Anticristo”, a “besta” apocalíptica. Na esteira de tais representações, foi anunciado, por exemplo, que a Rússia começava a implantar um sinal nas pessoas, interpretado como o “666”, o “número da besta”, e que a vida social russa era marcada por práticas cruéis, como métodos para o enlouquecimento de pessoas, perseguição a lideranças e manifestações religiosas, política de aprisionamento e execução, por isso, indicando a veracidade e proximidade da Grande Tribulação

(MARTELLI, 2010). As associações de caráter religioso, influenciadas por literatura vinda dos EUA, mas realizada por brasileiros como Antônio Torres Galvão, impactavam diretamente na mentalidade assembleiana, já que os fiéis pentecostais enxergavam a realidade através dos óculos do dispensacionalismo, compreendendo que os fenômenos sociais tratavam-se do cumprimento escatológico de tudo o que a Bíblia já havia predito, resultando, nesse caso, em oposição intensa ao comunismo.

Em relação à atuação estrangeira na formulação da tradição anticomunista assembleiana, destaca-se Nels Lawrence Olson – chamado em território brasileiro de Lourenço Olson – que atuou em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. O missionário estadunidense chegou ao Brasil em 1939 e é reconhecido por seu pioneirismo em duas áreas, à época, controversas para as Assembleias de Deus no Brasil: o uso do rádio para a evangelização e o ensino teológico. Familiarizado com as atividades em seu país natal, Olson implantou, mesmo sob desconfiança, seu primeiro programa na Rádio Cultura, no município de Lavras (MG) em 1947. Ao mudar-se para o Rio de Janeiro, lançou, em janeiro de 1955, o afamado programa “Voz das Assembleias de Deus”, na Rádio Tamoio. Também em terras cariocas, Lawrence Olson fundou o Instituto Bíblico Pentecostal (IBP), em 1961, em que ministrava aulas no curso de Teologia.

O pioneiro norte-americano também se destacava por seus escritos. Publicou o livro “O Plano Divino Através dos Séculos”, sucesso editorial que se debruçava sobre a doutrina escatológica das dispensações, foi comentarista das *Lições Bíblicas*, as tradicionais e populares revistas da Escola Bíblica Dominical, distribuídas pela CPAD para todo o território nacional, além de diversos artigos no *Mensageiro da Paz*, em que abordou temas de viés escatológico e de críticas ao comunismo, unificadamente ou não.

Outro missionário importante nesse sentido foi Lars Eric Bergstén. O finlandês Eurico Bergstén, como era conhecido no Brasil, foi responsável ou contribuiu com trabalhos em diversos estados do país, como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Rio de Janeiro. Foi autor de uma Teologia Sistemática lançada pela CPAD, comentarista das *Lições Bíblicas* e articulista do *Mensageiro da Paz*. Frequentemente versando sobre temas escatológicos, ao longo de 1979, por exemplo, Bergstén escreveu uma série intitulada “Sinais dos Tempos”. Assim como Olson, em diversas ocasiões, Bergstén criticou o comunismo, ora atrelando-o a forças malignas que atuariam nos últimos dias, ora reforçando o estigma do ateísmo e afins.

Lawrence Olson e Eurico Bergstén são apenas dois exemplos elencados dentre diversos outros personagens do exterior que poderiam ser citados, como Nils Taranger, pioneiro pentecostal dos trabalhos no Rio Grande do Sul. Contudo, as lideranças brasileiras também investiram no combate ao comunismo. No contexto da Guerra Fria, em que o bloco comunista e o bloco capitalista disputavam palmo a palmo influência global, corridas espaciais e armamentistas e, até mesmo, desportivas, as Assembleias de Deus deram seu parecer político denunciando o “perigo vermelho”. O *Mensageiro da Paz* já estava completamente ambientado a ser portador de tais pautas. Além de artigos e editoriais, em praticamente todas as edições, no caderno *Informação*, noticiou-se os embates entre EUA e URSS ou mesmo ações individuais destes países, especialmente a respeito do desenvolvimento tecnológico.

No campo religioso, na coluna *Flagrantes Mundiais*, repercutia-se sistematicamente notícias de jornais estadunidenses acerca do “comunismo ateu”, da perseguição religiosa efetuada por Rússia e China aos cristãos, apontando para ações como o confisco de bíblias, fechamento de templos, prisão de líderes religiosos, sem contar acusações de que o comunismo efetuava lavagem cerebral nos povos, treinava os jovens para a radicalização, dentre outras atitudes.

Na tradição brasileira, o comunismo era observado como a expressão de tudo o que havia de negativo, danoso e perturbador à sociedade. O sucesso dos comunistas era identificado como verdadeira tragédia para a civilização ocidental, pois desestruturaria todo um sistema de valores, crenças e moralidade, fazendo emergir um estado de barbárie, que levaria, inexoravelmente, à perseguição política e religiosa. O comunismo foi erigido ao posto de adversário do cristianismo, defendendo divórcio, aborto e ateísmo, e, como consequência disso, teve sua imagem ligada ao pecado, à morte e ao demônio. Em outras palavras, o comunismo, na visão de seus opositores, era a materialização do mal absoluto (MOTTA, 2002; RODEGHERO, 1998).

Patto Sá Motta (2002, p.4), define os anticomunistas como “indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação. A base de sua atuação estaria centrada, portanto, numa atitude de recusa militante ao projeto comunista”. Dessa maneira, é notório que as Assembleias de Deus compõem os grupos anticomunistas brasileiros, como discutido pelos especialistas no tema. As provas disto são amplas e englobam missionários estrangeiros, pastores brasileiros e articulistas da imprensa assembleiana. Portanto, pode-se dizer que a Igreja, de modo geral, estava bastante

habituada aos assuntos abordados até aqui. Tanto o senso escatológico, orientado pelo Dispensacionalismo, quanto o anticomunismo, faziam parte da tradição das Assembleias de Deus. Por vezes, os dois assuntos eram apresentados em conjunto, sempre em tom crítico ao comunismo, como no texto escrito por Alcebíades Pereira Vasconcelos:

Para nós que cremos na verdade dispensacional, tudo indica-nos que o fim da atual dispensação – a da graça, se avizinha rapidamente de nós.

(...) No que concerne às nações, atualmente, quando o socialismo ateu domina sobre a metade da população humana e estende seus tentáculos subversivos a toda a humanidade, vemos nisto um terreno extremamente propício a “aparição do homem do pecado”, porque jamais houve, de acordo com a profecia de Daniel, outro regime mais propício ao seu domínio, do que o comunista.

Do mesmo modo que do lado político-social as nações e o comunismo internacional preparam o terreno para o advento do homem do pecado, no plano religioso, o sincretismo sob a alcunha do ecumenismo, prepara as religiões do universo para aquela aliança que será feita no devido tempo, conforme a profecia aludida.¹²¹

Termos recorrentes, como “socialismo ateu” e “tentáculos subversivos”, foram empregados por Alcebíades Vasconcelos para se referir ao comunismo. De acordo com Rodrigo Motta (2002), as representações efetuadas pelos anticomunistas seguiam um padrão que envolvia, principalmente, a demonização, a ameaça estrangeira, os agentes patológicos e o desafio à moral. Nos termos utilizados pelo pastor, é possível enxergar ao menos três destas. “Socialismo ateu”, expressa a demonização, pois a ideologia de viés marxista era contrária a Deus, negando a sua existência. Essa obra era inspirada pelo Diabo, o inimigo de Deus por excelência, e intentava afastar o ser humano de seu Criador. Em “tentáculos subversivos”, vê-se novamente a demonização, além da ameaça estrangeira e o desafio à moral. A associação ao demônio, se dava pela representação animalesca, já que o Diabo, na ótica cristã, era assemelhado a diversas criaturas, como bode, dragão e serpente. Na mesma linha, havia outros animais que emprestavam seus atributos, de maneira negativa ao comunismo, como abutres, gatos, lobos vestidos em pele de cordeiros, polvo, etc (RODEGHERO, 1998).

Ainda de acordo com Rodrigo Motta (2002):

¹²¹ VASCONCELOS, Alcebíades. É o fim à vista? *Mensageiro da Paz*, Ano 46, n.11, Rio de Janeiro, novembro de 1976, p.2.

No universo “zoológico” do imaginário anticomunista, as criaturas de presença mais frequente simbolizavam características atribuídas ao comunismo. (...) O polvo e a tarântula (também a aranha) representavam o projeto comunista de domínio universal: os tentáculos e a teia sugeriam onipresença, e o potencial de enredar as sociedades numa trama poderosa (MOTTA, 2002, p.77).

A elucidação do historiador explica com precisão a intenção de Alcebíades Vasconcelos ao falar acerca dos “tentáculos” estendidos sobre “toda a humanidade”. Representava o comunismo como um polvo, a fim de denunciar sua intenção de controlar todo o mundo. Consequentemente, há, então, a ligação com a “ameaça estrangeira”, a propagação por diversos países. “Tentáculos subversivos” falam também sobre o desafio à moral, pois, caracterizava a ideologia como contraventora da ordem estabelecida, logo, corrupta e corruptora.

Torna-se latente que a representação feita por Vasconcelos seguia o paradigma observado por Patto Sá Motta (2002). No caso em tela, porém, junto a ele, foi adicionado um discurso escatológico. Além de nomear abertamente a corrente dispensacionista, um de seus traços marcantes é explicitado: “tudo indica-nos que o fim da atual dispensação – a da graça, se avizinha rapidamente entre nós”. Alcebíades Vasconcelos apontou como o avanço do comunismo prenunciava o fim dos tempos: “vemos nisto em terreno extremamente propício a ‘aparição do homem do pecado’, porque jamais houve, de acordo com a profecia de Daniel, outro regime mais propício ao seu domínio, do que o comunista”. O “homem do pecado” mencionado pelo importante pastor, trata-se da figura escatológica do Anticristo, que na concepção assembleiana, será um homem que exercerá liderança política com destaque mundial, governando em união com o Diabo. Ou seja, segundo Vasconcelos, o Anticristo, o indivíduo ligado a Satanás, teria seu caminho aberto e preparado pelo comunismo. O elemento da demonização está presente, mas de maneira diversa à abordada por Rodrigo Motta (2002).

Vale um último adendo, aproveitando o parágrafo final do texto de A. Vasconcelos; tudo o que se apresentava como “comum”, significando “amplo”, “o mesmo”, “único”, “compartilhado”, no plano político, econômico e religioso, era representado pelos assembleianos, como uma preparação para a aparição dos personagens escatológicos malignos. Nesse sentido, a Internacional Comunista, com governo único derivado em todo o mundo, o Mercado Comum Europeu, com a adoção do euro como moeda partilhada, o Movimento Ecumênico, o Conselho Mundial de Igrejas, que defendiam a

união das diferentes tradições cristãs, dentre as quais o catolicismo romano, nunca eram bem quistos. Em alguns casos, como A Frente Comunista Internacional e o Ecumenismo, a rejeição e as críticas iam ao extremo.

Ao tornar-se responsável pelo conteúdo do *Mensageiro da Paz*, Abraão de Almeida reorganizou a linha editorial do jornal, dando mais vazão aos textos que versavam sobre a doutrina dos últimos dias, envolvendo, preferencialmente, duas redes de eventos: a batalha escatológica de Gogue, da terra de Magogue, contra Israel, e o Arrebatamento da Igreja, seguido pela Grande Tribulação. Diversos articulistas, como o próprio Diretor de Publicações, se concentraram nos dois temas, interpretando-os e ressignificando-os com alta carga de anticomunismo, por isso, especialmente o conflito entre “Gogue” e Israel, será objeto de atenção cuidadosa nesta seção.

O missionário Eurico Bergstén, em sua série de estudos bíblicos sobre escatologia, intitulada “Sinais dos Tempos”, abordou em um dos subtópicos, a “aliança entre a Rússia e seus aliados”, da seguinte forma:

Temos em Ez 38 uma notável profecia acerca de Gogue, da terra de Magogue, e da aliança que ele fará com muitos povos, v.6. A maioria dos intérpretes da Bíblia concordam que esta passagem refere-se à Rússia e seus aliados. Portanto, trata-se de mais uma profecia que se cumpre. Ninguém mais ousa subestimar o poderio deste bloco de nações.¹²²

Escrevendo no contexto da Guerra Fria, Eurico Bergstén considerou a Rússia, líder da URSS e símbolo do comunismo mundial, como a Gogue vaticinada pelo profeta Ezequiel. Em outra ocasião, o missionário finlandês também escreveu que: “Temos a aliança dos países do norte, onde governará o príncipe de Gogue e Magogue, Ez 38.2. As palavras **Meseque e Tubal** são nomes que se referem à Rússia, com a qual muitas nações estão em aliança, Ez 38.5,7,9,22” (grifos do autor).¹²³ Eurico Bergstén não foi o único a esposar a ideia, antes, havia consenso entre as lideranças assembleianas, de que a Rússia soviética correspondia às características imputadas a Gogue, tais como, os nomes atribuídos, e o fato de possuir aliados do norte que formavam um poderoso bloco de nações.

¹²² BERGSTÉN, Eurico. A situação política entre as nações – um importante sinal. *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.1104, Rio de Janeiro, maio de 1979, p.12.

¹²³ BERGSTÉN, Eurico. A Grande Tribulação. *Mensageiro da Paz*, Ano 50, n.1114, Rio de Janeiro, fevereiro de 1980, p.12.

Antônio Gilberto, respeitado teólogo na história das Assembleias de Deus no Brasil, também articulou comunismo, Rússia, Israel e fim dos tempos em seus escritos no *Mensageiro da Paz*:

Haverá uma guerra de curta duração na primeira metade da Grande Tribulação, após o arrebatamento da Igreja, quando o comunismo será derrotado. As guerras decisivas serão de curta duração, mas não significa dizer que serão menos sangrentas e destruidoras do que as de longa duração que já registraram. **Israel será invadido pela Rússia**, Ez 38.15-18; Jl 2.1-11.

a. Época da invasão: Nos últimos dias da atual dispensação, Ez 38.8,16.

b. O invasor em detalhes: A Rússia poderosa nação do “Norte” (isto é, ao norte de Israel), será ajudada, nessa invasão, por nações européias, asiáticas e africanas, Ez 38.5,6; Dn 11.40,43. O termo “etíopes” em Daniel 11.43 não se refere somente à moderna Etiópia, mas também a outros povos africanos oriundos dos primitivos etíopes bíblicos, que foi um poderoso reino.

(...) *e. Deus destruirá o invasor.* Deus intervirá, porque Israel é sua possessão, Ez 38,16; Gn 17.7,8. A derrota do invasor será sobrenatural, isto é, por intervenção divina, e no território de Israel, Ez 39,4. A destruição ocorrerá por uma das seguintes hipóteses: explosão nuclear (Ez 38.19,20; 39.6); rebelião entre as tropas atacantes (Ez 38.21); flagelos sobrenaturais sobre o inimigo (Ez 38.22); morticínio incalculável, Ez 39.11. Serão tantos mortos que Israel levará sete meses para sepultá-los, Ez 39.12; Sl 2 (grifos do autor).¹²⁴

Assim como os teólogos aqui elencados, o próprio Abraão de Almeida abordou o alto senso escatológico e o anticomunismo, elementos inseridos no tempo da longa duração assembleiana, impreterivelmente juntos e de forma sistemática. Desse modo, os dois temas que já apareciam no periódico ao longo dos anos, ganharam contornos especiais, tanto pela preferência pessoal de Almeida, quanto pelo contexto em que se vivia, de Guerra Fria no sentido global, e de Ditadura Militar, que possuía um discurso de combate ao comunismo, no Brasil.

Seguindo um viés religioso, Abraão de Almeida explorou a ideia de que o comunismo, ideologia que provinha de Satanás, se opunha a Deus. O plano maligno era visto concretamente de muitas formas, dentre elas, o projeto da Rússia, antro do comunismo mundial, de destruir a Israel, a nação eleita para o cumprimento dos desígnios divinos.

¹²⁴ GILBERTO, Antônio. O futuro do comunismo à luz das profecias. *Mensageiro da Paz*, Ano 51, n.1135, Rio de Janeiro, novembro de 1981, p.5.

(...) As contradições da URSS nos levam à conclusão de que os pronunciamentos de seus representantes fizeram parte de uma frustrada estratégia destinada a favorecer o expansionismo vermelho na Palestina, via Israel, uma vez que o anti-semitismo está nas próprias raízes do comunismo. Os exemplos estão hoje em várias partes do mundo.

(...) Na União Soviética, em virtude de suas origens sócio-econômicas e de variar de uma região para outra, o anti-semitismo possui sérias implicações políticas. Segundo escreveu Otto Heilig, a violenta campanha anti-sionista e anti-israelense em andamento na URSS está sendo dirigida por elementos anti-semitas, e a propaganda anti-judaica já aparece na literatura publicada por editoras oficiais comunistas com uma certa semelhança com a campanha contra o cristianismo. Os comunistas freqüentemente usam os ensinamentos de Jesus – ‘um rebelde judeu’ – para denegrir seu próprio povo – os judeus.¹²⁵

No editorial disposto acima, Abraão de Almeida expressou de forma clara sua crença a respeito da relação entre os povos em questão. Tratando do posicionamento russo pró Israel, no contexto da criação do Estado judaico em 1947, as palavras do Diretor de Publicações significam que o posicionamento obedecia a um plano que visava beneficiar a própria Rússia, ao expandir sua zona de influência para o Oriente Médio via Israel, “uma vez que o anti-semitismo está nas próprias raízes do comunismo”, ideia que foi reforçada no parágrafo posterior, declarando que havia “violenta campanha anti-sionista e anti-israelense em andamento na URSS”.

No editorial da edição de julho de 1982 do *Mensageiro da Paz*, Abraão de Almeida voltou a atacar a URSS nos mesmos termos, afirmando que “da ambição russa ninguém mais duvida”, e que a “invasão predatória soviética”, por meio de Israel, visava explorar as riquezas incalculáveis da região da Palestina, num movimento de expansão interessado em “dominar o mundo”, ampliando sua influência por América Central, Ásia e África.

Através do livro **Israel, Gogue e o Anticristo** (do qual foram distribuídos perto de 70 mil cópias nos últimos três anos), e deste periódico, temos mostrado que a URSS planeja ocupar todo o estratégico Oriente Médio. E da ambição russa ninguém mais duvida. (...) A exaltada posição de Israel no meio das nações, o canal de Suez, os campos petrolíferos da Mesopotâmia e a incrível riqueza do Mar Morto fazem da Palestina o cerne crítico da Terra e constituem o principal

¹²⁵ EDITORIAL. O anti-sionismo vermelho. *Mensageiro da Paz*, Ano 54, n.1164, Rio de Janeiro, abril de 1984, p.3. Este editorial foi publicado por Abraão de Almeida, pela primeira vez, no ano anterior, sob o título “Anti-semitismo na URSS”, na edição de maio de 1983.

motivo da invasão predatória soviética, tão necessitada de posições importantes para dominar o mundo, e do petróleo árabe para alimentar sua gigantesca máquina de guerra.

Buscando uma reconciliação com a China, expandindo-se rapidamente na América Central, na África e na Ásia, destacando-se, neste último continente, a Índia, onde os comunistas já governam em três estados e se preparam para emergir como formidável força política nas eleições de (1985), o regime ateu do Kremlin, premido por suas dificuldades econômicas, envolve-se cada vez mais no Golfo Pérsico, do qual já não está literalmente muito longe depois da ocupação militar do Afeganistão (grifos do autor).¹²⁶

Há, ainda, outro destaque a ser feito; no início do texto, Almeida afirmou que vinha demonstrando o projeto soviético de ocupar todo o Oriente Médio através de dois veículos, o jornal *Mensagem da Paz* e o livro de sua autoria, “Israel, Gogue e o Anticristo”, publicado pela CPAD. A obra lançada em 1978, foi um sucesso editorial, amplamente divulgado no *Mensagem da Paz*, antes mesmo de Abraão assumir cargo de chefia. Seguindo a escatologia dispensacionista, Almeida expressa uma visão teleológica da história, ou seja, a trajetória das sociedades humanas possui um início e caminha irrevogavelmente para um fim determinado e já estabelecido. Desse modo, o autor traça um panorama histórico das relações entre Rússia e Israel e aponta qual será o desfecho para as duas nações no plano divino. A narrativa é permeada dos característicos anticomunismo e ufanismo judaico, propagando uma imagem negativa da Rússia e exaltando as riquezas e bravura de Israel, utilizando termos referentes às esferas humana e sagrada.

Abraão de Almeida (1999, p.91-92) reitera a posição defendida no *Mensagem da Paz*, afirmando que “as fabulosas riquezas da Palestina têm despertado, há muito, a cobiça dos russos, e explica todo o seu interesse pela criação de Israel”, e chegará o momento em que “(...) a Rússia [vai] deixar cair a máscara que ainda agora ostenta e invadir a Palestina”, ou seja, denuncia a falsidade da Rússia, reforçando a tese de que o país era ganancioso e agia enganosamente, buscando tirar proveito para si próprio na região da Palestina, pois, “Somente a fortuna do mar Morto foi considerada superior ao valor de todo o ouro já extraído das entranhas da terra, e também foi avaliada como sendo superior

¹²⁶ EDITORIAL. A URSS e o Golfo Pérsico. *Mensagem da Paz*, Ano 52, n.1143, Rio de Janeiro, julho de 1982, p.3.

a toda a riqueza reunida na Inglaterra, dos Estados Unidos, da França, da Alemanha e da Itália!” (ALMEIDA, 1999, p.93).

A dimensão escatológica da questão, parte, principalmente, dos capítulos 38 e 39 do livro do profeta Ezequiel. A seguir, os textos bíblicos como forma de identificar os usos feitos, tomando-o como base:

Filho do homem, dirige o rosto contra Gogue, terra de Magogue, príncipe e chefe de Meseque e Tubal, e profetiza contra ele. E diz: Assim diz o Senhor Jeová: Eis que eu sou contra ti, ó Gogue, príncipe e chefe de Meseque e Tubal. E te farei voltar, e porei anzóis nos teus queixos, e te levarei a ti, com todo o teu exército, cavalos e cavaleiros, todos vestidos bizarramente, congregação grande, com escudo e rodela, manejando todos a espada; persas, etíopes e os de Pute com eles, todos com escudo e capacete; Gômer e todas as suas tropas, muitos povos contigo (Ez 38.2-6).

De acordo com Abraão de Almeida (1999), “Gogue” significa “trevas”; “Magogue”, deriva da contração de “Mātu”, “terra” ou “região”, somada ao termo Gogue, portanto, Magogue seria a “terra das trevas”. Arrazoando porque o nome Gogue cabe à Rússia, o autor diz que “É fato incontestável que em nenhum país do mundo tenha havido tanta treva espiritual como na Rússia” (ALMEIDA, 1999, p.82), por conta do martírio de cristãos de diversas tradições naquele país. No imaginário anticomunista de viés religioso, a dicotomia luz x trevas foi bastante utilizada, antagonizando os seguidores da religião cristã e aqueles que são guiados por forças malignas, respectivamente (PATTO, 2002; RODEGHERO, 1998). A constatação de Almeida de que Gogue seria, então, o símbolo para expressão “cabeça” ou “imperador” de todos os russos, e Magogue expressa o seu território, contribui para a associação entre a Rússia e o Diabo.

A despeito da expressão simbólica conferida à Rússia, segundo o autor, os nomes “Meseque” e “Tubal”, se referem diretamente às antigas capitais do império russo. Por exemplo, a sede governamental da Sibéria, ou capital asiática é Tubal ou Tobolsk, enquanto, Meseque, a capital europeia passou a ser chamada de Moscou. Além de citar teólogos que defendiam as mesmas teses, o Diretor de Publicações, afirmando estar apoiado em descobertas arqueológicas e nos escritos de Flávio Josefo, chegou à conclusão de que Gômer se tratava dos povos que viviam atrás da Cortina de Ferro da Europa Ocidental, incluindo a Alemanha Oriental, Leste da Alemanha, a Polônia e os países eslavos (ALMEIDA, 1999).

Ademais:

Etiópia e Cuxe são nações da África Negra, onde a influência russa tem sido muito acentuada. Líbia ou Pute são as nações árabes do Norte da África, cuja inclinação ideológica tem sido cada vez mais hostil a Israel. Gômer e todas as tropas, os países da ex-cortina de ferro; Togarma e seu bando, a Rússia Meridional e os cossacos (ALMEIDA, 1999, p.87).

Dentre os povos aliados de Gogue listados no texto bíblico, há a menção dos persas. Apesar de o Império Persa ter abarcado, ao longo dos tempos, o que atualmente são diversos países, como Uzbequistão, Turcomenistão, Afeganistão, Turquia, Paquistão e Iraque, guarda laços históricos íntimos com o Irã, nação que até o século passado era conhecida por esse nome. Em 1979, ocorreu a Revolução Iraniana, que trouxe uma série de transformações para aquele país, como o seu regime político. Abraão de Almeida esteve atento às mudanças sociopolíticas ocorridas naquele local, interpretando-as como mais um “sinal dos tempos”, e concretização dos planos bíblicos. Assim escreveu no *Mensageiro da Paz*:

Ocupando uma área de 1.621.900 km², a Pérsia teve o seu nome mudado em 1935 para Irã, ou Governo Imperial do Irã. (...) Possuindo extensa fronteira com a União Soviética, o Irã foi ocupado pelos russos em 1945, que organizaram, no norte do país, duas Repúblicas do Povo e depois recusaram a evacuar suas tropas. (...) Sabendo que nenhum outro Estado petrolífero do Golfo pode rivalizar com seu país em desenvolvimento e poderio militar, os persas têm demonstrado interesses e ambições cada vez mais amplos. Isso os levará a unir-se aos russos na invasão da Terra Santa, integrando o bando de Gogue para tomar os despojos de Israel. Assim, o a atual Irã é também uma árvore que está a brotar, mostrando que o verão se aproxima.

(...) A União Soviética, primeira nação a reconhecer o novo Governo do Irã e a congratular-se com ele, não escondeu sua alegria pela desintegração do sistema monárquico daquele país. Comparou a revolução chiita aos movimentos socialistas da Etiópia, Angola, Moçambique e Afeganistão, países onde a influência do Kremlin tem sido cada vez maior. Otimista, o Pravda, órgão oficial do comunismo soviético, afirmou que o campo socialista avançou rapidamente em nova etapa de seu desenvolvimento. (...) A euforia demonstrada pelos soviéticos, ao alegarem que a antiga Pérsia está agora caminhando para o socialismo, atesta a infalibilidade da Palavra de Deus.¹²⁷

¹²⁷ EDITORIAL. O Irã à luz da Bíblia. *Mensageiro da Paz*, Ano 49, n.1104, Rio de Janeiro, abril de 1979, p.2.

A partir do excerto, é possível notar o esforço em representar o Irã como a Pérsia, atrelando-o à URSS e, assim, comprovar sua teoria. Por isso, além de elucidar que o Irã já se chamou Pérsia no passado, em outros trechos, refere-se aos iranianos como persas no presente, reforçando sua representação. Abraão de Almeida destacou a proximidade geográfica e, depois da revolução, ideológica com os comunistas russos, que, por sua vez, celebraram a mudança de regime político no país árabe, sendo a “primeira nação a reconhecer o novo Governo do Irã”. Outra semelhança entre os dois povos, é a representação destes com algo de imperialismo, pois, assim como dito diversas vezes a respeito da Rússia, “os persas têm demonstrado interesses e ambições cada vez mais amplos”.

Por meio de tal narrativa, chegou-se a três constatações que reforçaram a ideia preconcebida: primeiro, que “Isso os levará a unir-se aos russos na invasão da Terra Santa, integrando o bando de Gogue para tomar os despojos de Israel”, ou seja, os iranianos são os persas da narrativa bíblica e irão aliar-se à Gogue/Rússia na invasão ao território judaico; segundo, por haver a crença de que o episódio ocorrerá somente após o início da Grande Tribulação, conseqüentemente, “O Irã é também uma árvore que está a brotar, mostrando que o verão se aproxima”, em outras palavras, foi utilizada uma metáfora para corroborar com a ideia de que o Arrebatamento da Igreja estava próximo, e de que a Revolução Iraniana era mais um dos sinais; por fim, “A euforia demonstrada pelos soviéticos, ao alegarem que a antiga Pérsia está agora caminhando para o socialismo, atesta a infalibilidade da Palavra de Deus”, logo, a profecia proferida centenas de anos antes por Ezequiel, mesmo quando não existia a concepção de comunismo, era verdadeira e, com efeito, se referia à Rússia e aos países sob sua influência.

O resultado de todo o enredo que ocorreria no período tribulacional já era anunciado de antemão:

A batalha do gigante Gogue contra o pequeno Israel será das mais terríveis que se possa imaginar, e não terá similar na história do mundo. Será travada com violência nos mares (“tremerão [...] os peixes do mar”); o conflito aéreo será horripilante (“tremerão [...] as aves do céu”), e os combates em terra serão estarrecedores (“tremerão [...] todos os répteis que se arrastam sobre a terra”). Mas a vitória penderá em favor dos judeus, pelas próprias convulsões da natureza sob intervenção divina (ALMEIDA, 1999, p.116).

De acordo com Abraão de Almeida (1999, p.96), a tentativa de invasão da Rússia e seus aliados a Israel, ou, Gogue e seu bando, conforme os escritos do profeta Ezequiel, será frustrada por interferência direta de Deus, e “será essa a última e a maior aventura dos estadistas russos”. Citando o texto bíblico, o autor descreve a magnitude do conflito, com efeitos no céu, em solo firme e no mar, além de apontar para as “convulsões da natureza”, que levarão à vitória dos judeus, de modo sobrenatural, contra seus inimigos. Sintetizando, os russos “alimentam esse diabólico propósito há muitos anos, pois já provaram, em mais de uma ocasião, suas intenções expansionistas” (ALMEIDA, 1999, p.96), porém, quando da batalha, serão derrotados de maneira extraordinária, pois o próprio Deus intervirá contra o bloco comunista.

Os elementos manuseados por Abraão de Almeida conferiam ao que, abstratamente, chamou-se de “comunismo”, corporificado na Rússia e em outros países, a posição de inimigo de Deus. Não é difícil perceber o impacto que essa narrativa tinha sobre os membros das Assembleias de Deus. O emprego dos termos “diabólico”, “trevas”, ou a afirmação peremptória de que a “maioria absoluta dos estudiosos da Bíblia afirma que Gogue é a Rússia, por ser este o único país que possui todas as características exigidas pela profecia bíblica” (ALMEIDA, 1999, p.94) atingiam diretamente o imaginário dos assembleianos, de modo a reforçar o ideal anticomunista.

Roger Chartier (1990), afirma que as representações coletivas:

(...) incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; e por outro lado, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e estabilidade desta identidade assim afirmada (...) as propriedades objetivas fruto dessas representações são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida (ou negada) (CHARTIER, 1990, p.11).

Pensando o conceito de *representação* a partir da perspectiva de Chartier (1990), como uma espécie de jogo, em que a maneira como as representações são colocadas influenciam na percepção da realidade, ao mesmo tempo em que são afetadas por ela, é possível apreender, em alguma medida, como os assembleianos capturavam o real e agiam sobre o mundo. Nesse sentido, a partir do momento em que determinadas ideias eram recorrentemente publicadas, que os atos discursivos, a exemplo do que fizera Abraão de

Almeida, circulavam, eram acessados e incorporados pelos fiéis, havia uma forte coligação com o alto senso escatológico presente na mentalidade pentecostal, gerando grande mobilização deste público. Ou seja, a questão escatológica era iminente e, praticamente, regulava a forma como os fatos e acontecimentos eram interpretados, e impactava na forma como se comportavam no mundo. Durante todo o período da Ditadura Militar – e antes –, nunca houve um elogio sequer a respeito do comunismo, nunca foi divulgado um artigo ou mesmo comentário dos leitores que divergisse do ideal anticomunista, pelo contrário, a crítica à ideologia marxista e aos países que a adotavam era perene e generalizada.

No ensejo de conscientizar seus irmãos de fé da proximidade dos eventos escatológicos, os assembleianos criavam ou reverberavam diversas teorias especulativas. A cosmovisão assembleiana, a concepção de mundo em que acreditava-se que o tempo se aproximava do fim, era confirmada pelos indicativos visíveis, os “sinais dos tempos”. Esse imaginário, fazia com que os assembleianos compreendessem a realidade à sua volta como afirmadora de suas concepções, ou seja, os fatos eram interpretados de modo a fortalecer às ideias já preconcebidas. A moldura estava pronta, bastando apenas encaixar os acontecimentos como peças que a completasse. Este era um movimento em que ação e representação se retroalimentavam. Os fatos fortaleciam a representação, que geravam ações concretas e endossavam a representação que se tinha da realidade.

A narrativa apresentada por Abraão de Almeida exemplifica como as representações afetavam e eram afetadas pela realidade. Em resumo, os assembleianos acreditavam que Gogue era a Rússia, embasando sua tese em localização geográfica, etimologia e outros caracteres, como possuir regime comunista, antagônico ao cristianismo. Ou seja, era preciso manipular uma série de elementos a fim de efetuar tal associação. De acordo com o relato bíblico, Gogue contaria com a ajuda da Pérsia na invasão à Israel. Assim, com a mudança de regime no Irã, definido na modernidade como a Pérsia descrita nos tempos bíblicos, há uma prova cabal dos cumprimentos proféticos, demonstração incontestável de que a teoria estava certa. Se a teoria é correta, ela o é por inteiro. Portanto, toda a rede de eventos e associações eram aceitas, logo, não se duvidava dos ensinamentos compartilhados, tais como o comunismo ser diabólico e o arrebatamento estar muito próximo, o que exigia ações concretas dos crentes pentecostais, dentre elas, se opor ferrenhamente à ideologia marxista.

Deste modo, pode-se concluir que as Assembleias de Deus contribuíam com o imaginário anticomunista, para além das representações mais comuns, discutidas por Rodrigo Patto Sá Motta (2002) e Carla Simone Rodeghero (1998). A Igreja concordava com a construção feita pelos dois autores, mas oferecia uma dimensão escatológica ao comunismo ou seja, conferindo uma nova faceta na rejeição àquela ideologia. O tema já era abordado no *Mensageiro da Paz* antes da direção de Abraão de Almeida, mas, com ele, foi sistematizado. Por inferência lógica, é possível afirmar que a versão do comunismo propagada pelas Assembleias de Deus reforçava seus fiéis a apoiarem a Ditadura Militar, pois, os militares eram representados como o grupo de combate incansável ao comunismo e aos comunistas no Brasil – ou o que se representava destes.

4.2 – “O MINISTRO DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS E A ATIVIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA”

Já foi discutida a importância de Joanyr de Oliveira, enquanto ocupou o cargo de Diretor de Publicações, para o projeto de consolidar as Assembleias de Deus na cena política nacional. No período em que a função de chefia foi desempenhada por Abraão de Almeida, e que este demonstrou maior preocupação com as questões escatológicas, Joanyr não se ausentou das páginas do *Mensageiro da Paz*, pelo contrário, manteve coluna mensal no jornal, durante a década de 1980. Sua postura permaneceu a mesma, continuou tratando de assuntos voltados ao campo político, arrogando à sua denominação, devido ao quantitativo de membros, o local prestigioso que outrora fora da Igreja Católica, mas que o havia perdido devido ao desgaste com o Regime Militar.

Como prova disto, estive uma manifestação contra a legalização do aborto em 1980, tema que estava sendo debatido naquele contexto e que contou com a rejeição veemente das Assembleias de Deus, mas também de outros segmentos, como a própria Igreja Católica. Assim escreveu Oliveira:

Agora, a voz da Igreja Católica já não sensibiliza o Governo (que poderia influir na rejeição da proposição em tela), sobretudo porque Clero e Planalto experimentaram uma das mais agudas crises em seu relacionamento, como é público e notório. Por isso, principalmente, é a hora e a vez de as igrejas evangélicas se pronunciarem.

Há, ainda, outro aspecto a considerar. As Assembléias de Deus (que reúnem, aproximadamente, 60% dos evangélicos brasileiros), compreendem 5% da população do País. Constituem, assim, considerável força, que pode pesar decisivamente, quando dirigida no mesmo sentido.¹²⁸

A construção narrativa das Assembleias de Deus, por meio do *Mensageiro da Paz*, desde a direção de João Pereira de Andrade e Silva, apontava para esse rumo. Sequer seria necessário fazer análise mais detida do texto para compreender o seu propósito, tamanha clareza das palavras. A ideia de poder “substituir” a Igreja Católica foi cultivada e propagada durante vários anos, e aquela foi a primeira ocasião em que o desejo foi expresso tão abertamente. Joanyr de Oliveira sintetizou de forma inequívoca o programa assembleiano: mudar o polo da influência religiosa sobre a sociedade brasileira, deixando de ser a Igreja Católica, que “já não sensibiliza o Governo, (...) sobretudo porque Clero e Planalto experimentam uma das mais agudas crises em seu relacionamento, como é público e notório”. Assim, era chegada “a hora e a vez de as igrejas evangélicas se pronunciarem”, contudo, fica claro quem deveria liderar o movimento: as “Assembléias de Deus (que reúnem, aproximadamente, 60% dos evangélicos brasileiros), [que] compreendem 5% da população do país”, e “Constituem, assim, considerável força, que pode pesar decisivamente, quando dirigida no mesmo sentido”.

Esse foi um dos principais motivos que levaram dirigentes das Assembleias de Deus a denunciarem: “Liberdade religiosa ameaçada no Brasil”. A frase foi título do artigo escrito por Gustavo Kessler, pastor e redator do *Mensageiro da Paz*, publicado em dois momentos no periódico, em setembro de 1980 e em novembro de 1982.

(...) Mas ficamos estarrecidíssimo (sic) quando soubemos que o Plenário transformara em lei essa abominável proposição, sem que nenhuma voz se levantasse para, veementemente, protestar contra esse atentado à liberdade de pensar! Senhores deputados da Maioria, onde está o vosso amor à democracia, que tanto pretendeis ter arraigado à alma?! Onde, senhores deputados da Maioria?! Senhores deputados da Oposição, onde está o vosso ardor, tantas vezes alardeado, para defender o sagrado direito do pensamento livre, da ação livre dentro da Lei e, principalmente o sacratíssimo direito da liberdade do pensamento religioso, e da ação religiosa livre, que são dons divinos?! Onde, senhores deputados de Oposição?!

¹²⁸ OLIVEIRA, Joanyr de. Legalização do aborto. *Mensageiro da Paz*, Ano 51, n.1127, Rio de Janeiro, março de 1981, p.7.

(...) Senhores deputados evangélicos, senhores deputados espíritas, senhores deputados umbandistas, senhores deputados de muitas outras religiões existentes nesta Pátria! que (sic) fizestes para impedir que a nossa Câmara, eleita por todos e que a todos representa, sofresse humilhação de aprovar essa disformidade que nos deprimiria a todos, obrigando-os a prestar culto àquilo que lhes ensinamos não ser a verdade?!¹²⁹

A crítica incisiva era direcionada à Lei que instituíra o feriado nacional no dia 12 de outubro, em homenagem à Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil. A celeuma criada, se deu, em boa parte, pois o artigo 2º previa que o MEC promovesse festividades em todos os estabelecimentos de ensino, de todos os graus. O Senado Federal suprimiu tal trecho da Lei, e recebeu os cumprimentos, na mesma edição do periódico assembleiano: “Mas a nossa homenagem, a nossa mais profunda gratidão ao Senado da República, essa vigilante, culta, e democrática Câmara Alta que teve a sabedoria de eliminar da triste lei o famigerado artigo 2º e seu parágrafo único”.¹³⁰ Por certo, havia o temor de que a Igreja Católica voltasse a ser religião oficial do Estado: “Sabei, povo do Brasil! Sabei, Parlamento do Brasil: Ainda vigora neste País a separação entre a Igreja (qualquer que seja ela) e o Estado”¹³¹, por isso, forçoso era repudiar publicamente a lei que apresentava um risco aos planos das Assembleias de Deus.

Se no fim da década de 1970, a saída frente a uma lei que contrariava os assembleianos – do Divórcio –, foi o pedido de silêncio, quando não, moderação nas críticas, ressaltando o dever de obediência às autoridades e às leis nacionais, por temer uma ruptura com a Ditadura Militar, nesse momento, com o enfraquecimento do Regime e o receio de nova ascensão católica, justamente nos anos que compreendem o período de passagem para a Nova República, que poderia resultar em reaproximação com o Estado, era necessário se expor, se pronunciar com veemência, a fim de se notabilizar demarcando sua posição.

Diante da ameaça de perda de prestígio, a palavra direcionada aos deputados apelou às noções de “liberdade” e “democracia”, temas, se pensados na íntegra, pouco caros aos assembleianos durante a Ditadura Militar. No cenário que se apresentava, foi percebido que “fazer barulho” em seu jornal, apesar de significativo, já não seria o bastante. Desse modo, reforçou-se a ideia de que o projeto assembleiano de ocupar posição política

¹²⁹ KESSLER, Gustavo. Liberdade religiosa ameaçada no Brasil. *Mensagem da Paz*, Ano 50, n.1121, Rio de Janeiro, setembro de 1980, p.6.

¹³⁰ Ibid.

¹³¹ Ibid.

destacada, como denominação religiosa, passava por eleger representantes próprios para as Casas de Lei do país.

Assim, em 2 de maio de 1980, sob a presidência de Joanyr de Oliveira, a Comissão de Temário da CGADB, definiu como um dos itens a serem debatidos na Convenção Nacional seguinte, o “Ministro das Assembleias de Deus e a atividade político-partidária”.¹³² As sessões convencionais da 25ª CGADB, ocorridas em Belo Horizonte (MG), dos dias 18 a 23 de janeiro de 1981, prosseguiram o debate acerca do divórcio, e definiram a militância da Igreja contra a “Lei do Aborto”.

Silas Daniel, no livro oficial da denominação “*História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil*” (2004), informa a respeito de outros dois pontos de discussão na Convenção Geral ocorrida em 1981, que merecem destaque. Um deles, a transição de regimes, da Ditadura Militar para a Nova República:

No dia 21, pela manhã, foi aprovada a realização do Dia Nacional de Jejum e Oração, “em favor das autoridades e do povo brasileiro”. Os convencionais resolveram promover esse propósito de oração porque o Brasil estava começando a atravessar uma transição de regimes, da ditadura para a democracia, e todos queriam que ela ocorresse de forma tranquila, sem percalços (DANIEL, 2004, p.475/476).

O outro, a definição sobre candidaturas de ministros das Assembleias de Deus:

Sobre a questão do pastor e a política, falaram os pastores José Gomes, Estevam Ângelo de Souza, Antônio Rosa da Silva, Satiro Loureiro, Osmar Juvenal da Silva, João Teixeira, José dos Santos e João Pereira de Andrade e Silva. Em seguida, foi aprovada a proposta do pastor Gilberto Gonçalves Malafaia, que é a que se segue.

O pastor, seja ele titular ou não de uma igreja, que deseja exercer política partidária, aspirando a cargos eletivos, será compelido a licenciar-se das atividades pastorais. A medida é extensiva aos evangelistas (DANIEL, 2004, p.477).

No momento em questão, decidiu-se pelo afastamento dos ministros das Assembleias de Deus de suas funções, caso se candidatassem a cargos eletivos – condição que atualmente já não vigora na referida Igreja. A medida deve ser encarada mais como uma adequação

¹³² Reúne-se a Comissão de Temário da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil. *Mensageiro da Paz*, Ano 50, n.1118, Rio de Janeiro, junho de 1980, p.5.

ao novo cenário do que uma espécie de punição aos pastores e evangelistas que lançassem candidatura política. Traçando um paralelo com o tema do divórcio, contemporâneo a esse, pode-se chegar à tal conclusão. Em primeiro lugar, cabe lembrar que o ministro só poderia se divorciar, caso fosse comprovada a traição de sua esposa e que não poderia contrair novas núpcias sob nenhuma hipótese, a menos que a primeira esposa tivesse falecido, perdendo sua credencial ministerial caso o fizesse com ela em vida. Por outro lado, o ministro que desejasse candidatar-se nas eleições políticas, continuaria possuindo o título e pertencendo ativamente ao rol de membros da Igreja, estando, apenas, com o exercício da função em suspenso, podendo regressar normalmente à atividade religiosa ao fim do mandato político.

É perceptível que, naquele momento histórico, estava cada vez mais próxima a consolidação do projeto político das Assembleias de Deus. A participação em pleitos eleitorais, que já havia sido motivo de repúdio generalizado por liderança e membresia, converteu-se em possibilidade até para pastores, algo impensável duas décadas antes. É impossível não fazer menção da atuação de Joanyr de Oliveira, inclusive, não seria absurdo pensar que o tópico foi proposto por ele, para a Convenção, tendo em vista que era o presidente da Comissão de Temas. Entretanto, como já ressaltado em diversas ocasiões, por conta da pluralidade da Igreja, com milhões de membros e fragmentada em diversos Ministérios, havia, ainda, aqueles que discordavam da nova postura que era flagrante a todos, defendendo o absenteísmo político característico da tradição escatológica.

A respeito da politização dos dados, circulou no *Mensageiro da Paz* de agosto de 1979: “Estatísticas e números não devem ser o nosso ponto forte. O nosso ponto forte deve ser a vida de oração. A Assembléia de Deus deve ser reconhecida como a Igreja que jejua e expelle demônios, e não meramente a Igreja dos intelectuais”.¹³³

Além desse, houve outro texto de confrontação direta:

“(...) Agora já não temos a esperança de um futuro longínquo, em vista da proximidade do arrebatamento, mas o perigo está em que alguns se percam por causa da política e da teologia que excedem à revelação de Deus, as quais já penetraram no ambiente evangélico. (...) Admitimos que a política seja uma coisa necessária e honesta em si mesma, quanto qualquer outro trabalho lícito, mas para o evangélico cristão está entre os supérfluos. Haverá momentos em

¹³³ Nossa tarefa. *Mensageiro da Paz*, Ano, 49, n.1108, Rio de Janeiro, agosto de 1979, p.5.

que uma decisão terá de ser tomada, e o parlamentar será forçado a escolher entre prejudicar a carreira política ou a evangélica.

(...) Somos do seguinte parecer: a política deve ser evitada pela Igreja, isto é, a participação ativa na política, porque trará permutas de honrarias e, conseqüentemente, arrogância. Isso está diante de nossos olhos, não o podemos negar.¹³⁴

Como pode ser observado, os autores dos textos supracitados foram na contramão do projeto das Assembleias de Deus, mas, ainda assim, tiveram suas opiniões registradas. Isto se deveu à acomodação das visões; por agregar ideias distintas, por vezes contrapostas, a acomodação tende a gerar contradições e ambiguidades, como é o presente caso, todavia, silenciar as vozes contrárias, poderia resultar em perda de apoio interno, assim, era necessário conciliar a progressão política em curso com a parcela de membros que se contrapunha.

A partir da segunda metade da década de 1970, é incontestável a preponderância de Joanyr de Oliveira na articulação do programa político assembleiano, como também é, a resistência e críticas que teve de enfrentar. Contudo, o pastor e poeta não se acanhou, tampouco, limitou-se à apologia do eleitoral, tratando do político nas Assembleias de Deus, de forma ampla. Na coluna que levava seu nome, Oliveira abordou, por exemplo, “As Assembléias, de outro ângulo”,¹³⁵ em que repercutiu notícias do “boletim interdenominacional ‘Aconteceu no mundo evangélico’”.¹³⁶ O informativo versou acerca de alguns temas da denominação pentecostal, dando destaque à sua institucionalização:

(...) Na primeira observa: “A AD é um movimento que se institucionaliza. Haja vista a pauta desta última Convenção Geral... ...preocupação em definir rumos e metas, além de racionalização administrativa. Coisas que não são tão evidentes em um movimento.” Na segunda nota, adverte o periódico paulistano: “Já não é mais possível olhar para os pentecostais com olhos preconceituosos. Uma nova política de relacionamento com esses irmãos se faz necessária...”¹³⁷ (Transcrição conforme o original).

¹³⁴ JESUS, J. Abner de. A igreja, a política e a Teologia. *Mensageiro da Paz*, Ano 52, n.1142, Rio de Janeiro, junho de 1982, p.18.

¹³⁵ OLIVEIRA, Joanyr de. As Assembléias, de outro ângulo. *Mensageiro da Paz*, Ano 53, n.1155, Rio de Janeiro, julho de 1983, p.15.

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ Ibid.

Além do movimento realizado no interior da Igreja, Joanyr se mostrou atento à visão que os “de fora” possuíam das Assembleias de Deus, destacando que a instituição religiosa obtivera mais respeito e consideração de seus pares. Assim encerrou seu escrito: “Transcrevo esses textos porque é muito interessante que saibamos como estamos sendo vistos e analisados”.¹³⁸ Por outro lado, mas com finalidade semelhante, o autor publicou “Vamos ‘pensar’ as Assembléias?”. Enquanto o texto anterior mostrava como a Igreja era observada externamente, Oliveira propôs uma reflexão interna:

(...) A Assembléia de Deus, como instituição, não perderia em nada se decidisse fazer esse exercício de humildade. São 73 anos de história, de copiosas bênçãos, de luminosa trajetória, desde a condição de menor (em 1911) à de mais importante igreja evangélica brasileira, de maior comunidade pentecostal de todo o mundo. Mas, também, ao lado das vitórias, há aspectos menos positivos, de natureza vária, dignos de atenção, de estudos, antes que cheguemos ao centenário, que podem ser atenuados ou reparados.¹³⁹

A autocrítica estimulada, refletia a preocupação de Joanyr de Oliveira em construir uma imagem positiva das Assembleias de Deus. Para tal, o autor sugeriu, inclusive, um simpósio com participantes de diversos ramos e áreas de atuação:

Um simpósio de especialistas (membros da Assembléia de Deus e de outros segmentos de evangelismo nacional), para “pensar” a Obra em que a igreja se constitui, seria muito importante. Para isto, reunir-se pastores, teólogos, seminaristas, missionários, professores, sociólogos, psicólogos, jornalistas, escritores, políticos e outros. Onde a humildade, a ausência de preconceitos, a liberdade de expressão e a competência se encontram colhem-se, geralmente, bons frutos.¹⁴⁰

A parte principal do conteúdo de “As Assembléias por outro ângulo” foi rebatida por Alcebiades Pereira Vasconcelos. O texto que destacava a “institucionalização da Igreja”, deixando assim de ser “movimento”, foi publicado em julho de 1984, na edição de número 1155 do *Mensageiro da Paz*. Em setembro do mesmo ano, portanto, apenas dois meses após, o veterano pastor das Assembleias de Deus deu seu parecer:

(...) De fato, nos últimos três lustros de nossa história, mais do que nunca antes, ouvimos dos púlpitos e lemos em nossos referidos periódicos com certa

¹³⁸ Ibid

¹³⁹ OLIVEIRA, Joanyr de. Vamos “pensar” as Assembléias? *Mensageiro da Paz*, Ano 54, n.1164, Rio de Janeiro, abril de 1984, p.19.

¹⁴⁰ Ibid.

freqüência, de irmãos referirem-se à Assembléia de Deus, no Brasil, como sendo uma *denominação*, o que sinceramente nos repugna, posto que o ouvido prova a palavra do modo como o paladar prova o alimento. Possivelmente, aqueles queridos irmãos que assim classificam a nossa igreja, não se deram ao trabalho de examinar cuidadosamente o sentido pleno do substantivo feminino “Denominação”, daí aplica-lo à nossa igreja.

(...) Humanamente falando, nossa igreja é um movimento do Espírito Santo. (...) Aventuramo-nos a crer e afirmar que o motivo [do crescimento numérico] é precisamente este: enquanto somos um movimento do Espírito Santo, onde a liderança humana sempre é equacionada pela ação e dons do Espírito, aquelas igrejas centenárias são e funcionam como denominações, onde a organização, o sistema filosófico adotado, a liturgia eclesiástica e coisas semelhantes ocupam o lugar do Espírito Santo.¹⁴¹

Não obstante a ausência de citações diretas, a proximidade das datas e o conteúdo, sugerem que a declaração de Vasconcelos, se não teve Joanyr de Oliveira como alvo exclusivo, enxergou nele a ocasião apropriada para replicar com seu ponto de vista.

A coluna de Joanyr de Oliveira, existente ainda sob a gestão de Abraão de Almeida, era composta, normalmente, por quatro textos curtos. Em março de 1984, o autor refletiu, separadamente, mas em um óbvio sentido de comparação, acerca dos dois sistemas econômicos que geravam grandes discussões naquelas décadas. O primeiro texto, intitulado “Por que dizer não ao Comunismo” e o segundo, “Por que dizer não ao Capitalismo”.

A respeito do comunismo, Oliveira escreveu:

Há quem procure conciliar Comunismo e Cristianismo, entre os quais vários teólogos modernos. Como existem “cristianismo” para todos os gostos, alguns deles admitem esse enlace estranho e absurdo. Mas, não nos deixemos enganar: a filosofia marxista nega a existência do espiritual (da alma, de Deus, de Jesus, e também do céu, do inferno, de todas as verdades bíblicas). Para o marxismo, “a única realidade é a matéria que se envolve; também o espírito humano, o ‘espírito realidade’ é um produto da matéria, aliás ‘o fruto mais alto’ da evolução material.¹⁴²

¹⁴¹ VASCONCELOS, Alcebíades P. Igreja e Denominação. *Mensageiro da Paz*, Ano 54, n.1168, Rio de Janeiro, setembro de 1984, p.6.

¹⁴² OLIVEIRA, Joanyr de. Por que dizer não ao Comunismo? *Mensageiro da Paz*, Ano 54, n.1163, Rio de Janeiro, março de 1984, p.15.

Sobre o capitalismo:

(...) O “cristão” praticante do Capitalismo selvagem e materialista é muito pior do que o Comunista, porque este não conhece a Deus e aquele, hipocritamente, finge conhecê-lo mais continua na prática de cruéis injustiças. (...) Discordar de suas maldades não significa apoiar o Comunismo, que também é mau. Os cristãos sinceros e que gostam de usar o cérebro que Deus lhes deu devem refletir sobre isto.¹⁴³

Embora tenha ponderado acerca dos problemas contidos nos dois sistemas, e, quando focou no comunismo, tenha expressado, nitidamente, um tom de reprovação, criticando os pensadores da Teologia da Libertação, ao atribuir à corrente religiosa a formulação de “enlace estranho e absurdo” entre marxismo e cristianismo, e afirmando que “a filosofia marxista nega a existência do espiritual”, Joanyr de Oliveira foi acusado na página “Palavra do leitor”, de um erro grave para os assembleianos: defender a esquerda política. Na realidade, três mensagens foram endereçadas ao autor, sobre três escritos distintos em sua coluna, a respeito da “pena de morte”, com uma discordância, “comunismo x capitalismo”, com a mencionada acusação, e “preconceito”, em que foi feito um elogio, respectivamente.

A primeira, assinada pelo leitor Arlindo Santiago Silva, de Ubatã, BA, dizia:

Há muitos anos recebo vários periódicos evangélicos e nunca discordei de nenhum deles. Pela primeira vez, porém, venho apresentar minha opinião divergente do ponto de vista do ilustre dr. Joanyr de Oliveira, em matéria publicada no MENSAGEIRO DA PAZ de fevereiro (nº 1162).

(...) Perdoe-me, querido irmão, mas se houver um plebiscito no Brasil, votarei favoravelmente à pena de morte para casos de crimes bárbaros, como os que vêm acontecendo ultimamente.¹⁴⁴

A segunda, com a censura remetida por José Carlos Durigan, São Paulo, SP:

(...) Tenho observado a posição assumida por um destacado escritor que colabora neste jornal, e que se aproxima muito das posições e idéias defendidas por teólogos da libertação, atacando o capitalismo “selvagem” com uma linguagem muito afinada ao comunismo internacional. Este escritor defendeu, em recente artigo, o fato do crente ser político e, porque não, ser esquerdista,

¹⁴³ Idem. Por que dizer não ao Capitalismo? *Mensagem da Paz*, Ano 54, n.1163, Rio de Janeiro, março de 1984, p.15.

¹⁴⁴ Página do Leitor. *Mensagem da Paz*, Ano 54, n.1164, Rio de Janeiro, abril de 1984, p.3.

pois a extrema-esquerda contém, no dizer do escritor, princípios compatíveis com o cristianismo, quando o maior deles, na verdade, é a verdade do ateísmo materialista. Jamais devemos compactuar com os esquerdistas em que quer que seja, mas tão-somente falar-lhes do evangelho.¹⁴⁵

E a terceira com as congratulações de Moisés Antunes, residente de Salto, SP.

Quero parabenizar o pastor Joanyr de Oliveira, por estar publicando estes importantes artigos sobre “preconceito”. Eu creio que, com esta atitude, o pastor Joanyr não está querendo contestar a quem quer que seja, mas vem trazer uma séria advertência para que os preconceitos deixem de fazer distinção contra seus irmãos na fé.¹⁴⁶

Não é objetivo analisar a recepção do texto entre os leitores pentecostais, mas, apenas ilustrar como os posicionamentos de Joanyr de Oliveira reverberavam entre os assembleianos, ratificando sua importância. Concordâncias e discordâncias com lideranças e membresia fizeram parte da trajetória política de Joanyr nas Assembleias de Deus, e isto deveu-se ao protagonismo e vanguarda que assumiu em diversos temas. O pastor e poeta era o intelectual que refletia sobre as Assembleias de Deus, foi o estruturador e principal porta-voz de seu projeto político, atuou, de modo a criar entre os assembleianos, a consciência desejada pela Igreja e por si próprio, bem como, formatar, junto às autoridades políticas e à sociedade, a ideia correspondente aos interesses do grupo religioso a qual pertencia.¹⁴⁷

Por fim, um fato curioso: Joanyr de Oliveira respondeu às críticas feitas por José Carlos Durigan, leitor do *Mensageiro da Paz*. Em carta publicada também na página “Palavra do leitor”, o autor se manifestou do seguinte modo:

Caríssimo irmão em Cristo,

¹⁴⁵ Ibid.

¹⁴⁶ Ibid.

¹⁴⁷ A respeito da preocupação de Joanyr de Oliveira em alcançar os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, pode-se mencionar editorial de sua autoria, circulado em fevereiro de 1978, quando informou sobre a criação da revista “Jovem Cristão”: “Não temos tido, na maioria esmagadora dos casos, uma mensagem para os profissionais liberais, os universitários, para as classes dirigentes do País. Exatamente os que influem mais acentuadamente sobre a formação moral e cultural das novas gerações, os que fazem as leis e os que as fazem cumprir, os que traçam os destinos (humanamente falando) da nossa sociedade, exatamente os líderes, não têm merecido de nós, em tom apropriado, a proclamação de que só em Jesus há salvação e de que ele veio buscar o que se havia perdido”.

(...) Entendo que, na verdade, em nosso Órgão Oficial se vem apenas advertindo para chamados “pecados sociais”, quase sempre esquecidos ou minimizados. Só isso. Deveria entristecer a todos o ser comum, no meio evangélico, condenar a televisão e até o rádio, mas ignorar os males causados pela ganância e pela usura; condenar as imagens, mas silenciar quanto à idolatria dos bens materiais e do poder terreno; condenar as violências e provocações no comunismo ateu, mas ser conivente com as violências e corrupções do capitalismo materialista. Chamar a atenção para essa parcialidade (como venho fazendo em minha coluna) é política? Não! No máximo, estou buscando conscientizar o leitor para aspectos de natureza ideológica de certos sistemas que estimulam ou convidam à impiedade, à desumanidade, ao falso cristianismo.

(...) Caro irmão Durigan, as idéias que defendo podem soar “estranhas” apenas porque temos o triste hábito de dizer “amém” aos poderosos ou de nos omitirmos – deixando que os *outros* se exponham e se sacrifiquem por nós. Só depois que os insuportáveis “subversivos” triunfam, que estão de “cima” e podem ser úteis (usados) é que a maioria dos ditos “apolíticos” passam a considerá-los e a aplaudi-los. Não estarão os tais dando motivos para serem acusados como covardes e oportunistas? É óbvio que não somos obrigados a nos filarmos a um partido (não pecaremos se o fizermos, como cidadãos brasileiros), mas temos o dever moral de agir com coerência e honestidade, não é mesmo?

Classificar de selvagem o capitalismo insaciável é usar de “linguagem afinada com o comunismo internacional”? Não é! Os próprios capitalistas mais sensatos, mais responsáveis, de maior visão se posicionaram contra esse verdadeiro suicídio dos exploradores, que empurram para a miséria legiões de criaturas.

Não gosto das extremas, jamais! – nem da esquerda nem da direita. Isto, porque a primeira é sinônimo de ateísmo e a segunda é igual a conformismo ante todas as espoliações e misérias. Procuro, isto sim, agir com absoluta equidistância e imparcialidade (veja a coluna no MP de março). Em sua carta (MP de abril) o querido irmão afirma, porém, que eu me posiciono bem próximo das idéias defendidas pelos adeptos da “teologia da libertação”... Mas, como? Ora, eu sou frontalmente contrário à luta de classes, propugno pela harmonia e pela confraternização entre os homens, nunca entendi que a pobreza seja pré-requisito à salvação... Leia melhor todos os meus tópicos e artigos e verificará que eu tenho o ponto de vista de que cumpre rejeitar sumariamente tudo quanto contrarie a Palavra de Deus, comprometa a nossa fé e perturbe nossa fidelidade ao Senhor.

Será que, agora, me fiz entender?

Fraternalmente, o *Joanyr de Oliveira (Luziânia, GO)*.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Página do Leitor. *Mensageiro da Paz*, Ano 54, n.1165, Rio de Janeiro, maio de 1984, p.3.



Joanyr de Oliveira

O "Mahatma" Gandhi foi salvo?

Logo após a publicação da nota sobre Gandhi, escreveu-nos inteligente e amável leitora mineira, dizendo-se apreciadora desta coluna mas discordante de nosso ponto de vista. Estamos certo de que suas restrições se reduziram em muito, ou até deixariam de existir, se no texto que focalizamos o líder hindu tivesse havido espaço para exame de outros ângulos da questão. Por exemplo: apesar de suas grandes qualidades, de seu extraordinário espírito de renúncia, de seus longos jejuns, de seu inquebrantável pacifismo, Gandhi não morreu salvo. A Bíblia é claríssima ao dizer que "quem crer e for batizado será salvo, mas quem não crer será condenado", Mc 16.16. O hindu, até onde sabemos, apreciava o Cristianismo, e chegou a ter entre seus assessores um pastor evangélico, mas não creu em Jesus como "único e suficiente Salvador". As obras, por mais nobres e meritórias, não têm força para restabelecer a comunhão entre o homem e o Criador, do qual se afastou. Jesus é a "porta" e apenas por ele se pode chegar a Deus.

Quanto à nossa afirmação de que o Senhor usa outros quando os cristãos se omitem, se acovardam e são coniventes com a maldade, a injustiça, a desonestidade - é oportuno reiterá-la. Se os filhos de Deus se calarem, as próprias pedras clamarão.

Por que dizer não ao Comunismo?

Há quem procure conciliar Comunismo e Cristianismo, entre os quais vários teólogos modernos. Como existem "cristianismo" para todos os gostos, alguns deles admitem esse enlace estranho e absurdo. Mas, não nos deixemos enganar: a filosofia marxista nega a existência do espiritual (da alma, de Deus, de Jesus, e também do céu, do inferno, de todas as verdades bíblicas). Para o marxismo, "a única realidade é a matéria que se envolve; também o espírito humano, o 'espírito realidade' é um produto da matéria, aliás 'o fruto mais alto' da evolução material.

Os jovens evangélicos devem ser advertidos para o perigo do envolvimento pelos que usam a dialética para levá-los a aceitar uma doutrina irreconciliável com a fé cristã. (Fique claro que não estamos estimulando nossos moços a escolherem uma "torre de marfim" e, covardemente, fugirem aos desafios de uma injusta sociedade e de um tempo de crises e desequilíbrios. O que devem fazer é, em todas as questões, nas sociais inclusive, nortear-se pela Palavra de Deus, que nos ensina a ser "Sal da Terra" e "Luz do mundo".)

Por que dizer não ao Capitalismo?

Assim como o Comunismo, há varias nuances de Capitalismos. Teoricamente, há o não materialista, como há, e predomina no mundo, o que coloca o dinheiro não apenas no bolso, mas também no trono de Deus. Insaciável, ele se preocupa cada vez mais em amealhar riquezas, como o "louco" da parábola (Lc 12.13-21). Para ele pouco ou nada importam as dificuldades do próximo, que tornam mais agudas na medida em que os poderosos concentram em suas poucas mãos a riqueza nacional, deixando apenas as migalhas (a pobreza e a miséria) para os milhões que constituem a massa desesperada e indefesa. O "cristão" praticante do Capitalismo selvagem e materialista é muito pior do que o Comunista, porque este não conhece a Deus e aquele, hipocritamente, finge conhecê-lo mais continua na prática de cruéis injustiças. Na Bíblia há vários libelos contra eles. São Tiago (2.6) por exemplo, diz: "Mas vós desonrastes o pobre. Porventura não vos oprimem os ricos e não vos arrastam aos tribunais?" Discordar de suas maldades não significa apoiar o Comunismo, que também é mau. Os cristãos sinceros e que gostam de usar o cérebro que Deus lhes deu devem refletir sobre isto.

Cerullo: um milhão de almas

A palavra de Morris Cerullo, dirigida às sete mil pessoas que superlotavam, na manhã de 23 de janeiro, a Catedral das Assembléias de Deus (Brasília), emocionou a todos: "Deus me falou" - anunciou ele, solenemente: "Eu vou fazer uma obra no Brasil que vai ser vista em todo mundo cristão." E disse mais: "Deus vai levantar um grande exército nesta nação, como fez com a igreja primitiva." Acrescentou que dia 23 de junho próximo sua equipe promoverá, com a cooperação de milhares de irmãos, o maior esforço evangélico da História. A cruzada será transmitida pela televisão (via satélite), simultaneamente, de e para 11 estados brasileiros e será vista em 50 cidades norte-americanas.

No dia anterior, a céu aberto, uma multidão de cerca de 20 mil pessoas (houve quem calculasse em 30 mil) assistiu a ocorrência de vários milagres. Este colonista (convidado a compor, com o pastor Manoel Ferreira, Presidente da Convenção Geral, o pequeno grupo de sete pastores que tomaram lugar ao lado de Morris Cerullo), teve o privilégio de ver e ouvir, a uma distância de apenas 30 centímetros, fatos como estes: um surdo-mudo de oito anos de idade, pela primeira vez, articulou sons e sílabas ("pá-pá") inteligíveis; uma cega recuperou totalmente a visão do olho esquerdo, etc. Vários paralíticos andaram. A onipotente mão de Deus esteve presente!

Correspondência: Toda correspondência com informações e opiniões sobre matérias desta coluna deve ser remetida a Joanyr de Oliveira, Caixa Postal 28 - CEP 77220 - Luziânia, GO.

Figura 7: *Mensageiro da Paz*, março de 1984. Coluna "Joanyr de Oliveira", homônima ao seu autor. Na imagem, tem a foto dele e os quatro textos curtos. O exemplar em questão é o mesmo citado no corpo do texto.

4.3 1985: NOVA REPÚBLICA, NOVOS POSICIONAMENTOS

Com a aproximação da mudança de regime no Brasil, passando da Ditadura Militar para, novamente, um governo civil, as Assembleias de Deus manifestaram-se em relação ao novo momento, tanto sobre a configuração política, quanto à participação dos evangélicos. Joanyr de Oliveira, em julho de 1984, por exemplo, publicou em sua coluna, um artigo sobre o movimento popular “Diretas, Já” e a posição dos políticos evangélicos:

As pesquisas de opinião pública revelaram que mais de 90% dos brasileiros querem eleições diretas, imediatas para Presidente. Essa modalidade de escolha é uma tradição republicana, interrompida nos últimos 20 anos, que agora (1984? 1986? 1987? 1988?) deverá ser retomada.

Seria interessante (mas é praticamente impossível) saber qual a posição dos evangélicos a respeito do assunto. Por isso, vou-me limitar aos nossos deputados, para que chegue ao conhecimento das igrejas a posição por eles assumida na ocasião da votação, dia 25 de abril, da Emenda Constitucional do Deputado Dante de Oliveira. Votaram pelas “Diretas, já” (opção que levou milhões às praças públicas, nestes últimos meses): Daso Coimbra (PMDB-RJ), Sérgio Lomba (PDT-RJ), Mário de Oliveira (PMDB-RJ), Francisco Dias Alves (PMDB-SP), Siegfried Henser (PMDB-RJ) e Gióia Jr., de São Paulo, este o único parlamentar evangélico do PDS a votar com a Oposição. Deixaram de votar: José Fernandes (AM), Enoch Vieira (MA) e Eraldo Tinoco (BA), os três do PDS.¹⁴⁹

Assim como todos os temas de relevância nacional, o articulista inseriu a votação parlamentar para a forma de escolha do novo presidente no periódico. Mesmo sem dar sua opinião explicitamente, alguns elementos do texto indicam a concordância de Joanyr com o voto direto. Sob o molde de informação, Oliveira revelou que “mais de 90% dos brasileiros querem eleições diretas”, que “essa modalidade é uma tradição republicana, interrompida nos últimos 20 anos” e foi a “opção que levou milhões às praças públicas, nestes últimos meses”. Além disso, expôs o voto dos deputados evangélicos, dispondo em primeiro plano os favoráveis, ressaltando a posição de Gióia Jr., “único parlamentar evangélico do PDS a votar com a Oposição”, e deixando por último aqueles que se abstiveram.

¹⁴⁹ OLIVEIRA, Joanyr de. “Diretas”: como votam os evangélicos. *Mensageiro da Paz*, Ano 54, n.1167, Rio de Janeiro, julho de 1984, p.15.

Ainda sobre a pauta dos políticos evangélicos, Joanyr de Oliveira escreveu a respeito de do deputado federal José Fernandes (PDS-AM):

José Fernandes (PDS) é o primeiro membro da Assembléia de Deus escolhido pelo voto popular para a Câmara dos Deputados. O Ex-prefeito de Manaus (onde realizou uma administração muito dinâmica, que mereceu aplausos até mesmo na imprensa da Capital da República), é filho de Benjamin Matias Fernandes, o mais antigo pastor da Assembléia de Deus no grande Estado do Norte. Seu avô, Antonio José Fernandes foi líder da mocidade e músico da Banda de sua igreja, que tem como pastor o escritor Alcebíades Pereira Vasconcelos.

(...) Pedi um pronunciamento de sua parte a respeito da objeção de muitos a que o evangélico atue na área político-partidária, e ele assim se expressou: “Os tempos modernos trazem novas tarefas para o cristão e a política é uma delas; constitui um novo caminho em que temos oportunidade de dar nosso testemunho”.¹⁵⁰

A estratégia de fazer penetrar no seio da Igreja, a ideia de candidaturas e apoio a políticos assembleianos, permaneceu na pena de Joanyr de Oliveira. Como recurso, dentre os diversos utilizados, o poeta pentecostal ressaltou a figura de José Fernandes de duas maneiras, traçando sua biografia política de sucesso “ex-prefeito de Manaus (...) mereceu aplausos até mesmo na imprensa da Capital da República” e “primeiro membro da Assembléia de Deus escolhido pelo voto popular para a Câmara dos Deputados”, e evocando sua genealogia: “filho de Benjamin Matias Fernandes, o mais antigo pastor da Assembléia de Deus no grande Estado do Norte. Seu avô, Antonio José Fernandes foi líder da mocidade e músico da Banda de sua igreja, que tem como pastor o escritor Alcebíades Pereira Vasconcelos”. Tratava-se, portanto, de um personagem de notável êxito político e de família destacada nas Assembleias de Deus, estando o deputado na terceira geração de assembleianos. Ao final, a declaração de José Fernandes que foi ao encontro do ideal de mobilização de Joanyr, expressando que ““Os tempos modernos trazem novas tarefas para o cristão e a política é uma delas””.

Em janeiro de 1985, antes do dia 15, porém, quando o Colégio Eleitoral decidiria quem seria o chefe do Executivo nacional, logo, em eleições indiretas, Joanyr de Oliveira

¹⁵⁰ OLIVEIRA, Joanyr de. Deputado Federal José Fernandes. *Mensageiro da Paz*, Ano 54, n.1166, Rio de Janeiro, junho de 1984, p.15.

publicou o artigo “Oremos pelo novo presidente”, indicando a mudança de comportamento que as Assembleias de Deus teriam no cenário que se apresentava:

(...) Qual deve ser a nossa postura diante do supremo mandatário, de seus Ministros, enfim, dos que administrarão o Brasil no próximo quadriênio ou durante os seis anos que principia em março? Quem conhece a Bíblia sabe que nos cumpre orar por eles, para que governem em paz e com sabedoria, mas sabe também que é lícito e legítimo deles exigir proibidade (sic) e justiça.¹⁵¹

O colunista reiterou o compromisso dos assembleianos em orar pelas autoridades constituídas, porém, diferente do que ocorreu durante as duas décadas da Ditadura Militar, falou na licitude e legitimidade de se fazer exigências ao presidente da República. É bem verdade que fez referência à “probidade e justiça”, mas, a simples menção do termo “exigir”, já denota um posicionamento inédito. Continuando:

(...) Portanto, não podemos silenciar diante dos poderosos, que ofendem a Deus ao humilharem a criatura feita à sua imagem e semelhança – a não ser que pouco nos importe o perder a autoridade para a condenação dos outros pecados. Transgressão contra Deus não é só, como se vê, a prática do adultério, matar, blasfemar, mentir. Também o são os pecados sociais e a improbidade e a perversidade do homem público que exorbita de suas funções.¹⁵²

Mais uma vez aparece uma expressão que indica o novo paradigma de atuação: “não podemos silenciar diante dos poderosos”. A fala de Joanyr de Oliveira expressava inconformismo com a indiferença dos governantes às mazelas sofridas pela população pobre, tópicos que o pastor já vinha discutindo em sua coluna mensal, requerendo, de igual modo, uma postura de maior cobrança dos fiéis pentecostais ao que chamou de “pecados sociais”. O autor chegou ao ponto de chamar de “ofensa a Deus”, frase contundente para um público religioso. A fim de dar robustez à tese, é mister retomar a conduta adotada no caso da Lei do Divórcio. Naquela oportunidade, por orientação do próprio Joanyr, buscou-se a conciliação com as autoridades políticas, evitando manifestações públicas de desacordo com a medida legal, por parte dos assembleianos. Já no contexto de mudança dos regimes, foi dito o oposto, que não poderiam se calar em uma situação de discordância. Como no caso da celeuma criada em torno da lei que instituía um feriado nacional à Nossa Senhora da Conceição Aparecida, é necessário ter

¹⁵¹ OLIVEIRA, Joanyr de. Oremos pelo novo Presidente. *Mensageiro da Paz*, Ano 55, n.1173, Rio de Janeiro, janeiro de 1985.

¹⁵² Ibid.

em vista a preocupação da Igreja em perder o patamar alcançado para a Igreja Católica, alterando seu discurso de adesão acrítica, a fim de manter o prestígio adquirido.

No prosseguimento do texto, há mais elementos que corroboram com o entendimento:

(...) Os cristãos que em defesa de sua fé se opuseram a mão de ferro de Stalin não desobedeceram a Deus, em sua resistência, o mesmo ocorrendo com os que repudiaram a crueldade de Hitler e do anti-semitismo nazista. Os cristãos que negam seu “amém” às sangrentas e terríveis ditaduras, qualquer que seja o matriz com que elas se apresentem, agem corretamente. Os cristãos que negam cooperação aos iníquos, sejam eles detentores do poder político, econômico ou religioso, são apenas coerentes e conseqüentes, porque o Deus verdadeiro não admite o uso de “dois pesos e duas medidas”, nem ensina a prática da subserviência, da submissão servil que difere bastante da real humildade ensinada pela Bíblia.¹⁵³

Destoando de toda a narrativa propagada pelas Assembleias de Deus durante o período do Regime Militar, Joanyr de Oliveira asseverou que “Deus não ensina a prática da subserviência, da submissão servil que difere bastante da humildade ensinada pela Bíblia”. A argumentação do autor se direcionou, inclusive, ao polo oposto da sujeição expressada aos militares, legitimando oposição firme ao Governo. O articulista, tratando da ação política dos cristãos, usou termos como “opuseram”, “resistência”, “negaram seu ‘amém’”, “negam cooperação aos iníquos”, associados a “não desobedeceram a Deus”, “agem corretamente” e “são coerentes e conseqüentes”. Ou seja, se anteriormente, manifestações políticas de reprovação à Ditadura eram anunciadas como contravenção à ordem divina, a partir de então, foram postas como algo positivo, a depender da situação.

Vale última observação acerca de uma frase do parágrafo analisado: “Os cristãos que negam seu “amém” às sangrentas e terríveis ditaduras, qualquer que seja o matriz com que elas se apresentem, agem corretamente”. O autor fez referência aos cristãos que lutaram contra o comunismo stalinista e o nazismo, em sua concepção, ditaduras de esquerda e direita, respectivamente, porém, sem o menor constrangimento, ignorou o fato de as Assembleias de Deus terem tomado rumo oposto, apoiando a Ditadura Militar no Brasil.

Neste caso, a preocupação assembleiana abarcava mais de um fator, embora estivessem, de certo modo, ligados. Além de ver a Igreja Católica angariar mais crédito,

¹⁵³ Ibid.

possivelmente, em detrimento das Assembleias de Deus, havia um receio de aspecto moral. Em outras palavras, junto à redemocratização, poderia ocorrer uma “abertura” nos costumes, pois as lideranças civis poderiam se mostrar mais flexíveis às mudanças dos novos tempos.

Assim como os profetas bíblicos tiveram coragem e desprendimento para exigir obediência ao Senhor inclusive dos “príncipes” (governantes), assistemos o direito de abrir a Bíblia aos nossos homens públicos e adverti-los quando eles colidem com a vontade d’aquela que é digno de toda honra, de todo o louvor e de toda a glória, e que reclama submissão de suas criaturas e não se deixa escarnecer impunemente.¹⁵⁴

A inquietação sobre pautas moralizantes era frequente no *Mensageiro da Paz*, prova disto, foi a sucessão de artigos que denunciavam aborto, divórcio, pornografia, homossexualidade, licenciosidade sexual, carnaval, músicas, drogas lícitas e ilícitas, etc, ao longo dos anos. Assim, sair da posição de relevância junto aos dirigentes da nação, além de ser prejudicial, considerando as vantagens mais óbvias, como favorecimentos e benefícios, poderia representar perda do “direito de abrir a Bíblia aos nossos homens públicos e adverti-los, quando eles colidem com a vontade d’aquela que é digno de toda honra”, no caso, Deus. Logo, se não houvesse a voz dos religiosos pentecostais no Governo, este poderia criar ou aprovar leis, ou mesmo apoiar práticas que fossem de encontro aos arrogados princípios cristãos, o que geraria, conseqüentemente, oposição assembleiana às autoridades governamentais.

Em suma, a mensagem transmitida por Joanyr de Oliveira em seu artigo, avisava que as Assembleias de Deus não se comportariam politicamente como no período da Ditadura Militar, o que também representava uma ameaça. Os evangélicos, dos quais as Assembleias eram a maior denominação, formavam pouco mais de 6,5% da população brasileira e vinham crescendo significativamente a cada ano, de modo, que não podiam ser desprezados.¹⁵⁵ Assim, o objetivo do escrito foi pressionar o novo presidente, mesmo antes de qualquer candidato ser eleito, a considerar a Igreja como parte de sua base aliada, caso contrário, os assembleianos poderiam se colocar como resistência ao Governo.

Com efeito, um conflito seria inconveniente para as duas partes. À Igreja, pelos motivos já elencados, tamanha fratura com os poderes nacionais, poderia causar danos às suas

¹⁵⁴ Ibid.

¹⁵⁵ Segundo CAMPOS (2007).

aspirações políticas. Mas e ao novo presidente? Cabe a reflexão. Seria interessante, saindo de um longo regime ditatorial militar, portanto, em um momento transicional delicado, o novo líder civil da nação sofrer a oposição de um grupo religioso de crescimento constante, que vinha se estabelecendo politicamente?

Finalizando seu artigo, Oliveira declarou:

Que o novo Presidente – que esperamos seja o mais sincero e honesto – encontre forças para desvencilhar-se dos oportunistas carreiristas, a fim de poder bem governar o povo desta humilhada pátria. Que ele se inspire na Bíblia e assim impeça o predomínio dos maus, dos que acumulam fortunas pela prática de abusos e desonestidades, enquanto a classe média cada vez mais se proletariza e os pobres são cada vez mais sufocados pelas privações, pela marginalização e milhões dentre eles consumidos pela própria fome. Que ele se cerque de dignos e competentes assessores, verdadeiros conselheiros, bem diferentes dos que fizeram do Brasil este triste país endividado, sem rumos, mergulhado em crises sem precedentes.

Oremos por eles. Pelo Brasil e pelo novo Presidente da República.

Joanyr fez recomendações ao futuro dignitário, para que governasse com prudência e honestidade, pensando nos mais necessitados. Mas o que, de fato, chama a atenção, é a crítica que subjaz seu escrito. Há uma surpreendente – talvez nem tanto, dado o momento – avaliação negativa à Ditadura Militar, regime com o qual, ao longo dos anos, o pastor se empenhou em solidificar e manter um relacionamento íntimo.

A crítica está implícita na seguinte frase: “Que ele [o novo presidente] se cerque de dignos e competentes assessores, verdadeiros conselheiros, bem diferentes dos que fizeram do Brasil este triste país endividado, sem rumos, mergulhado em crises sem precedentes” (acréscimo meu). Se o país encontrava-se “triste”, “endividado”, “sem rumos” e “mergulhado em crises sem precedentes”, não teria responsabilidade o Governo que comandou o Brasil por 21 anos, contando com os últimos cinco presidentes, estando o quinto ainda exercício àquela altura?

Não está totalmente claro se a crítica fez referência aos presidentes antecessores, no caso, militares, já que o texto foi direcionado ao futuro presidente, e a seção é de recomendações a ele, ou aos “assessores” e conselheiros”, quando foi dito: “dos que fizeram do Brasil este país triste”. Em todo o caso, a crítica persiste. Se a fala foi endereçada aos presidentes, é uma declaração contundente. Mas se foi aos assessores e

conselheiros, não deixa de evidenciar sua incompetência, por se cercar de pessoas que conduziram o Brasil ao fracasso.

Quais motivos levaram Joanyr de Oliveira a criticar explícita ou tacitamente a Ditadura Militar? Desilusão com aqueles que se arrogaram como arautos da moralidade cristã e da probidade administrativa? Exposição do verdadeiro sentimento, fruto do trauma das sessões de tortura da década de 1950, quando ingressou no Exército? Pragmatismo frente à emergência e ascensão de lideranças civis que se opunham ao Regime, e, até mesmo, da postura de recusa aos militares pela sociedade brasileira? Avanço do projeto político das Assembleias de Deus, ao ponto de conferir autonomia para expressar, mais livremente, seu ponto de vista? Disputa por preponderância política, sendo as críticas um recado ao novo presidente? Posicionamento que contou com a mistura desses elementos ou de outros não conjecturados por mim? Independente das razões, o novo posicionamento expressou algo claramente: As Assembleias de Deus não aceitariam passivamente serem relegadas à periferia das decisões políticas.

4.4 NEMUEL KESSLER: O REFORÇO NO PROJETO POLÍTICO ASSEMBLEIANO

No contexto da redemocratização, Joanyr de Oliveira ganhou um companheiro para reforçar o projeto das Assembleias de Deus. Em meados de 1984, mais uma vez, a CPAD teve seu Conselho alterado, e o Diretor de Publicações do *Mensageiro da Paz*, passou a ser Nemuel Kessler. O pastor Kessler, o mesmo que representou a Igreja no encontro com João Figueiredo, assumiu a função no lugar de Abraão de Almeida, e energizou os temas políticos nos editoriais do periódico assembleiano.

A 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves (PMDB) venceu a disputa com Paulo Maluf (PDS), por meio de um Colégio Eleitoral composto por deputados e senadores, tornando-se o primeiro presidente civil, desde a implantação da Ditadura Militar, com o golpe de 1964. Tancredo seria empossado somente no mês de março, mas, antes disso, as Assembleias de Deus já estavam tratando de aproximar-se daquele que poderia vir a ser o novo presidente da República.

Conforme foi noticiado nos três primeiros números de 1985, ou seja, na edição especial de janeiro do *Mensageiro da Paz* (nº1173/A), na capa da edição de fevereiro e

desenvolvido no editorial assinado por Kessler do mesmo exemplar, em 20 de dezembro de 1984, Tancredo Neves reuniu-se com algumas das principais lideranças assembleianas, no Distrito Federal, como Custódio Rangel Pires, Diretor Executivo da CPAD e Diretor Nacional da ADHONEP, Manoel Ferreira, presidente da CGADB, o próprio Nemuel Kessler, mais recente Diretor de Publicações da CPAD, Acácio Soares Martins, pastor da Assembleia de Deus na Avenida W5 em Brasília, sede nacional do Ministério de Madureira, José Higino, Procurador-Geral do INPS e membro da mesma comunidade religiosa, Laércio Sforcin, presidente da ADHONEP em São Paulo, dentre outros.

A audiência concedida pelo então candidato à presidência da República às importantes figuras das Assembleias de Deus, serviu a alguns propósitos da denominação. Na ocasião, tendo sido “convidado pelo irmão Custódio para se tornar sócio benemérito da ADHONEP (Associação de Homens de Negócios do Evangelho Pleno), Tancredo Neves aceitou, sendo em seguida condecorado com o distintivo da associação”.¹⁵⁶ Além disso, “o pastor Manoel Ferreira aproveitou a ocasião para entregar a Tancredo Neves um ofício convidando-o a comparecer à 27ª AGO”¹⁵⁷ e foram entregues pela cúpula assembleiana:

Três documentos que analisam a grave situação em que o nosso país se encontra, e apontam três medidas a serem tomadas como solução: a) estreitar as relações do nosso país em Israel; b) retirar de nossas moedas os símbolos utilizados em cultos afro-brasileiros; c) criar o Dia Nacional de Jejum e Oração.¹⁵⁸

O encontro com Tancredo expressou as intenções das Assembleias de Deus e a correspondência do importante político em manter boas relações entre a Igreja e o Estado. Caso contrário, qual o motivo de convidá-lo para a 27ª Assembleia Geral Ordinária da denominação e para ter lugar de honra na ADHONEP, e de Tancredo Neves ter aceito, já que ele não era evangélico, tampouco, pentecostal? Tratava-se de uma sinalização de boa vontade de ambas partes, um acordo de ajuda mútua, em que a denominação religiosa recebia o prestígio de contar com o possível presidente da República – fato que se confirmou menos de mês depois da reunião – na Associação que era fortemente ligada a si, e o novo chefe do Executivo Federal, receberia apoio do grupo que possuía milhões de membros.

¹⁵⁶ Tancredo Neves, o mais novo sócio da ADHONEP. *Mensageiro da Paz*, Ano 55, n.1173/A (Edição Especial), Rio de Janeiro, janeiro de 1985, p.8.

¹⁵⁷ Ibid.

¹⁵⁸ Ibid.

Outra fato importante a ser notado, foi o teor das propostas elaboradas pelos dirigentes das Assembleias de Deus. A amálgama entre religião e política, evidenciada nos três tópicos, demonstram a leitura que os assembleianos faziam da realidade. A primeira medida, de aproximação com Israel, é fruto do “sionismo cristão” operado pelo Dispensacionalismo.

Segundo André Reinke e Wilhelm Wachholz (2020):

Há um intenso ponto de contato entre teologia e política internacional quando o assunto é o Estado de Israel. O resultado deste contato é o movimento chamado de *sionismo cristão*, relacionado ao sionismo, mas distinto dele. O *sionismo* é um movimento de cunho nacionalista judaico promotor do retorno do povo judeu à Palestina e retomada da soberania na forma de Estado; já o *sionismo cristão* trata do apoio dos cristãos protestantes ao sionismo, promovendo suas crenças religiosas e objetivos políticos. Portanto, o sionismo cristão é um entrecruzamento entre teologia e política, pois as razões para tal apoio são religiosas (REINKE; WACHHOLZ, 2020, p.255, grifos dos autores).

De acordo com os autores, o evangelicalismo brasileiro, sobretudo as denominações pentecostais, como as Assembleias de Deus, receberam grande influência do protestantismo estadunidense, o que incluiu a vertente dispensacionalista que, para além de suas expectativas escatológicas, da observação do desenrolar dos episódios e eventos na história humana, impulsionava seus seguidores ao engajamento político em prol de Israel (REINKE; WACHHOLZ, 2020).

A ação dos líderes pentecostais no encontro com Tancredo Neves, se assemelha à constatação dos historiadores e teólogos em relação ao contexto norte-americano: “Nos Estados Unidos da América, a escatologia dispensacionalista deixou a especulação teológica e observação histórica e adentrou no campo político com um forte *lobby* junto ao seu governo a fim de produzir um efetivo apoio *incondicional* ao Estado de Israel” (REINKE; WACHHOLZ, 2020, p.265, grifos dos autores), isto, porque, “na interpretação literal radical dos dispensacionalista, a economia de uma nação depende do apoio a Israel” (ibid, p.266).

As outras duas proposições se enquadram no mesmo padrão, creditar a questões de interpretação religiosa, a solução para as demandas políticas e socioeconômicas. Excetuando-se as demais denominações evangélicas, vistas como coirmãs, apesar da

divergência com o ramo histórico/tradicional acerca da doutrina mais cara às Assembleias de Deus e que a definem como uma igreja pentecostal, o batismo no Espírito Santo e a atualidade dos dons espirituais, os assembleianos eram altamente combativos aos demais credos religiosos existentes. Pelo contexto brasileiro, especialmente a Igreja Católica, vista como “idólatra” e “perseguidora”, e o espiritismo, seja de vertente kardecista ou de matriz africana, como a Umbanda – esta nacional, mas fortemente influenciada pela religiosidade africana – e o Candomblé, todos percebidos pejorativamente como “magia negra”, “macumba” e “ação diabólica”, eram alvo da ojeriza dos pentecostais.

Desse modo, dar legitimidade a qualquer religião que não a evangélica, representava desagradar a Deus, ir contra os ensinamentos bíblicos, resultando em adversidades para a nação. A representação feita pelos assembleianos pode ser resumida da seguinte forma: de um lado, os cultos afro-brasileiros eram provenientes de Satanás, portanto, originados no mal absoluto, na entidade que tinha a oposição a Deus e a destruição de suas criaturas, como sentido da própria existência. Por outro, o Brasil passava por dificuldades de ordem econômica. Assim, não seria de se estranhar, que um dos fatores que levavam à crise financeira, era algum traço dessa expressão religiosa na moeda nacional; logo, uma forma de solucionar o problema, seria retirar tais símbolos do dinheiro do país.

A respeito da criação do Dia Nacional de Jejum e Oração, poderia ser uma resposta à instituição do feriado de Nossa Senhora Aparecida, portanto, disputa política com o catolicismo. Mas, não se pode negar, que era visto como uma forma sincera de aproximar a nação de Deus, como uma forma de contrição e pedido de intervenção sobrenatural nos rumos do país. Como afirmado, as três medidas possuíam a mesma tônica, oferecer alternativa religiosa para a superação dos desafios do Brasil. Simpatizar com Israel, retirar as imagens dos cultos afro-brasileiros e instituir o Dia Nacional de Jejum e Oração, era, na interpretação assembleiana, vivenciar a frase bíblica muito recitada: “Feliz a nação, cujo Deus é o Senhor”.

A elucidação dessa tese, foi feita por Nemuel Kessler, no editorial do mês de fevereiro:

O primeiro documento a ele apresentado, relaciona-se com a instituição oficial do Dia Nacional de Jejum e Oração. A maioria dos males que afligem nossa nação decorre não tanto de circunstâncias naturais, mas em maior escala da falta de uma aproximação sincera com Deus (...).

A segunda proposta tem a ver com as relações diplomáticas entre o Brasil e Israel. Dentre os argumentos apresentados, procura-se mostrar que a partir do

momento em que o Brasil “deu voto contrário a Israel na questão árabe, uma onda avassaladora de inflação incontrolável tem-se abatido sobre nossa pátria, desestabilizando nossa moeda” (...).

A última reivindicação apresenta o problema dos símbolos em nossa moeda. Enquanto o dinheiro americano vem acompanhado da frase “Nós cremos em Deus”, preferiu-se no Brasil, sob o disfarce do folclore, introduzir no meio circulante um símbolo dos cultos afro-brasileiros, cuja prática é diametralmente distanciada dos princípios cristãos, desde que se relaciona “com a invocação de espíritos, o sacrifício de animais, e as oferendas (despachos) que envolvem sangue, animais mortos, velas, bebidas alcoólicas e outros objetos”.¹⁵⁹

Retomando aqui o editorial de fevereiro, portanto, quando Tancredo Neves já havia vencido a disputa presidencial, Kessler descreveu o encontro ocorrido no fim de dezembro, como “uma nova porta que se abre para o diálogo entre os evangélicos e o próximo governo brasileiro”.¹⁶⁰ Assim analisou o Diretor de Publicações:

(...) Este novo quadro que se antepõe diante da liderança de nossa igreja, não pretende assumir caráter de um alinhamento político-partidário. Não há porque comprometer a pureza do Evangelho com nuances efêmeras decorrentes dos interesses de grupos que buscam o poder. Acima de tudo, a missão cristã se reveste de propósitos espirituais. Isto não quer dizer, todavia, que somos alienados da realidade cotidiana. O compromisso da igreja no contexto da sociedade é de tal monta que sua influência precisa ampliar os horizontes e alcançar, inclusive, os altos escalões do governo. Não fosse assim, Jesus não teria exemplificado a ação evangélica com o sal, que exerce uma de suas principais finalidades na área da preservação dos alimentos.¹⁶¹

Na opinião de Nemuel Kessler, as Assembleias não estavam se aparelhando ao Estado, não se tratava “de um alinhamento político-partidário”, mas de ação com “propósitos espirituais”. Contudo, segundo o Diretor, isto não significava que os assembleianos eram “alienados da realidade cotidiana”, antes, como Igreja e “sal” – alusão ao dito de Jesus Cristo –, possuíam compromisso de contribuir com a preservação da sociedade, por isso, deveriam espalhar sua influência, alcançando até “os altos escalões do governo”.

¹⁵⁹ EDITOIRAL. Tancredo Neves e as Assembléias de Deus. *Mensageiro da Paz*, Ano 55, n.1174, Rio de Janeiro, fevereiro de 1985, p.2.

¹⁶⁰ Ibid.

¹⁶¹ Ibid.

É aqui, exatamente, onde entra a questão da audiência com Tancredo Neves. Sugerir que o próximo governo tome decisões que redundem em benefícios para o povo brasileiro, principalmente no tocante às promessas bíblicas que envolvem privilégios e responsabilidades, inclui-se entre os pontos que retratam o papel da influência da Igreja. E não foi outro o propósito do encontro. Custódio Rangel e Manoel Ferreira foram fazer a Tancredo algumas reivindicações de grande importância no contexto social, econômico e religioso do Brasil.¹⁶²

No trecho acima, além de reforçar a importância das três proposições feitas a Tancredo Neves – Israel, moeda e Dia do Jejum e Oração –, o que evidencia que não se pode deixar escapar a dimensão religiosa do projeto político das Assembleias de Deus, destacam-se duas expressões utilizadas pelo escritor: “sugerir” e “fazer (...) algumas ‘reivindicações’”. Se comparado com o escrito de Joanyr de Oliveira, que circulou no mês anterior (nº1173), o tom usado por Nemuel foi bastante ameno, provavelmente, fruto da solicitude de Tancredo em aceitar receber a cúpula assembleiana e o clima amistoso do encontro, que sinalizou para a boa convivência do Governo Federal com os pentecostais.

O pacto entre Igreja e Estado estava encaminhado, quando um fato não previsto aconteceu: o falecimento de Tancredo Neves, a 21 de abril de 1985. A morte de Tancredo foi tema de artigo no *Mensageiro da Paz*, que lamentou o ocorrido, mas lançou uma indagação:

(...) será que Tancredo Neves, no exercício da presidência, como católico praticante e devoto seguidor de São Francisco de Assis, teria condições de não submeter-se a prováveis influências do clero romano, que tentassem comprometer os objetivos da Nova República, principalmente no que tange à liberdade de expressão religiosa?¹⁶³

O desassossego com a Igreja Católica tornava-se cada vez mais latente entre a comunidade assembleiana, ao ponto de questionar-se a postura que teria o presidente, não obstante já ter gesticulado para as Assembleias de Deus e, sequer ter sido empossado, já que esteve mais de um mês internado antes de vir a óbito.

¹⁶² Ibid.

¹⁶³ A morte de Tancredo Neves. *Mensageiro da Paz*, Ano 55, n.1178, Rio de Janeiro, junho de 1985, p.10.

No mesmo artigo, foram expressas as expectativas sobre José Sarney, vice de Tancredo Neves, que assumia definitivamente o chefia da República, depois de exercê-la interinamente enquanto Neves estava hospitalizado:

(...) Que o presidente Sarney, também, não se deixe influenciar pelo clero romano, que se esquecendo do sincretismo que permeia o catolicismo e do altissonante florescimento das igrejas evangélicas, arvora-se em representante de toda a população brasileira. Oportunista, procura tirar proveito da devoção dos católicos, quer governantes quer governados.¹⁶⁴

A ideia de que a Igreja Católica representava um risco à liberdade religiosa no Brasil, ou melhor, um risco aos evangélicos e às Assembleias de Deus, foi altamente difundida nas páginas do *Mensageiro da Paz*, ao longo de 1985. Em decorrência disso, foi reativada pesadamente, a mensagem de que era necessário ter quem defendesse os interesses da Igreja nas esferas políticas do país. Neste caso, ainda mais, era vital à sobrevivência da Igreja, eleger seus representantes para a Constituinte, a fim de assegurar seu direito manifestar-se religiosamente e conter os avanços da imoralidade na sociedade brasileira.

Como de praxe, Joanyr de Oliveira militou nesse sentido:

A Constituição brasileira tantas vezes foi emendada e tanto se afastou da vontade popular que hoje há unanimidade de pensamento no que diz respeito à sua substituição. O princípio contido na Carta Magna, segundo o qual “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido” tornou-se tão gritante inverdade que agride frontalmente a consciência nacional.¹⁶⁵

Em primeiro lugar, vale ressaltar a crítica perceptível à Ditadura Militar. Se em artigo anterior, foram dúbias as menções negativas aos militares, desta vez, Joanyr usou referências mais claras. Antes da “Constituição Cidadã”, promulgada em 1988, a Carta Magna que vigorava no Brasil, foi a elaborada pelos militares, em 1967, ou seja, quando da declaração de Oliveira, vigorava a Carta produzida durante o regime ditatorial. A Constituição de 1967 foi emendada por uma série de Atos Institucionais, que conferiam poderes especiais aos militares e legitimavam seu autoritarismo. Ao todo, foram decretados 17 Atos Institucionais, regulamentados por 104 atos complementares. O mais conhecido, sem dúvida, é o AI-5, notabilizado por instituir de vez a perseguição política,

¹⁶⁴ Ibid.

¹⁶⁵ OLIVEIRA, Joanyr de. Assembléia Nacional Constituinte. *Mensageiro da Paz*, Ano 55, n.1174, Rio de Janeiro, fevereiro de 1985, p.19.

a cassação dos direitos cidadãos, como a suspensão do *habeas corpus*, autorizar o fechamento do Congresso Nacional, censura aos meios de comunicação, dentre outros.

Tendo em mente esse contexto, passam a ser nítidas expressões como “a Constituição tantas vezes foi emendada e tanto se afastou da vontade popular”, “unanimidade (...) à sua substituição” e o princípio da soberania do povo “tornou-se tão gritante inverdade que agride frontalmente a consciência nacional”.

(...) Mas como será a Carta Magna da “Nova República”? Que tratamento dispensará à questão religiosa, por exemplo?

A respeito do assunto – questão religiosa – é oportuno pensar sobre a representação evangélica no Parlamento. (...) Se um parlamentar hostil aos evangélicos propuser, digamos, a adoção de privilégios (ainda maiores) para a Igreja Católica, em detrimento das outras igrejas, se dificultar a liberdade de culto para as minorias, quem se levantará para combater a discriminação?

Quando chegar o momento da escolha dos “constituintes”, a comunidade evangélica deverá ser esclarecida e conscientizada, a fim de optar pelos nomes efetivamente compromissados conosco.¹⁶⁶

Em se tratando da Nova Constituição, especificamente, Joanyr de Oliveira criou um cenário hipotético – nem tão hipotético na mentalidade assembleiana – em que as igrejas católicas eram legalmente privilegiadas, causando danos às demais denominações. A ilustração teve por finalidade, advertir sobre a importância da “representação evangélica no Parlamento”, de que era preciso a “comunidade evangélica” estar “esclarecida e conscientizada”, e votar corretamente nas eleições do ano seguinte, ou seja, “optar pelos nomes efetivamente compromissados conosco”.

Naquele momento histórico, as Assembleias de Deus deram mais um passo na consolidação de seu projeto político, como pode ser visto no escrito de Nemuel Kessler, dividido entre capa e editorial:

A convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a ser eleita em 1986, para discutir e aprovar a nova Constituição brasileira, foi um dos assuntos amplamente debatidos no Encontro de Líderes das Assembléias de Deus, realizado em Brasília. Uma das colocações feitas relaciona-se com a possibilidade de elegermos os nossos próprios representantes. A nossa igreja tem suficiente potencial para colocar um representante de cada Estado no

¹⁶⁶ Ibid.

Parlamento, o que representaria, no cômputo geral, mais de 20 nomes ligados à vida das Assembléias de Deus. Basta apenas transferirmos o nosso voto, muitas vezes dado a pessoas completamente estranhas ao nosso meio e que só nos procuram em época de eleição. O compromisso da Igreja, nesse caso, não pressupõe um envolvimento político-partidário, pois a nossa segurança está em Deus, mas representa um esforço da Igreja manifestar sua benéfica influência nas mais altas esferas da vida pública. Existem, sem dúvida, razões de sobra para que haja uma total e consciente mobilização de nossa parte.¹⁶⁷

Em primeiro lugar, vê-se a atuação institucionalizada da Igreja. Depois de aprovar a candidatura de pastores e evangelistas na Convenção Geral de 1981, o ELAD, ocorrido em Brasília, local sugestivo, debateu acerca da Assembleia Constituinte que discutiria os termos da nova Constituição brasileira, decidindo por não só permitir, mas apoiar diretamente os candidatos das Assembleias de Deus. Na continuidade do texto, o discurso de Kessler se assemelhou ao de Joanyr de Oliveira, indicando que as Assembleias de Deus eram capazes de eleger um representante próprio em cada estado da Federação, devido ao grande contingente de fiéis, direcionando o voto dos evangélicos e advogando uma postura ostensiva no tema: “Existem, sem dúvida, razões de sobra para que haja uma total e consciente mobilização de nossa parte”.

Outro traço comum à retórica de Joanyr de Oliveira, foi incentivar a participação ativa no campo político institucional, alegando, ainda assim, uma pretensa isenção: “O compromisso da Igreja, nesse caso, não pressupõe um envolvimento político-partidário, pois a nossa segurança está em Deus”. Já é sabido que a campanha por candidatos evangélicos nunca recebeu apoio unânime dos fiéis das Assembleias de Deus, todavia, era preciso acomodar a todos no projeto. Assim, foi dito que as candidaturas de assembleianos não pressupunham o envolvimento político-partidário da Igreja, apesar do incentivo a seus membros e líderes para que concorressem a cargos eletivos, como à Câmara Federal, sendo que, para isso, era necessário estar registrado em um partido político.

Além de a “Igreja manifestar sua benéfica influência nas mais altas esferas da vida pública”, o elemento impulsionado como grande motivador, esteve presente no editorial:

¹⁶⁷ EDITORIAL. Os nossos representantes na Constituinte. *Mensageiro da Paz*. Ano 55, n.1177, Rio de Janeiro, maio de 1985, p.1-2.

a ação da Igreja Católica e de sua liderança, objetivando controlar a esfera religiosa do país.

Existe, também, um outro aspecto do problema que não pode deixar de ser considerado. Enquanto estamos pensando em nossa participação, a Igreja Católica, ao lado de outros grupos religiosos, arregimenta suas forças e se prepara, através da CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil), para tentar influir na próxima Constituinte. E de que modo ela vai encarar a questão da liberdade religiosa?¹⁶⁸

Compartilhando do mesmo viés, o pastor Raimundo Oliveira redigiu o artigo “A (in)tolerância religiosa da Nova República”, em que externou sua indignação com o que reputou ser a “manifesta disposição de segmentos mais radicais do clero da Igreja Romana de formarem correntes de opinião junto à sociedade e ao atual Governo, contra as igrejas protestantes”,¹⁶⁹ por isso indagou: “Como serão tratados os direitos religiosos do povo brasileiro? Serão mantidos conforme consta na Constituição em vigor? Serão eles ampliados, ou permanecerão os mesmos, mas vigiados?”.¹⁷⁰

Raimundo Oliveira foi além e transmitiu um recado direto a José Sarney. Dizendo saber que o presidente da República era “católico professo, mas não um fanático e cego, capaz de se opor à serviço dos interesses daqueles que propugnam pelo totalitarismo religioso em nosso País”,¹⁷¹ demonstrou que os assembleianos estavam vigilantes quanto aos fatores que poderiam desequilibrar as forças em disputa, como o credo pessoal de Sarney. Demarcando a posição das Assembleias de Deus, o pastor declarou assertivamente que “sabe ele [o presidente] a separação existente entre o Estado e a Igreja, e que assim deve continuar”.¹⁷²

Por último, manifestou-se sem hesitação acerca dos direitos assegurados que tinham as igrejas evangélicas:

As igrejas protestantes não exigem apenas a tolerância religiosa, não. Formadas por cidadãos aqui nascidos, pagando impostos e trabalhando para o progresso da Nação, lhes assiste o direito de liberdade de crença. (...) Direito não é favor, é algo inerente ao homem como ser eterno e livre.

¹⁶⁸ Ibid.

¹⁶⁹ OLIVEIRA, Raimundo F. A (in)tolerância religiosa da Nova República. *Mensageiro da Paz*, Ano 55, n.1180, Rio de Janeiro, agosto de 1985, p.3.

¹⁷⁰ Ibid.

¹⁷¹ Ibid.

¹⁷² Ibid.

Seria um contra-senso legalizar partidos políticos até aqui na ilegalidade, restabelecer os direitos políticos de cidadãos penalizados pelo regime anterior e, no entanto, podar as liberdades essenciais ao cidadão, como o de professar ele a religião que desejar.¹⁷³

Foram momentos de alta tensão, como demonstram os escritos com linguagem acalorada. Intranquilos com a situação e decididos a participar efetivamente dos rumos do país, as lideranças das Assembleias de Deus, na ocasião do ELAD, formaram uma comissão especial, composta por 11 pastores de maior destaque na denominação, sendo eles: Luiz Bezerra da Costa, Presidente; Elizeu Feitosa de Alencar, Relator; Joanyr de Oliveira, Estêvam Ângelo, Alcebíades P. Vasconcelos, Luiz Fontes, Timóteo Ramos de Oliveira, Isaac Martins Rodrigues, Satyro Loureiro, Manoel Ferreira e Alfredo Reikdal. O propósito era elaborar cuidadosamente um documento que expusesse as demandas e opiniões da Igreja, numa clara sinalização ao Poder Legislativo:

Compreendendo a importância do momento atual pelo qual atravessa a nação brasileira, com o advento da Nova República, as lideranças das Assembléias de Deus no Brasil, reunidas em Brasília, decidiram adotar uma conduta firme e responsável no sentido de oferecer subsídios à douta Comissão Constitucional de trinta membros, a ser composta pelo Governo, destinada a elaborar o anteprojeto da nova Constituição, que será submetida à Assembléia Constituinte a se instalar em 1987, depois de ser levado a amplo debate entre todos os segmentos da sociedade brasileira.¹⁷⁴

A designação dos componentes da comissão, e sua própria natureza, expressam que, definitivamente, as Assembleias de Deus, não abririam mão de um lugar de relevância no cenário político nacional. Num período em que ainda havia muita resistência e as candidaturas ocorriam de maneira independente, e não como um projeto amplo das Assembleias de Deus no Brasil, a voz de Joanyr de Oliveira ressoava em sentido diverso, estimulando a participação ativa e direta dos assembleianos. Nemuel Kessler, em terreno que fora preparado ao longo de anos, passou a defender com abrangência ainda maior a zona de atuação dos evangélicos nas estruturas de poder e nos altos escalões. Em suas palavras, a “ocupação de cargos públicos por pessoas evangélicas, que tenham lastro espiritual embasado na autenticidade cristã, é um dos meios pelos quais a Igreja pode

¹⁷³ Ibid.

¹⁷⁴ Assembléia de Deus oferecerá subsídios à nova Constituição. *Mensageiro da Paz*, Ano 55, n.1178, Rio de Janeiro, junho de 1985, p.10.

exercer sua influência positiva entre a sociedade”.¹⁷⁵ E assim as Assembleias de Deus procederam.

Foi precisamente o que ocorreu, quando o pastor Guilhermino Cunha, reverendo presbiteriano, foi integrado à Comissão da Constituinte. Assim divulgou o Diretor de Publicações:

(...) Composta de 51 pessoas, entre ilustres juristas e representantes dos diversos segmentos da sociedade, a Comissão conta, também, com a presença de um pastor, o Rev. Guilhermino Cunha, da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro. A indicação resultou do legítimo direito de pressão exercido pelos evangélicos, e pelos nossos representantes na Câmara dos Deputados, que não poderiam ficar à margem do processo e deixar de prestar sua efetiva colaboração à construção da nova ordem jurídica que há de reger os destinos do país.

Diversos nomes foram sugeridos, inclusive na Assembléia de Deus, ensejando ao Governo a oportunidade de reconhecer que os evangélicos não deveriam ficar a reboque daquele que, em se tratando da participação religiosa, pretendiam restringir a Comissão apenas ao representante do Catolicismo. A manobra só não foi perpetrada em razão da permanente vigilância dos líderes da Igreja Evangélica.¹⁷⁶

Mesmo não sendo assembleiano – apesar de que “diversos nomes foram sugeridos” –, o fato de ter um representante evangélico levou à satisfação dos pentecostais. De acordo com o relato, a ala católica acabou por confirmar a imagem que dela foi criada, de almejar relegar aos protestantes posição marginal, pois, arrogou para si, exclusividade religiosa na Comissão, intento que foi frustrado graças à “permanente vigilância dos líderes da Igreja Evangélica”.

Segundo Kessler, a indicação de Guilhermino Cunha, se deu mediante “legítimo direito de pressão exercido pelos evangélicos, e pelos nossos representantes na Câmara dos Deputados”, para “prestar sua efetiva colaboração à construção da nova ordem jurídica que há de reger os destinos do país”. O Diretor transmitiu a mensagem de que os

¹⁷⁵ EDITORIAL. Os evangélicos e os cargos públicos. *Mensageiro da Paz*, Ano 55, n.1179, Rio de Janeiro, julho de 1985, p.2.

¹⁷⁶ Ibid.

evangélicos precisavam lutar para ter seu lugar garantido, caso contrário, seriam subjugados pelos católicos, que vinham se articulando nesse sentido.

(...) A sensibilidade do Governo à tese que temos defendido – da participação dos evangélicos na vida pública – prova mais uma vez que a Igreja deve assumir posição de influenciar, acima da política partidária, a tomada de decisões que resultem em benefício para todo o povo brasileiro. Sem prejuízo de suas características de peregrinos em terra estranha, os crentes em Jesus Cristo têm o dever, por vocação, de mostrar a todos, indistintamente, que “feliz a nação cujo Deus é o Senhor”.¹⁷⁷

O encerramento do editorial sintetizou o discurso de Nemuel Kessler, de que os evangélicos deveriam participar da vida pública, se colocar ativamente em todas as áreas e esferas da sociedade brasileira, o que abarcava a política institucional, a fim de influenciá-las com seus valores e receber assim o favor de Deus. Mais uma vez foi salientada que a posição da Igreja estava “acima da política partidária”, como forma de alcançar a todo o público assembleiano.

Como visto, o pastor Nemuel Kessler afirmou que, por conta da pressão exercida pelos evangélicos do país e pelos deputados que os representavam, foi possível a nomeação do reverendo Guilhermino Cunha, garantindo um lugar para os evangélicos entre a equipe. Contudo, cabe ressaltar que a luta foi capaz de garantir somente isso. Apenas uma vaga na Comissão da Constituinte foi destinada a todo o público evangélico. Um dos fatores explicativos, era a baixa quantidade de parlamentares protestantes. Esaú de Carvalho listou-os em artigo no *Mensageiro da Paz*, sendo eles: Daso Coimbra (PMDB-RJ), Francisco Dias (PMDB-SP), José Fernandes (PDS-AM), José Carlos Fagundes (PDS-RO), Enoch Vieira (Frente Liberal-MA), Nelson Aguiar (PMDB-ES), Sérgio Lomba (PDT-RJ), Gióia Jr. (PDS-SP), Mário de Oliveira (PMDB-MG), Levy Dias (PDS-MT) e Siegfried Heuser (PMDB-RS). A lista totalizava meros onze deputados federais, destes, apenas José Fernandes pertencia à Assembleia de Deus.

A reflexão gerada a partir disso pelo articulista consistiu em dizer:

A verdade é que os grandes princípios evangélicos precisam constar da carta-magna. O caminho para isso é a escolha de brasileiros efetivamente cristãos, para compor a maioria da Assembléia Nacional Constituinte. As Igrejas

¹⁷⁷ EDITORIAL. Um evangélico na Comissão da Constituinte. *Mensageiro da Paz*, Ano 55, n.1182, Rio de Janeiro, outubro de 1985, p.2.

Evangélicas têm um potencial grande e podem eleger um grande número de constituintes. Elas precisam, agora, ser chamadas à conscientização do problema, a fim de que os seus membros não desperdicem os seus votos, mas que os concentrem em nomes evangélicos, que assumam compromissos relevantes.¹⁷⁸

Se a pressão dos deputados federais evangélicos foi capaz de assegurar apenas uma vaga na Comissão da Constituinte, órgão que contava com 51 cadeiras ao todo, teriam eles força para fazer valer a opinião de seus eleitores quando chegasse a Assembleia Nacional Constituinte de fato? O que deveria ser feito, então, para garantir que os “grandes princípios evangélicos” constassem na Carta Magna? A resposta de Esaú de Carvalho foi a mesma que Joanyr de Oliveira e Nemuel Kessler propugnavam; “O caminho para isso é a escolha de brasileiros efetivamente cristãos para compor a maioria da Assembléia Nacional Constituinte”.

Joanyr de Oliveira e Nemuel Kessler compartilhavam da ideia manifesta por Esaú Carvalho de que “As Igrejas Evangélicas têm um potencial grande e podem eleger um grande número de constituintes”, mas, “Elas precisam, agora, ser chamadas à conscientização do problema, a fim de que os seus membros não desperdicem os seus votos, mas que os concentrem em nomes evangélicos”. A única diferenciação se dava no enfoque. Enquanto Oliveira e Kessler defendiam a tese da mobilização coletiva, especialmente em favor dos candidatos assembleianos, Carvalho expressou proposta semelhante, mas abarcando todo o vasto público evangélico.

O objetivo de obter protagonismo e peso decisório na Assembleia Constituinte foi detalhado por Geremias do Couto no artigo “Pode o crente ser político”:

Todas as vezes que se aproxima a época das eleições, uma pergunta sempre vem à tona: “Pode o crente candidatar-se a algum cargo político ou existe alguma incompatibilidade entre o exercício da vida pública e a sua condição de evangélico?” Tal interrogação se tornou freqüente em nosso meio, nos últimos meses, principalmente depois que a CGADB, através de sua liderança reunida em Brasília, posicionou-se a favor da escolha de candidatos à próxima Assembléia Nacional Constituinte, que terá a responsabilidade histórica de discutir e votar a nova Constituição brasileira.¹⁷⁹

¹⁷⁸ CARVALHO, Esaú de. Os evangélicos na Câmara dos Deputados. *Mensagem da Paz*, Ano 55, n.1180, Rio de Janeiro, agosto de 1985, p.10.

¹⁷⁹ COUTO, Geremias do. Pode o crente ser político? *Mensagem da Paz*, Ano 55, n.1181, Rio de Janeiro, setembro de 1985, p.6.

O autor começou seu artigo de maneira bem direta, buscando refletir acerca da desconfiança com a política, marca persistente entre fração do público assembleiano, que, segundo Geremias do Couto, se fazia “frequente (...) nos últimos meses”. Há ainda, outros dois trechos merecem destaque no parágrafo inicial. Primeiro, o reforço na informação de que “a CGADB (...) posicionou-se a favor da escolha de candidatos à próxima Assembleia Nacional Constituinte”, portanto, designação que partia das lideranças das Assembleias de Deus, e não um desejo individualizado ou partilhado por poucos. Em segundo lugar, a campanha criada pela Igreja, a fim de aguçar o senso de que “se aproxima a época das eleições”. Quando o texto de Couto foi publicado, faltavam ainda quatorze meses, ou um ano e dois meses, para as eleições gerais, pois circulou em setembro de 1985 e o pleito ocorreria em novembro de 1986. O próprio autor afirmou que as discussões já se estendiam por alguns meses, isto porque, ao longo de todo aquele ano, foram divulgadas diversas matérias reafirmando que o momento ímpar se avizinhava. Ou seja, as Assembleias de Deus realizaram uma intensa propaganda por quase dois anos, a fim de mobilizar seus fiéis.

Esse tipo de preocupação não deixa de ser válido diante dos exemplos inconseqüentes daqueles que não têm sabido honrar o nome de Cristo quando assumem posições de destaque na vida secular. Ainda não se encontra distante no tempo a ocasião em que o Congresso Nacional oficializou o culto à Aparecida, sob os olhares complacentes de alguns deputados evangélicos (...).¹⁸⁰

O episódio recuperado por Geremias de Couto teve forte impacto entre os assembleianos e, talvez, ajude a explicar porque os evangélicos tiveram uma baixa votação nas eleições gerais de 1982. Como visto, apenas onze deputados federais evangélicos se elegeram naquela oportunidade, destes, somente um assembleiano.

A instituição de um feriado nacional em tributo à Nossa Senhora Aparecida, personagem destacada do catolicismo e considerada a Padroeira do Brasil, repercutiu de forma extremamente negativa no seio evangelical. O fato de a maioria dos deputados evangélicos não ter votado contra a oficialização da data, gerou críticas pesadas, inclusive, por parte de diversos pastores e articulistas do *Mensageiro do Paz* – o próprio Geremias do Couto reportou a indignação de Alcebíades Pereira Vasconcelos como exemplo. O ocorrido suscitou a indagação sobre as razões para votar em políticos

¹⁸⁰ Ibid.

evangélicos, uma vez que eles “não faziam a diferença” nas Casas de Lei, reforçando o estigma de que a política partidária corrompia aqueles que passavam a integrá-la.

Assim Jeremias do Couto confrontou a baixa adesão aos candidatos evangélicos:

Todavia, fatos como este não podem servir de pretexto para que cristãos verdadeiros sejam impedidos de prestar sua colaboração ao país, desde que se mostrem vocacionados e, acima de tudo, comprometidos, de fato, com a causa do Evangelho.¹⁸¹

Ao mesmo tempo em que houve críticas à postura dos evangélicos que não votaram contra a medida referida, diversos artigos e editoriais buscaram convencer os assembleianos que, a despeito destes, existiam evangélicos autênticos em busca de uma vaga no Congresso, e que iriam lutar pela liberdade religiosa, ameaçada pela escalada católica. Essa ideia, bastante explorada no ano de 1985, como no artigo em tela, ocupou lugar central na retórica política das Assembleias de Deus, buscando melhorar a imagem dos políticos profissionais.

Seguindo tal ideal, Jeremias do Couto elencou alguns motivos para se votar em candidatos evangélicos, tais como:

A Igreja de Cristo não foi colocada por cauda, e sim por cabeça. A Bíblia deixa subentendido que o cristão não pode eximir-se de suas responsabilidades para com o mundo, escondendo sua lâmpada debaixo do alqueire. Ora, isto significa dizer que precisamos de crentes fiéis em todos os setores da vida secular, incluindo- se aí o segmento político, para que sirvam como luminares do Evangelho em meio às trevas.¹⁸²

No trecho, o autor evoca a prerrogativa de protagonismo social dos cristãos, com base em interpretação bíblica, pois, ser “cabeça e não cauda”, possui um sentido iminente de liderança. O uso de expressões como “não pode eximir-se de suas responsabilidades para com o mundo” e “escondendo sua lâmpada”, possuía o mesmo significado, conscientizar os evangélicos de que eles não deveriam se ocultar ou escapar ao chamado divino para exercer influência. Externando discurso similar ao de Joanyr de Oliveira e, especialmente, Nemuel Kessler, Jeremias do Couto elucidou o que queria comunicar: “precisamos de crentes fiéis em todos os setores da vida secular, incluindo- se aí o segmento político, para que sirvam como luminares do Evangelho em meio às trevas”.

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² Ibid.

Não concordamos, por conseguinte, que seja justo dar os nossos votos a candidatos que representam grupos religiosos, cuja doutrina é estranha aos princípios bíblicos, e que só nos procuram durante a campanha eleitoral. Estaríamos agindo com coerência se, ao invés disso, elegêssemos cristãos sinceros, comprometidos com a causa de Deus. Ou será que os descrentes são melhores do que os salvos para administrar a coisa pública?¹⁸³

A continuação da argumentação completa a mensagem: se Deus confiou tal missão aos “cristãos sinceros”, o apoio dos evangélicos não poderia ser oferecido a outro grupo, que não ao próprio segmento, “Ou será que os descrentes são melhores do que os salvos para administrar a coisa pública?”. Em outras palavras, devia-se votar, exclusivamente, em candidatos que compartilhassem da fé evangélica.

Desse modo, Couto deu uma resposta clara e objetiva à indagação que intitulou seu artigo:

Diante do exposto, não vemos incompatibilidade alguma entre a vida cristã e o exercício de cargos públicos, desde que as pessoas vocacionadas para tais tarefas estejam plenamente identificadas com Cristo. Conseqüentemente, não podemos admitir que na próxima Assembléia Nacional Constituinte, onde será votada a Lei Maior que regerá os destinos de nossa pátria, só haja representantes dos espíritas, dos macumbeiros e principalmente católicos, que tudo farão para restringir a liberdade religiosa.

Portanto, ao invés de darmos os nossos votos a candidatos comprometidos com outras causas, é muito mais justo e correto cerrarmos fileiras, em cada Estado, com aqueles que terão condições de representar os evangélicos no Parlamento. Por outro lado, devemos exigir deles, depois de eleitos, a mesma fidelidade ao Senhor Jesus e condenarmos todas as suas atitudes que vierem ferir os ensinamentos da Palavra de Deus.¹⁸⁴

Na conclusão de sua reflexão, Jeremias do Couto reforçou as mesmas ideias que os dirigentes das Assembleias de Deus e os responsáveis pelo *Mensageiro da Paz* vinham divulgando. Nas palavras do pastor, o crente não só poderia ser político, como, naquele contexto, era extremamente necessário que houvesse deputados de orientação evangélica, caso contrário, representantes de outras confissões religiosas, sobretudo os católicos, ditariam os rumos da liberdade religiosa no país, determinando na Constituição brasileira a marginalização das igrejas evangélicas, dentre elas, as Assembleias de Deus, que possuíam projeto político de se estabelecerem, inclusive no lugar da Igreja Católica, como

¹⁸³ Ibid.

¹⁸⁴ Ibid.

principal representante da religiosidade no Brasil. Por conta disso, era imprescindível mobilizar todos os evangélicos a votarem em candidatos do segmento, nas eleições de 1986.

CONCLUSÃO

A presente dissertação objetivou demonstrar o posicionamento político da Igreja Evangélica Assembleia de Deus durante o período da Ditadura Militar brasileira, compreendida entre 1964 e 1985. Utilizando o jornal *Mensageiro da Paz*, órgão oficial da denominação, buscou-se evidenciar o apoio oferecido pela Igreja aos militares, durante todos os 21 anos da Ditadura. Ora mais velado, como nos anos iniciais, ora mais explícito, como o movimento feito na passagem da década de 1960 para 1970 e, especialmente, durante a gestão de Ernesto Geisel, as Assembleias de Deus sempre se posicionaram ao lado dos militares.

O “silêncio” dos primeiros anos, deveu-se a alguns fatores, como a influência dos fundadores e dos primeiros missionários, sobretudo os suecos, que formataram o modelo seguido pela Igreja em relação a manifestações públicas. Gunnar Vingren, Daniel Berg e tantos outros, sofreram perseguições religiosas em seu país natal empreendida pela Igreja Luterana, vinculada ao Estado no país europeu, por isso, enxergavam de maneira negativa tal associação política. Ao chegarem em terras brasileiras, encontraram um cenário aproximado, já que, apesar da Constituição de 1891, a Igreja Católica ainda possuía grande influência e, por força da lei, estrangeiros não podiam envolver-se nos assuntos políticos do país, por isso, concentraram seus esforços na pregação da mensagem pentecostal.

A divulgação, aceitação e experiência do batismo no Espírito Santo, marcado pelo falar “línguas estranhas”, também contribuiu para esse afastamento da política, por sua ligação com o alto senso escatológico assembleiano. Cabe a ressalva de que a disseminação de um discurso religioso, de um jeito de pensar e estar no mundo, com determinados valores, códigos, práticas e representações é algo iminentemente político, porém, trata-se aqui, não de política em ampla acepção, como neste caso, mas de determinados posicionamentos políticos, como apoiar ou reprovar um governante, de lançar candidaturas próprias, de debater a importância de representantes nas Casas de Lei do país, de mobilizar forças sobre pautas e projetos; nesse sentido, até a década de 1960, esse não constituía-se no padrão de atuação das Assembleias de Deus.

Como afirmado anteriormente, as ênfases teológicas da Igreja, como o pentecostalismo e o dispensacionalismo, corroboraram com seu absenteísmo político. Na concepção de seus membros, o fim do mundo estava próximo e o arrebatamento da Igreja poderia ocorrer a

qualquer instante, num “abrir e fechar de olhos”, havendo disso, claros sinais, como o próprio “derramamento do Espírito”, percebido pela experiência mística do batismo no Espírito Santo, que preparava a Igreja para seu momento final na terra. Desse modo, tratar de eleições e afins era perder tempo, deixar-se levar por coisas passageiras e, no caso da política partidária, com uma atividade que corrompia os participantes. Portanto, em vez disso, era estimulado que se concentrasse esforços na propagação da mensagem religiosa, superior e eterna, de que “Jesus batiza no Espírito Santo e muito em breve voltará para buscar a Igreja”.

Os aspectos religiosos e moralizantes que configuraram-se como base do apartamento político das Assembleias de Deus, foram justamente o que as fizeram ingressar nessa esfera. Em 1964, quando do golpe, as Assembleias de Deus não divulgaram uma palavra sequer sobre o ocorrido em seu periódico oficial, o *Mensageiro da Paz*. Apesar da manutenção da postura aparentemente neutra e distanciada, é preciso ter em mente que o não posicionar-se explicitamente, já é um posicionamento político. Neste caso específico, da tomada do poder pelos militares, não deve ser interpretado como simples descaso ou completo apoliticismo, mas como um enquadramento aos novos tempos. Isto porque, naquele mesmo ano, o emudecimento foi rompido em duas ocasiões, pela voz do anticomunismo e da gratidão pelos militares terem evitado que o Brasil se tornasse aquilo que a Rússia era: um país sem liberdade religiosa, em que o comunismo ateu perseguia os crentes e corrompia todos os bons valores e costumes da sociedade.

O ano de 1968 marcou a mudança de postura das Assembleias de Deus acerca de pautas políticas, o que foi refletido nas páginas do *Mensageiro da Paz*. Lançando um olhar negativo sobre as manifestações juvenis daquele ano, muitas publicações do periódico ensinaram intervir diretamente na forma com que seus membros mais jovens deveriam se colocar perante a sociedade brasileira. A investida assembleiana em relação ao que considerou como uma “crise juvenil”, ultrapassou 1968 e chegou ao ano seguinte, reforçando a ideia de que manifestações críticas ao Governo faziam parte da categoria de pecados, pois confrontavam diretamente as lideranças políticas constituídas por Deus. Em vez de se oporem ao Regime, os jovens foram incentivados a contribuírem com a Pátria, agindo ordeiramente, evangelizando e realizando orações e súplicas pelos presidentes-ditadores.

1968 e 1969, que coincidiram com a instauração e primeiros efeitos do AI-5, foram anos transicionais, em que as Assembleias passaram a se posicionar mais assertivamente

acerca de temas políticos, sinalizando, de modo efetivo, sua simpatia à Ditadura. Assim, na esteira das críticas aos protestos da juventude do Brasil e do mundo, vieram também as menções elogiosas às ações do Governo, como a Lei da Censura, que coibia, segundo os responsáveis pelo *Mensageiro da Paz*, os abusos da imprensa e de suas publicações obscenas.

A partir da década de 1970, com o movimento de manifestações positivas aos militares já iniciado, as Assembleias de Deus expressaram apoio inequívoco à Emílio Garrastazu Médici e ao seu governo. O “milagre econômico” dourou os “anos de chumbo”, e, como diversos grupos e instituições brasileiras, as Assembleias de Deus compartilharam do sentimento de otimismo impulsionado pelas propagandas governamentais. Como exemplo disto, pode-se destacar as comemorações do Sesquicentenário da Independência, efeméride celebrada no ano de 1972. Enquanto o Governo infligia duras ações repressivas e intensas perseguições a adversários políticos, os assembleianos demonstraram grande ufanismo por seu dirigente e pela liberdade vivenciada. Inclusive, o conceito de liberdade exaltado pelos assembleianos, ganhou sentidos outros. Sem tocar no impedimento a manifestações políticas livres, enfatizou-se a liberdade econômica proporcionada pela gestão Médici, além do que foi chamada liberdade de “consciência e de culto”, proporcionada pelo Regime, ao frustrar os planos totalitários dos subversivos comunistas no Brasil.

Consolidado o apoio ao Regime nos anos do Governo Médici, a relação encontrou seu ponto alto na figura de Ernesto Geisel. O fato de o novo presidente da República ser evangélico, foi motivo de grandes expectativas para os integrantes do segmento, incluindo os assembleianos. Apesar dos sinais de esgotamento que o Regime começava a indicar, por conta do tempo de estabelecimento, tendo em vista que a posse de Geisel marcava a primeira década da Ditadura, os membros das Assembleias de Deus encontravam-se em polvorosa, especulando ser a ascensão de Geisel cumprimento de profecia divina, de que um legítimo “servo de Deus”, regeria a nação. Vale ressaltar a importância que esse elemento possui no imaginário assembleiano.

A gestão Geisel foi bastante elogiada no *Mensageiro da Paz*, porém, foi durante seu mandato, que iniciou-se o letárgico processo de transição política. Desse modo, o apoio a João Figueiredo, o último presidente da Ditadura Militar, embora nunca tenha faltado, evidenciando o compromisso integral das Assembleias de Deus com o Regime, se deu de modo menos efusivo do que fora com o seu antecessor. A Igreja buscou equilibrar suas

forças, a fim de abrir caminhos com as frentes políticas, tanto a ala militar, em vigência no momento e com quem a Igreja já havia firmado aliança, quanto a ala civil, estabelecida no poder Legislativo, mas que ascenderia também ao Executivo federal, com o propósito de formar união no momento de nova transição de regimes.

Como afirmado, as Assembleias de Deus se aliaram à Ditadura Militar brasileira. Instituições como esta, não estavam descoladas do processo que vinha ocorrendo, pelo contrário, pactuavam, formando alianças que traziam benefício mútuo aos envolvidos. Por um lado, a Ditadura garantia o apoio religioso e social, importante após o processo de desgaste e afastamento de setores importantes da Igreja Católica; por outro, as Assembleias obtinham o prestígio governamental, tão importante para uma denominação que gozava de considerável crescimento numérico e que buscava alcançar maior projeção institucional, a ponto de colocar-se como capaz de preencher a espécie de “vácuo” deixado pelo catolicismo. Ainda última palavra a respeito da relação entre a Igreja e o Estado; não afirmo ser uma relação baseada em puro fisiologismo, pois havia uma gama de alinhamentos ideológicos, como determinados valores tradicionais e o anticomunismo, contudo, não pode ser desprezado as intervenções e os favorecimentos de ordem política e material da Ditadura, propriamente, e da ARENA, seu braço no Legislativo, em prol das Assembleias de Deus.

Ao mesmo tempo em que manifestava-se em favor da Ditadura Militar, as Assembleias de Deus foram preparando o terreno para a construção de seu edifício político. O projeto assembleiano teve alguns arquitetos, como Alcebíades Pereira Vasconcelos, João Pereira de Andrade e Silva e Nemuel Kessler, dentre vários outros, porém, ressalta-se a importância da figura de Joanyr de Oliveira em tal obra.

Em todo o tempo em que ocupou cargos de importância nas Assembleias de Deus, Joanyr de Oliveira investiu esforços a fim de estimular a atividade política da Igreja no ambiente institucional. Articulou encontros com a presidência da República, propagandeou o projeto político da Igreja no órgão de imprensa oficial por quase uma década, buscando convencer os crentes assembleianos por meio da palavra escrita, procurou acomodar as opiniões divergentes, a fim de evitar maiores tensões e possíveis rupturas com o Regime e, até mesmo, contornou seu histórico pessoal – tortura sofrida por militares do Exército em sua juventude –, com o objetivo maior de elevar às Assembleias de Deus a um outro patamar de importância institucional nas esferas de poder, especialmente, elegendo candidatos da denominação para o Congresso Nacional.

Chegado ao fim da Ditadura, as Assembleias de Deus colocaram-se de maneira diversa do que fora no período dos militares. Mesmo buscando estar ao lado do governo civil que se ergueu com a instauração da Nova República, o temor por perder o prestígio político alcançado para a Igreja Católica, levou a denominação pentecostal a declarar que não repetiria a adesão irrestrita oferecida ao Regime Militar. Assim, a maneira encontrada para demarcar sua posição foi dupla: aproximar-se do novo presidente, desde o não-empossado Tancredo Neves, e mobilizar os assembleianos para que, nas eleições de 1986, elessem políticos evangélicos, a fim de que seus interesses estivessem bem representados na Assembleia Nacional Constituinte.

Desse modo, conclui-se que o período da Ditadura representou o momento histórico em que as Assembleias de Deus passaram a manifestar-se oficialmente a respeito de temas políticos que circundavam a sociedade, inclusive, nas relações com o próprio Governo, e não a década de 1980, como defendem certos autores, pelo enfoque dado no *Mensageiro da Paz* a candidaturas políticas, por conta das eleições de 1986. Portanto, pode-se afirmar que o movimento político realizado pelas Assembleias de Deus, passando por dois extremos, da negação veemente, ao envolvimento na política partidária, não foi fruto de uma ação disruptiva, casual ou aleatória. Pelo contrário, foi resultado de um processo histórico que contou diferentes gradações, até chegar em seu último estágio, ultrapassando as fronteiras do Regime Militar, adentrando à Nova República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Gedeon de. **Assembleia de Deus: origem, implantação e militância** (1911-1946). 2000. 448 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Religião) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo.

_____. **Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013.

ALMEIDA, Abraão de. **Israel, Gogue e o Anticristo**. 11.ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.

ALMEIDA, Adroaldo José. **Pelo Senhor, marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2016. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

BERG, Daniel. Enviado por Deus: memórias de Daniel Berg. **Coleção Pioneiros Pentecostais**, 3ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINILLI, Jean François. **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p.349-363.

CAMPOS, Leonildo S. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. **Revista USP**, [S. l.], n. 67, p. 100-115, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i67p100-115. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13458>.

_____. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. **Revista de Estudos da Religião**, n.8, p.9-47. 2018. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_campos.pdf>.

CARVALHO, Osiel de. Pentecostalismo na esfera pública: a participação da Assembleia de Deus na política partidária brasileira. **Revista Azusa**, v.5, n.1. p. 137-152, 2014. Disponível em: <<https://azusa.faculaderefidim.edu.br/index.php/azusa/article/view/61>>.

_____. A força da escatologia: as crenças milenaristas na História, Teologia e nas Sociedades. **Revista Pax Domini**, v.2, n.2. p. 03-15, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fbnovas.edu.br/index.php/paxdomini/article/view/6>

CGADB. **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD (2017).

CGADB. **Mensageiro da Paz**. Rio de Janeiro: CPAD (1962-1985).

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

CONDE, Emilio. História das Assembleias de Deus no Brasil. **Coleção Pioneiros Pentecostais**. 3.ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento**. 2012. 232f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CORRÊA, Larissa R.; FONTES, Paulo. O 1968 operário: experiências, sindicalismo e greve em São Paulo. In: MÜLLER, Angélica (Org.). **1968 em movimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 75-100.

COUTO, Geremias do. **Política**. Campina Grande: Visão Cristã, 2016.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, Rene (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.331-364.

DANIEL, Silas. **História da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

D'AVILA, Edson. **Assembleia de Deus no Brasil e a política: uma leitura a partir do Mensageiro da Paz**. 2006. 448 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo.

DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85 In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas 1994, p.198-231.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Anistia**: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

FAJARDO, Maxwell Pinheiro. **Onde a luta se travar**: a expansão das Assembleias de Deus no Brasil urbano (1946-1980). 2015. 358 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/132222>>.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FONSECA, André Dioneu. **Informação, política e fé**: o jornal Mensageiro da Paz no contexto da redemocratização do Brasil (1980-1990). Revista brasileira de História. São Paulo, v.34, n. 68, p.279-302. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/TS5pnDJ8nBc6QhVZKcZjibM/?lang=pt>.

_____. **“Temei a Deus, honrai ao Rei”**: revista A Seara e os (des)caminhos no debate sobre a relação igreja/política na imprensa assembleiana (1956-1980). 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREITAS, Jairo Rodrigues de. **100 anos da Assembleia de Deus em Pernambuco**: a história completa. Recife: Café com Literatura, 2020.

GILBERTO, Antônio. Soteriologia: a Doutrina da Salvação. In: _____. (Org.). **Teologia Sistemática Pentecostal**. 9 ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2016, p.331-378.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.

MARIANO, Wellington. **O que é Teologia Arminiana?**. 1.ed. São Paulo: Editora Reflexão, 2015.

MARTELLI, Lindolfo A. **Escatologia e Anticomunismo nas Assembléias de Deus no Brasil na primeira metade do século XX**. 2010. 448 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MARTINS FILHO, João Roberto. Movimento estudantil e militarização do Estado (1964-1968). In: MÜLLER, Angélica (Org.). **1968 em movimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p.11-28.

MATA, Sérgio da. A Teologia Política do Governo Bolsonaro. In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (Org.). **Do Fake ao Fato: des(atualizando) Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

MENZIES, Robert P. **Pentecostes: essa história é a nossa história**. 1 ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2016.

MOTA, Elba Marques. É o que cremos: cultura política e atuação da imprensa evangélica na Assembleia de Deus (1960-1990). **Revista Perspectiva Histórica**, v.4, n.5, p.53-68. 2015. Disponível em: <<http://www.perspectivahistorica.com.br/revistas/1434222520.pdf>>.

MOTTA, Rodrigo P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia: In: _____ (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-35.

_____. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, 2018. DOI: 10.5965/2175180310232018109. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018109>.

MÜLLER, Angélica (Org.). **1968 em movimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MÜLLER, Angélica. “Le mai 68” brasileiro: a Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris. In: _____. (Org.). **1968 em movimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p.29-48.

OLIVEIRA, Raphael. **Otimismo em tempo de repressão**. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

PEREIRA, André, R. V. V. **Teoria e Metodologia da História: o tratamento de fontes**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino à Distância, 2015.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.30-48.

ROCHA, Daniel. Uma cultura política milenarista? – Uma breve reflexão sobre as relações entre escatologia e política na história da Assembleia de Deus. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. Ano IV. p. 247-275, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30408>>.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina. v.II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964-1985). 5.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

SOSNOSKI, Thaisy. **Historiografia e Memória**: Biblioteca do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História.

SOUZA, Joarib; SANTOS, Josafá; **Assembleia de Deus em Pernambuco**: um século de pentecostes. Recife: Bereia Editora, 2018.

VINGREN, Ivar. O diário do pioneiro: Gunnar Vingren. **Coleção Pioneiros Pentecostais**, 3 ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2017.

WACHHOLZ, Wilhelm; REINKE, André. D. “Pela paz de Jerusalém”. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 13, n. 37, p. 253-273, mar. 2020.

ANEXOS

Documento 1: *Mensageiro da Paz*, novembro de 1980. Artigo que contou a história do periódico e trouxe fotografia da primeira CGADB, com destaque para os pioneiros.

FRUTO DE BOA SEMENTE

Logo após a colocação do MP nas bancas, a CPAD recebeu um telefonema da capital paulista, de um senhor que o havia adquirido em uma banca daquela metrópole. Ele falava de paz, do amor, da esperança e da verdade que encontrara nas páginas do nosso órgão oficial, e queria saber como deveria fazer para pertencer à nossa "religião".

Tratava-se de uma alma sedenta de salvação, como tantas outras em nosso país, que encontrara resposta certa e infalível no Evangelho de Cristo, através do periódico que adquirira sem qualquer mediação direta dos crentes. Em meio a tanta literatura, na sua maioria perniciososa, aquele senhor escolhera, certamente tocado pelo Espírito Santo, o *MENSAGEIRO DA PAZ*.

Há cinquenta anos nascia o "Evangelista Silencioso". Sua história está ligada a três outros periódicos que o antecederam, apesar de terem curta duração.

Em novembro de 1917 foi publicado em Belém o primeiro jornal pentecostal no Brasil, com o título de "Voz da Verdade". Tinha a direção do pastor Almeida Sobrinho e João Trigueiro. Apresentava variado conteúdo noticioso, dando cobertura às atividades da AD, não só na capital, mas também no interior do Estado do Pará. Como doutrinador, não lhe faltaram artistas para esse fim. Dava destaque à programação de cultos que se realizavam na cidade, fornecendo endereços e horários de funcionamento. Também publicava notas sociais. Fez um trabalho de inegável utilidade para as igrejas a que servia.

Dois meses depois deixou de circular. No entanto, reconhecia-se a necessidade de um informativo para divulgar as doutrinas bíblicas. Era um novo campo de ação para as Assembleias de Deus.

Com o propósito de explorar este novo campo de ação, o missionário Gunnar Vingren fundou no mês de janeiro de 1919 um outro jornal. Chamava-se "Boa Semente". Estava lançada, em verdade, a boa semente da literatura; o caminho para novas conquistas de almas para o reino de Deus. "Boa Semente" passou a ser o órgão oficial da igreja de Belém, contando com a colaboração do missionário Samuel Nyström e outros. O jornal era mantido com muita dificuldade e sua tiragem muito pequena. Em 1923, Samuel Nyström comprou algumas máquinas e montou uma tipografia, que se manteve com esforços de muitos irmãos e principalmente dele próprio e de Nels J. Nelson, que, nesse empreendimento, empregaram tempo e dinheiro.

Mas em novembro de 1929, no Rio de Janeiro, atendendo a necessidade de um jornal de caráter evangelístico e noticioso, o missionário Gunnar Vingren fundou o "O Som Alegre", que em pouco tempo tornou-se uma

força evangelizadora. Todos se uniam de certa quantidade de jornais e saíam pelas ruas e praças, a evangelizar, com resultados surpreendentes.

O "O Som Alegre" circulou até o mês de outubro de 1930, dando lugar ao aparecimento do *MENSAGEIRO DA PAZ*, resultado da fusão daquele com o jornal "Boa Semente", de Belém. Essa decisão foi tomada pela Convenção realizada na cidade de Natal, RN, nesse ano, em setembro. Ficou determinado que esse jornal fosse o Órgão Oficial das Assembleias de Deus no Brasil. E no dia 1º de dezembro de 1930 circulou o primeiro número do *MENSAGEIRO DA PAZ*, tendo como diretores Gunnar Vingren e Samuel Nyström.

Em 1940, num decreto governamental para controlar a imprensa, exigia-se que somente entidades com personalidade jurídica ou pessoas físicas que apresentassem títulos de propriedade poderiam possuir jornais. Ante essas exigências de prazo limitadíssimo para serem cumpridas, sob pena de se perder definitivamente o direito de circulação, um grupo de irmãos fundou a Casa Publicadora das Assembleias de Deus, que passou a ser proprietária do *MENSAGEIRO DA PAZ* e lhe deu amplitude e grande impulso.

Os diretores do *MENSAGEIRO DA PAZ* foram Gunnar Vingren, Samuel Nyström, Nils Kastberg, Carlos Brito, Francisco L. Coelho, Emílio Conde, Alcebades P. Vasconcelos, João Pereira de Andrade e Silva, Joaquin de Oliveira e atualmente Abraão de Almeida.

Hoje, o *MENSAGEIRO DA PAZ* mantém o seu lugar na Imprensa Evangélica como importante jornal. Sua força evangelizadora é extraordinária. "Evangeliza nas cidades, nos campos, nos ônibus, nos navios, nos aviões, nos trens, nas escolas, nas praças, nos hospitais, nos cárceres. Ele vai onde você não pode ir, para levar

as Boas Novas de Salvação." Seus artigos têm ajudado no despertamento de muitas vidas e transformado até mesmo igrejas inteiras. Em 1944, em Caldas do Cipó, BA, um crente denominacional teve suas convicções embrulhadas em algumas folhas do MP, e dessa maneira a pequena congregação a que pertencia foi despertada para a fé pentecostal. Aquele crente era cunhado do irmão José Marques Sobrinho, pastor da Assembleia de Deus em Taboão, São Bernardo do Campo, SP. Aquelas páginas, embora amassadas, eram portadoras de vida espiritual abundante, e pouco tempo depois os membros daquela congregação evangélica, com poucas exceções, haviam aceitado a verdade pregada pelas Assembleias de Deus, nascendo assim, naquela localidade, um vigoroso trabalho pentecostal.

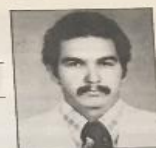
São passados cinquenta anos. Cada ano uma experiência e em cada experiência um vitória. Em outubro de 1979, a CPAD deu um grande e decisivo passo para evangelização de nossa pátria, colocando 50 mil jornais nas bancas do Grande Rio, Grande São Paulo e principais cidades paulistas e fluminenses. Agora em todas as bancas do país.

Logo após a colocação do MP nas bancas, a CPAD recebeu um telefonema da capital paulista, de um senhor que o havia adquirido em uma banca daquela metrópole. Ele falava de paz, do amor, da esperança e da verdade que encontrara nas páginas do nosso órgão oficial, e queria saber como deveria fazer para pertencer à nossa "religião". Tratava-se de uma alma sedenta de salvação, como tantas outras em nosso país, que encontrara resposta certa e infalível no Evangelho de Cristo, através do periódico que adquirira sem qualquer mediação direta dos crentes. Em meio a tanta literatura, na sua maioria perniciososa, aquele senhor escolhera, certamente tocado pelo Espírito Santo, o *MENSAGEIRO DA PAZ*.



Conferência missionária em 1930, em Natal, RN, vendo-se, da esquerda para a direita, Daniel Berg, Otto Nelson, Gunnar Vingren e Frida Vingren, Samuel Nyström; de pé: Algot Svensson, Nils Kastberg, Lewi Pethrus, Joel Carlson, Nels J. Nelson e Anders Johansson. Foi nessa conferência que nasceu o "Mensageiro da Paz", no mês de dezembro daquele ano.

mensageiro da paz 7



EXPERIÊNCIA DE UM JOVEM

Levi era apenas um adolescente. Filho caçula do pastor Amaro José dos Santos, tinha o privilégio de receber especial atenção dos pais, que nada lhe negavam, além de lhe ensinarem, desde tenra idade, o Caminho, At. 9.2b.

Em outubro de 1976, Deus chamou seu pai para o lugar onde não existem tristezas nem dores. A separação deixou o jovem como que vivendo uma irreversibilidade.

Tornava-se necessário encarar a vida real e assumir a responsabilidade de auxiliar a mãe, agora viúva.

Os ensinamentos que havia recebido foram esquecidos, e o moço passou a viver de acordo com o que pediam sua mente carnal e seu coração cheio de ambições materiais. Resolveu, porém, acomodar a vida que vivia à religião que aprendera.

Participava dos cultos regularmente, possuía até cargos na igreja, mas não tinha comunhão com o Senhor: era um formalista. Nada fazia (nem podia fazer) em prol da salvação dos perdidos: ele próprio não era salvo!

Mas, apesar de sua negligência, Deus tinha um propósito para com sua vida, por causa da promessa, Ex 20.6.

Aquela vida vazia e indiferente precisava ser renovada, mas para isso o vaso precisava ser "quebrado"; vieram meses de sofrimento e de enfermidade que o impossibilitaram até de trabalhar. Nessa situação precária, Deus lhe fala claramente sobre a necessidade de uma mudança radical de vida. Arrepende-se, chega-se ao Senhor. Naquela tarde memorável do mês de maio de 1979, muitas lágrimas foram derramadas. As lágrimas não só de arrependimento, mas também de gratidão e de alegria, pela ação de Deus em sua vida.

Era o reencontro do filho pródigo com o pai amoroso.

A Igreja percebeu a transformação realizada na vida do jovem que agora era, não mais guiado pelos desejos da mocidade, mas pelo Espírito de Deus. Aleluia!

Hoje o irmão Levi é o jovem ativo que lidera a mocidade na Assembleia de Deus em Guarulhos (SP).

Talvez você, jovem leitor, esteja na situação em que ele esteve: frio, morto espiritualmente. Lembre-se, porém de que hoje é o dia de você arrepender-se, voltar para Cristo, que o fará tal qual é o moço Levi: ativo na obra do Senhor.

Coragem! Faça isso agora.
Pr. Miguel Bento de Souza

Documento 2: *Mensageiro da Paz*, outubro de 1977. Reportagem a respeito das Convenções com imagens de grandes expoentes das Assembleias de Deus no Brasil.

10 mensageiro da paz

AS CONVENÇÕES

Olhando o passado e fazendo um retrospecto da história de todas as Convenções, para depois encarar a realidade que se apresenta aos nossos olhos neste ano de 1979, temos que concordar com a afirmação do cronista do *MENSAGEIRO DA PAZ* de julho de 1953, reportando ao último encontro dos convencionais passo a passo: "O Movimento Pentecostal cresceu de tal forma que ameaça transbordar e inundar as terras incultas e áridas; paralelamente cresceram também os problemas que só o Espírito Santo pode solucionar; cresceram os ataques de Satanás à Igreja de Cristo; cresceram os perigos para o grande exército divino, mas também cresceu o cuidado de Deus para com o seu povo, cresceu a vigilância do Espírito Santo sobre a seara que se estende em todas as direções, cresceu e agigantou-se a vitória da causa de Cristo."

Natal, o berço da convenção no país

Em 1930, Natal, capital do Rio Grande do Norte, era uma cidade de impudismo e febres. Nela viviam trinta e cinco mil pessoas das quais cerca de quarenta por cento tinham sido atingidos pelas doenças tropicais. A malária ameaçava tomar conta da cidade, mas Obreiros e missionários das Assembleias de Deus penetravam nos seus limites, trazendo nas suas malas a Bíblia e anotações de versículos a serem mencionados durante a grande conferência que se realizaria durante os dias 5 a 10 de setembro. A grande questão a ser debatida naqueles dias era a transferência das responsabilidades da obra que já se evidenciava no norte e nordeste do Brasil aos Obreiros nacionais. Eles se ressentiam de não terem oportunidade de assumir a administração das igrejas locais, enquanto os missionários suecos, cujo esforço e pioneirismo haviam lançado no solo brasileiro as raízes do movimento pentecostal, sentiam que era chegada a hora de deixar a obra nas mãos dos trabalhadores nacionais e partirem para as terras ainda áridas do sul do País.

O pr. Lewi Petrus, que viera da Europa especialmente para a conferência, estava presente na abertura dos trabalhos. A questão foi apresentada e definida pelos missionários Gunnar Vingren, Otto Nelson, Joel Carlson, Nels Nelson, Samuel Nyström e 16 pastores nacionais. Todos os templos e locais de reuniões que pertenciam à missão deveriam ser entregues, sem nenhum custo, às igrejas brasileiras.



J.P. Kolenda representou a América do Sul na Conferência Mundial das Igrejas Pentecostais realizada em Zurich, Suíça.

Tudo deveria ficar pronto e terminado até o dia primeiro de julho de 1931. Um clima de emoção se estabeleceu entre os convencionais.

As últimas decisões foram firmadas pelas lágrimas que rolavam no rosto dos convencionais. Previam as saudades dos braços amigos dos pioneiros suecos, líderes das horas difíceis, pais de uma grande família que se formava.



Lewi Petrus participou da primeira Convenção realizada no Brasil em Natal, no ano de 1930.

Os pastores brasileiros, com voz embargada, expressavam seu desejo de que o trabalho no norte fosse sempre unido ao trabalho no sul, "para que a obra fosse unida em todo o País". O mesmo disseram os missionários, afirmando que não deixariam de prestar a sua colaboração nesta nova fase da história do pentecoste no Brasil.

A conferência também resolveu suspender a edição de dois jornais, um do Pará e outro do Rio, para dar lugar a uma nova publicação. O *MENSAGEIRO DA*

SÔNIA DA FONSECA

PAZ surgiu, logo depois, das impressoras do Rio de Janeiro para as mãos dos crentes em todos os Estados brasileiros. Outra decisão de suma importância foi tomada durante aqueles dias: ficou resolvido que seria realizada uma vez por ano uma convenção geral, quando todos os pastores e pregadores deveriam unir a sua fé em conferências de caráter espiritual e estudos bíblicos.

O encontro se encerrou num clima de harmonia, paz e regozijo. As últimas decisões foram firmadas pelas lágrimas que rolavam no rosto dos convencionais. Previam as saudades dos braços amigos dos pioneiros suecos, líderes das horas difíceis, pais de uma grande família que se formava, cujos cabelos brancos guardavam segredos de lutas e vitórias nas matas virgens do Brasil, nos caminhos do desbravamento do coração místico do povo brasileiro, preso nas grades da idolatria e da ignorância espiritual. Em uma de suas cartas o pastor Lewi Petrus escreveu: "Assim se mostra a enorme e grandíssima importância desta conferência em Natal e as suas consequências para o movimento pentecostal no Brasil, quando se traçou linhas bem claras e fronteiras bem firmes foram colocadas entre o que é humano e divino, o que é espiritual e o que é carnal. Como consequência lógica disto, ficou resolvido que os missionários deveriam deixar as igrejas prósperas do norte e começar trabalhos no sul do País."

Lewi Petrus deixou o seu pequeno quarto com paredes de terra e teto de telhas no dia 18 de setembro. Outros pastores ainda se demoraram na cidade, ignorando a nuvem de mosquitos que acompanhava os passos e o sono dos habitantes. Estes insetos eram responsáveis pela epidemia que estava ceifando vidas nos distritos de Natal. No bairro onde o pr. Petrus estava hospedado havia cerca de 1.500 vítimas da malária. Mas, nenhum dos pastores que arrumaram as suas malas de volta foi atingido pela doença. A nuvem da epidemia não os alcançou.

1946: A convenção ganha personalidade jurídica.

A partir de então, unidos pelo grande ideal de levar adiante a obra iniciada com tanto labor e coragem, legislando sobre as múltiplas questões e tomando conselho à respeito dos problemas naturais que surgiam no seio das igrejas, os convencionais passaram a se reunir numa cidade brasileira para tomar decisões importantes e defender a união da obra pentecostal contra infiltrações estranhas à sua doutrina.

Cada narrativa feita no *MENSAGEIRO DA PAZ*, sobre o encontro dos convencionais, trazia um comentário infalível, que acabou se tornando um "slogan": "Esta convenção foi a melhor já realizada no Brasil". Apesar de os pastores e obreiros cuidarem de assuntos delicados e muitas vezes de questões minuciosas da vida na congregação, o Espírito Santo derramava o seu poder sobrenatural sobre os convencionais durante os dias de encontro. O pr. Otto Nelson assim descreve os momentos passados durante a Convenção Geral ocorrida na Paraíba, de 14 a 25 de fevereiro de 1934: "parece-me que durante a Convenção inteira, não houve uma só nota desafinada, isto é, nenhuma discórdia nos casos tratados. Todo o trabalho foi como um concerto musical, executado por uma orquestra de instrumentos bem afinados. O Espírito Santo tangeu, especialmente, em duas cordas: a primeira cha-

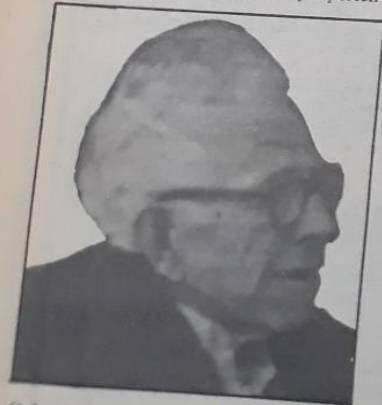
ma-se humildade, e a segunda, unidade. O encontro ocorrido em João Pessoa, em 15 de setembro de 1935, é mencionado por Joel Carlson da seguinte maneira: "Temos possível relatar nestas linhas o que aconteceu no Senhor. Certo é que os Obreiros presentes, missionários, pastores e evangelistas, voltaram maravilhados e satisfeitos a servir ao Senhor ainda mais dedicados. De vez em quando, Deus falava, por meio da igreja local, com o seu pastor à frente, poupava esforços para dar maiores ênfases a essas reuniões." Confirmando esta visão, Emilio Conde assegurou, no órgão oficial da denominação: "Verdadeiramente Deus estava conosco, a prova disso está no modo por que ele se manifestava. Não havia ali uma formalidade estabelecida, mas, sim, liberdade para o Espírito Santo se manifestar, como o fez, por diversos modos."



Nels J. Nelson, um dos fundadores da Convenção Geral.

Confirmada pelo Senhor, a Convenção Geral das Assembleias de Deus tornou-se pessoa jurídica em outubro de 1946, durante o encontro realizado em Recife, tendo como fundadores Samuel Nyström, Cicero Canuto de Lima, Paulo Leivas Macalão, José Menezes, Nels Julius Nelson, Francisco Pereira do Nascimento, José Teixeira Rego, Orlando Boyer e Bram Skolimowski, entre outros. Nos Estatutos constam, entre os seus principais objetivos: promover a união e incentivar o progresso moral e espiritual das Assembleias de Deus, manter e propagar o desenvolvimento da Casa Publicadora sem, no entanto, limitar a liberdade de ação inerente a cada igreja nem determinar de qualquer forma sua atividade. Apesar destas especificações, contido nas Disposições Gerais havia um outro artigo que delimitava: "Nenhuma Assembleia de Deus poderia viver isoladamente. É obrigatória a interligação das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Brasil, com a finalidade de determinar responsabilidades, quer perante a denominação, a Convenção Geral, ou as autoridades constituídas."

James Salter contou na conferência de Paris



Orlando Boyer ajudou a dar personalidade jurídica à Convenção Geral (1946).

Documento 2: *Mensageiro da Paz*, outubro de 1977. Reportagem a respeito das Convenções com imagens de grandes expoentes das Assembleias de Deus no Brasil (continuação).

como três homens foram alimento de antropófagos na África, deixando nas selvas os rastros de fé que se transformaram em 28 igrejas.

A CONVENÇÃO INTERNACIONAL DO MOVIMENTO PENTECOSTAL NO MUNDO.

Uma das idéias que foi bem recebida pela Convenção realizada em outubro de 1947 em São Paulo foi a realização de uma Conferência Mundial das Igrejas Pentecostais no ano de 1950, em Porto Alegre. Os convencionistas insistiram em que a idéia se concretizasse, pois o Brasil era o terceiro país em número de crentes pentecostais em todo o mundo. As notícias da Primeira Conferência Mundial realizada em Zurich, Suíça, ainda estavam frescas e mostravam nos brasileiros o alcance do movimento pentecostal em todos os continentes.

Na abertura dos trabalhos em Zurich, o pastor Schneider saudou com emoção os presentes, dizendo: "... esperávamos receber não mais do que 50 representantes e hoje mais de 200 estão aqui... Somos um só coração, uma só alma, uma só Igreja

Pentecostal. Nossa mensagem é a Cruz; sustentamos só a mensagem da Cruz. Precisamos de poder, que Deus no-lo conceda nesta Convenção." Aos poucos, os participantes tomaram conhecimento das ocorrências da obra missionária em várias partes do mundo. Na Alemanha dos anos pós-guerra, cerca de 12 milhões sofriram tre os convencionistas estavam sentados em sofreram nos campos de concentração por causa de sua fé. Na Itália, havia em mil estarem fechadas pelo fascismo. Os crentes na França estavam sofrendo perseguição, de um lado pelos católicos e do outro pelos comunistas, mas a obra crescia grandemente. O delegado da Polónia falou da liberdade religiosa no seu país naqueles tempos idos. Mas todos ficaram contentes quando se levantou o representante da Austrália, ainda sofrendo de subnutrição. Passara muito tempo preso entre os russos e falou da grande necessidade plificou a evangelização na África. James Salter contou como três homens foram alimento de antropófagos há 30 anos, deixando nas selvas os rastros de fé que se transformaram em 28 igrejas. Finalmente João P. Kolenda, representando a América do Sul e especialmente o Brasil, contou

do maravilhoso crescimento da obra em nosso País, com 100 mil crentes batizados nas águas. Mas não escondeu a grande perseguição que na época levava os crentes aos presídios e ameaçava os cultos nos sertões brasileiros.

Apesar do anseio dos nossos pastores, a Segunda Conferência Mundial foi realizada em Paris, não em 1950, mas de 21 a 29 de maio de 1949. Na manhã clara de primavera do dia 20, os pastores apresentaram aos convencionistas as principais cláusulas do manifesto aprovado pelo Comitê. Decidiram, entre outras medidas, que a comunhão espiritual das Igrejas Pentecostais seria mantida e aprofundada de três em três anos e que mostrariam ao mundo a unidade essencial dos crentes batizados com o Espírito Santo, cumprindo assim a oração de Jesus: "Que eles sejam um". Em 1967, o Rio de Janeiro hospedou a Oitava Conferência Pentecostal Mundial, quando o povo superlotado do racanzinho no anseio de ouvir mais uma mensagem inspirada pelo Espírito Santo e Deus. Os convencionistas de todas as partes do mundo puderam conhecer de perto o avivamento que se alastra por todos os cantos de nossa pátria.

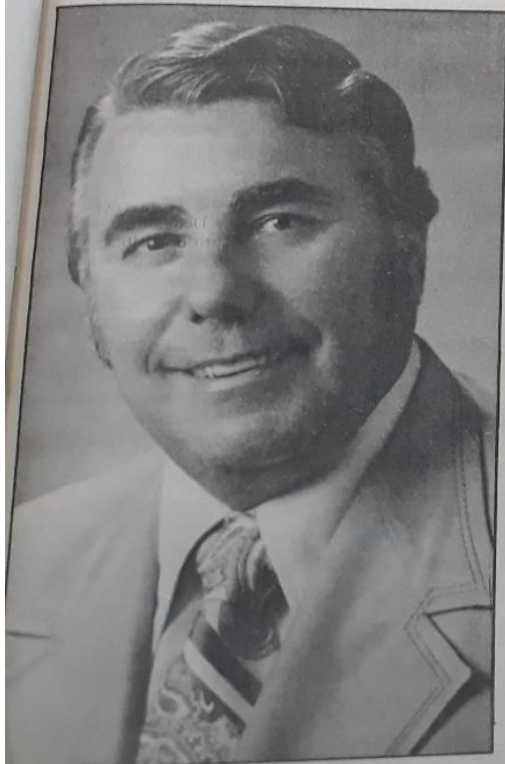
mensageiro da paz 11

Segundo os pastores que estiveram presentes na última Conferência Mundial realizada em Londres, as reuniões gerais não tiveram o mesmo calor das reuniões ocorridas no Rio de Janeiro, mas a delegação brasileira era bastante numerosa. Na hora das eleições foi mantido o pr. Thomas F. Zimmerman como presidente e reeleito o pr. Paulo Leivas Macalão como integrante brasileiro do Comitê Mundial.

A próxima conferência mundial será realizada em Vancouver, Canadá, nos dias 2 a 7 de outubro de 1979, sob o tema:

"O Espírito Santo nos Últimos Dias". Os objetivos do encontro foram referidos pelo pr. Zimmerman, superintendente geral das Assembleias de Deus nos Estados Unidos e detentor do cargo de presidente do Comitê Mundial há dez anos: pretendem adotar um novo critério para as sessões matutinas, oferecendo maior oportunidade para a participação dos pentecostais de todo o mundo. A chama acesa nos continentes seguirá a direção do vento, e o vento sopra aonde quer. Ouvimos a sua voz, zunindo nos países da África, nas Filipinas, na Coreia do Sul, mas não sabemos para onde vai nem onde o fogo estará ardendo mais intensamente ao soar da trombeta que anunciará o arrebatamento da Igreja de Cristo.

Estes líderes têm seus nomes entre os que representaram o nosso movimento pentecostal em Conferências Mundiais.



Bernhard Johnson



Alcebiades Pereira Vasconcelos



Paulo Leivas Macalão



Emílio Conde

Documento 4: Pedido de ajuda financeira ao presidente João Baptista Figueiredo.

Vianópolis Goiás 9/12/84

PRESIDENCIA DA REPUBLICA
SECRETARIA PARTICULAR

Ao Ilmo..SR. Presidente Da República
João Batista Figueredo

33252

DEF 44 2 79

SECOP

PEDIDO:

A Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Vianópolis Goiás Vêm por meio desta comunicar a V. Escelência que estamos preparando para uma grande confraternização da mocidade do Centro Oeste Goiano; onde iremos recepcionar mais de 40 Igrejas nós dias 11/12/13 de Janeiro.

É por não termos condições financeiras, e nem ajuda municipal Estadual e Federal nós viemos dirigir à V. Escelência um pedido de 10 Vacas para nos ajudar na manutenção, do mesmo desde já agradecemos, e que "Deus" lhe-dê em dobro tudo quanto que nos desejar, é um Governo muito abençoado por DEUS .

E ficaremos honificados com a sua presença,subscrevemos com elevada estima e consideração.

Cordialmente:

Pr. Paitor Manoel Messia L. Cunha
Presidente da Confraternização
da mocidade do Sudoeste Goiano:

O número de nossa conta bancáriae'

3241-7

BANCO BRADESCO.

Com o CGC 00.444.505/0001-45

ASSEMBLEIA DE DEUS
Rua Eugenio Jardim. 1386
Vianopolis - Goiás
Cultodi 19:30, de Segunda à Domingo